FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM LETRAS

MARCO PAULO BASTOS SOUTO VIEIRA SALES

UMA ANÁLISE DO DISCURSO MIDIÁTICO SOBRE A MIGRAÇÃO VENEZUELANA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

PORTO VELHO-RO
2021

MARCO PAULO BASTOS SOUTO VIEIRA SALES

UMA ANÁLISE DO DISCURSO MIDIÁTICO SOBRE A MIGRAÇÃO VENEZUELANA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Projeto de Pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação Mestrado acadêmico em Letras da Universidade Federal de Rondônia sob a orientação da Professora Doutora: Marília Lima Pimentel Cotinguiba
Linha de Pesquisa I: Estudos descritivos e aplicados de Línguas

Porto Velho
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Fundação Universidade Federal de Rondônia

Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

S163a
Sales, Marco Paulo Bastos Souto Vieira.

Uma análise do discurso midiático sobre a migração venezuelana na Amazônia brasileira / Marco Paulo Bastos Souto Vieira Sales. -- Porto Velho, RO, 2021.

278 f. : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Marília Lima Pimentel Cotinguiba

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1.Migração venezuelana. 2.Discurso Midiático. 3.Análise do Discurso Francesa. I. Cotinguiba, Marília Lima Pimentel. II. Título.

CDU 81'42(811)

_____ Bibliotecário(a) Cristiane Marina Teixeira Girard CRB 11/897

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
MESTRADO EM LETRAS

LISTA DE VERIFICAÇÃO

MARCO PAULO BASTOS SOUTO VIEIRA SALES

ANÁLISE DO DISCURSO MIDIÁTICO SOBRE A MIGRAÇÃO VENEZUELANA NA AMAZÔNIABRASILEIRA

Dissertação apresentada em 29 de dezembro de 2021 ao Programa de Pós-graduação Mestrado em Letras (PPGML) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) como um dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Letras, aprovada em sua forma final pela banca examinadora, constituída pelos docentes:

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa. Dra. Marília Lima Pimentel Cotinguiba
Presidente da Banca e Orientadora
(PPGML/UNIR)

_____

Prof. Dr. Luiz Herculano de Sousa Guilherme(IFSC - Externo à Instituição)

_____

Profa. Dra. Nair Ferreira Gurgel do Amaral(Externo ao PPGML/UNIR)

_____

Prof. Dr. Lucas Martins Gama Khalil(Interno ao PPGML/UNIR)

Porto Velho – RO2021

Documento assinado eletronicamente por **MARILIA LIMA PIMENTEL COTINGUIBA**, **Docente**,em 29/12/2021, às 12:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **LUCAS MARTINS GAMA KHALIL**, **Docente**, em29/12/2021, às 12:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Luiz Herculano de Sousa Guilherme**, **Usuário Externo**, em 29/12/2021, às 13:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **NAIR FERREIRA GURGEL DO AMARAL**, **Docente**,em 30/12/2021, às 13:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0848229** e o código CRC **F9612015**.

Dedico esta dissertação,

A minha mãe adotiva Marília Vieira Sales.

A minha mãe biológica Maria José Bastos Souto.

Ao meu pai Alfredo Garcia Sales (in memoriam).

Aos meus filhos Pietro, Lucca, Valentina e Morgana.

Ao meu enteado Mickael e a minha companheira Tuylla.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pela sua onipresença, onipotência e onisciência, pois é um privilégio ser escolhido dentre tantos os quais poderiam e tem condições de estar no meu lugar cursando o mestrado na área da “Rainha” das Ciências. Agradeço a Ele imensamente por ter colocado pessoas maravilhosas no meu caminho e que me fizeram acreditar que os sonhos realmente se concretizam.

Ao meu pai Alfredo, embora não mais presente neste plano espiritual, deixou um grande legado para mim: o interesse pelos estudos, pela leitura e em acompanhar noticiários, o que levou a despertar em mim o gosto pelo jornalismo. Mas, esta não éa única influência do velho “Alfredão”, pois dele herdei também o prazer pelos esportes. Meu pai costumava dizer que de todos os filhos, fui o único que soube aproveitar todas as oportunidades que a vida concedeu.

À minha mãe Marília, pois sem ela jamais teria conseguido chegar até aqui, pois sempre se preocupou com o meu futuro, a ponto de investir o que não tinha para patrocinar os meus estudos e, por isso me considero uma pessoa privilegiada e plenamente agraciada.

À minha mãe biológica Maria, pois, apesar de todas as suas limitações, reconheço o esforço empreendido no passado e, que, hoje me levou a compreender algumas provações vivenciadas, das quais me identifiquei ao longo da pesquisa com os imigrantes, entre elas a sensação do vazio, a impressão da desterritorialização e o sentimento da exclusão.

À minha família, que ao longo do tempo construí e me fizeram ressignificar importantes valores da vida. Meus filhos Pietro, Lucca, Valentina e Morgana fizeram com que deixasse a minha zona de conforto, levando-me a redescobrir-me e a enxergar a vida por diversos ângulos diferentes. Ao meu enteado, Mickael e a minha esposa, Tuylla pelas reiteradas insistências para que persistisse e o fato de não me deixarem esmorecer ao longo desta trajetória.

Nesta caminhada rumo ao conhecimento fiz importantes amizades, entre elas a minha professora orientadora, Marília Lima Pimentel Cotinguiba que, coincidentemente, carrega o mesmo nome da minha mãe e me fez sentir como um

filho muito bem acolhido na academia. Do mesmo modo, registro minha elevada estima e distinta consideração ao professor Geraldo Castro Cotinguiba, uma pessoa que possui um conhecimento espetacular e que sabe conversar sobre todos os assuntos possíveis.

Aos professores que compuseram a banca de avaliação desta pesquisa: Maria das Dores Nogueira Mendes e Luiz Herculano de Sousa Guilherme, pelas importantes contribuições que enriqueceram este trabalho. Igualmente, faço referência ao professor Lucas Martins Gama Khalil que, além de compor a minha banca, abriu as portas para o conhecimento quando ministrou as disciplinas fundamentais para a compreensão deste estudo, além de sempre se dispor a esclarecer as minhas dúvidas com muita paciência e, a quem tomo como inspiração no exercício da docência.

Aos professores do programa de pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Rondônia: Nair Ferreira Gurgel do Amaral, Nádia Nelziza Lovera Florentino e Júlio César Barreto Rocha que também tive a honra e o privilégio por absorver e reter seus conhecimentos em abundância. Mas também destaco os professores Élcio Aloísio Fragoso, João Carlos Gomes, Patrícia Goulart Tondinelli, Quesler Fagundes Camargos, Valdir Vegini e Natália Cristine Prado que são pessoas que conheci no universo acadêmico e criei laços de amizade, em virtude das reuniões do Colegiado, enquanto ocupei a representação dos discentes de mestrado.

Agradeço ao professor Dermeval da Hora, membro externo do programa e que oportunizou com que acompanhasse duas disciplinas que ministrou na Universidade Federal do Pará, das quais aproveitei para expandir o conhecimento. Da mesma forma, estendo os agradecimentos aos professores Helion Povóa e Antonella Grieco que me acolheram nas aulas da disciplina Políticas Migratórias Internacionais, ministradas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e ajudaram a compreender ainda mais este complexo fenômeno social que envolve o deslocamento humano. A professora de estudos literários da Universidade Federal de Rondônia, Mirella Nunes Giracca, que apontou importantes considerações aos estudos durante o Seminário de Integração e Pesquisa do programa.

Sou muito grato a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos que oportunizou com que eu adquirisse os equipamentos adequados e os livros necessários para a realização desta pesquisa. Os financiamentos de projetos científicos são fundamentais para o desenvolvimento do Estado e essenciais para a construção do bem-estar social a ser revertido para a coletividade.

Aos membros do grupo de pesquisa Migração, Memória e Cultura na Amazônia Brasileira (MIMCAB), entre eles: Wender Queiroz Nunes, Gabriel Costa Pereira, Weidila Nink Dias, Laura Aires Cotinguiba, Jackeline, Mirla Cristina dos Santos Silva, Isa Thayla Mendes Terço, Pâmela Melo de Souza, Victória Cotinguiba, e as professoras Patrícia Rafaela de Morais Honorato da Faculdade São Lucas e Juliana Maioli da Universidade Federal de Rondônia. Não menos importante, mencionar a singular contribuição obtida através dos imigrantes, sobretudo venezuelanos e haitianos, atendidos pelo projeto de extensão “Migração Internacional na Amazônia Brasileira: linguagem e inserção social de imigrantes em Porto Velho”, pois, com eles aprendi a me tornar um ser humano melhor, mais altruísta e empático.

Agradeço a amizade e o companheirismo construído neste mestrado por colegas que se tornaram muito queridos e próximos, como: Analton Alves da Silva, Aldízio Francisco Lira, Maurício Neves Santos, Elyzania Torres Tavares, Mirlene Batista Sá, Luciana Gonçalves Krohn, David Rodrigues dos Passos, Andressa Rodrigues de Jesus, Poliane Carvalho Castro, Natália Leite Lima, Isabella Lopes de Souza Pinto e Heloísa Helena Ramos Santos (a última, coincidentemente foi minha professora de português na época do Ensino Médio).

Nesta jornada recebi importantes apoios e incentivos que foram fundamentais para ingressar no mestrado, são pessoas maravilhosas que criei eternos vínculos de amizade e sobre os quais deposito meus sinceros agradecimentos por sempre se preocuparem em me manter motivado: José Eduardo Martins, José Flávio da Paz, Maria de Fátima Castro de Oliveira Molina, Márcia Dias dos Santos, Renata Ianesko, Edinaldo Reis, Wagna Vieira, Lucileyde Feitosa, Alexandre Dourado, Júlia Cristina Meinhardt, Budienne Martins, Iule Vargas, Luiz Fernando Tavares Meirelles, Rafael

Marão Guimarães, Graça Souza, Evelyn Iris Morales Conde, Jorge Alfredo Cerqueira Streit, Raisa Nunes Nascimento, Lívia Simone Thiers Struthos, Noely Barbery, Manuel Antônio Rojas Alonso, Carmen Fernandez, Ralffi Skroch, Djeyms Skroch, Myrna Skroch, minha irmã gêmea Ana Paula Bastos Souto Nunes Duarte e, postumamente, a minha sobrinha Luana Vieira Sales Brandão que embora suas palavras fossem contundentes, me inspiravam confiança e motivavam a mostrar que seria capaz de ir além.

Uma frase do filósofo Mário Sérgio Cortella[1], dita durante uma entrevista, me acompanhou na reta final deste mestrado e traduz o meu sentimento ao término desta pesquisa: “Faça o teu melhor, com as condições que você tem, enquanto não tem condições melhores para fazer melhor ainda”, pois tenho a convicção de que incondicionalmente doei o melhor de mim para a produção deste conteúdo científico a ser compartilhado para as futuras gerações e disponível para a consulta por outros pesquisadores. A todos que contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho, expresso aqui os meus sinceros agradecimentos.

[1] O professor Mário Sérgio Cortella costuma dizer esta mesma frase nos cursos que ministra e nas entrevistas que concede à imprensa e está citação, por exemplo, está presente no vídeo: < https://www.youtube.com/watch?v=dd1bsHYYqjg>. Acesso em 24 nov. 2021.

“[...] Muitas barreiras a redefinir fronteiras...”

(Herbert Vianna – Os Paralamas do Sucesso)

SALES, Marco Paulo Bastos Souto Vieira. **A análise do discurso midiático sobre a migração venezuelana na Amazônia Brasileira.** 266f. Dissertação (Mestrado em Educação) ─ Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2021.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar os efeitos de sentido dos discursos produzidos por notícias veiculadas sobre a migração venezuelana no período de 2016 a 2021. O *corpus* deste trabalho é constituído por 12 notícias, publicadas por veículos de comunicação que compõem a grande imprensa e de periódicos do estado de Roraima. Para evidenciar qual a imagem deste migrante venezuelano construída nas notícias que circularam sobre o movimento migratório, nos apoiamos no conceito da formação ideológica, em que Pêcheux (1995) assinala tratar-se do funcionamento das relações de produção para interpelar e assujeitar o outro a partir das representações imaginárias compartilhadas pelo indivíduo empírico ou pela coletividade de uma sociedade e são concebidas por uma conjuntura dada.Por outro lado, o enunciador também é interpeladoe atravessado idelogicamente por outros dizeres. Nessa perspectiva, observamos uma exterioridade constitutiva da língua e as condições de produção que permitiram a materialização dos discursos que envolvem a migração de venezuelanos na Amazônia, por meio de notícias do *corpus* analisado, bem como as formações discursivas em que os sujeitos estão inscritos. Destarte, os enunciados se constituem em um conjunto de já-ditos que permitem compreender todo o dizer da narrativização. Assim, salienta-se a importância de escrutinar as regularidades discursivas que, conforme assevera Foucault (2008), é um conjunto de enunciados determinados mediante a descontinuidade das relações que estabelecem entre si. Seguindo essa lógica, os discursos são regulares, porém dispersos de forma a manifestar o que o sujeito pensa e conhece. Nessa esteira, a regularidade discursiva apresenta “pistas” para a caracterização da formação discursiva e dos campos do saber. Por outro lado, percebemos que as formações discursivas podem ser constituídas a partir de alguns fenômenos linguísticos e entre eles está a seleção de vocábulos que provocam os efeitos de sentido nos textos jornalísticos. Assim sendo, em um primeiro momento, as observações analíticas apontaram para a construção da formação imaginária do sujeito migrante venezuelano, como alguém trabalhador, mas em busca de ascensão social e da fuga dos problemas socioeconômicos de seu país. Porém, a partir da implantação da Operação Acolhida, o efeito de sentido das narrativizações midiáticas passa a retratar este sujeito como um ser em extrema condição de vulnerabilidade social e econômica, em situação de dependência do governo brasileiro, como um indivíduo indolente, acomodado pela mendicância e condicionado a clandestinidade que o leva a viver à margem da sociedade. Durante a época das ações de acolhimento é perceptível notar a inclusão do migrante como porta-voz dos discursos relatando suas experiências durante o deslocamento, mas com a propagação da COVID-19, o migrante é silenciado causando o efeito de sentido do apagamento. Ademais, há regularidade na narrativização ao retomar, por meio de expressões, o arquivo do discurso jurídico, histórico e às vezes literárias para representar um acontecimento.

E por fim, a mídia recorre a elementos como o oficialismo enquanto forma de legitimar a discursivização, objetifica os venezuelanos e acrescenta a interlocução de especialistas como forma de contextualização de alguns fenômenos sociais para interpelar o outro a aderir a sua formação discursiva.

Palavras-Chave: Migração Venezuelana.Discurso Midiático**.**Análise do Discurso Francesa

SALES, Marco Paulo Bastos Souto Vieira. **Analyse du discours médiatique sur la migration vénézuélienne en Amazonie brésilienne**. 266f. Mémoire (Master en Lettres) — Programme de études supérieures en Lettres, Université Fédérale de Rondônia, Porto Velho, 2021.

RÉSUMÉ

Ce travail vise à analyser les effets de sens des discours produits par les nouvelles diffusées sur la migration vénézuélienne dans la période de 2016 à 2021. Le corpus de ce travail est constitué de 12 nouvelles, publiées par des véhicules de communication qui composent la presse grand public et les périodiques. l'État de Roraima Pour montrer l'image de ce migrant vénézuélien construite dans l'actualité qui a circulé sur le mouvement migratoire, nous nous appuyons sur le concept de formation idéologique, dans lequel Pêcheux (1995) souligne qu'il traite du fonctionnement des rapports de production pour interroger et soumettent l'autre à partir de représentations imaginaires partagées par l'individu empirique ou par la collectivité d'une société qui sont conçues par une conjoncture donnée. D'autre part, l'énonciateur est aussi questionné et soumis idéologiquement par d'autres dires. Dans cette perspective, nous observons une extériorité constitutive de la langue et des conditions de production qui ont permis la matérialisation des discours qui impliquent la migration des Vénézuéliens en Amazonie, à travers des nouvelles du corpus analysé, ainsi que les formations discursives dans lesquelles les sujets sont inscrits. Ainsi, les énoncés constituent un ensemble de déjà-dit qui permet de comprendre tout le dire de la narrativisation. Ainsi, l'importance de scruter les régularités discursives est mise en évidence, qui, comme l'affirme Foucault (2008), est un ensemble d'énoncés déterminés par la discontinuité des relations qu'ils établissent entre eux. Suivant cette logique, les discours sont réguliers, mais dispersés afin d'exprimer ce que le sujet pense et sait. Dans ce sillage, la régularité discursive présente des « indices » pour la caractérisation de la formation discursive et des champs de connaissance. D'autre part, nous nous rendons compte que des formations discursives peuvent être constituées à partir de certains phénomènes linguistiques et parmi eux se trouve la sélection de mots qui provoquent des effets de sens dans les textes journalistiques. Par conséquent, dans un premier moment, les observations analytiques ont pointé la construction de la formation imaginaire du sujet migrant vénézuélien, en tant que travailleur, mais en quête d'ascension sociale et d'évasion des problèmes socio-économiques de son pays. Cependant, à partir de la mise en œuvre d'Operação Acolhida, l'effet de sens des narrativisations médiatiques commence à dépeindre ce sujet comme un être en condition extrême de vulnérabilité sociale et économique, en situation de dépendance vis-à-vis du gouvernement brésilien, en tant qu'individu indolent, hébergé par la mendicité et conditionné par le secret qui le conduit à vivre en marge de la société. Pendant le temps des actions d'accueil, on remarque l'inclusion du migrant comme porte-parole des discours relatant ses expériences pendant le déplacement, mais avec la propagation du COVID-19, le migrant est réduit au silence provoquant l'effet de sens de l'effacement. De plus, il y a régularité dans la narrativisation lorsqu'il s'agit de

reprendre, par des expressions, le dossier du discours juridique, historique et parfois littéraire pour représenter un événement. Enfin, les médias recourent à des éléments tels que la bureaucratie comme moyen de légitimer la discursivisions, d'objectiver les Vénézuéliens et d'ajouter l'interlocution de spécialistes comme moyen de contextualiser certains phénomènes sociaux pour défier les autres d'adhérer à leur formation discursive.

Mots-clés : migration vénézuélienne, discours médiatique, analyse du discours français.

Lista de Quadros

Quadro 1 - Notícias Analisadas em 2016 148
Quadro 2 - Notícias Analisadas em 2017 155
Quadro 3 - Notícias Analisadas em 2018 166
Quadro 4 - Notícias Analisadas em 2019 182
Quadro 5 - Notícias Analisadas em 2020 199
Quadro 6 – Notícias Analisadas em 2021 212

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Migrantes Venezuelanos 140
Tabela 2 - Fluxo Migratório 141
Tabela 3 - Processo Migratório 142
Tabela 4 - Migrantes Venezuelanos 143

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Migrantes Venezuelanos.....140
Gráfico 2 - Fluxo Migratório.....141
Gráfico 3 - Processo Migratório.....142
Gráfico 4 - Migrantes Venezuelanos.....143

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 15
SEÇÃO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DA IMIGRAÇÃO VENEZUELANA PARA O BRASIL 17
1.1 Das migrações 17
1.2 MIGRAÇÕES NA AMAZÔNIA 41
Seção 2 – REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO 57
2.1. A ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA 57
2.1.1. Regularidades discursivas 62
2.1.2. O interdiscurso 69
2.1.3. A memória discursiva, o arquivo e o esquecimento 75
2.1.4. A formação discursiva 84
2.2. MÍDIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA 91
2.2.1. A mídia virtual, suas especificidades e prática social 91
2.2.2. Das manipulações à encenação da informação 99
2.2.3. Padrões de Manipulação na “ditadura midiática” 111
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES 138
3.1 NOTÍCIAS DE 2016 144
3.2. NOTÍCIAS DE 2017 150
3.3. NOTÍCIAS DE 2018 159
3.4. NOTÍCIAS DE 2019 170
3.5. NOTÍCIAS DE 2020 189
3.5 NOTÍCIAS DE 2021 205
CONSIDERAÇÕES FINAIS 216
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 226
APÊNDICE 238
ANEXOS 242

1 INTRODUÇÃO

A partir de 2016, houve uma intensificação da migração venezuelana no Brasil (SIMÕES, 2018). Para se ter uma dimensão do quantitativo migratório que chegou ao país, somente em 2018, os venezuelanos representavam cerca de 10% da população total do estado Roraima (LEMOS; ZAGANELLI, 2018). A principal porta de entrada dos venezuelanos no país está localizada na fronteira com Roraima entre as cidades de Pacaraima e Santa Elena do Uairén (RODRIGUES, 2006). A capital do Estado, Boa Vista, chegou a receber mais de 40 mil imigrantes só em 2018 (COSTA; BRANDÃO; OLIVEIRA, 2018). A ONU estima que o quantitativo de venezuelanos imigrando para o Brasil até o fim de 2019 poderia chegar a 200 mil, conforme afirma a pesquisa feita por Chade (2018).

O presente estudo tem como finalidade analisar como se constitui a imagem do sujeito imigrante venezuelano, pela perspectiva da formação imaginária e ideológica, nas notícias que circularam nos jornais *online* e à luz dos fundamentos da AD francesa a partir de um recorte no período entre agosto de 2016 e março de 2021 nos sites de notícias locais de Roraima e nos portais da grande mídia[2]. Para a constituição do *corpus*, selecionamos notícias veiculadas a partir de acontecimentos específicos de repercussão, noticiados pela imprensa, sendo estes os acontecimentos selecionados: a chegada dos primeiros migrantes venezuelanos em quantidade significativa ao Brasil pela fronteira com Roraima; a implantação da Operação Acolhida e o fechamento das fronteiras mediante a propagação da COVID -19.

Para tanto, partimos dos seguintes questionamentos: Qual a imagem que a mídia, nos veículos pesquisados, constrói do imigrante venezuelano? E como se constituem as formações discursivas e a partir de quais os efeitos de sentido são produzidos?

Assim sendo, como objetivos específicos, temos: evidenciar os efeitos de sentido gerados nas notícias a partir das formações imaginárias que, por sua vez, são pré-construídas a partir do funcionamento ideológico; observar como as mídias

[2]Grande Mídia ou Imprensa Tradicional ou Grandes Média é uma expressão usada para designar a mídia ou os médios de massas, que influencia um grande número de pessoas, refletindo correntes de pensamento dominantes.

locais e nacionais constroem a imagem do migrante venezuelano e esquadrinhar como se constituem as formações discursivas sobre o migrante venezuelano a partir das dispersões dos enunciados e das regularidades de sentido expressos no processo interlocutório.

Logo, dividimos essa pesquisa em três partes: na primeira trazemos um breve panorama da imigração venezuelana para o Brasil, com o intuito de situar o tema, o qual será analisado nas notícias. Esta primeira parte aborda uma introdução ao fenômeno migratório no cenário internacional; a concepção histórica dos processos de deslocamento humano, primeiramente, para o Brasil e em seguida para o estado de Rondônia; e as características da migração venezuelana para o Brasil, dado o fato de ser este o objeto de estudo desta pesquisa.

Na segunda parte da pesquisa, apresentamos os principais fundamentos trabalhados pela Análise do Discurso de linha francesa, tais como: os aspectos históricos; a heterogeneidade discursiva; o interdiscurso; a memória discursiva, o arquivo e o esquecimento; e a formação discursiva. Igualmente, nesta mesma seção, trabalhamos com o discurso midiático; as formas de manipulação e encenação da notícia pela imprensa, como forma de retratar um acontecimento real; os padrões de manipulação que circulam na suposta “ditadura midiática” proposta por Borges (2009); e as características do discurso midiático.

Na terceira e última sessão, descrevemos os resultados e as discussões da pesquisa, relacionando os conceitos trabalhados na fundamentação teórica com o *corpus* da pesquisa.E por fim, chegamos às conclusões finais, mediante as análises feitas a partir dos conceitos da AD francesa, de forma a notar os efeitos de sentido e a construção da imagem deste migrante venezuelano, bem como deste fluxo migratório aos olhares das instâncias midiáticas.

SEÇÃO 1–CONTEXTUALIZAÇÃO DA IMIGRAÇÃO VENEZUELANA PARA O BRASIL

1.1 DAS MIGRAÇÕES

A organização do mundo atual está voltada para a mobilidade, pois há uma nova hierarquia de poder centrada no direito à migração. Do ponto de vista da política internacional, há duas modalidades de deslocamento que são as de refugiados e internamente deslocados. Nessa lógica, implica em dizer que às restrições de acesso e a hostilidade que estão sujeitos ao permanecer em território estrangeiro, pode motivar ações clandestinas dos refugiados devido à condição de vulnerabilidade social e econômica. Já os turistas podem se mover internacionalmente em um mundo cada vez mais globalizado, pois para eles as fronteiras estão mais facilmente abertas, o direito a mobilidade é quase irrestrito, mais barato e rápido (MOULIN, 2012).Em síntese, o deslocamento do ponto de vista turístico atende aos interesses de uma sociedade capitalista, uma vez que, este movimento está relacionado com o acúmulo do capital, pois o turista investe ou gasta recursos no país de destino. Por outro lado, os refugiados, possivelmente devido às condições de vulnerabilidade econômica e social, são hostilizados com a sustentação de um discurso de securitização das autoridades, posto que, são responsabilizados pelas despesas públicas com serviços de assistencialismo social, saúde, segurança e educacional. Assim, a propagação deste discurso, securitizador e legitimado pelo poder público são perpetuados em uma ordem social vigente.

Na história da humanidade o homem sempre migrou e sempre migrará, seja por ordem natural ou econômica, política e social. A migração é inerente ao ser humano e, nos últimos séculos tem apresentado um volume significativo. Desta forma, Birol (2018) classifica a migração como uma mudança de residência, lançando a ideia do movimento de uma pessoa para outro lugar, por um tempo prévio ou determinado. Assim sendo, a emigração está relacionada com a saída do país para se estabelecer em outro, enquanto que a imigração pode ser definida como a entrada em um país, que não seja o país de nascimento e nem o país de residência habitual, para se estabelecer em um possível país de destino.

Ainda há os migrantes que voltam ao próprio país de origem,após um curto intervalo de tempo, conhecidos como migrantes temporários, enquanto outros migrantes optam por fixar-se em definitivo no país de destino. Ainda, é possível apontar a existência dos migrantes que trabalham sazonalmente, no sentido de se deslocar conforme o ritmo e da demanda de trabalho. Esses são os chamados migrantes sazonais, que tem como característica precípua, a mobilidade intensa (BIROL, 2018).

A migração consiste em uma decisão baseada em uma análise de relação entre os custos e os benefícios que envolvem diversos fatores, tais como econômicos, de segurança, bem-estar e acolhimento. Essencialmente, buscam-se melhorias nas condições de vida e uma imaginação para os potenciais cenários que possam vir a vislumbrar. A globalização intensificou esses fluxos migratórios, o que leva o ser humano a buscar a migração como um caminho próspero de oportunidades (SILVA; LIMA, 2018).

As migrações têm ganhado importância nas discussões da agenda internacional devido às consequências sociais que desencadeiam devido à falta de acompanhamento de uma política pública efetiva. Vedovato (2018) lembra que as imigrações tornaram-se tema central das eleições norte-americanas em 2016, com a proposta do *Dream Act,*a qual significa a Lei de Desenvolvimento, Apoio e Educação para os Menores Estrangeiros – a resolução propõe prestar amparo aos novos imigrantes recém-chegados aos Estados Unidos.

Por este ângulo, observa-seque as migrações geram conflitos devido ao aumento da diversidade, causado pela amplitude dos fluxos migratórios internacionais. A globalização se torna uma importante aliada para a intensificação destes fluxos na sociedade contemporânea. O lado positivo da migração consiste em uma maior consciencialização a respeito da contribuição que os migrantes podem proporcionar para o desenvolvimento econômico e sustentável do país de destino e também no país de origem. Ademais, quando há esse fluxo migratório, existe então, o reconhecimento da valorização dos direitos humanos e da boa governança que envolve essa temática. (GÓIS, 2018).

> O processo de globalização, acentuado nas últimas décadas, está intrinsecamente relacionado ao aumento do fluxo de bens, serviços, capitais e transportes. A facilitação da locomoção e da mobilidade, a partir destes fatores, contribuiu para que um crescimento não tão proporcional, mas significativo, dos fluxos de pessoas entre os Estados fosse registrado (PORTELA; SCHWINN, 2018, p. 700).

Nesta circunstância, é preciso compreender as relações conceituais que envolvem a cultura e seus efeitos em uma sociedade globalizada. Nyegray (2016) traz diversos entendimentos: um está ligado à ideia de cultivação de algo (perspectiva adotada pelo agronegócio); os costumes específicos de um povo que representa seus valores ou suas ideias; e ainda, a significação de palavras, gestos e objetos partilhados por indivíduos de determinado grupo

> Assim, como todas essas diferenças e dimensões, podemos concluir o seguinte: o que é considerado bonito, benigno, normal e correto para um agrupamento cultural pode não o ser para outro. Da mesma forma, o que é considerado certo numa cultura pode ser considerado errado em outra (NYEGRAY, 2016, p. 70-71)

Quiçá, essa ideia de cultura superior e inferior, possivelmente tenha surgido através de *Shils* quando adotou a distinção entre cultura superior, considerada como algo refinado e a cultura inferior, classificada como algo medíocre ou brutal, como bem expressa a citação a seguir:

> A primeira se caracteriza pela seriedade de seus temas, pela importância dos problemas dos quais se ocupa, sua maneira penetrante, coerente e sutil de exprimir a riqueza dos sentimentos. A segunda é menos original, mais imitativa. Recorre a gêneros da cultura superior e seus próprios, como a comédia musical. Enfim, a cultura brutal é aquela cujo conteúdo simbólico é o mais pobre, aquela em que há muito pouca criação original (MATTELART; MATTELART, 2001, p. 84-85).

Hoje em dia os estudos antropológicos e sociológicos admitem fatores que levam a uma diferenciação das culturas entre os povos elencando, assim: a distância do poder, a relação do coletivismo com o individualismo, as contraposições entre feminilidade e masculinidade, a tolerância ao risco e à incerteza e as orientações de curto ou longo prazo (NYEGRAY, 2016). Nesta lógica, então, “[...] o indivíduo é capaz de uma experiência singular, única, que traduz sua história de vida, sendo ao mesmo tempo submetido às forças de nivelamento e

homogeneização do comportamento" (MATTELART; MATTELART, 2001, p. 36). As relações e os contatos sociais podem levar a uma desintegração do sujeito, todavia o indivíduo é capaz de subtrair essas forças de homogeneidade, por meio de um processo comunicacional.

Os fluxos migratórios atuais, por exemplo, evidenciam essas pluralidades, pois são transnacionais, na medida em que, os migrantes desenvolvem e mantêm suas relações multifacetadas. Isso ocorre porque a região de fronteira possui uma rica diversidade cultural, além da grande circulação de pessoas e produtos (SILVA; LIMA, 2018).

No que diz respeito ao deslocamento, a interculturalidade é possibilitada devido ao processo migratório, pois é importante reforçar que a complexidade e o jogo de contradições da pós-modernidade, pois é possível, em virtude da consolidação da globalização, o que tornou a sociedade mais diversificada e levou ao surgimento de novas identidades. Neste sentido, o indivíduo se manifesta de maneira mais fragmentada sobre uma perspectiva de um extenso deslocamento das estruturas do mundo social (HALL, 2006). "Poderíamos dizer que a multiculturalidade e a reivindicação pela diferença trazem o apelo do reconhecimento e da garantia de direitos de diversas identidades [...]" (AMARAL, 2017, p. 201). Desta forma, os atores sociais irrompem questionamentos, indagações, reflexões e desafios, em que a sociedade coloca como inquirição, o respeito às diferenças e as pluralidades culturais.

A compreensão dos fenômenos sociais em torno do multiculturalismo é o que motiva o ser humano a encorajar a sociedade no sentido de que os sujeitos possam ser empoderados e capazes de articular, compartilhar e transformar os interesses comuns de forma a superar qualquer tipo de espectro egocêntrico (AMARAL, 2017).

Nessa esteira é salutar no que diz respeito à solidariedade ao fincar raízes no território alheio, posto que em algumas comunidades, os imigrantes constroem relações afetivas que servem de referência para os que a integram. Quando se reconhece um conterrâneo, por exemplo, há maior empatia e solidariedade e, por isso, a existência de uma rede social dos imigrantes, que por sua vez, possibilita um apoio elementar para que o migrante se instale, sinta-se acolhido e até inicie uma nova vida de forma digna no país estrangeiro. As ações de solidariedade entre os

conterrâneos minimizam a distância do país de origem e a saudade de seus entes que ficaram na terra natal (RODRIGUES; VASCONCELOS, 2012).

Sem embargo, a globalização transcende efeitos que afetam o ambiente político-ideológico e cultural,originando profundo impacto devido à popularização das novas tecnologias e a construção de uma nova maneira de pensar e estabelecer novas subjetividades que tornam a sociedade ainda mais complexa que outrora. O deslocamento é visto pela sociedade contemporânea como um choque de relação entre igualdades e diferenças.

> [...] até recentemente nossas lutas tinham como referência fundamental a afirmação da igualdade. O direito à diferença não tinha ainda aparecido com a força que tem hoje. No entanto, atualmente a questão da diferença assume importância especial e transforma-se num direito, não só o direito dos diferentes a serem iguais, mas o direito de afirmar a diferença [...]. Não se trata de afirmar um pólo e negar o outro, mas de articulá-los de tal modo que um nos remeta ao outro. (CANDEAU, 2008, p. 47)

Portanto, não se deve negar a diferença para que se afirme uma igualdade de um indivíduo, ao mesmo tempo em que, não se deve negar a igualdade de um sujeito, para afirmar a existência de uma diferença. No entanto, a autora entende que os obstáculos, somente, serão possíveis de serem superados, quando os sujeitos trabalharem a igualdade na diferença (CANDEAU, 2008). Neste sentido, a sociedade pós-moderna se depara com os efeitos de uma cultura hibridizada, ou seja, a existência de efeitos em fenômenos sociais que impactam no processo de transformação de suas estruturas por meio de representação simbólica de elementos materializados que, por sua vez, condiciona o sujeito a uma compreensão e a reprodução deste processo de mutação (CANCLINI, 2015).

> Historicamente, sempre ocorreu hibridização, na medida em que há contato entre culturas e uma toma emprestados elementos das outras. No mundo contemporâneo, o incremento de viagens, de relações entre as culturas e as indústrias audiovisuais, as migrações e outros processos fomentam o maior acesso de certas culturas aos repertórios de outras (AMARAL, 2017, p. 203)

Partindo do pressuposto de que inexiste do ponto de vista geográfico, sociológico e antropológico, qualquer nação provida de apenas um único povo, cultura ou etnia, Amaral (2017) considera que todas as nações, portanto, são híbridas. O processo de migração no mundo globalizado ocorre de forma multidirecional e, com isso, as relações interculturais são potencializadas. Diante

dessa circunstância, essas relações desencadeiam em uma autoafirmação da diversidade cultural que se desenvolve e se apresenta de maneira mais dinâmica na sociedade, contudo manifesta mazelas sociais crônicas em que Canclini (2015) elenca: o subemprego e a destituição de camponeses e indígenas para usufruírem de suas terras para sobreviver. Não tão diferente ocorre com os migrantes que são tratados muitas vezes com certa resistência pelos nacionais, conforme visto anteriormente.

No ponto de vista de Candeau (2008) somente as lutas dos grupos sociais discriminados e excluídos da plena cidadania poderão se responsabilizar por constituir o multiculturalismo. Nesta perspectiva, é possível afirmar que as culturas sofrem continuamente um processo de elaboração, construção e reconstrução que estão enraizados pela história, ao mesmo tempo em que, por serem dinâmicos, não se firma em um padrão cultural específico. Esse fator é o que mobiliza a construção permanente das identidades culturais e o seu processo de hibridização.

Desta forma, Portela e Schwinn (2018) creditam a influência da globalização nos fluxos migratórios, estes por sua vez têm como característica a heterogeneidade desse processo, afinal, há diferenciação em diversos níveis, potencialidades, desigualdades e outras forças. Há um redimensionamento das noções de espaço e tempo as quais constituem a intensificação das relações sociais em escala mundial, ou seja, localidades outrora distantes agora estão mais integradas às regiões mais centralizadas.

Há outros fatores que também contribuíram para o aumento do fluxo migratório mundial, a partir do século XX, desencadeado pela globalização. Tais fatores são a reestruturação produtiva, os avanços nos meios de comunicação, transmissão da informação e nos transportes, além do estabelecimento migratório através de conexões excedentes dos limites políticos e administrativos dos Estados (DOMENICONI; DEMÉTRIO, 2018).

No entanto, é importante observar alguns efeitos inerentes causados pela globalização. Os principais efeitos são o surgimento de movimentos sociais ecológicos, étnicos e de mulheres; à descentralização da produção por parte das multinacionais, à fragmentação das grandes ideologias, ao surgimento das

manifestações de uma sociedade civil mundial e a criação de uma identidade de cidadania planetária (PORTELA; SCHWINN, 2018).

Os fluxos migratórios estão sujeitos ao surgimento de conflitos provocados por uma sociedade cada vez mais competitiva, seja pelo mercado de trabalho ou pela pluralidade cultural entre os povos. Esses conflitos têm estimulado, por exemplo, aos Estados Unidos a restringirem a entrada de imigrantes no país, mesmo daqueles que buscam o refúgio. Tal fator se caracteriza como uma violação dos direitos da pessoa humana (VEDOVATO, 2018).

A entrada de imigrantes indocumentados é vista com grande desconfiança pelos países desenvolvidos. Os Estados Unidos, por exemplo, registraram um aumento no período entre 1985 a 2002, que corresponde a 750% dos gastos públicos, para fins de deter ou expulsar os imigrantes que estão em situação de ilegalidade em seu território. Dado que, a partir de 1986, durante o Governo de Ronald Reagan, os norte-americanos iniciam uma política de anistia aos imigrantes latinos e, ao mesmo tempo, passam a reforçar militarmente as fronteiras.Além de que o ano 2002 sucedeu o período em que a temática da segurança territorial volta a ficar em evidência na América do Norte, após os atentados terroristas ao *WorldTradeCenter* e ao Pentágono.Nos últimos anos, o continente norte-americano se tornou um campo aberto e se transformou em área de vigilância militarizada nas zonas de fronteira (PIÑEIRO; LANDA, 2018).

Nesta perspectiva, os autores trazem profundas reflexões acerca da proposta do governo norte-americano em construir um muro que separaria, fisicamente, os Estados Unidos do México. De acordo com o pesquisador, essa medida reforça a disseminação dos discursos de securitização, principalmente entre os países desenvolvidos, mas isso não quer dizer que as sociedades dos países periféricos abstenham-se da segregação deste outro, visto como forasteiro ou invasor. No caso dos Estados Unidos, a proposta do muro ganhou força durante a campanha eleitoral de Donald Trump, como uma política de contenção à migração ilegal na fronteira sul estadunidense e uma forma de economizar com a deportação massiva de imigrantes indocumentados que chegam à terra do Tio Sam (PIÑEIRO; LANDA, 2018).

Depois dos atentados terroristas, como foi o caso do *World Trade Center* nos Estados Unidos– ocorrido em setembro de 2001 -e de artefatos explosivos em

Madrid e Londres, em 2004 e 2005 respectivamente, que o controle das fronteiras se tornou pauta essencial nos assuntos ligados a segurança do território nacional. É importante destacar que a abertura das fronteiras significa a expansão do mercado devido a troca de produtos comerciais e, como consequência, reduz o controle de mercadorias e circulação de pessoas (SALGADO, 2018). Se por um lado a abertura das fronteiras é benéfica para a economia, por outro limita a atuação de segurança.

> [...]Temos assistido a uma maior consciencialização sobre o contributo positivo dos migrantes para o desenvolvimento económico e sustentável (quer no país de destino quer no país de origem, à implementação de políticas de valorização dos direitos humanos e de boa governança no quadro das migrações ao emergente desenvolvimento do transnacionalismo, tanto a nível das políticas como das práticas transnacionais das diásporas. Ao mesmo tempo temos vindo a assistir, ao longo da última década, à radicalização de discursos e de prática de cariz xenófobo e racista que voltam a um discurso de imigração zero; a uma racialização e xenofobia dos discursos políticos; a práticas de securitização e de fechamento de fronteiras ou de escolha seletiva de imigrantes, acolhendo os mais ricos e qualificados e fechando a porta a todos os outros [...] (GÓIS, 2018, p. 41)

Os fluxos migratórios na Europa ficaram mais intensos nos anos 1970, sobretudo, em áreas mais pobres para as regiões mais ricas e das antigas colônias. Enquanto nos anos 1980, esse fluxo torna-se tão grande, desencadeando em protestos e movimentos xenófobos, onde é justamente, quando as autoridades políticas ponderam a possibilidade de restringir a entrada de estrangeiros. Já nos anos 1990, a característica dessa migração consistiu em um movimento do Leste e aumento de pedidos de asilo, com novos ataques contra imigrantes e mais manifestações xenófobas. Desde então, há uma cooperação internacional de combate a imigração no continente (SALGADO, 2018).

O fato, na verdade, é o quanto as migrações podem provocar a radicalização de discursos e práticas de caráter xenófobo e racista, motivados pela prática de securitização e fechamento de fronteiras. Góis (2018) não descarta o fato de algumas nacionalidades adotarem uma política seletiva de imigrantes pautada no acolhimento por razões econômicas, cor e qualificação profissional. Além disto, quem não se enquadra aos padrões propostos pelo país receptor é excluído de acesso ou impedido de cruzar a fronteira.

Nos países desenvolvidos, essa exclusão é ainda mais intensa, Silva et al. (2018) lembram que os países europeus têm restringido mais o acesso de populações nacionais de países terceiros, ou seja, aquelas nações que não fazem parte da Comunidade Europeia. A política externa desses povos sustenta o discurso securitário relativo à imigração, o qual se sobrepõe ao direito dos cidadãos oriundos de países terceiros, relegando a sua importância demográfica e econômica, uma vez que, algumas nações europeias enfrentam dificuldades de reposição da mão-de-obra pelo fato de a população estar envelhecida. Além disso, as questões imigratórias costumam ser utilizadas como moedas de troca quando o discurso de segurança prevalece sobre as ações políticas de amparo ao imigrante. Para evitar a travessia de alguns migrantes, há governos que buscam intimidar e implantar o terror para desestimular o tráfego.

> Porém, algo mais imperioso que a devolução, como o direito à vida, também é desrespeitado, afinal, a incapacidade ou mesmo a recusa do salvamento a um barco ou a colocação de obstáculos que dificultem a travessia de tal forma que a tornem quase impeditiva, significa que, na verdade, o que se está a cultivar essas pessoas é a própria vida (SILVA et. al, 2018, p. 68).

Embora exista a distinção entre as sociedades tradicionais e modernas, as sociedades tradicionais possuem uma característica peculiar que consiste em venerar o passado e valorizar os símbolos de seus antecedentes, que se perpetuam mesmo após várias gerações. Por outro lado, as sociedades modernas têm como premissa, a valorização das experiências de convivência e mudanças rápidas, abruptas, abrangentes e contínuas. Essa mutação coloca em jogo a fragmentação das identidades, mas ao mesmo tempo possibilidade com que essas mesmas identidades sejam pluralizadas. O sujeito da sociedade pós-moderna é descentrado que pode ser caracterizado da seguinte forma:

> Aquelas pessoas que sustentam que as identidades modernas estão sendo fragmentadas argumentam que o que aconteceu à concepção do sujeito moderno, na modernidade tardia, não foi simplesmente sua desagregação, mas seu deslocamento. Elas descrevem esse deslocamento através de uma série de rupturas nos discursos do conhecimento moderno (HALL, 2006, p. 8)

Neste contexto, o autor apresenta três formas distintas de descentramentos do sujeito, a partir de uma perspectiva marxista, freudiana e saussuriana. E isso tem a ver com o conceito de desterritorialização, que para Hall (2016,) consiste na ideia de território como espaço de estabilidade e organização, fatores essenciais para a ocorrência da globalização cultural, os quais favorecem a ocorrência da manifestação de misturas que levarão a ganhar novas características, ou seja, evita-se a unificação ou a padronização da cultura.

Se Hall defende que a identidade é formulada a partir da interação do sujeito com a sociedade, então será a identidade responsável por costurar o sujeito na sociedade. Deste modo, não seria exagero afirmar que uma tentativa de construção de uma nova identidade, possibilita o estabelecimento de novas relações em contato com o estrangeiro, pois o imigrante carrega na bagagem, uma cultura rica e diversificada, que pode entrar em contato com a cultura do país receptor e desta forma transforma as relações sociais. Esse processo é chamado de ressignificação, uma vez que, o deslocamento leva o imigrante a se reapropriar a novos signos (RODRIGUES; VASCONCELOS, 2012).

Pela perspectiva migratória, é nítida a necessidade de inserir a representação cultural dos povos imigrantes às suas nacionalidades particulares, no sentido de provir uma reestruturação urbana, que por sua vez, pode se tornar fundamental a uma reconstituição dos processos globais como, por exemplo, a acumulação de capital (FELDMAN-BIANCO, 2012). É preciso observar ainda, que em todo processo de territorialização ocorre a reterritorialização, podendo haver conflitos ao longo desse processo e, tal fator é comum de ser enfrentado, sobretudo, por povos migrantes que ao se sentirem deslocados buscam uma reterritorialização (HALL, 2016).

A migração consiste, justamente, em transitar por diferentes nacionalidades e culturas para disseminar novas ideias e práticas sociais. O imigrante, muitas vezes, é visto como um intruso pelo nativo, mas podem ser aceitos para o convívio quando negociam com os elementos culturais, entre eles a adaptação a língua estrangeira, que, muitas vezes, se torna umas das principais barreiras que dissipam as relações sociais do imigrante com o nativo (RODRIGUES; VASCONCELOS, 2012).

A hibridização é outro fator presente no desenvolvimento da língua, uma vez que, a língua está sujeita a mudanças. Ora, pois, acompanha os processos de transformações sociais e culturais, além dos avanços tecnológicos e os movimentos artísticos. Esse fenômeno é possível por conta da mediação dos empréstimos linguísticos, que expressam a relação de domínio político e cultural de uma sociedade sobre a outra (MARIUZZO, 2007).

Na óptica de Feldman-Bianco (2012), a emergência do multiculturalismo e da política de identidades só se tornou possível através dos movimentos das minorias ao desafiar a hegemonia cultural de grupos dominantes. Pode-se dizer que essas minorias são compostas por mulheres, crianças, negros, pobres, deficientes físicos ou mentais e migrantes. A partir do momento em que as políticas de reconhecimento tiveram como alicerce a diferença, estas passaram a ser relacionadas tão somente às ideologias multiculturalistas, em diversos países, ou seja, não foi uma condição exclusiva do Brasil.

> [...] os trabalhadores imigrantes têm de encontrar meios de lutar para reelaborar suas identidades pessoais e economias familiares que frequentemente se estendem transnacionalmente. Essas lutas tem sido parte de movimentos sociais por direitos, como também por representação cultural (FELDMAN-BIANCO, 2012, p. 84).

As ideologias multiculturalistas são de suma importância para o imigrante e para a sociedade que o acolhe, justamente, porque reforçam o pertencimento a uma única sociedade e apenas um Estado-nação. Os migrantes internacionais têm adiante um cenário peculiar, pois pertencem a dois países e desenvolvem campos sociais transnacionais. As novas concepções de nação por uma perspectiva que se afasta do nacionalismo, estimulam e reforçam as conexões e práticas transnacionais dos migrantes (FELDMAN-BIANCO, 2012).

Quiçá, o acolhimento esteja acondicionado com a menor distância psíquica desse imigrante? Apesar de não ser a proposta desta pesquisa, suscita-se a investigação sociológica ou antropológica entre o distanciamento psíquico e a sua possível influência para o processo de acolhimento do imigrante. A distância psíquica trata-se de um conceito desenvolvido na administração de empresas como estratégia de internacionalização dos negócios, comumente utilizado nas relações internacionais e no comércio exterior. Esse conceito está associado com a ideia na

qual, quanto mais similar ou próximo no aspecto cultural, idiomático, geográfico, comportamental de uma empresa e a sua cultura organizacional colocada em relação a um Estado estrangeiro que pretende fixar-se, menor é o risco desta empresa fracassar seu projeto de internacionalização. Ao mesmo tempo em que é maior a probabilidade de entrada no mercado consumidor estrangeiro dos produtos e serviços oferecidos pela empresa nacional devido à similaridade psíquica do mercado consumidor em que pretende internacionalizar-se (DALLA COSTA; SANTOS, 2012; NYEGRAY, 2016).

Não obstante é preciso reconhecer que existem comunidades de imigrantes que valorizam os aspectos históricos, como é o caso de alguns povos indígenas, que ao migrarem tanto no território nacional, como internacional, buscam mobilizar a construção das tradições passadas para reafirmar suas origens étnicas, conforme pode ser visto na citação a seguir:

> Na busca por entender a construção deste passado com os indígenas tem me chamado a atenção em suas narrativas as menções sobre longos e sucessivos deslocamentos que seus antepassados sofreram, os quais são atribuídos aos movimentos de fuga, especialmente de guerras. Em sua maioria, essas narrativas trazem ricas e detalhadas descrições dos locais e estratégias de fuga, dando indicações de fortes e intensos movimentos migratórios que foram, de modo geral, ignorados pela literatura histórica (IORIS, 2012, p. 123)

A passagem de tempo tem como propósito conferir uma particularidade em relação à história destes povos que buscam ainda a reconstrução do passado para trazer referência aos movimentos de fuga, migrações e novas formas de organização social. Neste sentido, Ioris (2012) entende que as questões sobre as migrações indígenas poderiam ser mais bem exploradas, a partir de uma perspectiva da narrativa destes povos, que por sua vez, não possuem uma voz imponente na literatura histórica. Esse fator contribui para o fato de praticamente inexistir informações que possibilitam uma melhor compreensão a respeito das estruturas e organizações deste grupo migratório e a dinâmica de suas relações em uma sociedade multiétnica.

No caso específico dos indígenas, o deslocamento é motivado em virtude das perdas territoriais e o desaparecimento de vários outros grupos indígenas. Esses povos se deparam com uma situação peculiar que é o deslocamento dessa

população, muitas vezes, acontece para atender aos interesses, supostamente, obscuros de empresários que se instalam em seus domínios culturais e territoriais e busca reacomodá-los com a iminência de aproveitar a mão-de-obra destes indivíduos (IORIS, 2012).

Ademais, a valorização da historicidade, a partir da preservação do passado e das tradições destes povos, só resiste por conta dos cacos de memória que estão presentes nas ruínas e se espalham de forma fragmentada, descontínua e inacabada. Contudo, há um movimento atual de que essas histórias sejam reavivadas e revalorizadas, uma vez que, as narrativas possibilitam o trabalho de restauração da história propriamente dita, a partir da recuperação dos fragmentos narrativos desta gente (IORIS, 2012).

Finalmente, Bordenave (1997) assegura que a transformação das crenças, dos valores e dos comportamentos do indivíduo só é possível através das formas da comunicação, visto que, permeia o processo de interação social através de mensagens,as quais, por sua vez, se propõem elevar de maneira precípua a qualidade da interação e do convívio social.

Portanto, é importante compreender este complexo fenômeno que envolve a pluralidade, a diversidade e as identidades culturais que estão relacionadas com os fenômenos migratórios e o deslocamento humano. O crítico literário R. Williams, por exemplo, situa a cultura como algo que provém de fora da sociedade, pois pelo seu ponto de vista, a cultura nada mais é do que um processo global, no qual as significações são sociais e historicamente construídas pela sociedade (MATTELART; MATTELART, 2001).

Além do que fora exposto, Salgado (2018) há quatro tipos de migração possíveis de acontecer, sendo elas: em cadeia, étnicas, trabalhadores e refugiados ou expulsos. São modalidades formadoras da migração legal, onde para ser concebido dependerá da regulamentação dos Estados estrangeiros. Além destas migrações legais, ainda há as do tipo ilegais baseadas na tentativa de cruzamento da fronteira forçadamente ou por ajuda de atravessadores, conhecidos também como coiotes.

De acordo com o Guia para comunicadores (2019), documento editado pela Agência da *ONU* para Refugiados (Acnur), a principal diferença entre migrantes e

refugiados é o motivo do deslocamento. Nesse hiato, a motivação do refugiado para migrar consistiria no deslocamento forçado, enquanto o migrante opta pelo deslocamento por motivos alheios, que não necessariamente estejam ligados à exposição de riscos para à própria integridade física, caso algum dia retorne para o país natal. Assim, o documento estabelece como princípio o fato de que, todo refugiado é migrante, mas nem todo migrante é refugiados. Como é possível detalhar a seguir:

> A palavra “migrante” costuma ser utilizada para designar aquele que se desloca dentro de seu próprio país e também pode ser usada para falar dos deslocamentos internacionais [...]. Já o termo “imigrante” se refere em específico à pessoa que vem de um outro país, enquanto “emigrante” é quem deixa seu país de origem para viver em outro – ou seja, o imigrante é considerado um emigrante para seu país de origem e vice-versa [...]. Uma associação errônea comum em relação aos refugiados é a de que, por serem forçados a fugir de um determinado país onde sua visa está ameaçada, teriam cometido alguma irregularidade e por isso seriam fugitivos. No entanto, os refugiados são pessoas que não tiveram outra opção senão a de sair de seus países de origem, por motivos de perseguições diversas e de violações de direitos humanos, situações que podem custar-lhes a vida. (ACNUR, 2019, p. 10).

Embora este mesmo relatório do Acnur (2019) condene associar a entrada de imigrantes sem documentação em outro país, por considerar uma conotação altamente negativa e depreciativa, por retomar a uma conceituação de atividade ilícita, a entrada de imigrantes indocumentados é vista com grande desconfiança, principalmente pelos países desenvolvidos. Nos últimos anos, o continente norte-americano tornou-se um campo aberto e transformou-se em área de vigilância militarizada nas zonas de fronteira (PIÑEIRO; LANDA, 2018).

Montero e Ferré-Pavi (2017) trazem como exemplo a forma como a mídia espetaculariza os acontecimentos reais a partir do tratamento dado aos fatos, como é o caso dos atentados contra a Redação do jornal Charlie Hebdo ocorridos na França em 2015, e os ataques provocados em Madrid um ano antes por grupos fundamentalistas radicais islâmicos. As autoras defendem que a cristalização da xenofobia pode ter relação direta com a dramatização, o sensacionalismo e o apelo emotivo na cobertura destes acontecimentos pelas instâncias midiáticas.

Essa interpelação ocorre diante de recursos utilizados para a espetacularização da informação, tais como o estabelecimento de padrões que se

repetem no tratamento das informações, a seleção de palavras (“terrorismo”, “islamismo radical”, “ameaça jihadista na Europa”), uso de adjetivos qualificativos, a ênfase na entonação de voz, a seleção das imagens apelativas, as pausas prolongadas, a sustentação da história e as imagens capturadas, a mesclagem entre as imagens dos fatos e as do arquivo recriando simulações, a reconstrução dos acontecimentos com diferentes cortes das imagens reais e a transformação da notícia apresentada de forma atemporal ou explorada com fatos atualizados, mas investindo no efeito do perigo ou do medo que, por sua vez, criou a dualidade entre a condenação aos atentados sofridos na Europa e a defesa pela investida em um contra-ataque ou retaliação contundente (MONTERO; FERRÉ-PAVI, 2017).

Ainda segundo Montero e Ferré-Pavi (2017), o uso destes mecanismos, mencionados acima, por meio da repetição, ajuda a construir a imagem do objeto discursivo para a formação imaginária da sociedade a respeito deste. É importante ressaltar que a narrativização do fato real significa a representação deste fato por uma perspectiva ideológica, defendida pelo profissional de imprensa ou do veículo midiático.

Assim, os discursos circulantes na Europa, por exemplo, tornam-secarregados de tensão, pelo estigma que as sociedades do bloco lançam sobre os imigrantes e refugiados, ao associá-los a criminosos ou ameaçadores aos sistemas de segurança social e à identidade cultural e por isso, muitas nações buscam frequentemente coibir com bastante veemência a entrada desse público, os quais são vistos como pessoas perigosas à soberania nacional. Desta forma é possível assegurar que “[...] enquanto existir uma diferença tão acentuada entre níveis de rendimento e condições de vida, o indivíduo sempre buscará o que lhe parecer melhor, ocorrendo assim um claro incentivo à imigração” (SILVA et. al, 2018, p. 61).

Como alternativa para dificultar a entrada e a permanência desses oriundos, sobretudo de lugares pobres, muitos países desenvolvidos – a exemplo de nações europeias – violam acordos internacionais que asseguram os direitos humanos, ao recorrerem às expulsões coletivas desses imigrantes, sonegarem socorro nas travessias de embarcações e ainda negarem o direito à vida para os refugiados.

A situação de vulnerabilidade social e econômica em que o imigrante e o refugiado são sujeitados interfere diretamente em situações discriminatórias dessas

pessoas, diante do fato da sua condição de dependência suscitar o incômodo aos nativos. Como é destacado a seguir:

> Por serem vulneráveis, sofrem inúmeras situações discriminatórias, onde se submetem às condições de abuso, exploração e violação de direitos humanos. Paralelamente a este processo, assistiu-se o fortalecimento de preconceitos xenófobos e estereótipos fomentados pelo medo, pela incerteza e pela insegurança que, através de um olhar ético silencioso, propiciaram uma "cegueira moral", do indivíduo e do poder público, em relação à população migrante (PORTELA; SCHWINN, 2018, p. 703).

Na percepção dessas autoras, os fatores endógenos, tais como as crises econômicas, as perseguições políticas e religiosas, guerras e catástrofes ambientais contribuem para estimular esse fluxo migratório, o que permite compreender a relação do processo de deslocamento humano em razão da estrutura de um sistema, o qual coloque em risco a vida ou a integridade humana. Mas também, existem as condicionantes exógenas que influem neste fluxo migratório, como é o caso da busca por melhor qualidade de vida, acesso a instituições educacionais de maior qualidade ou que disponibilizam o curso almejado, oportunidades de trabalhos e entre outras condicionantes dessa natureza, ou seja, os processos de migração decorrem, a partir dos fenômenos de maior controle ou tangibilidade do sujeito migrante (PORTELA; SCHWIN, 2018).

Por outro lado, Salgado (2018) recorda outro aspecto que atenta contra os direitos da pessoa humana que é a rigidez no controle da entrada desses imigrantes. Isto ocorre porque a securitização estimula o tráfico de pessoas nas áreas transfronteiriças, o contrabando e atividades de exploração econômica ilegal ou clandestina. Assim, é possível dizer que há uma "indústria" ou a comercialização em decorrência da imposição de barreiras e obstáculos que objetivam a seleção ou o controle da entrada de migrantes, prova disso é a existência dos *coiotes,*os quais são uma espécie de atravessadores ou agentes que usurpam financeiramente os imigrantes ao prometer a entrada ou a travessia para o país em que deseja entrar, mesmo que para isso utilize de rotas clandestinas. O autor defende a solidariedade a esses povos que buscam melhores condições de vida ao cruzarem a fronteira:

> [...]En cuanto a la questión de seguridade interna, hay dos aspectos importantes a considerar: primero, la creencia según la cual los inmigrantes son delincuentes es falsa; segundo, la formación de células terroristas va

> más allá de los controles de las fronteras exteriores[3](SALGADO, 2018, p. 80)

Essa discussão também é tratada por Martins e Martins (2018), que acreditam ser natural encontrar indivíduos suspeitos, como bandidos comuns, traficantes de pessoas, terroristas ou traficantes de drogas entre alguns imigrantes, mas isso ocorre devido ao grande fluxo humano que cruza as fronteiras. Ao inserir ou classificar os imigrantes e refugiados nesta condição de marginalidade perante a sociedade local, as autoridades colocam em risco até mesmo a integridade desse migrante, pois alçam a mesma condição de criminosos da mais alta periculosidade. Contudo, é importante assinalar que é tomado como suspeito, justamente porque não pertence ao grupo ou a este novo espaço no qual busca a inserção.

> [...] O fato das fronteiras britânicas não terem poder suficiente para controlar a entrada de migrantes não europeus em seu território fez com que o governo, através do Home Office, indiscriminadamente, inserisse migrantes indocumentados, já dentro do Reino Unido, no grupo de risco ao lado de criminosos estrangeiros como, por exemplo, terroristas e traficantes (DIAS, 2018, p. 118)

No ponto de vista de Portela e Schwinn (2018), os Estados democráticos precisam estabelecer regras claras e justas para a admissão e o acolhimento dos imigrantes, ao mesmo passo em que, devem propor a criação de taxas mais acessíveis para possibilitar o processo de legalização, pois conforme as autoras apontam, esse é um dos maiores obstáculos para a regularização do imigrante em terras estrangeiras, uma vez que há países que cobram taxas muito altas e o processo se torna extremamente burocrático, o que desestimula a legalização. Até então, as políticas públicas são criticadas pelas autoras por considerarem insuficientes, e osestados têmapresentado dificuldades para dar respostas, no sentido de resolver, de uma vez por todas, os problemas que envolvem a migração, tais como as mazelas sociais, o acesso aos serviços públicos básicos, a proteção à dignidade humana, as políticas para o acolhimento e integração, a geração de emprego ou renda, a oferta de moradia digna e entre outras.

---

[3]Em relação à questão da segurança interna, há dois aspectos importantes a considerar: primeiro, a crença de que os imigrantes são criminosos é falsa; segundo, a formação de células terroristas vai além dos controles de fronteiras externas (**tradução nossa**)

Diante do que foi exposto é salutar o destaque as diferenças entre as terminologias, “[...] os refugiados são pessoas que cruzam fronteiras internacionais na tentativa de escapar de conflitos armados, que possuem fundado temor de perseguição e que sofrem generalizadas violações de direitos humanos” (PORTELA; SCHWINN, 2018, p. 702). As autoras reforçam que os refugiados, a princípio, não podem ser expulsos em virtude das garantias asseguradas pelos acordos internacionais que tem a premissa de protegê-los contra a devolução de perigos dos quais fugiram, disponibilidade de acesso a asilo justo e eficiente e implantação de medidas que garantam os direitos humanos básicos a serem respeitados, tais como as condições dignas e seguras de vida a longo prazo.

> Segundo a Convenção de 1951 refugiado é aquele que devido a fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a determinado grupo social ou opinião política, encontra-se fora de seu país de origem ou que se encontra incapaz ou indesejoso de, devido a esse temor, submeter-se à proteção daquele país ou de a ele retornar (MOULIN, 2012, p. 278)

Há diferença legal nos tratos conferidos aos migrantes e refugiados, pois, de acordo com as pesquisadoras, os migrantes podem ser classificados como “pessoas que escolhem se deslocar, não por causa de uma ameaça direta de perseguição ou morte, mas principalmente para melhorar sua vida em busca de trabalho ou educação, para reunião familiar ou por outras razões” (PORTELA; SCHWINN, 2018, p. 702). Os migrantes são tratados de acordo com a própria legislação nacional, enquanto os refugiados são possuidores de prerrogativas legais específicas e tratados de acordo com critérios e normas internacionais, previamente estabelecidos nas convenções internacionais vinculantes.

Segundo o relatório Tendências Globais do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), há uma tendência de crescimento do número de refugiados em todo o planeta. No início de 2017 foram registrados 65,5 milhões de refugiados, o equivalente a 1 a cada 113 pessoas no mundo. Há um aumento de 300 mil refugiados por questões de perseguição, seja política, étnica, religiosa, orientação sexual, ou ainda em razão de conflitos, violência e outras formas de violação aos direitos humanos (MAGALHÃES et al., 2018).

Na opinião de Assis, Vedovato e Simões (2018), o migrante é o indivíduo que se desloca de país ou região geográfica para o território de outro país ou outra região geográfica. Deste modo é preciso compreender o que determina uma área de fronteira. “Na nossa opinião, as fronteiras não são algo pronto como um dado da natureza, mas uma construção histórica, política, econômica e social” (COTINGUIBA-PIMENTEL; CONTIGUIBA, 2018a, p. 217). Portanto, o Estado é detentor do poder legítimo e do uso da força física para definir o que pertence ou não o território nacional.

Para explicar a perspectiva a respeito de pertencimento e territorialidade, Mattelart e Mattelart (2001) asseveram que três elementos constituem uma comunidade: uma população organizada em um território em que o indivíduo esteja enraizado, a vivência em uma relação de interdependência mútua e a luta por espaços interindividuais. A divisão do trabalho se reflete, por exemplo, em uma estratégia sem planejamento de cooperação competitiva na organização humana.

Por outro lado, no que se refere ao Brasil, Simioni e Vedovato (2018) lançam duras críticas à legislação do país porque ela qualifica o migrante indocumentado, como um clandestino. Outro fator negativo é a existência da supressão do direito de livre circulação pela fronteira dos povos indígenas e das populações tradicionais. É importante destacar que aos olhares da lei, o migrante consiste em uma pessoa que se desloca de país ou região geográfica ao território de outro país ou de outra região geográfica, sendo ele imigrante, emigrante, residente fronteiriço ou apátrida.

Após vários anos de discussão, a Nova Lei de Migração revogou o Estatuto do Estrangeiro e trouxe o conceito de residente fronteiriço que outrora não era previsto na legislação, sendo considerado como “pessoa nacional de país limítrofe ou apátrida a qual conserva a sua residência habitual em município transfronteiriço de país vizinho” (SIMIONI; VEDOVATO, 2018, p. 306). Essa legislação assegurou importantes avanços a exemplo da definição de novas diretrizes acerca da política migratória brasileira, no sentido de prever a integração e o desenvolvimento nas regiões de fronteira. Doravante, o registro de residente fronteiriço deve ser feito na Polícia Federal quando recebe a Carteira de Registro Nacional Migratório que o identificará e caracterizará a sua condição. Os autores elencam alguns motivos que levam à permissão e à concessão de autorização de residência no Brasil, dividindo

em dois grupos: o primeiro, grupospautados em elementos de finalidade e o segundo em elementos subjetivos:

> No primeiro grupo se encontram questões como pesquisa, ensino ou extensão acadêmica; tratamento de saúde; acolhida humanitária; estudo; trabalho; férias-trabalho; prática de atividade religiosa ou serviço voluntário; realização de investimento ou de atividade com relevância econômica, social, científica, tecnológica ou cultural; reunião familiar.
> No segundo grupo, ou seja, concessão por questões ligadas à pessoa, aqui chamadas de subjetivas, a autorização pode ser concedida nos casos em que a pessoa seja beneficiária de tratado em matéria de residência e livre circulação; cuja detentora de oferta de trabalho; já tenha possuído a nacionalidade brasileira e não deseje ou não reúna os requisitos para readquiri-la; seja beneficiária de refúgio, de asilo ou de proteção ao apátrida; seja menor nacional de outro país ou apátrida, desacompanhado ou abandonado, que se encontre nas fronteiras brasileiras ou em território nacional; tenha de sido vítima de tráfico de pessoas, de trabalho escravo ou de violação de direito agravada por sua condição migratória; esteja em liberdade provisória ou em cumprimento de pena no Brasil (SIMIONI; VEDOVATO, 2018, p. 307).

É importante lembrar ainda que o país possui uma longa faixa de fronteira que compreende 150 quilômetros de largura ao longo das fronteiras terrestres, equivalendoa cerca de 27% do território nacional e 15.719 km de extensão. Calcula-se que nessas áreas residam aproximadamente 10 milhões de brasileiros em 11 unidades federativas, sendo elas: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Santa Catarina. O Brasil divide fronteira com nove países da América do Sul que são: Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela, além da região ultramarina da França que é a Guiana Francesa. Ao todo são 588 municípios, dos quais 122 estão localizados na linha de fronteira, sendo que 29 destes municípios são considerados como cidades gêmeas (BIROL, 2018). Os números podem apresentar certa dispersão entre um estudo e outro como é possível verificar a seguir em Jakob (2018) quando, na ocasião, conferiu o conceito de cidade gêmea:

> Entende-se aqui como cidade gêmea um município brasileiro que tenha pelo menos mais um município contíguo de outro país e que apresente algum tipo de relação ou cooperação.Em 2010, o Brasil possuía 31 cidades gêmeas em sua faixa de fronteira, situadas em 9 Unidades das Federação e correspondendo a 1,2 milhão de pessoas residentes (JAKOB, 2018, p. 332).

Outros dados relevantes trazidos por Birol (2018) referem-seàs estatísticas da migração no Brasil. Segundo a autora, o país possui cerca de 500 mil imigrantes, o que representa apenas 0,2% da população que circula no território nacional. São 420 mil estrangeiros pelos dados da Polícia Federal, concentrados majoritariamente, sobretudo, em São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Embasada pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), a autora afirma que no período entre 2000 a 2010, mais de 180 mil estrangeiros teriam chegado ao Brasil, sendo pouco mais de 120 mil somente nos últimos cinco anos, possivelmente em virtude do impacto da crise econômica mundial que afetou o fluxo migratório em todo mundo em 2008.

Na opinião de Silva e Lima (2018) a extensão territorial e a localização do Brasil favorecem o intenso fluxo migratório. A maioria dos migrantes que entram no Brasil tem como percurso as regiões de fronteira, Em geral, o deslocamento é feito em curta distância, na medida em que os imigrantes se dirigem para grandes centros industriais e comerciais. Portanto, é possível dizer que a migração ocorre por etapas, na proporção em que o migrante busca emprego, ao se deslocar de cidade em cidade. Na opinião de Aragón (2012), os países fronteiriços são os que mais contribuem para a entrada de imigrantes no Brasil, apesar de que, historicamente o maior contingente de imigrantes que chegaram ao Brasil era oriundo do Japão, Portugal e Itália, respectivamente.

Essa mobilidade ainda pode acontecer de forma pendular, ou seja, a troca de fluxos de pessoas e mercadorias pode ocorrer diariamente entre mais de dois países – algo mais comumente na região Sul do país na área da tríplice fronteira: Brasil-Argentina-Uruguai, ou Brasil-Argentina-Paraguai (SILVA; LIMA, 2018).

Contudo, o Brasil ainda sim é um grande emissor de migrantes para países vizinhos, sendo pouco mais de 300 mil brasileiros que circulam no Paraguai, 50 mil na Bolívia, 40 mil na Argentina, 30 mil no Uruguai e na Guiana Francesa, 20 mil no Suriname e 15 mil na Venezuela. Só nos anos 2000, há uma estimativa de que o número de migrantes estrangeiros residentes no Brasil tenha dobrado em quantidade e em características dos fluxos de migração. São migrantes que buscam trabalho em empregos pelos quais exigem baixa qualificação profissional e se submetem as condições de insalubridade e desrespeito aos direitos humanos onde,

muitas vezes, se tornam coniventes as situações de exploração para permanecer no país (BIROL, 2018)

Há um grupo de migrantes que está situado na condição de informalidade e irregularidade devido à falta de informação ou pelo fato de a regularização se tornar um entrave, em virtude dos processos burocráticos e onerosos, como pagamento de impostos, contribuição previdenciária e entre outros. Ainda há um terceiro grupo de migrantes que se sujeitam ao subemprego ou trabalhos de baixa remuneração, os quais são de nacionalidade haitiana, todavia, possuem a situação migratória regularizada (BIROL, 2018).

Outro fator elementar observado por Jakob (2018) é que a migração no Brasil tem como característica fundamental a curta distância, em termos de migração internacional, ou seja, a entrada de migrantes de países vizinhos prevalece, corroborando com as acepções descritas acima. Além disso, as fronteiras situadas na região Norte do país apresentam maior fragilidade e por isso costumam ser escolhidas como caminho para cruzar a fronteira. Por mais que se discuta a entrada dos imigrantes no país, os agenciadores que nesse caso são os atravessadores ou coiotes buscam novas rotas para cruzar a fronteira de forma irregular ou clandestina. Os pesquisadores indicam de onde vem grande parte desse contingente migratório no Brasil:

> [...] podemos mencionar que os países que mais contribuíram para os imigrantes estrangeiros no Brasil foram: Bolívia, Estados Unidos, Argentina, China, Portugal e Haiti. Sendo que as entradas desses grupos de migrantes ocorrem pelas mais diversas formas (SILVA; LIMA, 2018, p. 356)

Contudo, em pesquisa realizada por Birol (2018), a pesquisadora observou que em alguns municípios há o sentimento contrário da população em relação aos migrantes internacionais e sugerindo, inclusive, o controle rigoroso e a fiscalização intensa nas migrações internacionais. Ademais, alguns nacionais declararam certo receio com o fato de os estrangeiros ocuparem os postos de trabalho dos nacionais. A população local também discrimina os estrangeiros no que se refere ao acesso aos serviços públicos do Brasil, ao considerar que estes estrangeiros não possuem residência fixa no país e não deveriam ser contabilizados como população e, em virtude disso, os recursos públicos destinados às determinadas prestações de serviços, já considerados escassos, estariam ainda mais comprometidos, por conta

da utilização por estrangeiros.Isso se torna a base da construção da narrativa falsa sobre o sujeito imigrante, no sentido de estigmatizá-los.

Por outro lado, Portela e Schwinn (2018) exemplificam esses obstáculos ao trazer os dados do Relatório “Migrantes, Apátridas e Refugiados: subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil”, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2015. Os dados indicam que o idioma, a regulamentação dos documentos e a falta de informação são os principais entraves para as garantias dos direitos e serviços apontados pelos imigrantes.

É importante destacar que o migrante é um sujeito de direitos interno ou internacional, portanto, possui o direito de procurar asilo em casos de perseguição e até mesmo é detentor da prerrogativa de deixar o país de origem e voltar quando convier. Apesar de existir uma legislação internacional que regulamente esses direitos, isso por si só não assegura a entrada de migrantes, afinal os Estados internacionais possuem autonomia e soberania sobre quem são os seus nacionais e em que condições poderão ingressar em seu território (DOMENICONI; DEMÉTRIO, 2018).

A falta de políticas públicas coloca o migrante ainda mais exposto à condição de vulnerabilidade e exploração. Ademais, o desconhecimento de línguas estrangeiras por parte dos servidores públicos, por exemplo, é um fator preponderante para o agravamento desse problema porque afeta o modo de comunicação e acolhimento desses povos (SIMIONI; VEDOVATO, 2018).

Outro fator fundamental para compreender esse fenômeno social e geopolítico – que é a movimentação de pessoas entre territórios estrangeiros - consiste em entender que as fronteiras políticas são determinadas por acordos de vontade ou disputas entre os Estados. A fronteira social surge a partir de interação da população local com a fronteira. O desenvolvimento de cidades gêmeas, por exemplo, torna esse fluxo migratório ainda mais intenso, como pode ser visto na citação a seguir:

> A livre circulação de pessoas entre os espaços transfronteiriços faz parte do cotidiano daqueles que vivem principalmente nas cidades gêmeas, trabalham, buscam serviços públicos, lazer, têm relações afetivas ou familiares no Brasil e residem em país fronteiriço e vice-versa; ou que

> realizam negócios (lícitos ou ilícitos) de um lado ou do outro da fronteira. (BIROL, 2018, p. 329)

Quando os Estados estrangeiros cooperam de forma descentralizada fortalecem as capacidades sociais nas zonas fronteiriças, posto que, a integração regional se configura como um evento político e implementado economicamente com consequências relevantes na vida social das pessoas. “Neste contexto, as alianças territoriais são acordos (tácitos ou explícitos) entre diferentes atores do território que definem um perfil orientador da ação local para a estruturação de sistemas territoriais transfronteiriços” (MENEZES, 2018b, p. 512). Na América Latina, por exemplo, somente a partir dos anos 1980, com a redemocratização dos países que compõem as Américas Central e do Sul é que essa integração regional se torna mais amplamente explorada, como uma resposta para a crise social e econômica que esses povos enfrentaram durante essa época de reabertura das instituições democráticas.

A migração também pode ser vista por uma perspectiva de empoderamento, pois “funciona como uma forma de obter liberdade e autonomia das repressões e amarras comunitárias e familiares, por meio da conquista de seu próprio espaço, de sua casa, de seu trabalho, de seu salário” (RODRIGUES, VASCONCELOS, 2012, p. 235). Apesar de todas as dificuldades durante o processo de mobilidade, como também de manutenção no país estrangeiro, muitas vezes, as condições de vida no país de destino se vislumbram ainda melhores que as encontradas no país de origem.

O Mercosul, por exemplo, tem proposto a criação de uma cidadania cultural transfronteiriça que estabeleça o direito e o acesso aos bens e serviços culturais, materiais e simbólicos. Há ainda o programa “Fronteiras Abertas” de assistência técnica que consiste em financiar projetos que reduzam a vulnerabilidade social dos povos imigrantes, o projeto propõe:

> [...] atividades de informação e publica documentos de trabalho e notas de reflexão. Também promove atividades de treinamento através de cursos, seminários e Workshops on-line, e facilita estágios em instituições dedicadas à cooperação transfronteiriça e descentralizada (MENEZES, 2018b, p. 521)

Se as crises econômicas influenciam para a restrição da entrada de estrangeiros em alguns países, sobretudo os desenvolvidos, as leis costumam ser elaboradas para selecionar quem entra no país e, por isso, em determinados territórios nacionais a migração regular se torna privilégio para poucos. Gonçalves (2018) chama a atenção para o fato de que, nos últimos anos, o movimento migratório Sul-Sul ou intra-continental tem crescido de maneira considerável. Ao mesmo tempo em que também cresce o número de mulheres e menores que correm grandes perigos ao migrar, assim como também cresce o número de migrantes climáticos – aqueles afetados por desastres naturais. O autor lança crítica à politização das migrações, classificando essa conduta como um crime, embora a restrição crescente aumente também a pressão dos migrantes sobre os limites territoriais entre os países, situação mais nítida nas regiões transfronteiriças.

No que diz respeito à cooperação possibilitada através da migração, Salgado (2018) lembra ainda que ao mesmo tempo em que nenhum governo europeu deseja receber muitos imigrantes, reconhece que a União Europeia carece de mão-de-obra e que pode vir a ser suprida por meio da contratação de estrangeiros. É válido lembrar que nos primeiros anos do século XXI, os países europeus vendiam mão-de-obra para outros países e se tornaram receptores de imigrantes, somente após a II Guerra Mundial, para importar a mão-de-obra deficitária após a destruição material e humana que resultou deste conflito. A Europa necessitava reconstruir-se e se desenvolver e por isso havia a necessidade urgente de importar massivamente a mão-de-obra dos países periféricos (GÓIS, 2018).

1.2 MIGRAÇÕES NA AMAZÔNIA

No final do século XIX e começo do século XX, Rondônia havia recebido uma grande quantidade de imigrantes internacionais nas cidades de Porto Velho e Guajará-Mirim. Europeus, asiáticos, norte-americanos, bolivianos, barbadianos e uma dezena de outras nacionalidades chegaram a região para trabalhar na construção da ferrovia Madeira-Mamoré, muitos sucumbiram ao ataque de animais silvestres e as doenças tropicais comuns na região durante aquela época (LEITE, 2019). A título de curiosidade, todos os anos no Dia de Finados, o cemitério da

Candelária onde estão enterrados os operários que trabalharam na ferrovia recebe uma missa em oração às almas destes trabalhadores com direito ao hasteamento de todas as bandeiras que indicam as nacionalidades destes operários. Essa saga pioneira é narrada pelo historiador Palitot (2016):

> Os sírios e libaneses começaram a chegar a partir de 1872, trazendo consigo suas famílias. Inicialmente, dedicaram-se a atividade como mascate, regatão e varejo fixo. Conforme ascendiam, tendiam a dominar o sistema de barracão e o comércio urbano em expansão, além do que também exerciam outras atividades.
> A construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré trouxe milhares de imigrantes à Amazônia. No entanto foram muitos os que sucumbiram na região face às adversidades do meio amazônico (PALITOT, 2016, p. 55)

Menezes (2012) assevera que, embora maioria, os povos caribenhos chegados à região deixaram quase nenhum resquício cultural, possivelmente devido ao seu modo de vida mais segregado, pois não se misturavam com os nordestinos que chegavam a essa região. Os árabes, portugueses e até mesmo outras nacionalidades também evitavam a mistura cultural com os brasileiros, pois nessa região formavam-se comunidades isoladas, ou seja, os imigrantes optavam por viverem segregados em relação aos nativos.

Na acepção de Cotinguiba e Cotinguiba-Pimentel (2018c) a história de Porto Velho e do Estado de Rondônia pode ser contada a partir da migração ocorrida antes mesma das suas fundações, visto que a fundação da capital rondoniense está associada à construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, no início do século XX. De acordo com as estimativas do site do IBGE, Porto Velho possui atualmente 548.952 habitantes, estimativa referente a 2021. Os pesquisadores também trazem narrativas desse fato primordial para compreender os estudos migratórios nas terras de Rondon:

> Um dos mais intensos fluxos migratórios se deu quando da construção da EFMM. Mesmo já sendo uma região que contava com uma presença de povos indígenas e de não indígenas há muito tempo, a EFMM foi, sem dúvida, um divisor de águas na formação da cidade, especialmente pelo fato de que o empreendimento foi uma investida do capital internacional na região e, para isso, foi necessário mobilizar um grande contingente de pessoas para realizar o empreendimento (COTINGUIBA; COTINGUIBA-PIMENTEL, 2018c, p. 261).

Até a década de 1970, Rondônia e grande parte da Amazônia vivia uma condição de isolamento do restante do país e mesmo da América Latina, o que levou um grande contingente de trabalhadores para atuarem na extração do látex, durante os ciclos da borracha. Esses pioneiros foram encarregados na árdua missão de integrar a região ao restante do país, pois essa época o estado Rondônia sequer era considerado Estado e sim Território Federal subordinado politicamente à Brasília (MENEZES, 2012)

Amélio de Oliveira (2004) afirma que os processos migratórios fazem parte da história do Estado de Rondônia, motivado por ciclos econômicos como a borracha, a cassiterita e o agropecuário. Esse fluxo foi ainda mais intenso nos anos 70 e 80, levando o quantitativo da população de algumas cidades e vilarejos a dobrarem em menos de dez anos. A região recebeu grande contingente de nordestinos, paranaenses, gaúchos, paulistas, mineiros, capixabas e cariocas.

> Durante o regime militar foi deflagrado um projeto de ocupação da Amazônia, levar homens sem terras a uma terra sem homens. Nesse período a região é invadida e conquistada por milhares de pessoas de todos os recantos do Brasil que chegam com seus sonhos e encaram muitos pesadelos. Tudo estava ainda por construir, e é com esses braços fortes e coragem no coração, que os brasileiros fazer Rondônia ser protagonista de um dos maiores surtos migratórios da história do Brasil (PALITOT, 2016, p. 16)

Conforme Palitot (2016) propõe, as migrações na Amazônia, sobretudo, no Estado de Rondônia tiveram como princípio motivador a extração do látex para a produção de borracha, um bem altamente demandado na Europa e nos Estados Unidos. Em consequência disso, o governo brasileiro estimulou a migração para a Amazônia, em especial, a vinda de nordestinos.

O historiador menciona três etapas da migração no norte do país, sendo elas: dirigida (o governo promove a vinda de imigrantes brasileiros e estrangeiros para a colonização agrícola da região); induzida (quando o governo aliciava nordestinos para trabalhar nos seringais); e espontânea (quando os trabalhadores, por conta própria, partiam para os seringais e outros setores do comércio ou de serviços para povoar a região) (PALITOT, 2016). O ciclo do ouro no Rio Madeira também motivou fluxos migratórios na década de 1980 em Rondônia (COTINGUIBA; COTINGUIBA-PIMENTEL, 2018c).

É diante de uma política supostamente “não entregacionista” dos militares com o lema “integrar para não entregar”, que o Governo Federal passa a incentivar a ocupação de terras na região para trabalhar nas atividades agrícolas. No entanto, essa ocupação ocorreu de forma desordenada, mesmo com várias tentativas de regularização pelo INCRA e outros projetos de assentamento do governo como o Planafloro (AMÉLIO DE OLIVEIRA, 2004)

Somente a partir da abertura da BR-364, entre 1960 e 1966, que se desenvolvem os primeiros vilarejos surgidos pelos seringueiros ao longo do eixo da rodovia. É importante mencionar que a estrada naquele tempo sequer era asfaltada. Essas vilas deram origem às principais cidades do Estado (PALITOT, 2016). Entre os anos 1970 e 1990 vários municípios foram criados no Estado, chegando à quantidade atual de 52 municípios, os quais, essencialmente foram desenvolvidos a partir da agricultura e pecuária (AMÉLIO DE OLIVEIRA, 2004).

Mais recentemente, é possível mencionar também dois grandes empreendimentos motivados pelos investimentos do governo federal, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com as obras de infraestrutura energética, como é caso da construção das Usinas Hidrelétricas Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, a qual atraiu intenso fluxo migratório para a região. Esses empreendimentos alçaram Porto Velho ao posto de uma cidade “multicultural” (COTINGUIBA; COTINGUIBA-PIMENTEL, 2018c).

Em meio a esse processo houve mudanças significativas na paisagem urbanística da cidade e um adensamento populacional. A estrutura da cidade não conseguia acompanhar o ritmo acelerado de crescimento e foi no início de 2011, quando se configurou o auge da construção das duas usinas hidrelétricas no Rio Madeira, que chegaram os primeiros imigrantes internacionais na capital rondonienses oriundos do Haiti. Eram trabalhadores atraídos pela oferta de emprego nesses grandes empreendimentos, levando o governo estadual a buscar solução para as demandas advindas, entre elas alojamento e alimentação (COTINGUIBA; COTINGUIBA-PIMENTEL, 2018c).

Um dado interessante trazido por Aragón (2012) é que o número de migrantes internacionais residentes no Estado de Rondônia e nascido nos países que compõem a Amazônia é de 2.353 bolivianos, 54 colombianos, 9 equatorianos, 262

peruanos e 28 venezuelanos, não houve registros de guineenses, surinamesos e franco guineenses. Totalizando 2.707 migrantes pan-amazônicos do total de 13.113 residentes na Amazônia Legal brasileira, contudo esses dados hoje estão desatualizados, posto que esse levantamento foi realizado ainda em 2000.

Ademais, alguns autores procuram classificar a Amazônia como forma de facilitar o estudo científico na região. Nesta perspectiva, a pan-Amazônica é constituída pelo Brasil, Bolívia, Equador, Colômbia, Peru, Suriname, Venezuela, Guiana e Guiana Francesa. No âmbito doméstico, essa divisão também é feita. Por exemplo, compõem a denominada Amazônia Legal brasileira os Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins, Maranhão e Mato Grosso (ARAGÓN, 2012).

Até 2015, Porto Velho – capital do Estado de Rondônia - possuía um quantitativo aproximado de 2.500 haitianos na cidade. Após a demissão dos trabalhadores das usinas pelas empresas construtoras, a evasão desses imigrantes aconteceu de forma gradativa (COTINGUIBA, COTINGUIBA-PIMENTEL, 2017).

Enquanto a maioria esteve na capital de Rondônia, por conta de uma série de motivos, entre eles: a oferta de bens e serviços e a facilidade de acessar outras regiões do Brasil. Isso gerou a necessidade de alteração do foco dado a essas casas de apoio, espaço responsável por abrigar os haitianos e passaram a se tornar uma referência para outros imigrantes que chegavam à cidade. A população local residente nessas casas de apoio também sofreu com o estranhamento cultural dos imigrantes, chegando a prestar reclamações até mesmo de barulhos produzidos no meio da madrugada que incomodavam os vizinhos (COTINGUIBA; COTINGUIBA-PIMENTEL, 2018c)

A permanência desses povos na região tinha tempo variável devido à obtenção ou não de trabalho, nessa época, a região carecia de muita mão de obra para a construção civil que foi provida imediatamente com a vinda desses imigrantes. Quem tinha um emprego, na época, buscava alugar uma *kitnet*. Há relatos de que donos de imóveis alugavam apartamentos somente para os haitianos. Os bairros Liberdade, São Cristóvão e Nova Porto Velho eram os favoritos dos imigrantes, mas a preferência tem uma explicação:

> De acordo com nossas observações por meio da pesquisa de campo, a região da cidade que teve maior concentração de imigrantes haitianos foi o bairro Nova Porto Velho. Esse bairro é localizado numa região que consideramos estratégica para os haitianos, dado sua localização próxima a dispositivos e recursos práticos, tais como a rodoviária, a principal avenida que liga ao aeroporto, ao centro da cidade e a uma feira livre que é realizada matinalmente aos sábados, onde é possível que eles encontrem elementos utilizados na culinária do Haiti (COTINGUIBA; COTINGUIBA-PIMENTEL, 2018c, p. 266).

Os pesquisadores também perceberam que a inserção social interfere nas questões de mobilidade dos haitianos em Porto Velho. A pesquisa constatou que grande parte desses imigrantes eram evangélicos e a Igreja tinha um significado essencial para eles, pois além de professar a fé também se tornava ponto de encontro entre amigos e parentes para trocar informações, alianças e desenvolver práticas culturais em uma nova conjuntura social. Edificou-se na cidade, inclusive, igrejas neopentecostais exclusivamente haitianas (COTINGUIBA; COTINGUIBA-PIMENTEL, 2018c).

Passado o auge do fluxo migratório haitiano à região Amazônica, o que inclui a cidade de Porto Velho e o Estado de Rondônia tem se deparado nos últimos anos com o crescimento migratório de venezuelanos na região.

1.1 CARACTERÍSTICAS DA IMIGRAÇÃO VENEZUELANA PARA O BRASIL

Nos anos 1970 e 1980, os venezuelanos optavam por migrar para a Europa (sobretudo Espanha, Itália e Portugal) ou Estados Unidos. É na naçãoIanque em que estão situados cerca de 50% dos venezuelanos que residem no exterior. Estima-se, por exemplo, que mais de 1 milhão de venezuelanos de classe média ou alta tenham emigrado para o Canadá, Estados Unidos e Colômbia desde 1998. Atualmente, em se tratando de Brasil, a grande maioria dos venezuelanos se concentra em São Paulo (SILVA; BAENINGER, 2018). Um dos exemplos bem conhecidos é o da estilista Carolina Herrera que trocou Caracas por São Paulo.

Historicamente, a Venezuela costuma receber migrantes. No passado, eram os brasileiros que se mobilizavam em direção a Venezuela para trabalhar nas atividades garimpeiras. Esse quadro se inverte a partir de 2016, quando os venezuelanos vêm para o Brasil com a finalidade de comprar alimentos. Em

seguida, os venezuelanos usam as rotas de passagem para permanecer no Brasil ou para se deslocarem a outros países vizinhos (SIMÕES, 2018).

No passado, a Venezuela era considerada o país amazônico com o maior número de população estrangeira a residir em seu território, com pouco mais de 1 milhão e 100 mil imigrantes. Em 2001, por exemplo, houve uma concentração de imigrantes. Eram estrangeiros oriundos de pelo menos 40 países, entre eles o Brasil. O maior fluxo migratório registrado era o de colombianos que historicamente são atraídos devido aos salários serem maiores, a estabilidade econômica venezuelana, a valorização da moeda, as relações comerciais entre os dois países, a proximidade das fronteiras e a facilidade do idioma que é o mesmo, o espanhol (ARAGON, 2012).

O processo migratório entre Brasil e Venezuela se desenvolve em três fases: a primeira ocorre na década de 1970 estimulada pelo declínio das atividades garimpeiras em Roraima e a estabilidade econômica na Venezuela. A segunda fase ocorreu na década de 1990 quando houve um novo declínio do garimpo em virtude da demarcação das terras indígenas dos povos Yanomami. E a terceira consistiu na migração de retorno ao Brasil, conforme Rodrigues e Vasconcelos (2012) propõem:

> Muitos brasileiros atravessavam a fronteira diariamente para trabalharem no comércio e retornam para Pacaraíma no final do dia, outros atuam no contrabando de combustível, que passou a ser uma forma de sobrevivência de muitas famílias fronteiriças e boa-vistenses (RODRIGUES; VASCONCELOS, 2012, p. 231)

Entretanto, nos últimos anos, esse fluxo migratório tem diminuído no lado venezuelano, possivelmente, em virtude da queda do valor da moeda e dos acontecimentos políticos que tem assolado a Venezuela. Para se ter uma ideia, nos últimos anos, os efeitos da crise econômica e as mudanças políticas ocorridas em território venezuelano culminaram no maior registro de saídas de estrangeiros, se comparado com a entrada de migrantes (ARAGÓN, 2012). A perda desse fluxo migratório pode ser comparada com a dos anos 80, quando a Venezuela também estava mergulhada em uma crise econômica, bem como muitos vizinhos latino-americanos, dentre eles o Brasil.

O elemento político é o protagonista na crise venezuelana que, por sua vez, desencadeou ainda em problemas econômicos e sociais que acometeram a

população local, situação agravada nos últimos anos. Esses fatores tiveram como consequência o aumento do fluxo migratório de venezuelanos no entorno do continente americano, sobretudo, em países como Colômbia, Peru e Brasil, que tiveram, conforme o número de registros de entrada um crescimento significativo em seus territórios a partir do ano de 2016 (SIMÕES, 2018).

Por questões de proximidade geográfica, os venezuelanos têm entrado por Pacaraima, no interior de Roraima. O fluxo de venezuelanos tem a tutela do Estado, devido à legislação brasileira, que concede residência temporária aos nacionais de países transfronteiriços. Nesse sentido, o Brasil estabeleceu resolução que assegura política migratória mais sólida, no sentido de garantir o respeito integral aos direitos humanos e básicos aos imigrantes, disponibilizando os serviços públicos de saúde e educação, por exemplo. (SILVA; LIMA, 2018).

> Mas esse fluxo tem uma relação direta entre a crise política e econômica em que a Venezuela se encontra atualmente, como esse quadro se apresenta cada vez mais pessimista, os cidadãos venezuelanos encontraram a solução na migração para terras brasileiras (SILVA; LIMA, 2018, p. 347).

Simões (2018) narra com detalhes instabilidades vividas em solo venezuelano. O autor responsabiliza o desgaste do modelo chavista de fazer política como o fator propulsor para a deflagração da crise na Venezuela. Os militares também exercem grande poder de influência na tomada de decisão política no país, chegando inclusive a controlar a distribuição de alimentos e de petróleo, principal produto de exportação do país.

O governo possui a aliança da maioria absoluta do Congresso e o Judiciário tem manifestado demasiadas vezes apoio ao governo. As mudanças na Constituição comandadas pelo presidente Nicolas Maduro conferiram mais poder ao seu governo, mesmo as medidas sendo impopulares. Por outro lado, Maduro tem lançado acusações a diversos setores, pois o presidente acredita em conspiração contra o seu governo e os setores econômicos venezuelanos, eclodindo em uma crise sem precedentes (SIMÕES, 2017).

Diante dessas condições, Maduro editou decreto para controlar o que pode ser fabricado no país, dispensar licitações em ocasiões de emergência e controlar os gastos públicos, sobretudo, direcionados aos investimentos sociais. Essa

instabilidade coloca a Venezuela em uma condição de “Estado de emergência” no cenário internacional, o que desperta preocupação quanto ao respeito dos direitos humanos, civis, políticos, sociais, econômicos e culturais. A escassez de alimento, por exemplo, levou a população a uma desnutrição severa. A Comissão Interamericana dos Direitos Humanos inseriu a Venezuela como um país que enfrenta uma “crise humanitária” (SIMÕES, 2017).

Na óptica de Moreira (2018), essa crise humanitária forçou o deslocamento dos cidadãos para outros países. O autor sugere a existência de uma diáspora venezuelana que teria início em 2015 e o ápice em 2017. Essa crise humanitária culminou em problemas políticos, sociais e econômicos, na medida em que a derrota do governo nas eleições parlamentares acirrou a crise institucional e se refletiu na escassez de remédios e alimentos.

> Sem embargo, ao que parece, resta inegável que a Venezuela vive um momento de grave e generalizada violação dos Direito Humanos, notadamente dos direitos sociais, econômicos e culturais. Esse quadro, aliado a perseguição política contra oposicionistas, tem sido propulsor do deslocamento forçado de pessoas (MOREIRA, 2018, p. 395)

Na concepção do pesquisador, a gratuidade para a concessão aos pedidos de refúgio pelo Estado brasileiro se torna um fator chave para atrair os venezuelanos para o Brasil. Majoritariamente, esses migrantes cruzam a fronteira por via terrestre pela rodovia que liga as cidades de Santa Elena do Uairén na Venezuela à Pacaraíma no Brasil. E ainda, embora possuam direitos fundamentais como a liberdade de locomoção, os venezuelanos desconhecem as formas de obtenção de documentos, a legislação do país acolhedor ou lançam mão de se regularizarem devido aos custos financeiros, como é o caso do pedido de residência temporária, por exemplo (MOREIRA, 2018).

Na perspectiva de Lemos e Zaganelli (2018) a crise da Venezuela teria início em 2013 e os venezuelanos começaram a entrar no Brasil em maior número a partir de 2014. Para efeitos comparativos, o quantitativo migratório de venezuelanos que chegou ao Brasil, em 2018, representava cerca de 10% da população total de Roraima.

> Desde 2013 a Venezuela, país que já possuiu um dos maiores ativos financeiros da América Latina em razão das abundantes reservas petrolíferas, vem passando por uma crise econômica que eleva gradualmente os índices de inflação, fazendo com que o preço de alimentos e medicamentos fique inacessível a boa parte da população, que precisa trabalhar ainda mais para a simples subsistência, ainda que o número de vagas de emprego também esteja em gradativa diminuição (LEMOS; ZAGANELLI, 2018, p. 405).

A crise econômica enfrentada pela Venezuela tem relação com a instabilidade política que, por sua vez, levou ao preço do barril do petróleo a despencar. Como o petróleo é o principal produto venezuelano, o país ficou sem dinheiro. Paralelamente a isso, a chegada desse fluxo migratório levou o Estado de Roraima à sobrecarga social, política e econômica que impediu a plena execução dos serviços públicos essenciais, gerando uma crise que levou, o então presidente, Michel Temer, a decretar o “Estado de Emergência Social” no norte do país (LEMOS; ZAGANELLI, 2018).

Pelo ponto de vista de Silva e Baeninger (2018) a dependência de um único produto para exportação foi fundamental para o agravamento da crise econômica venezuelana. Em 2011, as reservas petrolíferas da Venezuela foram consideradas as maiores do mundo, levando o país a estar entre os quatro maiores fornecedores de petróleo para os norte-americanos. Os lucros provenientes do petróleo representam metade da receita do governo e um terço do seu PIB (Produto Interno Bruto).

Todavia, os venezuelanos acompanharam a queda do preço do petróleo no mercado internacional, a depreciação do câmbio e a inflação que se tornaram os principais fatores de deterioração do padrão de vida da população. Ademais, a Venezuela importa 40% dos alimentos que consome a falta de diversidade da indústria venezuelana – concentrada nos produtos petroquímicos – levou o país à carência de grãos e proteína animal (SILVA; BAENINGER, 2018).

Os pesquisadores reconhecem a existência de uma pressão política que afugentou investidores e resultou na forte deterioração da moeda local. Com a moeda desvalorizada, as importações foram diretamente afetadas, tornando produtos básicos como alimentos, medicamentos e outros bens não produzidos pelo país mais encarecidos. Com a escassez destes produtos, houve uma redução no poder de compra, nos salários e na qualidade de vida – entre eles, problemas de

saúde pública e segurança alimentar. Nessa mesma esteira, houve um crescimento do desemprego que somado a todas essas mazelas resultaram na migração dos venezuelanos para a fronteira da região norte do Brasil e pedidos de refúgio (SILVA; BAENINGER, 2018).

A fronteira norte do Brasil corresponde a uma área de circulação e trânsito cotidiano, mas também áreas de recepção de imigrantes e refugiados. “O caso da migração Venezuela anuncia a complexidade do fenômeno migratório atual: mesmo sendo uma migração de vizinhança, os imigrantes recorrem às solicitações de refúgio para entrada e permanência no Brasil” (BAENINGER, 2018, p. 470). A livre circulação de pessoas extrapola os processos de integração regional e políticas de gestão migratória. Se antes a migração era pautada no contexto do desenvolvimento regional como complemento do mercado de trabalho, agora é preciso rediscutir as zonas de fronteira como espaço de direitos para migrações transnacionais nas agendas de política externa dos Estados soberanos.

Vale trazer à baila o fato de que o Brasil nunca foi prioridade dos venezuelanos como local de destino, mas, entre 2012 a 2017 cerca de 10 mil venezuelanos migraram para os Estados do eixo centro-sul do Brasil. Até 2015 há o predomínio de mulheres, solteiras e com idade produtiva entre 25 e 39 anos. A partir de 2016, os fluxos oriundos da crise levaram a aumentar a presença dos homens (SILVA; BAENINGER, 2018).

Simões et al. (2018) indicam outro perfil sociodemográfico dos venezuelanos no Brasil. Os pesquisadores afirmam que a imigração se trata majoritariamente de jovens entre 20 e 39 anos; a maior parte responsabiliza a crise econômica e política como principal motivo para emigrar. Os venezuelanos que chegam ao Brasil são de 24 regiões da Venezuela, se destacando originariamente dos Estados de Bolivar, Monagás e Caracas. A maioria chega de ônibus e leva de 1 a 2 dias para cruzar a fronteira em Pacaraima. Ao menos 58% dos venezuelanos possuem uma rede migratória, ou seja, tem algum amigo ou parente residente no Brasil, o nível de escolaridade é alto, 78% dos entrevistados pelos pesquisadores possuem ensino médio completo e 32% têm nível superior ou pós-graduação. A maioria conhece pouco o português e nunca estudou o idioma.

Outros dados relevantes se referem às oportunidades de trabalho e moradia no Brasil, 1/3 dos imigrantes possui apenas o protocolo de refúgio, 23% têm carteira de trabalho, 29% CPF e 4% são indocumentados. A maioria reside em propriedade alugada e 60% têm alguma atividade remunerada, 28% são formalmente empregados. O comércio absorve a maior parte da mão-de-obra, seguido por serviços de alimentação e construção civil. Mais de 90% recebem até dois salários mínimos e ao menos a metade envia remessas monetárias para o país de origem e acessa os serviços públicos em Roraima, com destaque para área da saúde (SIMÕES et al., 2017)

Uma parcela significativa de migrantes entrevistados pelos pesquisadores relatou ter sofrido algum tipo de preconceito. Por outro lado, muitos demonstraram entusiasmo com a possibilidade e deslocamento interno no Brasil com possibilidade de retorno. A maioria tem ambição de se deslocar para outro Estado brasileiro se recebesse apoio governamental, fator esse associado pelos imigrantes devido às oportunidades de trabalho. Apenas 25% dos venezuelanos demonstraram interesse em retornar algum dia para a Venezuela (SIMÕES et al., 2017).

Os imigrantes venezuelanos também tendem a escolher se fixar em localidades onde os indivíduos estejam mais próximos para perdurar as relações familiares e afetivas, no sentido de fortalecer as redes de venezuelanos no Brasil, como ocorre em algumas comunidades venezuelanas situadas na cidade de São Paulo (SILVA; BAENINGER, 2018). De um modo geral, esses migrantes buscam as capitais ou cidades médias com bom desenvolvimento econômico e social, uma vez que procura locais que ofereçam as melhores oportunidades de ingresso no mercado de trabalho e, em termos de migração, o Brasil se torna um país mais dinâmico se comparado aos vizinhos da América do Sul por causa da sua extensão territorial (SILVA; LIMA, 2018).

Simões (2018) certifica que o número de migrantes venezuelanos solicitantes de refúgio, somente em Roraima, era de 280 em 2015. Porém, em 2016, esse número saltou para 2.312 pedidos e em 2017 alcançou a marca de 17.130 pedidos. E ainda, nos primeiros dois meses de 2018, os pedidos de refúgio equivaleram ao total do ano anterior. O inchaço populacional na principal porta de entrada desses migrantes venezuelanos ocasionou no aumento da mendicância em Boa Vista,

capital de Roraima, assim como também aumentou a quantidade de abrigos para receber esses migrantes que antes era apenas um e agora são quatro.

> Essa mudança no deslocamento após a chegada ao Brasil (antes por carros que faziam lotação ou ônibus e agora a pé) e as condições de permanência na capital Boa Vista permitem sugerir que há uma mudança no perfil dos imigrantes que chegam ao país. Essa mudança pode ser tanto de características sociodeográficas (como escolaridade, região de origem, classe social, etc.) como de deterioração das condições econômicas e sócias da Venezuela (SIMÕES, 2018, p. 391).

O pesquisador suscita ainda que a condição de vida do migrante venezuelano que vive em Roraima é nitidamente mais vulnerável (SIMÕES, 2018). A Polícia Federal de Roraima tentou demasiadas vezes fazer deportação em massa dos venezuelanos que protocolassem os pedidos de refúgio ou qualquer outra tentativa de regularização migratória, porém a intervenção da Justiça Federal foi fundamental para garantir os direitos humanos aos refugiados (MOREIRA, 2018).

Com o crescimento do fluxo migratório impulsionado pela entrada de migrantes venezuelanos, Lemos e Zaganelli (2018) afirmam que houve um aumento na procura pelos serviços do SUS, sobretudo, para o tratamento de algumas doenças como HIV, tuberculose, malária e dengue. A proliferação do HIV é compreendida a partir das grandes migrações entre fronteiras.

> A crise sanitária que se instaurou em Roraima teve sua responsabilidade transferida para os próprios venezuelanos, tendo o referido discurso apontado os imigrantes latinos como já portadores de diversas doenças em seu país de origem, não ressaltando que as condições de vida que encontram no Brasil são suficientes para contágio de diversas enfermidades (LEMOS; ZAGANELLI, 2018, p. 408).

Deste modo, as pesquisadoras criticam a tentativa de expor os estrangeiros como portadores originais de doenças devido à vulnerabilidade a que estão condicionados, pois a própria população se esquece da real razão das epidemias que acometem a região. Além disso, o aumento populacional combinado com a estagnação do sistema de saúde ocasiona o aumento natural das enfermidades (LEMOS; ZAGANELLI, 2018).

Essa rejeição que os nacionais têm pelos migrantes e até mesmo pelos refugiados é explicada por Neto (2012):

> Antes de tudo, cabe observar como emerge o diagnóstico do imigrante na qualidade tanto de desnecessário como de oneroso à sociedade de acolhida. Numa versão mais radicalizada ele aparece, mais que isso, também como indesejável e potencialmente perigoso. Ou seja, ao ônus econômico e social que ele representaria para a manutenção da ordem e a restrição de gastos sociais, soma-se ainda o temor da sua contribuição à desagregação da ordem social e à segurança pública.Tal processo de rejeição acaba por se estender, ainda, ao refugiado. Mesmo merecendo nas convenções internacionais, de diferenciação diante dos chamados "migrantes econômicos", também o refugiado passa a ser encarado como potencialmente ameaçador [...] (NETO, 2012, p. 297)

Nem mesmo o migrante indígena escapa do preconceito dos nacionais. Os povos indígenas, por exemplo, deslocavam-se antes mesmo da colonização. Era um deslocamento sem fronteiras, mas de repente se encontraram em volta de uma sociedade que predefinem os espaços de vida, como é o caso do povo warao[4] que o Brasil também se tornou receptor. "A fome é a principal justificativa dos índios para a migração, juntamente com a ausência de serviços de saúde e educação na Venezuela" (CAMPOS; MARQUES, 2018, p. 416). Como exemplo da migração internacional não indígena, os warao buscam preservar laços familiares e socioeconômicos com a região de origem, contudo, buscam estratégias para adaptação nas regiões de destino.

Assim sendo, Campos e Marques (2018) asseguram que não é da natureza das sociedades indígenas estabelecerem limites territoriais para a sua sociedade. A migração indígena ocorre em virtude de os índios procurarem trabalho ou escola em cidades menores. O perfil do migrante indígena é mais jovem justamente porque buscam migrar para conhecer outras culturas e outras localidades, no caso da migração temporária. Entretanto, os deslocamentos especiais também são artifícios para regularem conflitos entre algumas populações indígenas, mas esse fenômeno se torna ainda mais complexo quando a migração ultrapassa fronteiras dos Estados Nacionais.

Os indígenas, sobretudo os venezuelanos warao, têm migrado menos que os não indígenas e os indígenas de área urbana migram mais que os de áreas rurais. Até 2010, por exemplo, o Brasil possuía pouco mais de 5 mil indígenas internacionais e nesse processo migratório há mais homens que mulheres indígenas, sendo que a maioria possui entre 15 a 29 anos. Apesar de haver uma

[4] Povo indígena venezuelano que tradicionalmente habita a região do Delta do Rio Oneroco. Além do Nordeste venezuelano também estão localizados no Norte das Guianas Ocidentais.

significativa migração do povo indígena venezuelano warao, são os índios bolivianos que residem em maior quantidade no Brasil, seguida pelos peruanos (CAMPOS; MARQUES, 2018). Mas de acordo com a Cepal[5], o Brasil possui pelo menos 83 mil imigrantes indígenas, o que representa menos de 1% do total de imigrantes e o ingresso clandestino desses povos no Brasil resulta na perda da sua identidade cultural (CAMARGO et al., 2018).

> O povo warao vive na região do Delta Orinoco, onde estão presentes em três estados na Venezuela: Delta Amacuro, Monagas e Sucre. Sua população está estimada em 48.771 pessoas [...] A maior parte desta população concentra-se no primeiro estado, com destaque no município de Antônio Dias e Tucupita.Para chegar ao Brasil os waraos percorrem cerca de 925 km, até a cidade de Boa Vista. O ponto de partida da maioria é a cidade de Tucupita, sendo seu acesso para quem vem das comunidades feito por via fluvial (SIMÕES et al., 2017, p. 133).

O povo indígena warao entra no Brasil por dois caminhos que são Pacaraima ou por caminhada pela região das serras de Roraima. A caminhada exaustiva até Boa Vista leva em torno de três dias, alguns optam em seguir caminho por transporte rodoviário, tendo o ônibus como principal meio modal (SIMÕES et al., 2017).

Nessa perspectiva Camargo et al. (2018) lembram que a Nova Lei de Imigração permite a livre circulação de indígenas imigrantes:

> No entanto, a livre circulação tem sofrido resistência por parte dos Estados, que arguem sua soberania e a necessidade de controle das fronteiras para obstar sua plena implementação, de sorte que hoje ainda se permite que o Estado escolha quem entrará em seu território, desde que de acordo com o art. 12 (3) do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (CAMARGO et al., 2018, p. 428).

Na opinião dos pesquisadores a presença de indígenas na fronteira ofertaria maior segurança e não atenta contra a soberania e a paz nacional. Em conformidade com a legislação, os indígenas têm tratamento diferenciado do Estado por proteção e determinação constitucional. São sujeitos de direito, protegidos por Tratados Internacionais dos Direitos Humanos. Ademais, os indígenas costumam migrar para onde viviam os seus antepassados devido à necessidade de proteger,

[5] Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com a finalidade de promover a cooperação econômica entre os Estados membros.

cultivar os laços sociais, econômicos e culturais em relação ao território ancestral que fora fragmentado pelas convenções que definiram as fronteiras políticas entre os Estados internacionais (CAMARGO et al., 2018).

A fome é o principal motivo apontado para migrar, segundo os relatos dos Warao. A presença desse povo em Boa Vista ocorreu em 2014, mas intensificou a partir de 2016. São poucos os indígenas que demonstram interesse em migrar novamente para outro Estado brasileiro, alguns optam em viver na rua porque preferem estabelecer mais contato com quem não é indígena, enquanto outros buscam se alojar em abrigos onde tem alimentação diariamente. Há relatos de indígenas warao que retornaram ao local de origem para levar o que conseguiu acumular no Brasil, como roupas, objetos e mantimentos, ou ainda para buscar mais artesanatos para comercializar no Brasil (SIMÕES et al., 2017).

Diante de todas essas informações é preponderante observar que aproximadamente 50 mil imigrantes venezuelanos cruzaram a fronteira do Brasil, os dados são do governo do Estado de Roraima. Esse quantitativo representa quase 10% da população de todo o Estado. No auge da migração haitiana entre 2012 e 2015, por exemplo, o Estado brasileiro se mostrou despreparado em termos de acolhimento aos imigrantes, chegando inclusive a fechar a fronteira do Acre. Com os venezuelanos na fronteira de Roraima, o episódio se repetiu - o que demonstrou a ineficiência da gestão migratória por parte do poder público (CASTRO et al, 2018).

Seção 2 – REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

2.1. A ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA

Os estudos linguísticos iniciam no século XX, a partir das observações das estruturas da língua. A AD francesa, só vem a ser constituída a partir da década de 1960 como uma ruptura entre estruturalistas, que estudavam as estruturas linguísticas, e formalistas, que estudavam o percurso psíquico da linguagem, colocando-a em relação com o pensamento. Trata-se de momento, onde a academia reivindica uma perspectiva dos estudos críticos da produção da linguagem ea qual visasse relacionar a língua com a exterioridade, que por sua vez, é constituída pelas condições de produção e as formações imaginárias do sujeito discursivo. (ORLANDI, 2009; MUSSALIM, 2012).

Para a AD é necessário supor a intervenção de conceitos que fazem parte da reflexão sobre as formações sociais, pois assim como as práticas sociais em geral possuem regularidades, os discursos também apresentam elementos regulares e evocam os efeitos de sentido entre os interlocutores. Por isso, o discurso vai além das intenções de informar do indivíduo porque estabelece relações de sentido, a partir de um contexto social e histórico (ORLANDI, 2009).Sendo assim, a AD francesa se desenvolve após a realização dos estudos sobre *langue* e *parole* vistos em Saussure (2006); competência e variação observados por Chomsky (1978) e o início dos estudos enunciativos de Benveniste (1989).

> O discurso é, então, entendido como um efeito de sentidos dentro da relação entre linguagem e ideologia. Pela análise do funcionamento discursivo, ele objetiva explicitar os mecanismos da determinação histórica dos processos de significação. (SANTOS, 2013, p. 109).

Porém, é somente na década de 1970 que os estudos linguísticos voltados aos discursos e suas práticas textuais começam a ser desenvolvidos na América Latina, incluindo o Brasil – utilizando métodos como a linguística textual e a semiótica de Gramsci, seguido pela ADC, análise de conversações e a AD francesa.

> Pêcheux, em seu legado epistemológico, postula a AD como a articulação entre o materialismo histórico, entendido a partir da teoria das formações e transformações sociais, que compreende a teoria das ideologias; a

> linguística, como teoria que estuda, concomitantemente, a sintaxe e os processos de enunciação; e a teoria do discurso, que investiga a determinação histórica dos processos semânticos. (SANTOS, 2013, p. 213).

É importante lembrar que etimologicamente a palavra discurso transmite a ideia de algo que esteja em curso, ou cumprindo um percurso, ou seja, flui, corre, possui um movimento. Por isso, o discurso é entendido como a palavra em movimento, uma prática de linguagem, pois atenta-se ao que o homem está falando (ORLANDI, 2015).

A princípio, a AD postula uma articulação entre o materialismo histórico pela teoria das formações e transformações sociais e a teoria das ideologias. A teoria do discurso tem como objetivo investigar a determinação histórica dos processos semânticos por meio de “pistas” deixadas pela sintaxe e os enunciados do texto descrito (SANTOS, 2013). “Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história”. (ORLANDI, 2015, p. 13). Indubitavelmente, a AD francesa leva em consideração as condições de produção dos discursos, ou seja, o enunciador, o local de fala e a temporalidade da materialização discursiva, o que certamente implica em dizer que não há discurso quando não existe o sujeito.

Outro aspecto relevante da AD francesa é que os estudiosos do discurso dividem este campo do saber da linguística, em três fases históricas. Na primeira época, a temática focava no discurso político, levando em conta o contexto social em que o sujeito estaria inserido, bem como as condições de produção discursiva.As pessoas acreditavam na existência de uma crítica ideológica nas manifestações políticas, porém, essas críticas teriam algum caráter científico e, por isso seria objetiva. Nesta época Pêcheux imaginava que a partir da palavra e da sintaxe da língua seria possível desenvolver uma máquina capaz de analisar automaticamente qualquer discurso (SANTOS, 2013, p. 214).

> A primeira época da Análise do Discurso (doravante AD-1) explora a análise de discursos mais “estabilizados”, no sentido de serem pouco polêmicos, por permitirem uma menor carga polissêmica, isto é, uma menor abertura para a variação do sentido devido a um maior silenciamento do outro (outro discurso/outro sujeito). (MUSSALIM, 2012, p. 129)

A autora assegura que a máquina discursiva de Pêcheux revelaria em sua estrutura as condições de produção que seriam estáveis e responsáveis pela

geração de um processo discursivo. O conjunto de argumentos e os operadores que construiriam ou transformaria as proposições por meio dos princípios semânticos é que definiriam ou delimitariam o discurso (MUSSALIM, 2012).

Pêcheux tem como referência a ideologia do sujeito enquanto efeito ideológico, pois qualquer pessoa é interpelada a ocupar algum lugar em determinado sistema de produção, assim coloca o discurso entre a linguagem e a ideologia (HENRY, 1993; PÊCHEUX, 1993). Os aspectos ideológicos se materializam na língua pelo interdiscurso, que seria o lugar de formação dos pré-construídos e da articulação dos enunciados, levando em consideração as exterioridades da língua no momento da enunciação. Este pré-construído,Pêcheux assegura que corresponderia ao “sempre-já ali” da interpretação ideológica e colocada em funcionamento na medida em que impõe a realidade do sentidosob “o mundo das coisas”. Logo, será na articulação da língua, que o sujeito é constituído na relação com o sentido que representa a dominação da forma sujeito (COURTINE, 2014).

Neste momento, Pêcheux estabelece relações entre a ideologia, o discurso e a subjetividade do indivíduo sujeito que seria “capturado” e se reconheceria como sujeito por práticas consumadas no interior das formações ideológicas, por meio das formações ideológicas. É o início da segunda fase da AD francesa, na qual as formações discursivas como conceito se tornam centrais para o analista do discurso (SANTOS, 2013).

> Na segunda fase da AD (AD-2), a noção de máquina estrutural fechada começa a explodir. O conceito de formação discursiva, elaborado pelo filósofo Michel Foucault (1969/2004), é um dos dispositivos que desencadeia esse processo de transformação na concepção do objeto de análise da Análise do Discurso. (MUSSALIM, 2012, p. 131)

Conceitos desvelados por Foucault são trazidos e desenvolvidos para as investigações do discurso por Pêcheux, tais como as regularidades discursivas e a instabilidade dos sentidos do discurso. “Diremos, então, que toda formação discursiva deriva de condições de produção específicas, identificáveis a partir do que acabamos de designar” (PÊCHEUX, 1993, p. 167). O que os autores designam é a particularidade do funcionamento, da instância ideológica na reprodução das relações de produção que vão interpelar e assujeitar o sujeito como um sujeito

ideológico, o que reforça a ideia de que o discurso possui formação ideológica a constituir um conjunto complexo de atitudes e de representações podendo ser individuais ou coletivos que desencadeia posições de classes em conflito entre si.

> No que diz respeito aos procedimentos de análise, a AD-2 apresenta muito poucas inovações; o deslocamento efetivo que se dá com relação à AD-1 diz respeito sobretudo ao objeto de análise: discursos menos "estabilizados", por serem produzidos a partir de condições de produção menos homogêneas. (MUSSALIM, 2012, p. 139)

A terceira fase da AD é caracterizada pelo interdiscurso que consiste no agrupamento das formações discursivas em complexo de formações discursivas relacionadas e referidas como o interdiscurso em si, ou seja, com significados específicos correlacionados o assujeitamento ideológico que o sujeito se inscreve e, ainda, são determinados pela sua relação exterior. O interdiscurso está relacionado com a memória discursiva que seria o conjunto de já-ditos que permitem inferir todo o dizer (SANTOS, 2013). Os sujeitos externam, a partir das suas formações imaginárias, todo o dizer,em virtude das ideologias concebidas ou pré-concebidas pela sociedade e, será o próprio inconsciente que o levará a um saber discursivo, de modo a levá-lo a manifestar-se ou expressar-se, fundamentado pelos aspectos ideológicos que o interpelam.

Os estudos da AD remontam as ideias da condição de produção discursiva, que estariam relacionadas com a situação e a posição dos sujeitos do discurso em meio a uma estrutura social apresentada (Pêcheux, 1993). Ao relacionar o sujeito com a situação, a condição de produção ativa a memória.

> Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio histórico, ideológico" (ORLANDI, 1999, p. 28-29).

A autora afirma que a memória possui características que quando pensada em relação ao discurso pode ser tratada como um interdiscurso, ou seja, é aquilo que fala antes, em algum outro lugar (ORLANDI, 1999).

Destaca-se também que os elementos linguísticos não são totalmente estáveis porque eles podem ser efeitos de sentidos diferentes e, neste aspecto é possível ser trabalhado nas concepções da AD. Tal fato pressupõe mostrar que na

última sequência de um possível enunciado, determinada palavra produz certo efeito e, por isso, está ligada às condições de produção. (PÊCHEUX, 1993; 1995)

A proposta da Análise do Discurso consiste em relacionar a linguagem com os aspectos de exterioridade, que são as condições de produção para um discurso, as quais, por sua vez, são constituídas por formações imaginárias. A AD é conhecida por se tratar de uma Teoria Crítica da produção da linguagem (ORLANDI, 2009). Nesta esteira, há diversas correntes teóricas linguísticas que propõem estudar o discurso, sendo a AD francesa uma entre diversas teorias, como a Teoria Crítica do Discurso, fundada por Fairclough e as contribuições da escola russa, a qual a princípio estuda a linguagem humana.

Entre os estudiosos das Ciências da Linguagem,Bakhtin (1981) desponta como um importante teórico dos estudos discursivos, contribuindo com alguns conceitos, os quais serão examinados ou retrabalhados na AD francesa. Quando propõe estudar a linguagem humana, Bakhtin afirma que o sujeito não é um enunciador adâmico, ou seja, original das produções enunciativas porque tudo o que se diz remete a outros dizeres. No entanto, é importante observar que nada o que se diz é aleatório, pois, é determinado daquela forma porque há um discurso funcionando e não simplesmente porque a pessoa falou. Portanto, se há discurso funcionando, então há ideologia – não há materialização linguística fora da ideologia. Na obra, Arqueologia do Saber, Michel Foucault (2008) se pergunta sobre o surgimento do enunciado e quem o produziu. Por outro lado, Pêcheux (1991) propõe que o sujeito tem a ilusão de que diz algo porque é a única forma de dizer aquilo, quando não é verdade. Assim que o sujeito usa a língua, ele representará o real de uma determinada forma.

Para Mussalim (2012), o que diferencia a Análise do Discurso de origem francesa, da Análise do Discurso anglo-saxã, é o fato de a corrente de pensamento de origem inglesa considerar a intenção dos sujeitos em meio a uma interação verbal. Enquanto a Análise do Discurso francesa desconsidera esse fator de intenção do sujeito como algo determinante porque leva em conta o condicionamento dos sujeitos a uma determinada ideologia que, por sua vez, antecede-se a determinar o que podem ou não dizer em determinadas conjunturas

histórico-sociais e serão os mecanismos internos de produção do sentido que ganharão foco na AD francesa.

> Nos anos 60, a Análise de Discurso se constitui no espaço de questões criadas pela relação entre três domínios disciplinares que são ao mesmo tempo uma ruptura com o século XIX: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise (ORLANDI, 2015, p. 17)

É nesta concepção que a AD francesa se materializa, a partir do processo de releitura do materialismo histórico de Karl Marx por Althusser, a psicanálise de Freud por Lacan, Saussure por Pêcheux, e em um segundo momento, as regularidades discursivas observadas por Foucault. Dessa forma, Orlandi (2015) defende que os estudos discursivos não separam a forma e o conteúdo, mas se comprometem no entendimento da língua, não apenas como uma estrutura, mas também, mas como acontecimento.

2.1.1. Regularidades discursivas

A materialidade dos enunciados é objeto de profunda reflexão por Foucault, pois é vista pelo filósofo como uma condição inapelável do discurso como prática, considerando ainda a inscrição histórica das “coisas ditas” e a luta pela constituição dos sujeitos – estes vão buscar conferir suas verdades, ou seja, validar suas afirmações ou convicções (FISCHER, 2013).

Se Foucault (2008) relaciona os enunciados como um conjunto de fatos do discurso, regulados por regras que permitem a construção de novos enunciados apresentados de maneiras distintas, compreendido como sistemas de restrição de um discurso, por outro lado, Pêcheux (1995) defende a existência de proibições à Linguística para tornar possível a oposição entre a noção e o conceito. “Em nome do materialismo, vão-se impor proibições à Linguística, classificar os enunciados em ‘científicos’ ou em ‘ideológicos’ e refazer as línguas a partir da oposição entre noção e conceito [...]” (PÊCHEUX, 1995, p. 89). Dessa forma, ele classifica os enunciados de dois modos, há os enunciados “científicos” e os enunciados “ideológicos”, ou seja, na visão pecheutiana é o idealismo que cerca a Linguística, ao invés do materialismo, podendo dissimulá-la.

Na visão foucaultiana, seria impossível reconstituir um sistema de pensamento a partir de um conjunto pré-definido de discursos, mas é permitido buscar no interior desses enunciados a intenção do sujeito falante e o que ele realmente quis dizer, ou até mesmo observar as condições inconscientes que foram produzidas de forma involuntária ou imperceptível nas suas estruturas das palavras manifestadas (FOUCAULT, 2008).

> [...], não se pode reconstituir um sistema de pensamento a partir de um conjunto definido de discursos. Mas esse conjunto é tratado de tal maneira que se tenta encontrar, além dos próprios enunciados, a intenção do sujeito falante, sua atividade consciente, o que ele quis dizer, ou ainda o jogo inconsciente que emergiu involuntariamente do que disse ou da quase imperceptível fratura de suas palavras manifestas; de qualquer forma, trata-se de reconstituir ura outro discurso, de descobrir a palavra muda, murmurante, inesgotável, que anima do interior a voz que escutamos, de restabelecer o texto miúdo e invisível que percorre o interstício das linhas escritas e, às vezes, as desarruma. A análise do pensamento é sempre alegórica em relação ao discurso que utiliza. Sua questão, infalivelmente, é: o que se dizia no que estava dito? A análise do campo discursivo é orientada de forma inteiramente diferente; trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação excluem (FOUCAULT, 2008, p. 30-31)

Igualmente, o sujeito é aquele que produz diferentes elementos, a fim de conferir uma intenção de significação. Outro aspecto relevante é que os discursos estão relacionados à constituição de uma identidade, a partir da manifestação dos micropoderes (FOUCAULT, 2008). Nas teorias de Foucault, o exercício do poder não parte do macro para o micro, tampouco do centro para periferia, uma vez que, eles não estão localizados em um ponto específico das estruturas sociais. Ademais, os discursos se constituem pela descontinuidade histórica dos enunciados que se entrecruzam de tempos em tempos (GREGOLIN, 2006).

Por outro lado, o Pêcheux traz algumas convicções abordadas na teoria de Foucault para complementar a proposta dos estudos discursivos, pois na perspectiva peuchetiana, o ser humano é passível de cometer os atos falhos, como trocar conceitos e até o nome de quem está se reportando, através dos apagamentos que ocorrem no consciente pelo pensamento humano e, por isso, se aproxima dos estudos psicanalíticos. Igualmente, a Língua estabelece uma relação

com o discurso e as ideologias. Se para Foucault, os discursos estão ancorados na investigação de um campo do saber e as formas de manifestação do poder, para Pêcheux, os discursos estão implicados com o materialismo histórico, o assujeitamento ideológico do sujeito, as formas de interpelação do outro e, principalmente, com as lutas de classe porque para os peuchetianos, seria impossível observar a constituição dos discursos sem levá-las em consideração. (GREGOLIN, 2006)

A ideia de regularidades discursivas é essencialmente ligada aos estudos focaultianos que compreendem o discurso como a manifestação do sujeito que pensa, conhece e diz; ao que Gregolin (2006) considera como a soberania ilusória do homem, ou seja, na medida em que o homem assimila novos saberes, mudam-se as configurações, e o que outrora era compreendido tenderá a desparecer. Logo, Foucault denomina este fenômeno como as disposições da episteme. Esse conjunto é determinado pela dispersão do sujeito e a sua descontinuidade em relação a si mesmo (FISCHER, 2013). Assim, o discurso é visto como um grupo individualizado de enunciados ou como uma prática regulada, que pressupõe um determinado conjunto de enunciados, então, em uma episteme há multiplicidade e dispersão de conceitos e conhecimentos.

Quando os campos homogêneos apresentam regularidades enunciativas vão caracterizar uma formação discursiva, entretanto, os campos do saber podem ser diferentes entre si. Ao se analisar o discurso, o analista deve levar em consideração uma série de fatores, como as condições de produção que tornaram possível a materialização discursiva, as com dominâncias de um campo do saber discursivo, as performances verbais ou idênticas à luz da gramática, ou seja, observar elementos como o vocabulário, a sintaxe, o emprego da língua e as cadeias de significação; além de observar as similaridades sob o ponto de vista da lógica, como é o caso da estrutura proposicional ou o sistema dedutivo que se manifesta, entretanto esses enunciados podem se apresentar de formas variadas e distintas (FOUCAULT, 2008). Por isso os discursos têm relação com a dispersão, justamente porque apresentam enunciados heterogêneos, não lineares, variados e distintos entre si.

O pesquisador, quando analisa o conjunto de materiais que cerca um determinado tema, ele busca enunciados pertencentes a um determinado espaço

discursivo, a quem Foucault reconhece como campo discursivo ou campo de um saber. É a partir desta visão que a sociedade rotula os discursos identificando como um discurso publicitário, econômico, político, feminista e entre outras classificações passíveis de serem encontradas na contemporaneidade (FISCHER, 2013).

Na Arqueologia do Saber, Foucault analisa a possibilidade de conseguir dar uma unidade para o discurso, pois acredita que seja difícil encontrar algo que faça o discurso ser definido sobre um mesmo objeto. Por isso, separa em quatro as possibilidades de unidades do discurso, compreendidos como objetos, modos enunciativos e formação dos conceitos e dos temas (FOUCAULT, 2008). O objeto proposto pelo filósofo ocorre quando não é possível traçar a unidade para o discurso com os objetos contidos nele, ou seja, delinear o discurso como conjunto de enunciados dispersos que falam sobre um mesmo objeto.

Outro fator chave para Pêcheux é a regulação da ordem do discurso por meio de práticas discursivas, pois elas vão apontar o que pode ser dito ou não, em uma condição de produção (SAMORA, 2015).Paralelamente a isso, Courtine (2014) complementa a noção de “condições de produção”, logo, este conceito estaria relacionado com os lugares objetivamente definíveis e que se encontram representados no discurso pelas formações imaginárias que designam ou remetem ao lugar de fala e que o destinatário atribui a si e ao outro do discurso. Destarte, o sujeito do discurso consiste na fonte de relações em que ele é apenas o portador ou efeito do sentido produzido.Assim**,** o discurso se constitui seguindo uma série de regras autônomas e históricas que são determinadas pelo tempo e pelo espaço, o que vai desencadear na condição de sua função enunciativa:

> Outra direção de pesquisa: as hierarquias internas às regularidades enunciativas. Vimos que todo enunciado se relacionava a uma certa regularidade – que nada, por conseguinte, podia ser considerado como pura e simples criação, ou maravilhosa desordem do gênio. Mas vimos, também, que nenhum enunciado podia ser considerado como inativo e valer como sombra ou decalque pouco reais de um enunciado inicial. Todo o campo enunciativo é, ao mesmo tempo, regular e vigilante: é insone; o menor enunciado – o mais discreto ou banal – coloca em prática todo o jogo das regras segundo as quais são formados seu objeto, suas modalidades, os conceitos que utiliza e a estratégia de que faz parte. (FOUCAULT, 2008, p. 165-166).

Esse conjunto de enunciados, quando estão regulados em uma mesma formação discursiva, formará o discurso. “Assim, a formação discursiva ocorre a

partir da descontinuidade do discurso e da singularidade do enunciado" (SAMORA, 2015, p. 32). A autora conclui que a dispersão dos textos é fator que constitui o discurso; e o discurso, por sua vez, deve ser entendido como o conjunto de enunciados regulados por uma ordem do discurso.

Desse modo, encontrar as regularidades de um discurso se torna instigante para o analista do discurso:

> Levando em conta o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer. Desse modo, para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção, o analista de discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade. (ORLANDI, 2015, p. 14)

Outro aspecto importante visto por Foucault (2008) trata sobre o modo enunciativo definido quando o autor se questiona sobre a existência de uma irregularidade na forma, no tipo e no encadeamento dos enunciados. A unidade, caso exista, não está no modo enunciativo, ou seja, no jeito de enunciar, de explicar ou de se expressar.

A unidade se encontra nas regras as quais tornam possíveis o número variado de descrições, coletas e exposição de dados dentro do conhecimento do saber. Ao perceber que não é possível descrever uma unidade discursiva a partir dos objetos e dos modos de enunciação, o filósofo avança para a formação de conceitos dentro do discurso e é neste momento em que ele percebe que cada escola do pensamento tem conceitos diferentes, chegando até mesmo a se opor (FOUCAULT, 2008).

É nesta medida que Foucault (2008) observa o aparecimento dos conceitos baseados na unidade, suas origens e regras de dispersão. Para conhecer a identidade de um discurso, Foucault, propõe verificar uma unidade, ou seja, inserir esta unidade do discurso em cima dos temas de cada discurso, como tentativa de fundamentar as observações nas teorias do evolucionismo, por exemplo. Estas unidades podem ser compreendidas como um conjunto de outros domínios, campos de saber e/ou instituições. Seguindo esta lógica, Foucault relaciona as práticas discursivas com a produção histórica dos sentidos uma vez que há uma extensa

rede que constitui as positividades do saber, pois as práticas discursivas possuem regras (GREGOLIN, 2006).

Para Mussalim (2012), um método bem eficiente para identificar as regularidades do discurso compreende em um meio de fazer aparecer as regularidades significativas dos discursos pelos contrastes apresentados no corpus de análise, pois desta forma é possível evidenciar a que havia de regular e constante em cada um dos discursos apresentados.

> [...] cada discurso [...] constitui seu objeto e o elabora até transformá-lo inteiramente, de modo que os enunciados de um discurso remetem não a um correlato que lhe imprime sentido, ou a um referente no mundo que determina seu valor de verdade, mas a um referencial constituído pelas regras que definem as condições históricas de surgimento de um objeto. (MUSSALIM, 2012, p. 132)

Só se pode dizer que um conjunto de enunciados pertence à mesma ordem, caso configure o modo de coexistência dos enunciados dispersos e heterogêneos de forma que descrava o sistema que o rege ou regula sua repartição, o modo como se transformam e as maneiras em que se apóiam, se supõem, se excluem, se revezam ou se substituem (MUSSALIM, 2012). A formação dos objetos pode ser identificada pela maneira em que operam os enunciados no corpus porque mesmo dispersos é possível encontrar pistas que indicam a regularidade enunciativa do texto.

Para Foucault (2014) a formação regular do discurso integra procedimentos de controle em determinadas condições, como por exemplo, uma disciplina escolar que assume um estatuto científico de discurso, do mesmo modo como podem ocorrer formas adversas, como é o caso das figuras de controle quando incorporadas no interior de uma formação discursiva, e neste sentido, o autor cita como exemplo a crítica literária tomada como um discurso constitutivo do escritor e, mesmo havendo o lançamento de críticas, está sujeito às instâncias de controle, que por sua vez, devem analisar as regularidades discursivas pelas quais os enunciados se formam, levando ainda em conta os limites de interferência nas formações reais em que se apresentam.

> Quatro noções devem servir, portanto, de princípio regulador para a análise: a noção de acontecimentos, a de série, a de regularidade, a de condição de possibilidade. Vemos que se opõem termo a termo: o acontecimento à

> criação, a série à unidade, a regularidade à originalidade e a condição de possibilidade à significação (FOUCAULT, 2008, p. 51)

E por fim, os acontecimentos discursivos são tratados como uma série homogênea e descontínua umas em relação às outras que não possuem uma ordem de sucessão e nem de simultaneidade (FOUCAULT, 2008). Portanto, Mussalim (2012) entende que através da visão foucaultiana, o discurso é constituído por um número limitado de enunciados, os quais podem desencadear na definição de um conjunto de condições de existência, uma vez que esse conjunto de enunciados tem origem de um mesmo sistema de formação.

Por outro lado, o sujeito discursivo é pensado como posição entre outras, visto que ele ocupa um lugar para ser sujeito do que diz. Além disso, o sujeito na sociedade contemporânea é visto como alguém livre, mas ao mesmo tempo submisso, pois, na medida em que pode possuir uma liberdade sem limites, está propício a condição de submissão sem a ocorrência de erros ou falhas e, ainda pode tudo dizer desde que saiba fazer o uso da língua de forma adequada aos seus interesses (ORLANDI, 1999).

Conforme visto anteriormente, a produção do discurso na sociedade é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por determinados procedimentos na iminência de conjurar poderes. Um deles consiste em excluir o outro e por isso, ninguém exerce o direito de dizer tudo o que realmente pensa, pois não é possível falar de tudo, em qualquer ocasião e, tampouco se pode falar sobre qualquer coisa. Essa relação funciona como um jogo de interdições que se cruzam, reforçam ou compensam a legitimidade em dizer, manifestar ou expressar a opinião (FOUCAULT, 2014).

> [...] o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; e, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar. (FOUCAULT, 2014, p. 10)

Segundo Foucault (2014), o discurso segue uma ordem porque está inserido na ordem das leis,a qual confere poder a quem lhe advém. Quando diz que existe no seio da sociedade contemporânea a essência da exclusão, esta não se limita a uma mera interdição, mas outras formas de privação como é o caso da separação e

rejeição. Inclusive, o autor exemplifica essa condição ao relacionar a loucura e a razão.

> [...] Ao postular a existência de uma ordem do discurso que é distinta tanto da ordem da língua quanto da ordem da fala ou da ordem do texto, Michel Foucault produz um deslocamento no conceito de discurso, pois a análise deste objeto passa a se dar em termos de estratégias e de práticas. (BARONAS, 2011, p. 3)

O discurso precisa ser pensado junto com as condições de produção, pois para Foucault, o discurso é essencialmente empírico e Arqueologia do Saber significa a tomada do discurso como objeto em última instância, ou seja, não basta apenas descrever o objeto de análise linguística e explicar seus níveis, mas produzir indagações sobre as condições desse objeto e os dispositivos discursivos que desencadearam para a formação discursiva determinada pelo momento histórico.

.

2.1.2. O interdiscurso

Os estudos da AD remontam à ideia das condições de produção discursiva, a qual estaria relacionada com a situação e a posição dos protagonistas do discurso, em meio a uma estrutura social apresentada (PÊCHEUX, 1993). Ao relacionar o sujeito com a situação, a condição de produção ativa a memória. Orlandi (1999) afirma que a memória possui características, das quais, quando pensada em relação ao discurso, pode ser tratada como um interdiscurso, ou seja, é aquilo que fala antes, em algum outro lugar.

Carvalho e Azevedo (2014) traçam um paralelo entre o que é memorável e a memória discursiva. Para as autoras, o primeiro conceito, advindo de Indursky, designa uma ordem que situa uma condição de que “todos sabem, todos lembram”, enquanto a memória discursiva é parte de uma ordem ideológica. Entretanto, na opinião das pesquisadoras, há o entrecruzamento de sentidos da memória mítica e da memória social quando enunciada a partir de uma formação discursiva.

Falar de memória é algo complexo e abrangente, pois no discurso essa memória nada tem a ver com a memória empírica a qual remete o sujeito a recordações e lembranças. No discurso, a memória está associada com a ilusão de o sujeito ser a origem do que diz. Funo (2012) exemplifica essa diversidade de conceitos que envolvem a memória trazendo as reflexões de Nietzsche, filósofo não

incluso nos estudos discursivos, também acreditava que o esquecimento constituísse a memória. Ele traz conceitos mais próximos da memória empírica ao associá-la com o esquecimento e as lembranças, comparando a história e a vida, que atuam por meio de forças interdependentes. Ambos os fenômenos demonstram várias faces contraditórias e, ao mesmo tempo, complementares do sentido proposto a respeito da memória.

Nos estudos foucaultianos há uma diferenciação entre a memória discursiva e o domínio de memória, por exemplo, que são os enunciados passados e abandonados dentro de uma área, diferente da máquina discursiva que se refere aquilo que foi retomado visto em Pêcheux (1993) na AD1.

Atualmente, há diversos conceitos desenvolvidos acerca da memória, Milanez (2013) assegura que até mesmo Courtine - o pioneiro dos estudos que envolvem a memória discursiva - tem aplicado as concepções que desenvolveu no passado aos estudos da intericonicidade, lançando bases para os estudos do funcionamento discursivo das imagens, que vão além do modelo de língua convencional apoiado pelos pesquisadores. A intericonicidade trabalhada por Courtine supõe as relações de imagens expostas ao sujeito como uma imagem a ser inscrita em uma série de outras imagens, como enunciado inscrito em uma rede de formulação.

Nos estudos mais contemporâneos é possível se deparar ainda com alguns conceitos como “memória interdiscursiva”, “desmemoria”, “a-memória” e até mesmo “pró-memória”. Para Paveau (2013), o primeiro seria o equivalente a memória discursiva vista pelos autores clássicos da AD francesa. A desmemoria está mais voltada aos estudos do campo semiótico o qual designa um conjunto de fenômenos de desligamento das lembranças e a inclusão de nomes em um memorial do discurso, que permitem a revisão de linhagens discursivas. A autora traz como exemplo a mudança do nome de ruas que ganham novos significados e simbologias após gerações. A “a-memória” transparece após a eclosão de grandes tensões e conflitos as quais geram o silenciamento da memória coletiva, no qual o trauma ocasiona em bloqueio que, por sua vez, se desencadeia no próprio esquecimento. Esse esquecimento vai suprimir o discurso para deixar com que a dor e o silêncio falem por si. E os “pós memória” é semelhante ao conceito anterior, distinguindo-se por perpetuar, após diversas gerações, histórias e relatos de emoções pessoais.

A memória discursiva torna possível todo o dizer e retoma a condição do que foi pré-construído o que inclui neste sentido o já-dito que, por sua vez, constitui a base do dizível e será o alicerce para a sustentação da tomada da palavra. É importante ainda compreender, que o interdiscurso propõe dizeres que afetam o modo como o sujeito imprime significado em uma determinada situação discursiva (ORLANDI, 1999). Deste modo, não é exagero afirmar que o interdiscurso representa todos os dizeres já-ditos em uma condição de produção apresentada e onde está localizado todo o conjunto de formulações feitas e esquecidas, as quais determinam o que é dito, em uma sequência lógica e que faça sentido.

O interdiscurso será o que deve caracterizar a formação discursiva, uma vez dado o sentido da palavra, independente da sua literalidade ou não (SANTOS, 2013). O interdiscurso está associado à noção de que “algo fala” em um processo articulado por meio da dominação das formações ideológicas ou pré-concebido pelas leis psíquicas do pensamento que se materializam na estrutura do interdiscurso (PÊCHEUX, 1995).

> O conceito de interdiscurso se estabelece na materialidade linguística, nas relações sintáticas que remetem a já-ditos esquecidos pelo enunciador. Desse modo, o pré-construído se torna o ponto de apreensão do interdiscurso. [...] O interdiscurso marca o que se está dizendo, a relação do sujeito consigo, com as postulações anteriores e posteriores, passadas e futuras e que, dentro de determinada FD, permite que os sujeitos se identifiquem, produzindo discursos convenientes e coincidentes (SANTOS, 2013, p. 221)

Será o interdiscurso que vai sustentar o texto lido ou interpretado, onde será possível revelar seus traços para tornar possível a análise do discurso. (PÊCHEUX, 1995). Assim sendo, é possível afirmar que:

> O interdiscurso refere-se ao já-dito, o que regula os deslocamentos das fronteiras das FDs, possibilitando apagamentos, esquecimentos, paráfrases, lembranças, degenerações, deturpações dos elementos que o possibilitam (SANTOS, 2013, p. 222).

E isso ocorre pelo fato de o sujeito possuir uma memória discursiva, a qual vai recorrer quando for interpelado a produzir algum enunciado. Não menos importante é observar o ponto de vista de Maingueneau (2017) a respeito da funcionalidade do interdiscurso no discurso, como assinala a seguir:

> O discurso só adquire sentido no interior de um imenso interdiscurso. Para interpretar o menor enunciado, é necessário relacioná-lo, conscientemente ou não, a todos os tipos de outros enunciados sobre os quais ele se apoia de múltiplas maneiras (MAINGUENEAU, 2015, p. 28).

Portanto, o interdiscurso segue uma lógica e um sentido e, por isso, a análise do discurso é dialética, pois a história pode ser vista por descontinuidades críticas ao ponto de negar ou imobilizar a própria história, como assinalava Foucault. Por outro lado, Pêcheux defende que a AD é dialética porque as condições ideológicas da produção implicam na transformação das relações de produção, conferindo assim um caráter contraditório dos modos de produção divididos em classes (GREGOLIN, 2006). Nesta perspectiva, o sujeito que materializa um discurso, neste momento, é diferente do que enunciou no passado ou poderá enunciar no futuro, embora possa se tratar da mesma pessoa empírica.

Partindo dessa pressuposição, podemos dizer que o interdiscurso é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio histórico em que as palavras, expressões, proposições são produzidas, reproduzidas e inscritas. Esses termos podem mudar de sentido segundo as posições que são sustentas pelos sujeitos que os empregam. A partir do interdiscurso é possível se chegar à formação discursiva, momento em que são projetadas - através da linguagem - as formações ideológicas, levando as palavras, expressões e proposições a adquirirem o sentido em referência as posições que são empregadas e fazem referência às formações ideológicas pelas quais o sujeito que as emprega está inscrito. (ORLANDI; ZOPPI-FONTANA, 2017).

Para Pêcheux, a formação discursiva é o que pode produzir esse assujeitamento ideológico (MUSSALIM, 2012), pois o sujeito ao ser interpelado é colocado como autor e responsável pelos seus atos, sejam pelas suas condutas ou palavras na prática discursiva em que se inscreve, e isso ocorre através do seu imaginário, pois o sujeito tem a impressão de ser o dono do enunciado que produz, quando na verdade essa voz pertence a um outro (PÊCHEUX, 1995).

O interdiscurso é um complexo com dominante afetado pelo complexo de formações ideológicas, sendo assim, será o elemento que vai determinar a formação discursiva de um discurso (GREGOLIN, 2006). Nesta esteira, a formação discursiva

tem como premissa a dissimulação na transparência do sentido,o qual desencadeia em uma objetividade material contraditória do interdiscurso que a determina e, essa contraditoriedade materializada vem de algo que fala antes em outro lugar e é independente. Ou seja, é aquilo que predomina em todo o dizer e fornece a cada sujeito a representação da realidade enquanto sistema de evidências e significações percebidas ou experimentadas (ORLANDI, 2017).

É inevitável haver a relação entre o já-dito e o que se está dizendo, havendo neste sentido dois eixos que se cruzam: um seria na vertical, onde estaria o interdiscurso representado por já-ditos e esquecidos (aquilo que está silenciado, mas presente) e o eixo horizontal, onde se concentra o intradiscurso, que seria um dado momento ou circunstância. O dizível será encontrado quando esses dois eixos se cruzarem. “Disso se deduz que há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo que é a que existe entre o interdiscurso e o intradiscurso ou, em outras palavras, entre a constituição do sentido e sua formulação” (ORLANDI, 2015, p. 30). Então, o sujeito só pode dizer algo, ou formular uma proposição caso se coloque na perspectiva do que é dizível (aquilo que está presente no interdiscurso ou na memória). A confluência entre a memória e a atualidade tornará possível o dizer.

> O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em “minhas” palavras. (ORLANDI, 2015, p. 31-32)

A autora compara a situação como se fosse um jogo da língua em que o equívoco se constitui por meio da relação entre a história e o acaso. A língua e a história são determinadas pelos fatores ideológicos, levando a AD a investigar os efeitos desse fenômeno. Ademais, o interdiscurso e o intertexto são os mobilizadores da relação de sentido, visto que o interdiscurso parte da ordem do saber discursivo, a memória é afetada pelo esquecimento durante o dizer e o intertexto se limita à relação de textos com outros textos (ORLANDI, 2015).

Por outro lado, Maingueneau propõe a existência do primado do interdiscurso, ou seja, para o autor o interdiscurso é o elemento mais importante e por isso é considerado como um objeto privilegiado do discurso. “A unidade pertinente não é o

discurso em si, mas o espaço de trocas entre os vários discursos convenientemente escolhidos" (MAINGUENEAU, 2008, p. 20). Desta maneira, não é possível afirmar que não há autonomia de um discurso isoladamente. É impossível para Maingueneau separar o discurso dos seus Outros, dos discursos que competem com ele porque dentro de um discurso específico existe uma relação estabelecida com o Outro e, isso pode estar no não-dito. Diante do exposto, não basta mencionar o que está materializado, mas observar no lugar daquela palavra ou estrutura sintática poderia constar outra coisa e, ao mesmo tempo, indagar-se "por que não está lá? Será que não faz parte de outro discurso que constituiu o discurso analisado? ".

No posicionamento do sujeito o dizer faltoso é a relação com o Outro, por mais que haja enunciados apenas de um posicionamento ou mais de um posicionamento do que de outro, ainda sim, é possível encontrar nesse posicionamento resquícios do que seria o Outro. A ideia geral da primeira hipótese, das sete propostas, em "Gênese dos Discursos" é que o objeto do analista de discurso é prioritariamente o interdiscurso e não o discurso isoladamente em si.

> A interpretação forte dessa hipótese exige que compreendamos que os discursos não se constituem independentemente uns dos outros para serem, em seguida, postos em relação, mas eles se formam de maneira regulada no interior do interdiscurso (MAINGUENEAU, 2008, pg. 21).

O intradiscurso é associado com a ideia de superfície discursiva para alguns autores da AD e Maingueneau (2015) é um deles, pois trata esta conceituação como elementos contidos no discurso, e, como estão postos materialmente, ou seja, envolvem as sequências sintáticas, a relação entre uma frase e outra e por isso constitui o intradiscurso. Outrossim, o intradiscurso está relacionado ao fio do discurso, uma metáfora utilizada pelo teórico porque sugere se tratar de algo visível, perceptível ou palpável na identidade discursiva, posto que, é nele que depende a boa formação semântica para o encadeamento da prática discursiva. Para Maingueneau (2008), o fio do discurso está implicado com o que o autor compreende por semântica global que, embora seja uma teorização da AD francesa, não devemos aprofundar para esta pesquisa.

Somado a isso, Maingueneau (1997) parte para uma segunda hipótese, ilustrada como um caráter constitutivo da relação interdiscursiva, estabelecendo uma interação semântica entre os discursos transparecer um processo de tradução ou de interincompreensão regulada. “[...] Cada um introduz o Outro em seu fechamento, traduzindo seus enunciados nas categorias do Mesmo e, assim, sua relação com esse Outro se dá sempre sob a forma do “simulacro” que dele constrói [...]” (MAINGUENEAU, 1997, p. 21). Caberia à relação interdiscursiva a estruturação da identidade do discurso, quando se fala em gênese do discurso importa saber que os interdiscursos não se constituem independentemente uns dos outros.

2.1.3. A memória discursiva, o arquivo e o esquecimento

A primeira vez em que a memória discursiva é mencionada na AD francesa é oriunda dos estudos de Courtine (2014) na obra “O Discurso Comunista endereçado aos cristãos”. A memória é relacionada com o apagamento do sujeito, é nela que se restabelecem os sentidos implícitos de que a leitura de um texto ou acontecimento manifesta. Courtine discorre acercado funcionamento da memória das imagens, em um processo de descontinuidade e evidencia a necessidade de trazer elementos históricos, uma vez que não há memória sem história (SOUSA; SILVA, 2016).

Para Courtine, a memória histórica emerge da materialidade dos enunciados de um discurso, através do interdiscurso, levando em consideração quem é o sujeito enunciador enquanto um sujeito simbólico e, as condições de produção enquanto condições contextuais interdependentes e complexas. Quando Courtine fala em problemática instrumental está se referindo à linearização da mensagem trocada entre enunciadores e destinatários através de um determinado idioma que, por sua vez, estimulará as reflexões que giram em torno das especificidades do discurso e do assujeitamento (FUNO, 2012).

Para Courtine (2014) é no interdiscurso onde se concretiza a causalidade da heterogeneidade do discurso, pois nele está contido a especificidade do discurso em sua relação com o linguístico. Se o autor entende o intradiscurso como um funcionamento de uma sequência discursiva sobre si mesmo, então o interdiscurso é compreendido como o exterior específico que determina a formação discursiva.

> Gostaríamos, assim, de destacar o que nos parece, no desenvolvimento dessa posição em Análise do discurso, constituir uma aquisição teórica importante: trata-se do conceito de formação discursiva e da distinção entre processos discursivos e língua: se os processos discursivos constituem a fonte da produção dos efeitos de sentido no discurso, a língua, pensada como uma instância relativamente autônoma, é o lugar material onde se realizam os efeitos de sentido (COURTINE, 2014, p. 32)

Nesta esteira, Courtine se aproxima das concepções pecheutianas na AD, pois compreende que a articulação do discurso com a língua se estabelece a partir do pré-construído, ou seja, as evidências pelas quais o sujeito atribui ao objeto discursivo, o que sabe ou o que pode ver em determinadas situações e pela articulação dos enunciados. Igualmente, o interdiscurso é tido como lugar de constituição do pré-construído, na medida em que oferece elementos ou objetos apropriados por uma sequência discursiva de determinada enunciação. Assim, o interdiscurso atravessa e conecta os objetos e articula o sujeito enunciador para conceder coerência ao fio do discurso (COURTINE, 2014).

Na perspectiva da AD, o texto faz sentido por sua inserção na formação discursiva em função da memória discursiva que é desta formação discursiva, do interdiscurso que o texto retoma e põe a parte, ou seja, não há propriamente o texto da forma como se apresenta em outras correntes linguísticas, pois é concebido como uma unidade coesa e coerente no lugar do que são as linearizações completas materiais do discurso. Portanto, na perspectiva da AD, o texto materializa o discurso, que, por sua vez, materializa a ideologia (MUSSALIM, 2012).

Desta forma, nota-se o entrecruzamento da memória discursiva e o interdiscurso, tais conceitos não são sinônimos, pois o primeiro está ligado à existência histórica do enunciado que vem de “algum lugar” e se materializa através das práticas discursivas, reguladas pelos aparelhos ideológicos de Estado, este último trabalhado por Althusser (1985). Enquanto o segundo está associado com as formulações que marcam diferentes enunciações articuladas pela língua, seja por meio de alguma citação, repetição, paráfrase ou outra forma de materialização (CARVALHO; AZEVEDO, 2014).

A memória discursiva é constituída pelo esquecimento e se encontra no eixo vertical do discurso, onde as enunciações se estratificam ao ponto de que qualquer formulação ocorra pelo conjunto de formulações já feitas. São essas formulações

que presidem e constituem o dizer do sujeito, ao mesmo tempo em que são feitas e esquecidas (FUNO, 2012).

É através da memória discursiva que os enunciados retomam outros deles que podem não possuir o mesmo sentido, mas estabelecem uma relação com quem o produziu e é regulamentado pelo complexo das formações ideológicas, onde a memória discursiva está instalada e representada pela condição de existência do acontecimento discursivo. Carvalho e Azevedo (2014) vão além, uma vez que constatam a existência de um efeito de memória, que nem sempre representa o sentido do enunciado, mas a manifestação do esquecimento através do apagamento da memória histórica deixa como legado, uma marca do seu desaparecimento no discurso.

As memórias discursivas compreendem o conjunto de falas de outros lugares de modo independente. Contudo, se expressam em um conjunto de dizeres que sustentam todo o dizer, por mais que os sujeitos não tenham consciência a respeito das influências captadas externamente, mas apresentam resultados dos significados produzidos pelo inconsciente e pela materialidade dos fatos manifestada na língua, à memória se refletirá nos efeitos ideológicos do sujeito (SANTOS, 2013). Outra conceituação sobre memória pode ser vista nos trabalhos produzidos por Indursky, onde a pesquisadora a define da seguinte maneira:

> Penso a memória social como um conjunto de saberes regulados por Aparelhos Ideológicos de Estado, filtrados e discursivizados por práticas inscritas em Formações Discursivas. Tais saberes apontam para o que o corpo social imaginariamente retém tanto de um passado remoto quanto de um passado mais recente. No entanto, o sujeito do discurso, em suas práticas discursivas, não a domina plenamente e a mobiliza pelo viés de uma memória fluida [...], que é atravessada pelo inconsciente e marcada pela vagueza e mesmo pelo equívoco e pelo desconhecimento (INDURSKY, 2015, p. 1)

Embora Orlandi (2017) defina a memória discursiva como a noção de interdiscurso, no sentido de que algo falante e em outro lugar, independentemente. Indursky (2013) estabelece diferenças entre os dois conceitos, pois, o interdiscurso é compreendido como um interdito, ou seja, uma espécie de zona entre o que é possível dizer e o que está interditado, mas só pode ser dito de determinada forma em um momento específico:

> [...] Este deslizamento marca o ponto em que se cruzam determinação ideológica – o que pode e deve ser dito – com determinação inconsciente, que sinaliza o sujeito desejante [...]. É o interdiscurso que se atravessa no discurso do sujeito (INDURSKY, 2013, p.6)

Por outro lado, Orlandi (2015) assevera a memória discursiva como o saber discursivo, ou seja, é o já dito que constitui todo o dizer do discurso, sendo retomado na prática discursiva, a partir dos sentidos de um acontecimento real ou por meio de um campo do saber. A memória pode ser apresentada nos estudos do discurso de dois modos, como é possível verificar a seguir:

> a) a memória institucionalizada (o arquivo), o trabalho social da interpretação onde se separa quem tem e quem não tem direito a ela;
> b) a memória constitutiva (o interdiscurso), o trabalho histórico da constituição do sentido (o dizível, o interpretável, o saber discursivo) (ORLANDI, 2015, p. 45).

A memória constitui os espaços móveis de divisões, separações, deslocamentos e retomadas, onde também acontecem o desdobramento das ideias, argumentações, réplicas e polêmicas. (SANTOS, 2013). Os efeitos ideológicos tornam-se indispensáveis para a constituição do sujeito, pois será interpelado pela ideologia dando início ao processo de discursividade e será na memória que o sujeito vai retomar um pensamento ou o raciocínio para validar os seus argumentos.Deste modo, o sujeito tem a impressão de que é o dono do enunciado que produz por conta da sua relação imaginária com os aspectos ideológicos.

Para a AD, o sujeito não é individual e empírico, ante o exposto,na terceira fase (AD3), a memória discursiva não se refere aquilo que se lembra porque é algo do indivíduo, ou seja, é uma memória sócio histórica. Igualmente, é uma memória vinculada a uma formação discursiva, pode ser uma memória empírica também, mas fundamentalmente é compartilhada por sujeitos inscritos dentro de uma mesma formação discursiva (MUSSALIM, 2012).

A memória está situada no eixo vertical onde estão os enunciados os quais se estratificam, ao ponto de que qualquer formulação seja determinada pelo conjunto de formulações já feitas. Quando ocorre a enunciação, essa estratificação formará o eixo de constituição do dizer, entretanto são formulações já feitas e esquecidas, por mais que presida a formulação do dizer manifestado pelo sujeito. (ORLANDI, 2017).

Portanto, a memória discursiva é constituída pelo esquecimento – elemento esse que é estudado em profundidade pela psicanálise freudiana e lacaniana.

Nos estudos de Freud, o psicanalista já despertava a atenção para a compreensão da linguagem humana, por meio da escuta da fala e as formações no inconsciente, tal como os chistes, os sonhos e os lapsos de linguagem, que se tornam os objetos de análise do psicanalista (SILVA, 2013a). São esses lapsos de linguagem que vão marcar a presença das formações do inconsciente ao longo do enunciado que se apresenta e será manifestado pelo sujeito do inconsciente:

> O aspecto inusitado dessas situações provocadas pelos tropeços na linguagem causa no próprio sujeito que enuncia reações de surpresa, riso ou emoções embaraçosas e, muitas vezes, tentativas de passar uma borracha no que foi dito. O funcionamento do inconsciente se marca justamente nesse dizer outro que se intromete, de modo surpreendente, naquilo que o sujeito achou que iria dizer, mas não disse. (SILVA, 2013a, p. 105-106)

Se para Pêcheux, as formações discursivas têm relações com o imaginário, e, portanto, compreende o processo de produção dos sentidos e a sua relação ideológica e histórica vão estabelecer o funcionamento do discurso (ORLANDI, 1999). Para Foucault (2008), o discurso funciona a partir das suas regularidades, ou seja, um conjunto de enunciados dispersos, porém, mantém uma regularidade devido a suas características, sobretudo semântica.

> Uma certa forma de regularidade caracteriza, pois, um conjunto de enunciados, sem que seja necessário – ou possível – estabelecer uma diferença entre o que seria novo e o que não seria. Mas as regularidades – [...] – não se apresentam de maneira definitiva; [...], campos homogêneos de regularidades enunciativas (eles caracterizam uma formação discursiva), mas tais campos são diferentes entre si. (FOUCAULT, 2008, p. 164)

Quando se tem a noção de formação discursiva é possível entender o funcionamento do processo de produção dos sentidos. Por esse lado, Pêcheux (1995) afirma que os elementos linguísticos verificados em determinado enunciado, depende das formações discursivas. Esses elementos podem tomar um sentido a ser configurado nas formações discursivas, que por sua vez, definirá o sentido que o enunciado vai tomar. É a partir dessa premissa que o sujeito classifica o discurso de acordo com seu aspecto ideológico, como se fosse uma maneira de rotulá-lo com

expressões como “política mundial”, “economia mundial”, exemplificados por Pêcheux, mas não obstante é possível encontrar outras classificações para um discurso dado, como pode ser visto em Maingueneau (2008) quando, por exemplo, relaciona o sermão jansenista ao discurso devoto no campo religioso.

Nos estudos foucaultianos, há uma diferenciação entre a memória discursiva e o domínio de memória, por exemplo, que são os enunciados passados e abandonados dentro de uma área, diferente da máquina discursiva a qual se refere aquilo que foi retomado visto em Pêcheux (1993) na AD1.

Outro aspecto, não menos importante, que deve ser levado em consideração nos estudos dos discursos é a noção de arquivo, o qual Foucault (2008) classifica como a lei do que pode ser dito, uma vez que, se reconhece um sistema o qual rege o aparecimento dos enunciados, como acontecimentos singulares. É o arquivo que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente e não se inscrevam em uma linearidade, a qual levará a uma ruptura, e ao mesmo tempo não desapareçam por motivos torpes e se agrupem em figuras distintas mantendo as regularidades específicas.

> [...]; é o que define o modo de atualidade do enunciado-coisa; é o sistema de seu funcionamento. Longe de ser o que unifica tudo o que foi dito no grande murmúrio confuso de um discurso, longe de ser apenas o que nos assegura a existência no meio do discurso mantido, é o que diferencia os discursos em sua existência múltipla e os especifica em sua duração própria. (FOUCAULT, 2008, p. 147)

O arquivo desencadeia em uma multiplicidade de enunciados como ocorre com os acontecimentos regulares e pode ser oferecido ao tratamento e à manipulação do enunciador. O arquivo não é descritível em sua totalidade; e é incontornável na sociedade contemporânea, posto que se manifesta por fragmentos, regiões e níveis e com o passar do tempo (FOUCAULT, 2008). O arquivo delimita o ser humano por se desenvolver a partir dos discursos que começam a deixar de pertencer as nossas crenças ou convicções. Destarte, “[...] o acontecimento discursivo obedece a uma combinação de regras, que constituem o arquivo, e que determinam as condições de possibilidades de sua aparição” (GREGOLIN, 2006, p. 76-77). É possível afirmar que o arquivo é o local onde se concentra o acervo do conhecimento de um saber constituído em determinada época.

No que diz respeito ao arquivo, Orlandi (2017) considera como um elemento discursivo que representa o discurso documental, a memória institucionalizada e a qual fica disponível devido ao arquivamento dos interdiscursos inscritos em nossas instituições e não a esquecemos. Por isso, o sujeito tem acesso ao arquivo onde irá consultar, por meio da memória consciente, onde esse arquivo está representado.

O arquivo pode ser entendido como o local a definir o que pode e deve ser dito, em virtude da singularidade dos enunciados. O arquivo vai se responsabilizar por regular as condições pelas quais o enunciado deve ressoar.Alguns pesquisadores contemporâneos concordam com a visão foucaultiana ao afirmar que, “tudo que dizemos, há uma regularidade, e quando, a encontramos em uma série de acontecimentos discursivos, estamos diante da sua positividade, caracterizada aqui por uma (des)continuidade temática...” (SOUSA; SILVA, 2016, p. 71). A condição de emergência do enunciado pelo seu modo específico de ser e se relacionar com outros enunciados se transforma e desaparece por influência do arquivo.

Se Foucault defende que os enunciados são dispersos e os acontecimentos discursivos são regulares, deste modo, haverá uma unidade que vai caracterizar, através do tempo, uma positividade a fim de desenvolver um campo que possibilite estabelecer identidades, temáticas e transformações de conceitos. Logo, a prática discursiva se caracteriza pelo conjunto de regras dadas em determinado espaço e tempo, tendo no arquivo o ponto de união dos conceitos (enunciados, formações discursivas, discurso, práticas discursivas) que vão constituir um sistema (GREGOLIN, 2006).

Desta forma, Orlandi (1999) simplifica essa relação, ao associar a memória e o arquivo como um trabalho de separação de quem tem ou não direito a interpretação, na qual classifica como memória institucionalizada, ao passo em que a memória constitutiva seria o mesmo que o interdiscurso, pois trabalha as questões históricas da constituição do sentido, daquilo que é dizível e interpretável no saber discursivo, pois “[...] a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e a com a história para que haja sentido. (ORLANDI, 1999, p. 46). Por isso, os efeitos ideológicos são essenciais na constituição do sujeito onde deve inscrever sua discursividade, pois quando interpelado pela ideologia, apagará a inscrição da língua na história para evidenciar o efeito de sentido e por isso existe a

impressão do sujeito ser a origem daquilo que profere, tal conceito pode ser visto também em Pêcheux:

> É nesse reconhecimento que o sujeito se “esquece” das determinações que o colocaram no lugar que ele ocupa – entendamos que, sendo “sempre-já” sujeito, ele “sempre-já” se esqueceu das determinações que o constituem como tal. Isso explica o caráter não fortuito, mas absolutamente necessário, da dupla forma (“empírica” e “especulativa”, na terminologia de Th. Herbert) do assujeitamento ideológico, que permite compreender que o pré-construído, tal como o redefinimos, remete simultaneamente “àquilo que todo mundo sabe”, isto é, aos conteúdos de pensamento do “sujeito universal” suporte da identificação e àquilo que todo mundo, em uma “situação” dada, pode ser e entender, sob a forma das evidências do “contexto situacional”. (PÊCHEUX, 1995, p. 170-171).

Dada essa condição, o pensamento para Pêcheux (1995) é inconsciente e, por isso, ele reafirma a existência de dois tipos de esquecimento. O esquecimento nº 1 se refere ao sujeito-falante quando está impossibilitado de se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina e será esse exterior que vai determinar a formação discursiva em questão e, por isso, o teóricoclassifica como um sistema inconsciente. Enquanto no esquecimento nº 2, o sujeito falante seleciona no interior da formação discursiva que domina um sistema de enunciados no qual vai explorar a paráfrase para reformular a formação discursiva considerada. Esses sistemas funcionam da seguinte maneira:

> Na medida em que o sujeito se corrige para explicitar a si próprio o que disse, para aprofundar “o que pensa” e formulá-lo mais adequadamente, pode-se dizer que esta zona nº 2, que é a dos processos de enunciação, se caracteriza por um funcionamento do tipo pré-consciente/consciente. Por oposição, o esquecimento nº 1, cuja zona é inacessível ao sujeito, precisamente por esta razão, aparece como constitutivo da subjetividade na língua. Desta maneira, pode-se adiantar que este recalque (tendo ao mesmo tempo como objeto o próprio processo discursivo e o interdiscurso, ao qual ele se articula por relações de contradição, de submissão ou de usurpação) é de natureza inconsciente, no sentido em que a ideologia é constitutivamente inconsciente dela mesma (e não somente distraída, escapando incessantemente a si mesma...). (PÊCHEUX, 1993, p. 177)

Portanto, as interpretações sobre os conceitos que envolvem o esquecimento possibilitam Pêcheux (1995) a argumentar a existência do “não-dito” ou o “dito de outro modo” o qual, pode ser aceito ou rejeitado. O sujeito falante então tem a noção da realidade do seu pensamento e, por isso, afirma: “eu sei o que estou dizendo” e reafirma: “eu sei do que estou falando”, entretanto, não passa de uma impressão do

sujeito para obter o retorno de si a partir do seu discurso, seja como forma de antecipar o seu efeito ou como consideração da discordância de outro, para explicar ou explicar a si mesmo, por isso é interpelado pela sua formação imaginária, pois a materialização do que diz é apenas uma representação das suas ilusões.

No entendimento de Lacan, existem várias situações de lapsos na linguagem, as quais se manifestam na fala dos sentidos e, muitas vezes podem se encontrar em um estado de contradição levando a um ato falho, considerado pela psicanálise como algo bem sucedido. Este efeito “bem sucedido” significa que o que se desejava dizer foi dito como tal, sem interferências, filtros ou formas de mascaramento. Entretanto,os estudos lacanianos reforçam que não há inconsciente sem linguagem e, portanto, a linguagem é condição do inconsciente (MAGALHÃES, 2013).

Neste sentido, a AD incorpora aos seus estudos, referentes ao esquecimento, uma concepção freudiana que diz respeito aos chistes e sua relação com o inconsciente. “No chiste escapa o dito prazeroso, no lapso escapa o que desejava ser dito: entre o esquecimento e seu substituto, algumas formações do inconsciente de efeito metafórico e metonímico” (CHALHUB, 1990, p. 43). Quando Lacan aprofunda esta acepção de Freud, constata que o esquecimento de um nome, não se encontra tal como no chiste, ou seja, na produção de um novo sentido porque falta algo que ainda será encontrado, a partir da operação de um trabalho na cadeia significante. No lapso do esquecimento que são liberados os termos substitutos, deslocados e fragmentados, se manifestando como metáfora, quando substitui o nome próprio por outro nome próprio ou metonímia - quando a fragmentação do nome esquecido percorre vários outros nomes similares.

Pêcheux (1993) considera a existência de uma oposição entre os dois tipos de esquecimento com a situação empírica concreta pela que o sujeito se insere. Tal fator se deve ao caráter imaginário, o qual os teóricos afirmam que o outro, na verdade, é outro eu. A relação entre os esquecimentos nº 1 e nº 2 estabelecem uma condição de desigualdade por corresponder uma relação de dominância e são remetidos a uma associação entre a condição de existência (não-subjetiva) da ilusão e as formas subjetivas de sua realização.

> A psicanálise, segundo Freud, pode explicar e interpretar esses lapsos de linguagem – e aqui se incluem o esquecimento de nomes, a troca de fonemas e palavras, a formação de palavras estranhas -, pois compreende que essas são formas de o inconsciente se expressar, permitindo que o sujeito diga duas coisas muitas vezes contraditórias entre si simultaneamente, deixando assim aparecer sua verdade. Os chistes, por sua vez, representam prazer lúdico extraído da forma verbal, revelando uma face dos efeitos do inconsciente que se liberam no exercício da fala. Em suma, é na linguagem que o inconsciente se representa (SILVA, 2013a, p. 106)

O esquecimento nº1 tem a ver com as teorias da psicanálise nos estudos discursivos. A psicanálise estuda o sujeito e a relação daquilo que ele diz. Pêcheux (1995) teoriza o esquecimento da ordem ideológica em que o sujeito sequer tem o acesso a esse esquecimento, em nenhum momento, porque o sujeito esquece que ele mesmo é assujeitado pela formação discursiva em que está inserido o enunciado. O sujeito tem a ilusão de que não está dizendo determinada coisa porque tem livre arbítrio em afirmar esse pressuposto, sendo que todo sujeito é interpelado por ideologias.

O esquecimento nº2 é mais acessível ao sujeito porque ele tenta intervir nesse esquecimento. O sujeito crê que tem plena consciência do que diz e, por isso, pode controlar os sentidos do seu discurso. É um esquecimento da ordem enunciativa, o sujeito tem a ilusão de controlar o sentido e ter a plena consciência do sentido que está sendo produzido. Quando alguém diz: “não foi isso o que eu quis dizer”, ou quando diz: ”ou melhor ”, “explicando de outra forma”, são intervenções do sujeito para determinar ou definir um sentido.

2.1.4. A formação discursiva

Como visto nas unidades anteriores, a formação discursiva é aquilo que vai determinar o que pode e deve ser dito. Em Pêcheux (1995), essa formação está associada com as posições ideológicas do sujeito e as evidências que marcam os efeitos de sentido. Para o autor, toda formação discursiva é dissimular, ou seja, o sujeito tem a ilusão de autonomia constitutiva enquanto sujeito, tendo assim a ilusão de que funciona por si mesmo, ou seja, “algo fala antes”, tendo no complexo das formações ideológicas o funcionamento da interpelação dos indivíduos em sujeitos,

o que leva a crer que “cada sujeito” tenha a “sua realidade” devido às significações percebidas, aceitas ou experimentadas.

> Descobrimos, assim, que os dois tipos de discrepância, respectivamente, o efeito de encadeamento do pré-construído e o efeito que chamamos articulação –que consideramos, de início, como leis psicológicas do pensamento – são, na realidade, determinados materialmente na própria estrutura do interdiscurso. (PÊCHEUX, 1995, p. 162)

A dissimulação, proposta por Pêcheux (1995), constitui o sujeito pelas suas condições ideológicas de reprodução ou transformação das relações de produção, posto que, relaciona o inconsciente e a ideologia que o assujeita, na transparência do sentido que nela se forma. A objetividade material contraditória do interdiscurso será responsável por determinar a formação discursiva e diante disso, a objetividade material do enunciado tem indicação no fato de que “algo fala”, dominado por um complexo de formações ideológicas. O pensamento, enquanto objeto de discurso, é materializado internamente na estrutura do interdiscurso.

Por outro lado, Foucault (2008) propõe que essas formações discursivas estejam formadas por regras definidas a partir das condições e dos elementos descritos, tais como objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas temáticas nas teorias, escolhas estratégicas a que estão submetidos. Para o filósofo, não interessa somente o objeto discursivo propriamente dito, mas o discurso como conjunto de enunciados que é regido por regularidades, que são por regras de formação um suporte que possibilita a existência e concebe a todos os objetos a conceitos, modos de enunciação e escolhas estratégicas que conferem uma emergência possível na superfície do discurso.

Em contrapartida, Maingueneau (2008) entende a formação discursiva como posicionamento manifestado pelo sujeito enunciador ao materializar o discurso. A esse sujeito será conferida a competência discursiva, na medida em que propõe a autorização do sujeito lançar um dizer sobre o objeto discursivo.

Diante do que foi exposto, Maingueneau (2008) questiona uma suposta relação de profundeza de superfícies dos textos, como se tivesse algo a nível subjacente e algo superficial que aparece na materialidade textual. Ele compreende que aquilo que seria a profundeza do discurso, ou o que está por trás do discurso, na verdade é marcado na própria superfície, então não há nada escondido, por isso

já está dito. Sem embargo, o discurso não falseia uma realidade, na verdade, ele constrói a realidade. Não é uma questão de falsear, esconder ou mascarar um fato real ou algum acontecimento, mas sim de constituir um efeito de real por meio de discurso.

Seguindo este raciocínio, Maingueneau (2008) questiona essa relação de profundeza e superfície, apesar de usar o termo superfície discursiva, mas empregado não em contraposição ao termo profundeza, mas em contraposição à formação discursiva. Há um uso problemático dessas ideias, ao negligenciar uma ou outra, por exemplo, ao se trabalhar o subjaz ao texto, aquilo que é profundo e esquecer-se da superfície.

Sendo assim, o autor acredita que exista uma oposição no sistema de restrições para uma boa formação semântica a qual desencadeia na formação discursiva, ou seja, o conjunto de enunciados produzidos, em conformidade com esse sistema, entendido por ele como a superfície discursiva. (MAINGUENEAU, 2008).

É importante trazer à tona alguns fatores elementares apontados por Foucault (2008) que se referem à metodologia de análise do discurso, iniciando com a necessidade de realizar recortes acerca de um espaçamento de tempo, geralmente definido por fenômenos históricos. Todo discurso manifesto repousa secretamente sobre um já-dito e que, este já-dito não é simplesmente uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um “jamais-dito”. É um discurso sem corpo e de voz silenciosa, uma escrita com o vazio de seu próprio rastro. Neste sentido, convém adicionar o conceito de discurso manifesto, o qual não passaria da presença repressiva do que ele diz, o não-dito seria um exemplo de vazio minado, do interior, tudo que se diz. A escuta do já-dito seria ao mesmo tempo um não-dito.

A formação discursiva existe historicamente no interior das relações estabelecidas entre as classes sociais e podem indicar elementos que integram outras novas formações discursivas, revestidas no interior das relações de ideologias, colocando em funcionamento o jogo de formações ideológicas (PÊCHEUX; FUCHS, 1993).

Por conseguinte, Gregolin (2006) certifica que as teorias desenvolvidas por Pêcheux e Foucault se complementam, todavia, as duas correntes teóricas também

apresentam diferenças. Por exemplo, Foucault não possui uma teoria linguística, pois o objetivo do filósofo não era estudar a língua, mas os discursos que, embora os enunciados sejam revestidos por elementos linguísticos, o foco dos estudos foucaultianos é ancorado nos fenômenos sociais como o exercício do poder, a manifestação do controle e a produção dos sentidos na epistême.

Enquanto Pêcheux propõe uma teoria linguística crítica, a qual tem como pressuposto, a desconstrução das demais teorias linguísticas. Para o autor, os discursos estão relacionados estritamente com os fatores linguísticos em sua exterioridade (GREGOLIN, 2006).Certifica-se, assim, a diferenciação da AD francesa, que possui uma óptica materialista, ou seja, não aborda aspectos voltados à encenação ou manipulação como propõe Charadeau (2010), uma vez que, para a AD o que se diz está materializado como tal porque foi pré-construído.

Para Foucault (2008) os enunciados manifestados em formas diferentes e dispersos no tempo compõem um conjunto, que se refere a um único e mesmo objeto, causando um reagrupamento retrospectivo que desencadeia em uma formação discursiva. Ao mesmo passo em que, um único objeto, não permite individualizar o conjunto de enunciados e estabelecer entre eles uma relação descritível e ao mesmo uniforme.

Nas primeiras fases da AD, a formação discursiva está sempre relacionada com as questões de formação ideológica, na qual Pêcheux (1995) busca incorporar conceitos marxistas para compreender a formação deste discurso, conforme destacado a seguir:

> [...] Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (PÊCHEUX, 1995, p. 160)

Neste aspecto, o teórico nota a existência de uma mesma proposição, palavras ou expressão que podem levar a composição de sentidos diferentes, mas, através das evidências indicadas levarão a compreensão de qual formação discursiva está vinculada. Há expressões que não formam um sentido se observado a sua literalidade. Entretanto, o sentido se constitui em cada formação discursiva,

por meio das relações traçadas pelas palavras, expressões ou proposições inseridas na mesma formação discursiva (PÊCHEUX, 1995).

Para Orlandi (2015), é a partir da noção de formação discursiva que o analista consegue compreender o processo de produção dos sentidos, também observar as relações estabelecidas entre sentido e ideologia e identificar as regularidades no funcionamento do discurso. Para a autora as palavras “conversam” com outras palavras, na medida em que toda palavra está presente e faz parte de um discurso, ou seja, as posições das palavras e as formas como elas são postas, constituem os efeitos de sentido. Courtine (2014) aborda este aspecto fazendo referência à existência de uma sequência discursiva que, por sua vez, constrói os sentidos.

A relação de um discurso com outro vai demonstrar os dizeres que estão presentes e alojados no campo da memória discursiva:

> O discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. [...] (ORLANDI, 2015, p. 41)

Neste sentido, Mussalim (2012) reconhece a noção de formação discursiva desenvolvida por Foucault como uma das mais elementares contribuições da AD, por conta da possibilidade de eliminar os problemas acerca da homogeneidade na constituição do corpus discursivo, pois é através desse pressuposto que torna possível descrever as instâncias de decisão para explicar as escolhas feitas por um determinado termo comparado com todas as possibilidades que se apresentavam; estabelecer a função do discurso em relação às práticas não discursivas e assinalar os pontos de difração possíveis de identificar no discurso como os pontos de incompatibilidade, equivalência e ligação de uma sistematização.

Dadas às condições, as restrições de um discurso estão mais em um nível de filtragem. “O sistema de restrições semânticas fixa os critérios em virtude dos quais, certos textos se distinguem do conjunto dos textos possíveis, como pertencendo a uma FD determinada” (MAINGUENEAU, 2008, p. 48). É a partir da análise desse conjunto textual diverso que Maingueneau traça algumas regularidades as quais

definem a identidade de um discurso e de outro através de semas rejeitados ou reivindicados por um discurso.

Portanto, a formação discursiva em Foucault se refere ao questionamento das condições históricas discursivas que se constituem os sistemas de saber, implicados com o exercício do poder e do controle (COURTINE, 2014). Neste sentido, as práticas discursivas são reguladas por aquilo que pode ou deve ser dito, pois é regulado pela ordem do discurso. Estas regras implicam também na limitação do que se pode dizer ou na autorização de quem pode falar devido às condições que legitimam a produção discursiva. A isto, Foucault chama de sistema de restrição do discurso (GREGOLIN, 2006).

Em contrapartida, Pêcheux reverbera que a formação discursiva está ligada à formação ideológica do sujeito através do assujeitamento ideológico ou das formas de interpelação do outro para a reprodução das relações sociais, materialmente assegurada pelos aparelhos ideológicos de Estado, corrente teórica defendida por Atlhusser (1989). Neste sentido, as formações ideológicas vão determinar o que pode e dever ser dito e, assim, dispõe a atravessar o sujeito na materialização do seu discurso. As formações discursivas são interligadas pelas formações imaginárias em uma relação de dependência antagônica, aliadas ou contraditórias. Ademais, o assujeitamento do sujeito ideológico do discurso ocorre no interior das formações discursivas (COURTINE, 2014).

Ao tratar sobre as condições de produção, Pêcheux (1993) propõe uma teoria da informação, subjacente ao esquema informacional, na medida em que supõe a existência da vantagem de pôr em cena os protagonistas do discurso e seu “referente”, como fatores constitutivos do processo linguístico. Desse modo, a mensagem é vista como uma transmissão de informação, ao que Pêcheux denomina como discurso, devido aos efeitos de sentidos gerados de um ponto A para um ponto B, por exemplo.

> O que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações) (PÊCHEUX, 1993, p. 82)

Seguindo esta lógica, Pêcheux (1993) designa as formações imaginárias, como o resultado da significação da expressão e as questões implícitas, cuja resposta subentende a formação imaginária correspondente. Assim, o “contexto” ou a “situação” em que aparece o discurso pode ser definido como o “referente”, elemento que pertence às condições de produção do discurso. Importante destacar que o objeto imaginário não é uma realidade física, mas algo perceptível pelo ponto de vista do sujeito. Pêcheux também fala em “tomada de posição”, a qual seria a probabilidade do processo discursivo assumir um foco implícito.

Por outro lado, Pêcheux (1993) também teoriza sobre a fenomenologia como condição pré-discursiva do discurso, ou seja, supõe a existência de uma percepção que é atravessada pelo “já ouvido” ou o “já dito”, constituindo uma substância das formações imaginárias. Ademais, as condições de produção de um discurso devem seguir um sistema de regras, a ser definido no qual há elementos que o tornam dominante no interior das condições apresentadas.

Além disso, a imagem tem capacidade própria de referência, que por sua vez, se configura em uma propriedade linguística, por isso os estímulos visuais têm relação com os objetos representados, ao mesmo passo em que a memória traz imagens do passado para o presente. Diante destas constatações é possível afirmar que as imagens possuem relação com o discurso e uma união indissolúvel de expressão e conteúdo (JÚNIOR, 1994). “Ao assumir o discurso, o indivíduo busca escolher os meios de expressão que melhor configurem suas ideias, pensamentos e desejos. Essa escolha é que caracteriza o estilo” (FILHO, 2007, p.26).

Na AAD, no final da década de 60, Pêcheux (1993) já colocava enquanto condição de produção de um discurso uma série de relações imaginárias entre os sujeitos e entre as posições dos sujeitos. Se há uma interação entre dois sujeitos, ou seja, uma posição A em relação a uma posição B, ao mesmo tempo em que se produz um discurso, esse discurso se baseia em uma imagem que se tem do Outro. Além disso, o sujeito se baseia em uma imagem que se tem de si mesmo. E diante disso, se interroga “Qual a posição que ocupa? ”, “Quem é o sujeito para falar com aquele outro daquela forma? ”, “Quem é esse Outro para que possa lhe falar assim? ” Há um jogo de imagens e isso é vice-versa. O que está na posição B também tem

uma imagem sobre o Outro e a imagem de si. Essa formação imaginária da imagem tem aver com a imagem sobre o tópico da discussão, então o sujeito A e o sujeito B possuem representações imaginárias daquele tópico e que não são emergentes, ou seja, são diferentes. Falar de formações imaginárias, por mais que Pêcheux não tenha falado sobre *ethos* (conceito a ser abordado somente na AD3), toca em alguns momentos na questão da imagem do enunciador. É no EGO que se constitui a formação imaginária do sujeito (PÊCHEUX, 1995).

2.2. MÍDIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

2.2.1. A mídia virtual, suas especificidades e prática social

O presente trabalho não se propõe em aprofundar a respeito das discussões referentes ao funcionamento das instâncias midiáticas, porém, analisar as notícias veiculadas na mídia virtual que façam referência ao movimento migratório de venezuelanos para o Brasil. Diante dessa circunstância, é preciso compreender que a internet pode ser considerada como um dos meios mais complexos na relação entre gênero, hipergênero e mídia, conforme reverbera Bonini (2011):

> a) Gênero – unidade da interação linguageira que se caracteriza por uma organização composicional, um modo característico de recepção e um modo característico de produção. Pode ser de natureza verbal, imagética, gestual, etc. Como unidade, equivale ao enunciado bakhtiniano;
> b) Mídia – tecnologia de mediação da interação linguageira e, portanto, do gênero como unidade dessa interação. Cada mídia, com tecnologia de mediação, pode ser identificada pelo modo como caracteristicamente é organizada, produzida e recebida e pelos suportes que a constituem e;
> c) Suporte – elemento material (de registro, armazenamento e transmissão de informação) que intervém na concretização dos três aspectos caracterizadores de uma mídia (suas formas de organização, produção e recepção). (BONINI, 2011, p. 688)

Nesta perspectiva, o autor classifica como hipergênero, os gêneros que são produzidos em forma de agrupamento, que por sua vez, irão constituir uma unidade de interação maior, como se houvesse um grande enunciado. Desta forma, Bonini (2011) afirma que o jornal, seja ele online ou impresso, pode ser considerado como hipergênero, pois realiza uma prática social que tem como resultado as ações realizadas em um gênero, tais como a textualização, produção e compreensão,

seguindo um regramento próprio do gênero que é pertinente. Ademais, as notícias produzidas se relacionam com outros gêneros possíveis, tais como o editorial, os artigos e entre outros que levarão a um conjunto de enunciados postos em gêneros organizadores e gêneros de funcionamento.

Seguindo este raciocínio, a mídia pode ser encarada como um conjunto de meios de comunicação, embora haja outros sentidos possíveis para o emprego deste termo. Sem embargo, as notícias possuem uma ação social que incorporam relações que vão além de comunicar um acontecimento. Enquanto mídia, por exemplo, a internet possui diversos suportes, sendo produzida em diferentes formatos de linguagem, recebida por formas específicas e peculiares de interação entre usuário e a rede, ou mesmo a rede e o usuário, e ainda a forma de organização é concebida por diversos tipos de sites que permitem a mobilização de muitas outras mídias dentro de uma mídia “primária” ou “original” (BONINI, 2011).

Em “Discurso das Mídias” Charaudeau (2010) realiza um minucioso trabalho de observação da linguagem utilizada pelos meios de comunicação, na tentativa de conquistar o público com as suas mensagens. Para o linguista francês, os indivíduos regulam as trocas sociais e constroem a representação dos valores, manipula os signos e, por isso, produzem sentido. Para Pêcheux, o discurso estabelece relações da língua com a história, pois os processos discursivos constituem a fonte de produção dos efeitos de sentido, pois a língua é o lugar material onde se realizam os efeitos de sentido (COURTINE, 2014).

Por outro lado, Foucault compreende o autor como a origem das significações, conferindo uma unidade ou identidade na inserção do real, mas como foco na coerência. O sentido do discurso está relacionado com a manifestação do poder e do controle das instituições que estão autorizadas a dizer (GREGOLIN, 2006).

Ao longo da obra “O Discurso das Mídias”, Charaudeau propõe distinguir as características de um discurso político e do midiático.

> [...] enquanto se admite no mundo político, de maneira geral, que o discurso aí manifestado está intimamente ligado ao poder e, por conseguinte, à manipulação, o mundo das mídias tem a pretensão de se definir contra o poder e contra a manipulação. Entretanto, as mídias são utilizadas pelos políticos como um meio de manipulação da opinião pública – ainda que o sejam para o bem-estar do cidadão; as mídias são criticadas por

> constituírem um quarto poder; entretanto, o cidadão aparece com frequência como refém delas, tanto pela maneira como é representado, quanto pelos efeitos passionais provocados, efeitos que se acham muito distantes de qualquer pretensão à informação. (CHARAUDEAU, 2010, p. 17).

Tem-se, então, que os discursos são produzidos para justificar os atos e muitas vezes se manifestam de uma forma mascarada para o remetente. O professor ainda considera que as mídias não se constituem enquanto uma instância de poder propriamente dita. Ora, pois, para se constituir como instância de poder seria necessário haver uma vontade coletiva para guiar ou orientar os valores da sociedade, em nome de valores compartilhados. Essa vontade necessita também ser expressa pelas autoridades para exercer os direitos à sanção. Portanto, as mídias não promulgam quaisquer regras de comportamento social, não instituem normas legais ou sanções, por isso não são consideradas instâncias de poder propriamente ditas (CHARAUDEAU, 2010).

Por outro lado, as mídias possuem um poder transformador, sobretudo, nas sociedades de massa devido aos efeitos de manipulação, que em algumas vezes, ocorre em uma espécie de cadeia, dado o seu ciclo vicioso quando em contato com as interações sociais. Por isso, as mídias orquestram a manipulação de si mesmas, como se fosse um agente que atua de forma a não retratar a realidade fidedigna. Destarte, a opacidade da linguagem constrói a visão dos fatos através das narrativas. A ideologia também atua na construção de uma imagem fragmentada do espaço público e, ao mesmo tempo, se afasta do reflexo fiel (CHARAUDEAU, 2010).

Nesse sentido, o autor propõe a existência de três esferas, as quais constituem as sociedades democráticas, sendo elas instituídas pelo: político, civil e as mídias. Parte-se, então, do pressuposto de que as mídias funcionam dentro de uma lógica econômica, onde as empresas jornalísticas funcionam como empresas convencionais. “Com isso, as mídias não são a própria democracia, mas o espetáculo da democracia, o que talvez seja, paradoxalmente, uma necessidade” (CHARAUDEAU, 2010, p. 20). Destarte, o público consumidor é visto como um mercado, ou seja, as empresas de comunicação se preocupam em estabelecer estratégias para captar e cativar esse público, na busca de auferir mais lucros.

O sentido, nada mais é do que, o resultado do ato comunicativo e depende da relação de intencionalidade entre a produção e a recepção. A intencionalidade não é

uma questão trabalhada pela AD materialista proposta por Pêcheux (1995), mas é discutida na teorização de Charaudeau (2010).Por esse ângulo, Indursky (2015) propõe a existência de uma engrenagem nos discursos midiáticos, tais como a repetição demasiada de acontecimentos passados com novas representações e assim, retomar o efeito de memória no público (comumente utilizado para desgastar um posicionamento discursivo contrário a ideologia que a instância midiática defende), a espetacularização quando busca reunir o que estava disperso no longo processo discursivo para produzir "mais do mesmo", o efeito de silenciamento quando concede voz para apenas um posicionamento discursivo alçando a uma condição única da verdade e calando os posicionamentos discursivos adversos e, assim, provocar o esquecimento.

> Os gestos de silenciamento produzidos pela mídia são um indicador claro de que a mídia brasileira, como um todo, seja ela impressa ou televisionada, não é democrática e sua prática discursiva não está longe da censura da ditadura militar. A diferença é que durante a ditadura, a censura vinha do opressor e, agora, a censura vem dela mesma. Vale dizer que na atual conjuntura brasileiro o opressor é a própria mídia. Vê-se aí o mesmo padrão de funcionamento: publica-se/divulga-se apenas o que é de seu interesse e do interesse da classe dominante à qual está identificada. E o ponto de vista do outro é silenciado/ignorado de modo que o funcionamento dos gestos de silenciamento vão construindo a política do esquecimento (INDURSKY, 2015, p. 6)

Nesta perspectiva, a autora assinala que exista um embate entre as políticas de esquecimento *versus*as políticas de resgate da memória que são colocadas em confronto de forma antagônica e suscita a existência da resistência aos sentidos e aos silêncios, tomando como exemplo, a renomeação das ruas nas cidades brasileiras que mantêm nomes de políticos, visando à perpetuação da memória de acontecimentos históricos (INDURSKY, 2015). Por outro lado, Montero e Ferré-Pavi (2017) certificam a existência de dois tipos de tratamentos à informação conferida pelas instâncias midiáticas, ou seja, na visão das autoras a informação pode ser reproduzida como "notícia dura" ou a "notícia branda". Em que a primeira se trata de um acontecimento noticiado estritamente de maneira informativa e reproduzida como representação de um acontecimento real. Enquanto a segunda, o mesmo fato é noticiado a partir da diluição entre a informação e o entretenimento, o que inclui a

espetacularização da informação, como forma de atender as necessidades de consumo e a lógica mercantilista do espetáculo midiático.

Para Charaudeau (2010) existe uma máquina midiática com funcionamento em três lugares com o objetivo de construir sentidos. Os três lugares seriam a produção (condições de produção), o produto (construção do produto) e a recepção (construção de interpretação).

Nas condições de produção, o espaço externo-externo está ligado aos aspectos socioeconômicos das empresas de comunicação, enquanto o externo-interno está associado com os aspectos semiológicos da produção em si. Quanto às condições de recepção, o espaço interno-externo é onde está situado o destinatário ideal, ou seja, a comunicação é alvo e imaginado pela mídia para perceber os efeitos visados por ela; enquanto o espaço externo-externo está localizado o receptor real, ou seja, o público e os consumidores da informação que interpretam a mensagem. Portanto, as condições para a interpretação podem ser a fatos de consumo ou atividades apreciativas e por processos psicosociocognitivos (CHARAUDEAU, 2010).

Contudo, ainda convém, o lugar das restrições de construção do produto, no qual o texto é configurado pela combinação de formas verbal e semiológica. “O sentido depende, pois, da estruturação particular dessas formas, cujo reconhecimento pelo receptor é necessário para que se realize efetivamente a troca comunicativa” (CHARAUDEAU, 2010, p. 27). A construção do sentido permite explicar a informação como resultado de cointencionalidade entre o produtor e o receptor que compreende os efeitos produzidos.

Diante do exposto, reconhece que o texto produzido tem efeitos de sentido possíveis, o que leva a mídia a exercer um jogo de aparências com a informação objetiva, a democracia, a deliberação social, a denúncia, a mentira, a explicação dos fatos e o descobrimento da verdade.

> [...] o papel do analista é observar a distância, para tentar compreender e explicar como funciona a máquina de fabricar sentido social, engajando-se em interpretações cuja relatividade deverá aceitar e evidenciar [...], procure compreender os fenômenos, tente descrevê-los e proponha interpretações para colocá-los em foco no debate social (CHARAUDEAU, 2010, p. 29).

O objetivismo tratado pelas mídias também é visto com certa desconfiança, posto que os meios midiáticos trabalham explorando sondagens como instrumento de medição do público-alvo que, por sua vez, se torna refém deste recurso. As mídias financiam essas sondagens através de pesquisas, publicam os resultados levantados e buscam se esquivar ao fazer comentários de denegação (CHARAUDEAU, 2010).

À vista disso, os autores materialistas da AD, como Pêcheux (1995) e Courtine (2014), defendem que os discursos não são isentos ou constituídos por uma neutralidade, pois sua materialização é carregada pela interpelação ideológica do sujeito, posto que o sujeito é assujeitado ideologicamente e, ao colocar em funcionamento a sua prática discursiva, retoma a algum lugar de fala, ou seja, algo fala antes e em outro lugar. Igualmente, o sujeito deixa marcas na sua materialidade discursiva daquilo que vivenciou, experienciou, conheceu, leu, aprendeu e dos valores sociais que compartilha seja pelos ensinamentos absorvidos na escola, as convicções religiosas, o posicionamento político, as crenças familiares e outros aspectos mais que o sujeito defende como a verdade.

> Deriva desses dois procedimentos anteriores (interdição e segregação) que toda sociedade tem, subjacente às suas práticas, uma vontade de verdade que opõe o verdadeiro ao falso. A verdade, portanto, é uma configuração histórica: não há uma verdade, mas vontades de verdade que transformam de acordo com as contingências históricas. Apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, a vontade de verdade tende a exercer sobre os outros discursos uma espécie de pressão, um poder de coerção. Assim, Foucault não a pensa como uma essência a ser descoberta, mas procura descrever e analisar os modos como a “verdade” vem sendo historicamente produzida e a função de controle exercido por essa produção (GREGOLIN, 2006, p. 98)

Segundo Charaudeau (2010) a linguagem é mais do que meramente sistemas de signos internos da língua, pois é um sistema de valores que comandam o uso desses signos na comunicação. A linguagem então se constitui como um ato de discurso.

> A informação é, numa definição empírica mínima, a transmissão de um saber, com a ajuda de uma determinada linguagem, por alguém que o possui a alguém que se presume não possuí-lo. Assim se produziria um ato de transmissão que faria com que o indivíduo passasse de um estado de ignorância a um estado de saber, que o tiraria do desconhecido para mergulhá-lo no conhecido, e isso graças à ação, a priori benévola, de alguém que, por essa razão, poderia ser considerado um benfeitor (CHARAUDEAU, 2010, p. 33).

É notório o fato de que as mídias têm plena vocação para informar o cidadão, todavia, a mídia possui a pretensão de se travestir como especialista da informação. O receptor é colocado em uma condição de ingenuidade, posto que, tudo acontece como se houvesse uma instância de transmissão que cliva a fonte de informação e o receptor. Essa instância de transmissão quando colocada em funcionamento opera a circulação de certo saber da fonte ao receptor (CHARAUDEAU, 2010).

O receptor "registra e decodifica" de forma natural a informação transmitida, sem perceber os problemas de interpretação ou dos efeitos de sentido produzido sobre ele. Enquanto a fonte de informação se estabelece em um local provido de uma determinada quantidade de informação, sem que se questione o problema de saber e sua natureza. Considerando que o emissor codifica a mensagem e o receptor a decodifica, suscita-se que haja ainda uma maior transparência na relação entre a fonte e o receptor (CHARAUDEAU, 2010)

Não obstante, a sofisticação dos meios de comunicação para buscar a informação tem como propósito resolver os problemas de acesso às fontes, pois sem a fonte não é possível informar. Com isso, é possível afirmar que se não difundir a informação, ninguém fica sabendo do ocorrido e, por isso, busca-se a direção do alvo que se quer atingir com a mensagem. O tratamento da informação transmitida deve estar mais próximo da realidade do público. Quanto maior o valor de verdade da fonte, maior confiança é estabelecida (CHARAUDEAU, 2010). Partindo desse pressuposto, há alguns problemas que as fontes de informação podem ocasionar:

> [...] trata-se da seleção da informação, seleção que se opera num conjunto de fatos que parecem impossíveis de transmitir em sua totalidade. Em que campo de significação social deve efetuar-se a seleção e, no interior desse campo, com que critérios de importância ou de prioridade? Em função de que são definidos esses critérios? Dos interesses do mediador? Dos interesses do alvo? E então, afinal, há ou não garantias contra a subjetividade, ou contra a possível manipulação do mediador?
> Com relação ao receptor, a questão é saber o que ele é e como atingi-lo, pois, como dissemos, o receptor nunca é apenas o alvo ideal visado pelo fornecedor da informação (CHARAUDEAU, 2010, p. 37).

O tratamento conferido às informações seja por textos, gráficos ou simulação se configura em um modo do sujeito informador a transpor a linguagem em função

do alvo predeterminado e com o efeito que pretende produzir. Quanto ao que gera a seleção da informação seria a escolha da evidência de certos fatos em detrimento de outros. Apesar de buscar a objetividade e a transparência, o sujeito informador produz efeitos de sentidos porque procede a uma escolha anteriormente feita e definitiva (CHARAUDEAU, 2010).

De acordo com Charaudeau (2010) a linguagem possui armadilhas caracterizadas pela produção de vários sentidos, como a polissemia, ou sentidos próximos, como é o caso da sinonímia. A linguagem também estabelece vários valores (polidiscursividade), valor referencial quando descreve um estado de mundo, enunciativo, quando diz coisas sobre identidade ou intenções dos interlocutores e significação, ao propor um jogo de dito e não-dito, explícito e implícito quase imperceptível.

A mídia também lança grande importância na captação dos dados para embasar o discurso e, desta maneira, exercer uma relação de representação com a realidade. O tratamento dado a informação é o que vai asseverar a interpretação do público. Se a crença é algo subjetivo do sujeito com o mundo e o conhecimento consiste na representação racionalizada da existência dos seres e dos fenômenos, então se evoca que a verdade e a crença estejam ligadas ao imaginário de cada grupo social. Por intermédio de uma convenção é que se credita ser verdadeiro (CHARAUDEAU, 2010).

Conforme Charaudeau (2010) explica, é necessário que haja as provas da verdade para endossar a legitimidade do que se está dizendo. Essas provas são de ordens imaginárias e baseadas em representações de um grupo social que legitima o que é dito. As provas podem ser independentes, subjetiva do sujeito falante, objetivas, exteriores ao sujeito e reconhecidas por outros. As provas da verdade têm ainda como características a autenticidade, a designação, a demonstração dos objetos para comprovar as afirmações, a verossimilhança quando se propõe a reconstituir determinados testemunhos para reestabelecer o ocorrido e a explicação quando se propõe a elucidar os fatos com a opinião de especialistas, peritos e intelectuais para então surgir uma verdade consensual.

2.2.2. Das manipulações à encenação da informação

Em uma videoconferência promovida pela UFMG, Charaudeau (2020b) reconhece a existência de uma crise de comunicação pelos canais de informação e as redes sociais que fazem circular a palavra. Ora, pois, isso ocorre porque o ser humano acredita no discurso que responda perante sua própria opinião e, ao mesmo tempo, esse discurso circula e é divulgado por todas as redes.

> Há uma crise de verdade porque agora a verdade dessas redes e dessa maneira de comunicar em nossa sociedade pós-moderna que é a verdade da opinião própria sem a verificação da verdade. É como se tudo fosse igual e, então, pode-se dizer que uma crise de verdade e também com relação a crise da verdade. Há uma crise do saber que misturam todos os campos do saber de crença, de conhecimento e tudo isso faz com que saia um complotismo, um negacionismo (CHARAUDEAU, 2020b).[6]

Essas crises resultam de uma conjunção de discursos de manipulação, que por sua vez, é alimentada por uma problemática de identidade do indivíduo. É preciso definir a identidade enquanto categoria discursiva e não filosófica. Por conseguinte, deve-se analisar o funcionamento do processo de negação da verdade para definir o que é mentira, denegação, posturas e demais elementos (CHARAUDEAU, 2020b).

O professor francês também assegura que nem tudo seja constituído por manipulação e tal acepção levou a formular um conceito sobre pós-verdade que seria o equivalente a uma afirmação que circula sem uma definição precisamente definida. Doravante, institui-se a manipulação pelo medo, uma vez que toda sociedade se desenvolve por intermédio das relações de forças recíprocas, havendo um choque entre a relação da parte dominada e a submetida. A relação de dominação nem sempre envolve os mesmos atores da sociedade e tampouco é única, pois essa relação de dominação pode se inverter. Não obstante, essa relação de forças possui complementariedade que se aproxima do conceito de sedução recíproca em virtude da existência do princípio de alteridade (CHARAUDEAU, 2020b).

---

[6] Referência a palestra organizada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Outro pressuposto consiste na existência de uma simetria da comunicação entre o “eu” falante e o “eu” interpretante que envolve efeitos, intenções ou efeitos produzidos. “O analista está em uma situação de interpretação e essa situação de interpretação nunca garante de que corresponde exatamente com um sentido intencional” (CHARAUDEAU, 2020b). Em seguida, propõe um terceiro pressuposto que se relaciona aos imaginários sociais porque impregna de forma singular e individual o pensamento da coletividade. Essa acepção depende dos conceitos de valores de uma sociedade e seus aspectos culturais. Os imaginários sociais de uma época passada, por exemplo, dentro de uma mesma sociedade já não correspondem aos imaginários sociais atuais desses mesmos cidadãos.

Charaudeau (2020b) lança mão de julgamentos a respeito da manipulação, no sentido de ela ser benéfica ou maléfica para uma sociedade, pois, ao analista do discurso deve se ater na compreensão do funcionamento das formas de manipulação para depois fazer algum julgamento moral a respeito dessas técnicas. Há um imaginário coletivo de que a manipulação está em todos os meios para incutir ou persuadir com que as pessoas pensem de maneira igual, entretanto, a manipulação possui um sentido mais específico e a primeira coisa que deve ser levada em conta é a identidade do sujeito que fala. A manipulação também se atenta a percepção do destinatário, ou seja, se ele é individual ou coletivo, além de levar em conta o seu estado psíquico e social. Os dispositivos de comunicação possuem a função de mediar esse processo comunicacional, seja por um sistema mediador das mídias, as redes ou uma conversa, se é escrito ou oral, entre outros instrumentos que objetivem selar o contrato de comunicação, o que implica também a maneira de se relacionar com o outro.

> Então, em um sentido específico se poderia dizer que a característica fundamental do ponto comum, fundamental da manipulação é que é um engano. Um engano no sentido de que o “eu” tem a intenção de ocultar o que pensa ou sabe. Que o “eu” enuncia outra coisa de que pensa e o “eu” transmite signos de veracidade, sinceridade, senão não seria manipulação, seria dar ao outro a oportunidade de ver ou estar, por exemplo, mentindo. Deve também transmitir signos de veracidade e sinceridade. Isso seria um sentido específico como mínimo ou fundador do discurso manipulador (CHARAUDEAU, 2020b)

Doravante, é possível determinar os tipos de discursos em conformidade com a finalidade do contrato de comunicação que consiste em uma parte fazer com que a outra creia no que está afirmando. Ao longo do curso, Charaudeau (2020b) vai explicando em profundidade os conceitos e as categorizações dos tipos de manipulação, como é o caso da manipulação voluntária com efeitos de mistificação, a manipulação involuntária com efeitos de inquietude, a manipulação voluntária com efeito de consentimento. Além do mais, o professor classifica ainda o complô como uma espécie de conspiração e não como uma forma de manipulação.

A manipulação voluntária com efeito de consentimento está muito presente nos contratos publicitários e pressupõe um contrato de fazer crer, segundo a posição assinada ao destinatário. Este último, por sua vez, se dispõe a esta posição de dever crer. O pesquisador recorrer como exemplo, às publicidades comerciais que usufruem das técnicas de sedução para enganar de forma lúcida o público. O destinatário é conivente com essa sedução porque sabe que não é possível a existência de um mundo ideal, mas insiste na crença de um mundo de sonho e, por conta dessa conivência, classifica a relação como semi-engano, pois há um processo de enganação e, ao mesmo tempo, as pessoas gostam de ser enganadas por esse processo (CHARAUDEAU, 2020b).

A manipulação voluntária com efeitos de mistificação propõe o lançamento de uma informação falsa com o objetivo de levar as pessoas a acreditarem que essa informação é verídica. Essa técnica é comumente utilizada no campo político, quando se atenua conflitos para tranquilizar a população, quando na verdade a gravidade dos problemas é maior do que a população imagina, ou para desacreditar o adversário perante a opinião pública (CHARAUDEAU, 2020b).

A manipulação involuntária com efeito de inquietude é uma forma de manipulação típica das mídias quando se propõem a informar de forma mais objetiva, factual e neutra possível o cidadão, conforme rege o contrato midiático ideal. Entretanto, a imprensa manipula a informação de forma involuntária quando se propõe a selecionar os eventos, ou quando emitem um tom dramático nos conflitos e insiste na repetição contínua da informação para apresentar ao público um cenário mais catastrófico do que realmente é. “A repetição é usada como maneira de penetrar a cabeça das pessoas para convencer que o mundo é assim como se

apresenta” (CHARAUDEAU, 2020b). Outra forma de manipulação involuntária da mídia é a forma em que é organizada a informação na sua programação.

Os meios midiáticos também trabalham com o rumor e por isso se configura como uma forma de manipulação involuntária.

> A fonte do rumor é desconhecida e isso define o rumor porque não se sabe quem foi ao início do rumor e faz com que a responsabilidade não seja imputável sempre que não se saiba que há uma pessoa involuntariamente lançou um rumor, mas se uma pessoa lança um rumor, então das duas uma: ou é o autor do rumor ou essa pessoa desaparece para que se apresente efetivamente como um rumor. E a finalidade do rumor é indeterminada, ou mesmo não é imputada como fonte desconhecida e também não se sabe qual é a finalidade do rumor, então se faz toda uma série de interpretações possíveis. Não é o leitor que generaliza ou gera o complô (CHARAUDEAU, 2020b).

Ao final da palestra, ainda destaca as várias formas de manifestação do medo, comumente utilizado nas estratégias de manipulação discursiva, como é o caso dos medos apocalípticos, sociais e por predição. O primeiro está mais ligado aos aspectos naturais como as catástrofes ou por dogmas religiosos; o segundo envolve os medos de vivências sociais como o desemprego ou a violência, por exemplo; e o terceiro se constitui a pensar em algo que algum dia vai acontecer, mas não se sabe quando ocorrerá, como é o caso de desastres nucleares (CHARAUDEAU, 2020b)

Um dos aspectos que chama atenção no que se refere ao medo social é o possível processo de desidentificação das pessoas, sobretudo, na Europa por temerem a perda da identidade em decorrência do fluxo migratório. O pesquisador afirma que na Europa há um discurso populista que acrescenta o medo da invasão porque, com a entrada de grande quantitativa de imigrantes, adentram no território nacional, outras culturas e religiões, o que faz com que os europeus tenham o medo de perder a sua identidade pessoal de origem.

> Para os países da Europa, a própria União Europeia se impõe acima das soberanias dos distintos países europeus, consideramos isso a uma perda de identidade nacional que faz com que o nosso já não é os nossos nacionais, já não é os nossos escuros ou de identidade de origem, mas seriam os nossos fragmentados, os nossos multiculturais, então a gente não admite que se perca esse limite da identidade nacional e mais uma vez o discurso populista acrescenta essa ideia de perda da identidade nacional. O bem seria uma ameaça de desclassificação social, o medo da globalização

> já faz com que não haja um controle possível a uma desclassificação econômica das pessoas(CHARAUDEAU, 2020b).

A reclassificação da classe média alta e inferior estimula os fenômenos migratórios que, por exemplo, impede de os imigrantes viverem dentro do centro da cidade e acabam por se instalar nas periferias ou em guetos, devido ao processo de intensificação de classe média. E ainda, os imigrantes despertam o medo da insegurança entre os europeus, por conta dos atentados terroristas, levando o sujeito a temer pela vida.

> Tudo isso é apresentado pelo espetáculo de eventos dramáticos que os meios de informação propõem e voltamos a essa ideia de que os meios de informação fazem uma manipulação involuntária, mas que tem efeitos de medo.Os efeitos que produzem a manipulação e os discursos manipuladores que consiste em efeito de submissão que seria o equivalente a uma servidão (in) voluntária. É um fenômeno que as pessoas, sobretudo, conectivamente, mas também individualmente se submete a todos os processos de manipulação que cria uma espécie de tentação nas pessoas, o medo sempre cria uma impossibilidade de reacionar e é um tipo de efeito de submissão, não necessariamente esse tipo de efeito, mas é um efeito de submissão que mais ou menos quer dizer que a democracia funciona graças a esse efeito de submissão (CHARAUDEAU, 2020b).

Existe também o efeito de refúgio em que se considera o fechamento do sujeito em si mesmo, tanto no aspecto individual, como coletivamente. O efeito de indignação que leva uma emoção controlada a desencadear um protesto. O efeito da repulsão que provoca o ódio e gera a violência ao descobrir que foi manipulado. E o efeito de rebelião que está ligado ao sentimento de vingança que, por sua vez, leva o indivíduo a cometer a ação (CHARAUDEAU, 2020b).

O discurso de manipulação tem como característica o “engano”, contudo todo discurso de persuasão não tem o caráter manipulativo, pois a manipulação advém das condições de enunciação que se analisa. Porém, o engano não é o mesmo que os contratos de comunicação, senão não haveria as distinções das formas de manipulação. E o pesquisador considera que a sociedade contemporânea esteja atravessando por quatro crises, sendo elas a crise de comunicação, verdade, saber e confiança (CHARAUDEAU, 2020b).

A crise de confiança, por exemplo, expõe problemas à democracia porque o que domina a reação coletiva das massas é a emoção e não a razão – até mesmo porque as pessoas não compartilham o mesmo tipo de razão, uma vez que, a razão

é inerentemente individual. As reações emocionais podem ressoar positivamente, como é o caso da compaixão; ou negativamente, como é o caso do medo que pode construir uma figura de sofrimento, até constituir um inimigo que é denominado como o bode expiatório. Assim sendo, as massas buscam um salvador que identificará os culpados e que emita uma sensibilidade aos problemas coletivos de forma a atrair o fascínio das pessoas por causa do seu carisma.

> Os políticos manipulam os meios, o que configura em uma desgraça para a democracia. A rádio e a TV não fazem um trabalho tão profícuo de denunciar as *fakes news,* mas é importante que a imprensa escrita o faça. É uma circulação do discurso de forma circular entre o discurso político e midiático e isso faz com que a gente não esteja nas nossas melhores condições para poder fazer uma opinião própria (CHARAUDEAU, 2020b).

Para resistir às formas de manipulação, as massas necessitam ter acesso às ferramentas intelectuais para resistir aos processos de manipulação, tais como as instituições educacionais e a exploração das informações científicas. No “Discurso das Mídias”, Charaudeau (2010) propõe estratégias de encenação da informação. O autor acredita que a construção da notícia traz a informação de acordo com os modos discursivos, em função dos dispositivos midiáticos.

A notícia nasce a partir do acontecimento significado de um processo envenemencial, o acontecimento se torna notícia quando é levado ao conhecimento de alguém. A notícia é posta em um conjunto de informações relacionadas a um espaço temático, com caráter de novidade, determinada por uma fonte que designa um fato inscrito em um espaço público e se apresenta no formato de minirelato. A novidade consiste em um elemento novo que até então é desconhecido pelo público, ou supõe-se esse desconhecimento (CHARAUDEAU, 2010).

Segundo Charaudeau (2010) a mídia seleciona os acontecimentos que serão reportados, ao manter uma relação com o tempo, o espaço e a hierarquia do acontecimento a ser noticiado. Igualmente, as mídias procuram se aproximar ao máximo do instante do surgimento do acontecimento e do instante do consumo da notícia, o que evoca uma função de atualidade. Ao mesmo passo em que a notícia é perecível e efêmera, pois no dia seguinte já não tem mais o mesmo valor apreciativo. Contudo, quando pode receber destaque novamente, quando apresenta um elemento novo, ou se propor a levar certo acontecimento a saturação. Esse

princípio da atualidade impede a perspectivação do discurso midiático, ou seja, se apegar às explicações históricas. Portanto, o acontecimento é narrado interrogando a origem e o devir que confere uma aparência ilusória dos acontecimentos (CHARAUDEAU, 2010).

> As mídias têm por tarefa reportar os acontecimentos do mundo que ocorreram em locais próximos ou afastados daquele em que se encontra a instância de recepção. O afastamento espacial do acontecimento obriga a instância midiática a se dotar de meios para descobri-lo e alcançá-lo (CHARAUDEAU, 2010, p. 135).

Essa instância da proximidade é espacial, o que torna possível distinguir quando uma informação é de abrangência nacional e a outra regional, pois, em uma situa um espaço de ação distante do sujeito e a outra está em um espaço mais próximo que restringe seu caráter público. Ademais, o tratamento dado à notícia cria um imaginário de que determinado local está situado longe ou perto do consumidor da informação (CHARAUDEAU, 2010).

Sendo assim, Charaudeau (2010) afirma que as organizações midiáticas trabalham com o estabelecimento de critérios de importância de ordem hierárquica dos acontecimentos, ou seja, há uma seleção dos acontecimentos que ocorre pelo recorte do espaço público. Além disso, os acontecimentos podem surgir em sua factualidade; ser programado pela existência de um calendário onde pontua a organização da vida social; ou suscitado, quando preparado ou provocado por um setor institucional. Ao que considera como uma forma de manipular a origem dos acontecimentos.

A seleção dos fatos ocorre por critérios internos dos organismos de comunicação motivados pela emoção, ou seja, o que pode interessar ou causar sensações no público. Todavia, pressupõe a existência de uma agenda-setting, que baseia os comentários sobre o que acontece em um determinado espaço público da maneira em que a mídia apresenta. Consequentemente, as mídias impedem que outros acontecimentos cheguem ao conhecimento público. Essa técnica é comumente utilizada na política, quando a imprensa sofre pressões por parte do poder público ou político nas investidas para manipular os jornalistas, o que desencadeia em uma relação de desconfiança entre os dois lados: imprensa e poder público. Essa agenda-setting vai além da determinação dos fatos, como também

indica o tratamento que deve ser dado ao conteúdo a ser publicado, seja estabelecendo relações de causas ou de analogia entre os fatos (CHARAUDEAU, 2010).

A mídia descarta as informações que são banais, por considerá-las infra-ordinário e, igualmente, suprime os aspectos históricos preexistentes aos acontecimentos. Mas, por outro lado explora as categorias de drama humano como o que é insólito, misterioso, repetitivo, trágico, desordem, triunfo e o que causa horror. Os meios midiáticos também exercem atividades em três domínios: político, cidadão e civil. O primeiro ocorre quando presta a cobertura sobre os atos e a vida dos representantes políticos; o segundo pressupõe quando dão voz ao cidadão para opinar sobre a vida social e política; e o terceiro acontece quando atores-testemunhas participam da vida social de seu próprio cotidiano, uma situação mais difícil de acontecer, geralmente, colocado em cena para comentar catástrofes (CHARAUDEAU, 2010).

De acordo com Chareaudeau (2010), a imprensa seleciona seus entrevistados partindo também de alguns critérios como a notoriedade de que fala (se é ativista, artista, famoso); a representatividade (geralmente são autoridades de poder ou contra poder); de expressão (opinião das massas devido a simplicidade da fala e clareza da argumentação); e de polêmica ao propor antagonismos em debates (especialistas em política, economia ou esporte).

A distribuição das notícias nos jornais impressos também se configura como uma forma de manipulação, assim como a distribuição das notícias dadas no rádio e na televisão. Outro fator primordial para a imprensa é de que ela não pode inventar notícias e, em virtude disso, recorre às fontes para saber detalhes sobre os acontecimentos. Essas fontes podem ser internas ou externas dos organismos de comunicação e, podem ser identificadas pelo modo de denominação, ou seja, endossa-se a instituição que representa para fazer referência a uma pessoa – técnica muito utilizada na cobertura política, por exemplo, ao se referir ao cargo eletivo do entrevistado. A fonte pode também ser anônima, mas nesse caso a sua identificação é conferida de maneira mais vaga (CHARAUDEAU, 2010).

Nesse sentido, o linguista francês propõe que a organização do discurso midiático siga três critérios: atualidade, expectativa e sociedade. O autor também

sugere três formas de abordagens da informação: a relatada, a comentada e a provocada. “O acontecimento relatado compreende fatos e ditos” (CHARAUDEAU, 2010, p. 152). Esses acontecimentos têm ligação com questões comportamentais ou as ações dos indivíduos, mas também podem ter relações com aspectos naturais que transformam o estado de mundo. São “ditos porque estão associados com pronunciamentos e tem valor de testemunhos.

Assim sendo, são três os procedimentos que asseguram a autenticidade de um discurso relatado: a designação identificadora que exibe as provas de que o fato realmente existiu; a analogia quando há o impedimento de mostrar o fato, então se reconstitui de forma mais realista; e visualização, em que a imprensa busca mostrar o que não se pode ver, ou fazer ouvir o que seria impossível escutar e isso é feito por vários artifícios como mapas, maquetes e outros esquemas (CHARAUDEAU, 2010).

Para isso, a imprensa se dedica a buscar procedimentos para explicar o fato, ao encenar um discurso de depoimento para validar as explicações; aproximar fatos similares que aconteceram no passado ou presente de forma a comparar os acontecimentos; fazer ver focalizando detalhes que suscitam sugestões ou explicações para o acontecimento; e ainda descrever as reações ao fato. Destarte, a narrativa jornalística se compromete com a verdade, no sentido de que não se propõe inventar histórias ou fatos (CHARAUDEAU, 2010).

> A posição do jornalista é a da testemunha esclarecida, o que aumenta sua responsabilidade em relatar fielmente o acontecimento, e, ao mesmo tempo, o compromete, pois a narrativa que constrói não pode prescindir da visada de captação (CHARAUDEAU, 2010, p. 157).

O narrador possui estratégias de operação para construir suas narrativas, sendo elas pela simultaneidade dos fatos ou pela reconstituição dos acontecimentos. A montagem narrativa pela instância midiática pode acontecer pela descrição dos acontecimentos; pela explicação ao buscar a elucidação do acontecimento evocando fatos passados; e por apreciações que consiste na captação das emoções mostradas pelo narrador. Muitas vezes, o narrador evoca jargões ou palavras de efeitos impactantes para atrair a atenção do público (CHARAUDEAU, 2010).

> O discurso relatado caracteriza-se, então, pelo encaixe de um dito num outro dito, pela manifestação da heterogeneidade do discurso. Essa heterogeneidade está marcada por índices que indicam que uma parte, pelo menos, do que é dito, deve ser atribuída a um locutor diferente daquele que fala (CHARAUDEAU, 2010, p. 162).

O discurso relatado pode culminar no apagamento do locutor de origem, mas pode evocar também um locutor intermediário, o qual o autor exemplifica as agências de notícias que, nas suas atividades, vai desempenhar essa função. Entre as funções e os efeitos suscitados pelo discurso relatado estão a construção ou a reconstrução de um dito, a produção dos tipos de prova como a autenticidade, responsabilidade, verdade e propósitos em relação ao dito; e a posição do locutor relator que exerce autoridade de poder, engajamento e possui propósitos (CHARAUDEAU, 2010).

O discurso relatado conta com uma motivação, assim sendo, os motivos externos são independentes do declarante de origem que obrigam o locutor a falar. Enquanto os motivos internos estão ligados a vontade do declarante. As consequências do que é relatado são apresentadas como um acontecimento que já tivesse ocorrido de fato. O dito também causa reações, embora o autor da reação seja marcado pela sua posição social.

> Com isso, os problemas que se colocam para as mídias têm a ver com as características gerais do discurso relatado, pois toda escolha efetuada entre os diversos procedimentos que acabamos de descrever é suscetível de produzir efeitos que influenciam sua credibilidade. Mais particularmente, destacamos cinco tipos de problemas ligados às operações de seleção, aos modos de identificação, de reprodução, de citação e aos tipos de posicionamento (CHARAUDEAU, 2010, p. 168)

A operação de seleção no discurso relatado causa efeitos de decisão, de saber, de opinião e de testemunho ao público. Já o modo de identificação possui três categorias, sendo classificadas em: denominação, determinação e modalização. Enquanto o modo de reprodução possui maior probabilidade de produzir efeitos de deformação na declaração original. Não obstante, o modo de citação é orquestrado pela citação direta, integrada e narrativizada. E finalmente, o tipo de posicionamento está ligado com as formas de intervenção nas palavras ou na significação enunciativa (CHARAUDEAU, 2010).

Do ponto de vista de Charaudeau (2010) o comentário é constativo e quando argumentado tem como natureza ser explicativo. O relato é algo mais sutil que o comentário.

> O relato apenas solicita uma possível identificação da parte de quem toma conhecimento dele, e se, apesar de tudo, é recusado, ninguém (nem autor, nem leitor) precisa sentir-se culpado (feliz liberdade do relato!). O comentário, em contrapartida, põe o leitor em questão: exige uma atividade intelectiva, um trabalho de raciocínio, uma tomada de posição contra ou a favor, e desta atividade não há ninguém, no fim da troca que saia incólume (o comentário é histérico) (CHARAUDEAU, 2010, p. 176).

Os comentários são tratados pela mídia como uma forma de complementariedade e não para dar garantias sobre a veracidade das informações. Seguindo essa lógica, os comentários possuem uma mecânica argumentativa, no qual o sujeito problematiza propósitos, elucidações ou avaliações de diversas naturezas. Portanto, são três atividades de problematização: emitir o propósito, inserir o problema na proposição e trazer argumentos (CHARAUDEAU, 2010).

A elucidação procura esclarecer o que está oculto e constitui as razões que levaram para o surgimento do fato. Quando se fala em oculto e latente está relacionado com as possíveis causas que a mídia seleciona para emergir possíveis explicações sobre os fenômenos para fornecer informações ao consumidor a respeito das circunstâncias e das implicações do fato. A elucidação ocorre pela reconstituição dos fatos ou por analogia comparando outras situações similares (CHARAUDEAU, 2010).

A avaliação expressa um ponto de vista pessoal do informador, de forma consciente ou não, ele expõe a própria opinião. Por consequência, a neutralidade é ilusória. A encenação midiática do comentário visa despertar o interesse do consumidor de informação. Para alcançar o público essa encenação deve ser feita de forma simples e tende a ser motivadora, no sentido próprio de implicar razões na busca pelo conhecimento do fato. Contudo, é os comentários midiáticos podem ocasionar problemas da ordem do posicionamento do comentarista e dos seus modos de raciocínio (CHARAUDEAU, 2010).

Para Charaudeau (2010), os acontecimentos também podem ser provocados por meio dos dispositivos que proporcionam o surgimento ou o confronto de falas diversas e a encenação dos debates sociais. A mídia adota critérios de

exterioridade ao reconhecer quem são aqueles os únicos a comentar o mundo ou selecionar os atores da vida social que tem algo a dizer para a sociedade (são as testemunhas, os analistas, pensadores e demais especialistas) e são chamados devido aos impactos que a fala deles produzem sobre a comunidade.

A escolha do tema da atualidade é outra premissa que objetiva provocar ênfases a certas questões dos acontecimentos que predominam o espaço público. As mídias também podem desempenhar um papel de representante da sociedade ao procurar traduzir discursos que consideram muito obscuros, ao inquirir o outro que se põe em uma posição defensiva ou quando exerce um poder provocador para levantar uma polêmica e ainda de comentarista quando pontua reflexões sobre determinados fenômenos (CHARAUDEAU, 2010).

Assim como os comentários, Charaudeau (2010) sugere que o acontecimento provocado também esteja vulnerável a ocorrência de problemas, como é o caso de transformar a informação em um espetáculo midiático. Os problemas implicam os atores do espaço público quando as empresas jornalísticas concedem a eles a palavra, são os atores: os eleitos (autoridade política), os especialistas (profissionais de determinado campo do saber, mas que muitas vezes, não agem de forma independente porque possuem ligação com alguma instância de poder) e os cidadãos (geralmente colocados na posição de testemunha, vítima ou reivindicador e se torna interessante aos olhos da mídia quando sofre de algum modo, seja por injustiça social ou qualquer outra desgraça que o faça clamar por reparação). Outro aspecto relevante é que a mídia propõe organizar confrontos entre a palavra da maioria e da minoria.

Igualmente, a espetacularização pode ocasionar outro problema à encenação dos acontecimentos porque está sujeito a deformar o saber do fato. No campo da espetacularização a mídia supõe deter o controle de tudo, ao selecionar temas que serão tratados, elegendo os convidados, os papéis de cada ator da encenação e até mesmo os argumentos (CHARAUDEAU, 2010). Portanto, a teorização de Charaudeau não se trata necessariamente de uma complementação da AD materialista trabalhada por Pêcheux, Courtine e Foucault, mas é pertinente trazer para este trabalho, devido ao objeto de estudo, uma vez que, o corpus desta pesquisa trata-se de notícias jornalísticas.

As considerações sobre o discurso midiático (sob a perspectiva de Charaudeau) mostraram bastante aprofundamento.A questão a se pensar é definir melhor, desde o resumo, o lugar dessas reflexões para o trabalho. Explicitar que não se trata de uma perspectiva "complementar" à AD de Pêcheux, mas que não deixa de ser pertinente devido ao objeto de estudo, que é constituído por notícias

2.2.3. Padrões de Manipulação na “ditadura midiática”

A mídia tem como escopo formar a opinião pública em uma batalha constante para conquistar as mentes e os corações de diversos segmentos sociais. Por trás dessa batalha, os veículos de comunicação levantam a bandeira da objetividade, ou seja, uma posição neutra ou imparcial para suas publicações no sentido de que o seu público tire suas próprias conclusões. Todavia, essa objetividade não passa de um mito (ROSSI, 2005).

Não seria exagero, portanto, afirmar que as narrativas ajudam a construir o ambiente social da comunicação. O poder midiático é de tamanha proporção que é possível comparar o poder de alguns veículos de comunicação de massa com a magia, a fantasia e o lúdico. “A TV já foi chamada de “magia a domicílio”, por ter o poder de transportar as pessoas a outros mundos onde a rotina e o cansaço cedem lugar à aventura e à emoção” (BORDENAVE, 1997, p. 16). Diante do exposto, o indivíduo imagina a representação da sua vida social através do que é transmitido, em uma relação de verossimilhança e, por sua vez, se esquece de que estes meios de comunicação apenas representam uma mínima parte da comunicação total do ser humano.

> Além disso, todo ato comunicacional pode ser definido como uma forma de recriação de uma dada realidade captada por aqueles que se comunicam, a partir de seus próprios conceitos e preconceitos. Quando alguém formula e transmite uma mensagem, uma informação, faz um recorte da realidade e a recria de acordo com seus princípios. (SANTOS, 2008, p.16)

Sócrates, por exemplo, afirmava que a aquisição do conhecimento leva o ser humano a tornar-se virtuoso e, para isso bastaria que reconhecesse o que é verdadeiro, e assim, viver de acordo com verdade. Posto isso, o homem então

precisaria, primeiramente, conhecer as coisas para se decidir se deve melhorar ou não seus instrumentos de convivência social (BORDENAVE, 1997).

Do ponto de vista de Borges (2009), a expressão da neutralidade ou imparcialidade também consiste em uma farsa, uma vez que, as mídias vivem uma "ditadura do mercado" para que efetivamente estabeleça o seu poder no sentido de ganhar o coração e a mente das pessoas. Por isso, a objetividade é vista como uma mera fantasia no exercício do jornalismo.

Essa objetividade situa o jornalismo como um instrumento de controle político das elites brasileiras, sobrepondo os interesses de uma minoria em detrimento da maior parte da população. Os aspectos econômicos colocam os veículos de comunicação como reféns do poder hegemônico e do capitalismo (ABRAMO, 2003).

> As corporações midiáticas, várias delas associadas ao capital financeiro, aproveitaram-se do boom especulativo para iludir os incautos e auferir altos rendimentos. As vozes críticas ao "deus-mercado" foram censuradas, inclusive no cinema (BORGES, 2009, p. 29).

Para Abramo (2003) a neutralidade, a imparcialidade, a isenção e a honestidade estão ligadas ao campo de ação. Enquanto a objetividade está centrada na ideia de conhecimento. Essa diferença é essencial para a compreensão desse fenômeno comunicacional, pois, na maioria das vezes, as massas confundem os termos usando-os como sinônimos e o jornalismo busca essa objetividade, ou tenta se aproximar ao máximo dela, para exercer o controle sobre os fatores subjetivos na relação sujeito-objeto.

> É uma objetividade falsa não porque relativa, mas porque aparente e subjetiva. Esse método de objetividade restringe-se aos aspectos meramente aparentes e quantificáveis da realidade, aos dados mais flagrantes e numéricos, supondo, com isso, que assim, vê objetividade e realidade (ABRAMO, 2003, p. 40-41).

Esta falsa objetividade também aparece na relação telespectador e as telenovelas, onde exercem uma série de influências positivas ou negativas no indivíduo porque desempenham funções importantes na vida do cidadão por oferecer uma "válvula de escape", ou seja, oferece uma forma de compensação ou

relaxamento ao estresse diário na vida do trabalhador ou do cidadão pós-moderno (BORDENAVE, 1997)

Nesse sentido, é possível afirmar que nem mesmo os telejornais escapam do tom dramático desvelado ao longo da sua edição, pois os manuais de redação das empresas jornalísticas pregam a busca incessante da verdade, como um dos fundamentos do jornalismo, para que o leitor forme a sua própria opinião, porém, o jornalismo toma uma série de decisões subjetivas e influenciadas pelas suas convicções, hábitos e emoções. A busca para relatar os fatos com a maior fidedignidade possível consistiria, então, de o profissional do jornalismo manter distanciamento e frieza na construção da reportagem, apesar de haver esse assujeitamento ideológico do jornalista (ROSSI, 2005).

A objetividade midiática pressupõe a informação, a notícia, a cobertura, a reportagem e a análise que, ao mesmo tempo, é revestida pela tomada de posição, como se pode observar na produção de artigos, comentários e no editorial do jornal. A opinião deve ser distinta da informação devido às diferenças de conteúdo, na forma em que são tratados pelo seu estilo de redação, pois a informação tem como premissa a exposição da realidade e, a opinião tem como preceito o ajuizamento de valor (ABRAMO, 2003).

O trato conferido pelos veículos de comunicação à informação é carregado ideologicamente pelos valores defendidos pelos donos das empresas jornalísticas, agências de publicidade e produtoras. Dessa maneira, Borges (2009) lança pesadas críticas ao acusar a grande imprensa de ser conivente com as crises capitalistas mundiais:

> Mas não é somente nas guerras que a mídia cumpre papel nefasto. Ela também foi culpada pela ampla difusão dos valores destrutivos do neoliberalismo, que devastou o mundo a partir dos anos 1980, jogando milhões de seres humanos no desemprego e na barbárie, e que acelerou a grave crise atual do capitalismo. Os aparatos de comunicação foram os responsáveis pela fabricação de consensos sobre a pretensa superioridade do mercado, pregando a desregulamentação financeira, as privatizações, a redução do papel do Estado nas áreas sociais e como indutor da economia, a “reengenharia” das empresas, com seus programas de demissões e precarização do trabalho, etc. (BORGES, 2009, P. 28-29)

Ao longo da sua pesquisa, o autor aponta ainda o apoio dessas empresas à instauração de golpes para despor autoridades políticas, a defesa dos interesses de

elites racistas, o acobertamento das violações dos direitos humanos, a anuência para o desmantelamento dos direitos do trabalhador, de pressionar as autoridades políticas a cortarem os gastos sociais (o que chama de contraditório, pois ao mesmo tempo, recebem bilhões de reais todos os anos de verbas públicas com publicidade oficial), o desrespeito às leis e até mesmo a Constituição para proteger o império midiático de possíveis ataques ou entradas de concorrentes, inclusive do mercado estrangeiro e das empresas de telecomunicações (BORGES, 2009).

Para escapar da “contaminação” das informações, Abramo (2003) sugere que o público busque o conhecimento da realidade, se tornando mero observador e não se prendendo as aparências. O sujeito deve investigar os vínculos que envolvem o autor do material, o veículo de comunicação e as fontes, ou seja, o todo, e de que forma estabelecem interconexões internas dos elementos que compõem a notícias, bem como os antecedentes do qual o objeto de investigação faz parte. Seria observar esse mesmo objeto sob vários ângulos e diferentes perspectivas.

E por falar em realidade, é salutar que considere que os órgãos de imprensa não retratam a realidade, pois a maior parte do que é transmitido ao público são apenas relações estabelecidas de forma indireta com a realidade, pois, a realidade em si é distorcida, pois embora o fato seja real, existe uma representação dos acontecimentos, a partir da visão do profissional da imprensa, ou do veículo midiático em que trabalha.As empresas jornalísticas apenas apresentam outra realidade que, por sua vez, é irreal, uma espécie de realidade artificial que é criada e desenvolvida pela imprensa e apresentada no lugar da realidade. Para efeitos de comparação é como uma imagem que é refletida no espelho, ou seja, uma imagem virtualmente projetada que representa o real. O público só desconfia da realidade quando é protagonista ou testemunha o fato relatado pela imprensa (ABRAMO, 2003).

Rossi (2005) assevera que a seleção de imagens reais cria uma realidade, que pode ser considerada como algo mais forte do que o fato propriamente em si. O jornalista, em nenhum momento, fala sobre manipulação na imprensa, ele prefere utilizar o termo “filtro”. A filtragem da informação já começa na mediação entre o fato e a versão que é levada ao ar. Essa filtragem ainda passa pela depuração dos sons, imagens, aspectos relevantes de interesses dos diretores desses órgãos de

imprensa, limitação do que será publicado e levado ao ar através da definição de pautas e entre outros fatores.

Um bom poder de argumentação é fator preponderante para o interlocutor que pode tirar vantagem em uma posição apresentada, pois o pensamento, a consciência e a linguagem podem ser utilizadas como instrumentos de manipulação das pessoas. A manipulação da linguagem desencadeia em uma realidade objetiva ou na realidade reconstruída de um discurso da comunicação. “A comunicação supostamente mais objetiva como a notícia jornalística, não é mais que a “reconstrução” da realidade pelo repórter” (BORDENAVE, 1997, p. 89). O repórter participa da seleção de aspectos que o apetecem como relevantes e abstrai outros fatos. O profissional da mídia também introduz o próprio modo de escrita, pelo qual está estruturado o seu discurso e ainda escolhe a posição em que o conteúdo produzido constará no jornal e o ângulo a ser apresentado, por isso se trata de uma realidade reconstruída.

Todavia Borges (2009) e Abramo (2003) admitem o termo “manipulação” para sonegar ao público o direito de acesso a uma informação de qualidade. Abramo vai além ao considerar que o trabalho jornalístico está mais próximo de uma publicidade disfarçada para atender os interesses dos órgãos de imprensa. Contudo, o autor destaca que nem todos os materiais sempre são manipulados e a manipulação não ocorre somente uma vez nas publicações. Desta forma, estabelece ao menos quatro padrões básicos de manipulação que tem maior ou menor grau nas produções jornalísticas.

Entre as técnicas de manipulação apresentadas no processo de interação comunicacional, Bordenave (1997) destaca cinco. A primeira consiste na imposição de uma nova linguagem, em uma cultura que possui sua própria linguagem, como ocorre no processo de colonização de um território dominado pela sua metrópole. A segunda técnica é a censura, seja ela oficial, explícita, implícita ou espontânea em que se aplica o medo. A terceira forma de manipular está relacionada à imposição de novos significados para as palavras, podendo causar a construção de uma imagem ainda mais negativa ou mais positiva para um fato ou uma realidade.

Em seguida, convém a técnica da manipulação publicitária comercial que explora a capacidade das palavras de forma a manipular a mensagem tornando-a

mais persuasiva. E por fim, a técnica do eufemismo em que há expressões que dissimulam realidades desagradáveis ou favoráveis, contudo, não altera o significado da mensagem ou do fato (BORDENAVE, 1997).

O padrão de ocultação, por exemplo, se refere a um jogo de ausência e presença dos fatos captados na produção jornalística. “É, ao contrário, um deliberado silêncio militante sobre determinados fatos da realidade” (ABRAMO, 2003, p. 25-26). Essa acepção está relacionada com as decisões de planejamento da edição do jornal, a programação dos assuntos e as particularidades das reportagens definidas pela pauta.

As mensagens provêm de uma metacomunicação, ou seja, é revestida de uma intencionalidade, na medida em que o interlocutor propõe imprimir como deseja que sua mensagem seja decodificada e interpretada. Esta pode serde forma verbal - como é o caso da seleção de palavras, uma vez que elas variam de significado - ou não verbal - como é o caso dos gestos, tonalidade de voz, olhares ou formas de se vestir (BORDENAVE, 1997).

Essa ideia de silenciamento nas produções jornalísticas é algo muito próximo a uma teoria da comunicação denominada como a “Espiral do Silêncio”, proposto pela cientista política Elisabeth Noelle-Neumann que examina as formas de manipulação da opinião pública:

> O silêncio leva ao enfraquecimento ainda maior da opinião minoritária, e ao fortalecimento da opinião que parece prevalecer. Um dos resultados disso é que o foco da propaganda política passa a ser o convencimento de que determinadas opiniões são majoritárias na sociedade, o que nem sempre corresponde à verdade (TRIGO, 2018)

A fobia, por ser estigmatizado, tende as pessoas a ficarem caladas por possuir uma opinião minoritária, em seu ambiente social. Por este ângulo, Wittgenstein defende que ao falar, o ser humano reduz a complexidade dos fatos e simplificar ao máximo um fato específico, para garantir a compreensão sobre determinado objeto. Este teórico questiona a linguagem enquanto representação do mundo porque desconfia da possibilidade desta representação e, por isso, prefere dizer que a linguagem trata de uma nova formulação da realidade dentro dos seus próprios limites, ou seja, para além da linguagem está o inexprimível aquilo que ultrapassa o próprio pensamento e não pode ser apreendido pela linguagem,

simplesmente pelo fato de estar além dos limites da linguagem (MARTINO, 2014). A visão de Wittgenstein ajuda a explica porque em determinados momentos o sujeito tem dificuldades para encontrar as palavras certas, para transmitir o que pensa e nas formas de se expressar, algumas vezes causando o silenciamento.

Por outro lado, Osgood e Schramm possuem uma perspectiva sobre a atividade da "interpretação", pois acreditam que no processo de codificação e decodificação da mensagem, há uma reconstrução entre os interlocutores, "[...] isso significa dizer que dizer "eu entendi", durante uma conversa significa, no máximo, conseguir se aproximar do significado geral do que foi dito" (MARTINO, 2014, p. 31). Nesta linha de raciocínio, Theodor Newcomb pressupõe a existência de uma tendência ao equilíbrio, na busca de informações e, por isso, tende a girar em torno do equilíbrio entre o individual e o coletivo, o que explica o seguinte fenômeno social: é menos desconfortável, no aspecto psicológico, estar errado em grupo do que errar sozinho e, por isso, é mais fácil e simples conviver com as pessoas que compartilham as mesmas opiniões, visões e valores sobre determinadas questões e problemas (MARTINO, 2014).

Outro aspecto em que a teorias sobre o silenciamento se deparam é que os assuntos que hoje estão em evidência, nos dias que se sucedem podem cair no ostracismo, no apagamento ou no esquecimento e, passado mais algum tempo, retoma o protagonismo nas discussões sociais. Os órgãos de comunicação têm papel elementar nesse jogo de evidências, pois:

> A imprensa não vive apenas dos episódios ocorridos num determinado dia, mas também da discussão, do debate e da análise de acontecimentos ou situações intemporais – ou seja, que estão acontecendo, e não simplesmente que aconteceram (ROSSI, 2005, p. 17)

O silenciamento dos fatos não-jornalísticos, por exemplo, que são aqueles não noticiados e impede com que o público seja informado desses acontecimentos. Só porque não foi noticiado, não quer dizer que haja desinteresse público da informação, mas são considerados não-jornalísticos porque se opõe aos interesses dos donos das mídias. Por isso, o fato real não existe, mas a representação dele transforma o imaginário do público (ABRAMO, 2003).

> Ninguém opina sobre o que não conhece, mas pode julgar o que conhece apenas parcialmente. Esse parece ser o trunfo da formação de uma opinião: é possível, apenas controlando as informações sem alterá-las de maneira alguma, induzir às pessoas um determinado julgamento a partir das informações parciais tomadas – ou apresentadas – como sendo a totalidade de dados disponíveis sobre um determinado assunto ou tema (MARTINO, 2014, p. 211)

O modelo da teoria da Espiral do Silêncio, por exemplo, correlaciona aseleção arbitrária dos temas com a produção de notícias, sendo que a seleção da informação tornar-se-á a base para a construção da opinião pública, uma vez que, a fonte de informação será a mesma para um grupo grande de pessoas. Não menos importante ainda, afirmar que a ideia da opinião pública está associada com a imposição da seleção destes temas pelos veículos midiáticos. “A ideia da Espiral do Silêncio mostra que uma opinião, uma vez disseminada pela mídia, tende a ser progressivamente aceita como pública” (MARTINO, 2014, p. 212). Embora haja a percepção de uma opinião como dominante, não necessariamente queira dizer que essa opinião seja dominante em absoluto. Similar a esta abordagem, Merton e Lazarsfeld defendem que a mídia teria esta função de definir o que é importante dentro da atividade e, ao mesmo tempo, relega os demais fatos ao esquecimento porque os meios midiáticos conferem valor para assuntos, pessoas e temas em detrimento de outros, por exemplo, e por isso alguns fatos ou pessoas conseguem ter maior prestígio e visibilidade. Enquanto Althusser esclarece que a realidade é constituída a partir do conhecimento mútuo de indivíduos, os quais compactuam um determinado espaço e tempo, uma vez que, a construção social da realidade implica na atribuição de significados sociais às coisas e aos fatos, o que representa uma característica peculiar dos seres humanos (MARTINO, 2014)

Bordenave (1997) assevera que até mesmo o silêncio comunica, pois pode ser mais eloquente que qualquer conjunto de palavras, mas não apenas o silêncio como também os gestos, uma forma de olhar para o outro, o tom das palavras faladas, os movimentos do corpo, a roupa que veste, os olhares e a maneira de estreitar a mão, pois tudo tem algum significado que, por sua vez, comunica. É uma ideia próxima ao que AD chama de modo de dizer ou ethos. Nessa mesma perspectiva, Santos (2008) assinala:

> Sem dúvida, os elementos simbólicos utilizados no ato comunicativo determinam a compreensão (ou não) das mensagens, manipulam o imaginário, mexem com a fantasia, estimulam ou influenciam de modo positivo ou negativo o receptor. Ouros teóricos valorizam o caráter interacional da comunicação, já que o ato comunicativo humano implica a necessária relação entre os participantes desse processo comunicativo, mesmo quando um dado meio (carta, telefone, rádio, e-mail etc.) é utilizado para transmitir as mensagens entre o emissor e o receptor (SANTOS, 2008, p. 15-16)

O segundo padrão de manipulação consiste na fragmentação, ou seja, o todo real é despedaçado em pedaços minúsculos resultando em fatos particularizados e desconectados em si e desvinculados de seus antecedentes. Todavia, são reconectados de forma arbitrária no planejamento de pauta, na busca pela informação, na elaboração dos textos, na seleção dos áudios e dos sons, na apresentação e edição do material. “O padrão de fragmentação implica duas operações básicas: a seleção de aspectos, ou particularidades, do fato e a descontextualização” (ABRAMO, 2003, p. 27). A seleção de aspectos está relacionada com a escolha daquilo que é considerado digno de atenção na produção jornalística ou descartado não chegando a ser apresentado ao público. A descontextualização está ligada à distorção da realidade ou das declarações das fontes consultadas na produção. A declaração, portanto, perde o significado original e real para receber outro significado que é diferente ou antagônico ao significado original.

> E cada jornal publica não tudo aquilo que ocorre no mundo, mas apenas aquilo que cabe no espaço destinado à informação (nos grandes jornais, esse espaço varia de 40 a 60% do total de páginas de cada edição; o espaço restante é preenchido pela publicidade. E, a não ser em circunstâncias excepcionais, ou seja, quando há um acontecimento extraordinário a ser noticiado, é a publicidade e não a redação que comando o total de páginas com que será publicado o jornal... (ROSSI, 2005, p. 29)

Os setores cobertos comumente pela mídia, por exemplo, são essencialmente pautados por organismos oficiais, há um organicismo do aparelho de Estado, pois em sua esmagadora maioria, os assuntos são propostos pelos organismos oficiais do governo, que dispõem de recursos suficientes para alimentar e abastecer os veículos de comunicação com informações. Esse fator desencadeia em uma priorização da declaração, ou seja, prefere-se a declaração à informação,

possivelmente para o jornalista não se comprometer e se eximir de responsabilidades sobre as afirmações. E ainda, as declarações – mesmo os testemunhos oficiais – nem sempre condizem com a verdade, mas sim o que a fonte deseja que se divulgue:

> [...] uma declaração mesmo exclusiva e mesmo partindo de uma fonte altamente credenciada, como era o caso, não corresponde, necessariamente a verdade, até porque a pessoa que a faz, obviamente, não vai dizer coisas que possam prejudicá-la, política, social, econômica e moralmente. (ROSSI, 2005, p. 49-50)

O oficialismo também é duramente criticado por Abramo (2003), pois, na visão do autor é uma forma de manipulação velada em que no lugar dos fatos, há uma preferência pela divulgação da versão oficial, geralmente instituída por uma autoridade, órgão ou o próprio veículo de comunicação que buscam apresentar uma realidade de forma “positiva”, isto é, de maneira que o leitor não apenas acredite nessa versão, como também tenha anuência.

Por outro lado, Bourdieu (2014) alertava sobre a constituição do monopólio oficial do Estado na circulação das instâncias de poder. Como é possível notar na citação a seguir:

> Poder-se-ia dizer que, a rigor, o Estado é o lugar de circulação da palavra oficial, do regulamento da regra, da ordem, do mandato, da nomeação. Nessa lógica, o Estado seria caracterizado pelo fato de ser o lugar de um poder universalmente reconhecido, até na contestação, o que é um paradoxo [...]. O Estado é o lugar de um poder reconhecido que tem, atrás dele, o consenso oficial, consenso atribuído a uma instância regada de definir o bem público, isto é, o que é bom para o público, em público, para o conjunto de pessoas que definem o público. Seria possível dizer que um dos paradoxos do Estado reside no fato de que os detentores do monopólio do bem público são também detentores do monopólio do acesso aos bens públicos (BOURDIEU, 2014, p. 171)

Por consequência das versões oficiais divulgadas pela imprensa evoca-se um dos casos mais emblemáticos de manipulação, por meio do oficialismo. Este fato consiste na invasão do Iraque pelos Estados Unidos, na época o presidente George Walker Bush justificou a invasão acusando o Iraque de práticas terroristas e armazenamento de armas de destruição em massa, quando na verdade a invasão tinha como objetivo primordial ocupar uma área de grande reserva petrolífera e explorar o recurso natural para si, passando por cima de acordos internacionais e

desrespeitando a soberania de outro Estado estrangeiro (BORGES, 2009; ROSSI, 2005).

O terceiro padrão básico de manipulação da mídia consiste no padrão da inversão se caracterizando pelo reordenamento das partes já fragmentadas. Além disso, conta com a troca de lugares ou posições no conteúdo do material respeitando uma ordem de importância, substituindo uma parte por outra e dessa forma destrói-se a realidade original para a construção da realidade artificial.

> É um padrão que opera tanto no planejamento como na coleta e na transcrição das informações, mas que tem seu reinado por excelência no momento da preparação e da apresentação final, ou da edição, de cada matéria ou conjunto de matérias (ABRAMO, 2003, p. 28-29)

Essa perspectiva da inversão está muito próxima a ideia da deturpação trabalhada por Borges (2009), pois para o autor, a mídia adultera o sentido das palavras para atender seus interesses particulares. Ao mesmo tempo em que dita uma vida efêmera para a sociedade pós-moderna de forma a estimular o consumo, a moda e a necessidade de vender. É uma ideia próxima de Bauman (2001) e Berman (2007) que considera a sociedade pós-moderna uma comunidade líquida, em que as relações sociais são rasas e superficiais, ao mesmo tempo em que o indivíduo está cada vez mais descartável em virtude da globalização e do consumo desenfreado.

Nesse contexto, Abramo (2003) ensina diversas formas de inversão, tendo como principais a inversão da relevância dos aspectos em que os fatores secundários são apresentados como primordiais e vice-versa; a inversão da forma pelo conteúdo no qual o texto passa a ser mais importante do que o fato em si, a palavra ou frase específica tem peso maior na informação e ainda o tempo e o espaço da matéria para a explicação de algum fenômeno; a inversão da versão pelo fato que consiste não na importância do fato em si, mas na versão atribuída pelo órgão de imprensa que busca impor suas opiniões e versões para o público mesmo que as contradições evidenciem dúvidas a respeito dessa versão defendida pelo jornal; o “frasismo” que nada mais é o abuso da utilização de frases ou fragmentos de declarações sobre algum fenômeno para substituir a realidade; o oficialismo já

mencionado outrora; e por fim a inversão da opinião pela informação que tem como pressuposto a substituição inteira ou parcialmente da informação pela opinião.

> Essa inversão é operada pela negação, total ou quase total da distinção entre juízo de valor e juízo de realidade, entre o que já se chamou de "gêneros jornalísticos, ou seja, de um lado a notícia, a reportagem, a entrevista a cobertura, o noticiário, e, de outro, o editorial, o artigo, formas de apreensão e compreensão do real que, coexistentes numa mesma edição ou programação, se completavam entre si e ofereciam ao leitor alternativas de formar sua (do leitor) opinião, de maneira autônoma e independente (ABRAMO, 2003, p. 31).

Trocando em miúdos, a opinião do jornalista ou do órgão de imprensa é emitida disfarçadamente como uma informação, pois suas características textuais se assemelham ao conteúdo informacional (ABRAMO, 2003). Os filtros - na perspectiva de Rossi (2005), que em nenhum momento menciona a existência de manipulação - evolvem ainda a produção textual sob a visão do copidesque, uma espécie de revisor de texto, que por sua vez, vai distorcer a narração do acontecimento sob as impressões do repórter, configurando em uma apresentação do acontecimento de quem não presenciou o fato do que de quem realmente o viu. O modelo seguido pelos manuais de redação também engessa os profissionais da imprensa, pois limita a capacidade de criação, originalidade e construção de bons textos. As editorias também se tornam em filtros para o público, pois cada seção indica e limita o tipo de conteúdo a ser consumido, entende-se por editoria as seções como: política, internacional, cultura, esporte, entre outros.

Esses filtros são minimamente descritos na obra de Bonner (2009),os quais funcionam como uma espécie de guia para uma produção jornalística. O autor usa necessariamente o termo "filtro", mas explica em detalhes sobre as operações orquestradas dentro de uma redação de telejornal de abrangência nacional e assim como Rossi (2005), Bonner também defende que os jornalistas devem possuir contatos e preservar a identidade de suas fontes.

São ainda exemplos de filtros o tamanho atribuído por uma reportagem, a extensão do título e as palavras ali empregadas e a inserção do conteúdo nas páginas de um jornal, se for o caso do jornalismo impresso. São os diretores, editores e chefes de reportagem que conferem as características do jornal dentro da

linha editorial preestabelecida ancorada nos aspectos ideológicos defendidos pelos donos das mídias (ROSSI, 2005).

Na opinião de Abramo (2003), quando um veículo de imprensa oculta as informações ou sonega a verdade, acaba por exercer grande influência para a formação da opinião pública, pois, ao impor as informações para o público em geral, à este, a oportunidade de adotar um critério de ação para distinguir ou verificar a informação é solapada, pois a informação é consumida de forma autoritária pela imprensa.

O jornalismo de qualidade não é somente aquele que responde as respostas do lead – as principais informações do fato: O que? Quando? Onde? Como? Como? Por quê? A questão central consiste em uma investigação profunda do fato, ou seja, questionar o porquê de forma mais densa. Para isso, não basta apenas coletar declarações e atribuí-las a uma fonte, a notícia deve ser bem fundamentada buscando responder todas as respostas dadas. Entretanto, muitas vezes a apuração esbarra em uma dificuldade na busca pelo porquê. Os aspectos políticos barram a divulgação da notícia, pois a palavra final antes da veiculação é a do dono do veículo ou de seus diretores que definem o que deve ser publicado e levado ao ar (ROSSI, 2003).

> Alguns assuntos jamais, ou quase nunca, são tratados pela imprensa, enquanto outros aparecem quase todos os dias. Alguns segmentos sociais são vistos pela imprensa apenas sob alguns poucos ângulos, enquanto permanece na obscuridade toda a complexa riqueza de suas vidas e atividades (ABRAMO, 2003, p. 34).

O quarto e último padrão de manipulação básico da mídia, refere-se ao padrão de indução em que “o leitor é induzido a ver o mundo não como ele é, mas sim como querem que ele o veja” (ABRAMO, 2003, p. 33). Esse padrão tem como característica a articulação ou combinação de todos os outros padrões básicos de manipulação mencionados anteriormente, unicamente, com o propósito de defender os interesses dos órgãos de comunicação.

O padrão de indução se aproxima em alguns aspectos de um pressuposto da Análise do Discurso francesa quando se refere, por exemplo, ao reordenamento ou recontextualização dos fragmentos da realidade, posto que, nessas circunstâncias

há um dito sem ser falado. A informação está lá na diagramação, na fotografia, nas manchetes, no texto, nos sons ou nas imagens, mas ao mesmo tempo, “mascara” o fato real (ABRAMO, 2003). Entretanto a AD francesa não fala em mascaramento porque os enunciados são concebidos a partir da zona do interdito, sendo assim os discursos materializam o já-dito.

É possível exemplificar o padrão de indução com a manipulação do debate presidencial de 1989, que fora editado pela Rede Globo de Televisão para favorecer o candidato Fernando Collor de Melo nas vésperas das eleições. O conteúdo consistiu em desqualificar e deslegitimar o candidato Luís Inácio Lula da Silva e enaltecer as falas de Collor. Esse caso é lembrado por Borges (2008) e por Memória Globo (2004) que revelam detalhe da operação manipulatória.

Existe ainda um quinto padrão de manipulação mencionado por Abramo (2003), mas é voltado tão somente para o jornalismo de radiodifusão, que é o padrão global, no sentido de completude. O material produzido se divide em três momentos básicos, é como se fosse uma espécie de roteiro a ser seguido para assegurar uma espetacularização midiática na busca pela sedução do público.

Em alguns casos, por exemplo, a posição-sujeito legitima um dizer devido, justamente, ao papel social dos interlocutores que influenciam no poder da mensagem. “De um sacerdote, um professor, um juiz de direito, espera-se um determinado comportamento linguístico considerado apropriado à sua posição” (BORDENAVE, 1997, p. 71). Logo, o discurso confere um sentido de coerência em que o ser humano se propõe a construir, pois a comunicação implica o compartilhamento de experiências, ideias e sentimentos que, postos em condições de interação, estão suscetíveis a modificarem uma realidade proposta.

Destarte, o primeiro ato de manipulação proposto por Abramo (2003) é a exposição do fato. A realidade é retratada por ângulos menos racionais, mais emocionais e sensacionalistas, por isso há uma espetacularização do fato. O segundo ato consiste em dar voz a sociedade, ao mesmo tempo em que as imagens e os sons detalham a personalidade dos personagens envolvidos no fato e buscam expressar seus sentimentos, sejam eles de dores, alegrias, indignações ou tristezas. E o terceiro e último ato é dar voz a autoridade, ocasião em que a mídia personifica a autoridade como solucionadora dos problemas da sociedade anunciando as

providências tomadas, ou soluções que estão prestes a serem implantadas, mesmo que não sejam. A autoridade desempenha um papel de tranquilizador da sociedade nas reportagens jornalísticas, é como se fosse uma figura que reprime a existência de um mal e enaltece o bem. E ainda há o epílogo, quando o apresentador reforça o papel resolutório da autoridade ou contesta as respostas conferidas pelo representante do poder público (ABRAMO, 2003).

Vale ressaltar, que a mídia atende aos interesses dos governos, pois as redações são abastecidas pelos aparelhos de comunicação social do poder público com informações que objetivam defender somente os interesses particulares e que, muitas vezes, se opõem aos interesses sociais (ROSSI, 2005). Nessa esteira ainda é importante se certificar das diferenças de linguagem adotadas pelos diferentes tipos de mídia, como bem é lembrado por Borges (2009), elas não competem entre si, pelo contrário, muitas vezes realizam alianças para aumentar ainda mais o império dos “barões da mídia”, termo comumente utilizado pelo autor ao se referir pejorativamente aos donos dos veículos de comunicação. Borges possui uma opinião similar a de Clóvis Rossi, no seguinte sentido:

> O universo do rádio e da televisão é feito de sons ou sons e imagens, justamente a grande vantagem desses veículos sobre o jornal e a revista. O rádio ganha em rapidez, é o único capaz de informar no mesmo instante em que o fato está acontecendo. A televisão, menos flexível porque a sua característica central (a imagem) necessita de um equipamento que demanda certo tempo para chegar ao local do fato, ganha, por sua vez, exatamente por ser a única a mostrar imagens em movimento [...]. Todos e cada um têm seus meios e recursos próprios de expressão, interpenetrando-se e complementando-se. Houve, de fato, momentos em que se temeu que o advento e a massificação do rádio, primeiro, e da televisão, posteriormente, acabassem com o jornalismo impresso (ROSSI, 2005).

Mas há um veículo de comunicação que tem potencialidade ameaçadora aos grandes conglomerados de comunicação. A internet pode assegurar uma maior democratização da informação através de notícias produzidas por um jornalismo independente, blogs e portais alternativos. Contudo, os impérios midiáticos começam a se adaptar a essa nova forma de se comunicar com o público e buscam, de todas as formas, dominar uma fatia desse mercado para reforçar o seu poder de dominação sobre a sociedade contemporânea (BORGES, 2009).

Essa hegemonia é assegurada, justamente porque esses órgãos de imprensa não conseguem opor-se aos governos porque limita o trabalho dos jornalistas, pois os profissionais devem atender a um modo de produção que agrade ao sistema patronal, ou seja, esteja alinhadoà defesa dos interesses dos empresários da comunicação,

> [...] é o fato de que parece haver mais liberdade de empresa do que liberdade de imprensa. Ou seja, os donos dos meios de comunicação são livres para veicular o que lhes parece mais conveniente, mas os jornalistas que trabalham nesses veículos têm uma liberdade menor. (ROSSI, 2005, p. 60).

Os profissionais que enfrentam o sistema, se não tiver o apoio da empresa pela qual trabalha, ou se oponha aos interesses econômicos e dos poderes, o jornalista está vulnerável a ter o contrato rescindido (ROSSI, 2005). Desta maneira, Borges (2009) denuncia a existência de uma ditadura da mídia, na qual há a existência de uma “informação-lixo”, uma vez que, as mídias não se interessam pela qualidade do conteúdo a ser veiculado, mas sim com o entretenimento ou o espetáculo sensacionalista, justamente, porque é rentável, vende, atrai patrocinadores, anunciantes, publicidade e audiência. Pode ser entendida essa “ditadura” da seguinte forma:

> A mídia hegemônica vive um paradoxo. Ela nunca foi tão poderosa no mundo e no Brasil, em decorrência dos avanços tecnológicos nos ramos das comunicações e das telecomunicações, do intenso processo de concentração e monopolização do setor nas últimas décadas e da criminosa desregulamentação do mercado que deixou libre de qualquer controle público. Atualmente, ela exerce a sua brutal ditadura midiática, manipulando informações e deturpando comportamentos (BORGES, 2009, p. 13)

Desta maneira o autor acredita na existência de uma oligarquia midiática em que, sobretudo no Brasil, a mídia seja controlada por uma dúzia de famílias poderosas, elitistas, com força política ideologicamente de direita e que usurpou de benesses públicas, caracterizando um “coronelismo eletrônico”. Os donos das mídias usufruem do poder descomunal dos seus impérios midiáticos para atacar a legislação, os movimentos sociais, os governos progressistas e sabotar a democracia, impedindo a emancipação do pensamento individual do cidadão porque incutem mensagens alinhadas aos seus interesses ideológicos em seus conteúdos

programáticos, como novelas, jornal, filmes, séries e entre outros produtos midiáticos (BORGES, 2009).

Com um olhar, sob esse mesmo aspecto, Santos (2008) também relaciona os interesses de poder e lucro aos proprietários das empresas de comunicação ao sugerir a seguinte discussão:

> Em sua grande maioria, os meios de comunicação de massa pertencem a empresas que produzem e veiculam informação, cultura e lazer para uma grande quantidade de consumidores, que podem se concentrar em uma cidade [...], em um país ou até em continentes diferentes. Essas empresas de comunicação obtêm lucro com a inserção de anúncios publicitários ou a venda de assinaturas [...]. Quanto maior o número de receptores, maior o lucro auferido (SANTOS, 2008, p. 46)

São dez, os maiores conglomerados midiáticos do mundo, que operam em diversas partes do planeta por meio de agências de notícias, emissoras de rádio e TV, produtoras de cinema, agências de publicidade, distribuidora e exibidoras de filmes, editoras de livros e revistas, jornais impressos, portais, provedores de internet, serviços online e entre outros serviços comunicacionais (BORGES, 2009).

Nesse sentido, o advento da internet vislumbra um poder de maior alcance aos recursos informativos, mas por outro lado, as empresas de radiodifusão exploram comercialmente os meios de comunicação com anuência aos ditames do capitalismo pós-industrial.

> Ora, para explorar comercialmente as capacidades tecnológicas dos meios de comunicação, organizaram-se empresas jornalísticas, editoriais e teledifusoras. Para colher o material que elas necessitam formam-se agências noticiosas [...]. Para construir a infraestrutura física necessária à transmissão massiva de mensagens, criaram-se empresas fabricantes de aparelhos emissores, transmissores e receptores, assim como de satélites e outros materiais. A indústria da comunicação passou à casa dos bilhões de dólares e transnacionalizou-se, instalando fábricas e conquistando mercados em todos os continentes (BORDENAVE, 1997, p. 32)

Os maiores conglomerados obtêm receitas anuais entre US$8 bilhões e US$40 bilhões, veiculam dois terços das informações e conteúdos culturais no mundo, onde “Através das sofisticadas técnicas publicitárias que seduzem e forjam comportamentos, elas estimulam o consumismo e procuram fixar a supremacia do “deus-mercado”, visando aumentar lucros e superar os concorrentes” (BORGES, 2009, p. 20).Os Estados Unidos, por exemplo, é um dos países que mais utiliza a

mídia como estratégia de Política Externa para ganhar a batalha dos fluxos de informação mundial e fazer prevalecer seu modelo e suas ideologias. Para isso, o Tio Sam destina entre 3,5% a 5,2% do Produto Interno Bruto (PIB) para a manutenção de sua hegemonia midiática, financiando projetos e incentivando a expansão dos impérios midiáticos para exportar o seu modelo de cultura.

Os Estados Unidos também são considerados como o maior propagador da revolução tecnetrônica, sendo considerada a sociedade que mais comunica, pois conta com 65% do conjunto das comunicações mundiais. Com isso, originam e propõem um modelo global de modernidade através de esquemas de padronização do comportamento e valores universais por intermédio dos produtos das suas indústrias culturais (MATTELART; MATTELART, 2001).

Os países industrializados são os maiores controladores da indústria midiática, posto que, os países desenvolvidos, por meio de apenas cinco agências, editam 83% dos livros publicados em todo o mundo, administram as dez maiores agências de publicidade do planeta, produzem e exportam 77% dos filmes cinematográficos e ainda possuem cinco das principais agências de notícias que ditam os rumos dos noticiários internacionais (ROSSI, 2005).

Esses conglomerados podem ser entendidos ao que Abramo (2003) denomina como “grande imprensa”, que busca manipular por dinheiro oriundo de anunciantes privados que são as grandes marcas e também de recursos públicos provenientes da publicidade das estatais. A distorção e a manipulação também são feitas para agradar seus consumidores e anunciantes visando sempre o lucro. Mas não manipulamapenas por dinheiro, há outra lógica além dessa, que é ter acesso às instâncias de poder.

Como uma forma de legitimar o seu dizer e alcançar as mentes de seu público, a mídia tem investido e desenvolvido técnicas de elaboração das mensagens, pesquisando as melhores condições de percepção, decodificação, interpretação e incorporação de seus conteúdos para melhorar constantemente os textos das notícias, a produção dos programas, a preparação dos comerciais publicitários e a criação de filmes cinematográficos. Esse desenvolvimento só foi possível a partir da percepção de que o aperfeiçoamento das produções midiáticas está relacionado com o aumento da influência e do poder de comunicação das

mídias com a sociedade. Tal fator levou a um sensível impacto dos meios midiáticos no domínio da sociedade (BORDENAVE, 1997).

A eficácia no modo de persuasão da massa, por exemplo, só é possível de ser medida através das experiências surtidas acerca da “imagem do enunciador”, a natureza do conteúdo e o contexto do público. Ademais, o ato de falar implica em uma agir sobre o outro (MATTELART; MATTELART, 2001).

Nesse sentido, Santos (2008) recorre aos estudos de Enzensberger, para então criticar a exploração comercial dos meios midiáticos:

> [...] os meios de comunicação, notadamente a tevê, não provocaram um debate democrático com a sociedade, como esperado, mas tornaram-se comerciais e monopolistas, principalmente a partir da privatização das emissoras e do fim do controle estatal da comunicação, verificado no início da década de 1980 em vários países da Europa (SANTOS, 2008, p. 107)

Então, para exercer o poder, Borges (2009) acusa a imprensa de espionagem com o objetivo de desestabilizar governos, instaurar crises e derrubar presidentes. Algumas ações são direcionadas às estratégias de guerra arquitetada, por exemplo, pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, que tem a intenção de derrubar ou desgastar governos que se opõem as políticas internacionais adotadas pelo imperialismo ianque.

> [...] os órgãos de comunicação se transformaram em novos órgãos de poder, em órgãos-político-partidário, e é por isso que eles precisam recriar a realidade onde exercer esse poder, e para recriar a realidade precisam manipular as informações. A manipulação, assim, torna-se uma necessidade da empresa de comunicação, mas, como a empresa não foi criada nem organizada para exercer diretamente o poder, ela procura transformar-se em partido político (ABRAMO, 2003, p. 44)

Abramo (2003) compara as estruturas das mídias com os partidos políticos, bem como seu modo de comportar, de se apresentar ao público, de exercer a representação na sociedade e ao buscar realizar um trabalho de intermediação entre a sociedade civil, o Estado e o poder, mas reforça que esses órgãos de imprensa disputam entre si o maior poder sobre a sociedade em benefício dos seus próprios interesses e valores políticos.

Por outro lado, Borges (2009) admite essa concorrência, mas ao mesmo tempo, enxerga uma relação de aliança e cumplicidade entre os demais veículos,

formando uma espécie de corporativismo que é capaz de atropelar as legislações vigentes para assegurar o seu poder de dominação sobre a sociedade. O Brasil, por exemplo, não está livre das influências dos seus “barões da mídia”:

> [...] há no Brasil uma autêntica ditadura da mídia, com longa história de concentração, ramificações em todos os recantos da República e enorme capacidade de atuação. Este poder, no entanto, não é imbatível. Ele sofre crescentes questionamentos da sociedade e também padece de inúmeras contradições internas. Os avanços tecnológicos no setor, como o processo acelerado de convergência digital, afetam o status quo nesta área estratégica (BORGES, 2009, p. 66-67)

O autor lembra que até meados do século passado, havia certa diversidade midiática no país e veículos de expressão nacional eram inexistentes. O primeiro império midiático construído no país foi com Assis Chateaubriand ao se aproveitar da ausência de normas restritivas de propriedade cruzada e só sucumbiu devido à ausência de herdeiros (BORGES, 2009)

As Organizações Globo pertencentes à família Marinho se expandiu com o respaldo do governo militar para garantir uma “segurança nacional” estendendo a política integracionista à indústria midiática, subsidiando a expansão das emissoras e retransmissoras da empresa pelo país, aumentando a presença dos outros produtos midiáticos deste órgão de comunicação no território nacional (BORGES 2009).

Borges (2009) ainda classifica esses conglomerados em quatro escalões, sendo que o primeiro é composto pelas empresas chamadas de “cabeças-de-rede” que são os geradores de programação nacional que incluem as principais emissoras de TV aberta, a Editora Abril e os jornais impressos de abrangência nacional que são Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo. O segundo escalão inclui os grupos regionais e nacionais que tem significativo alcance, como é o caso da RBS e o Jornal do Brasil. O terceiro escalão é constituído pelas emissoras regionais afiliadas às redes nacionais de TV (como é o caso, por exemplo, da TV Rondônia, TV Allamanda, SICTV em Rondônia). E, por fim, o quarto escalão é formado por milhares de pequenas e frágeis empresas.

As pequenas empresas de comunicação podem ser definidas da seguinte forma, “o peso de cada anunciante individual sobre o órgão de comunicação, ou

mesmo de seu conjunto, é muito ponderável na pequena imprensa, aquela em que a manipulação surte menos efeito" (ABRAMO, 2003, p. 43). A fragilidade das legislações e das fiscalizações sobre o setor pode ter contribuído para a manutenção do poder hegemônico das grandes corporações midiáticas.

> [...] Os "barões da mídia, cada vez mais poderosos economicamente e influentes politicamente, sabotaram todas as medidas reguladoras. Sob o falso pretexto da "liberdade de imprensa", eles praticaram a "liberdade dos monopólios" (BORGES, 2009, p. 63)

Outro entrave tem a ver com o fato de que há políticos como diretores ou donos dos veículos, algo terminantemente proibido pela legislação que coíbe com que portador de cargo eletivo esteja na direção dessas empresas, contudo, muitas vezes aproveitam as brechas da legislação e nomeiam parentes, esposa ou filhos para administrar essas empresas, como se fossem "testas de ferro". Na Constituinte, por exemplo, 146 parlamentares da "bancada da comunicação" dos 559 deputados constituintes, fizeram de tudo para evitar regulamentações neste setor (BORGES, 2009).

Se por um lado, esses veículos vociferam contra os gastos públicos aplicados em programas sociais, essas mesmas empresas continuam a receber vultosas verbas públicas provenientes da publicidade, chamado de forma estigmatizante de "bolsa imprensa". Só as redes de televisão captaram R$16 bilhões em 2006, mas o declínio dos impérios midiáticos devido ao advento da internet, que colocou em risco até mesmo a credibilidade das informações divulgadas por esses conglomerados, tem levado essas empresas a terem maiores dificuldades para captar recursos (BORGES, 2009).

Além do mais, Borges (2009) acusa esses empresários de terem chantageado o poder público para obter concessões e subsídios, ora plantando notícias infundadas ou através de denuncismo vazio e sensacionalista, ao que classifica como um "jornalismo marrom". O autor acusa a mídia hegemônica brasileira de desestabilizar os governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubistchek, Jânio Quadros e João Goulart. Acusa a imprensa de ter favorecido a eleição de Collor e FHC e, da mesma forma, orquestrado o impeachment de Collor.

Por conseguinte, Bordenave (1997) reconhece a existência destas tentativas das mídias em se comprometer a desestabilizar ou estabilizar governos. O autor menciona uma campanha mundial desenvolvida pela ONU, por meio da UNESCO, na qual propõe que cada país crie uma Política Nacional de Comunicação com o objetivo de aumentar o controle sobre as mídias. Sendo assim, medidas dessa natureza contam com forte oposição dos donos dos órgãos de imprensa que deixariam de exercer a plena liberdade para conduzir as ações dos veículos de comunicação.

Quanto à difusão das notícias internacionais, esses conglomerados nacionais recorrem, na maioria das vezes, às agências de notícias internacionais. Em uma pesquisa apontada por Rossi (2005), o Estado de São Paulo preencheu 55,8% da seção de informações do noticiário internacional com os materiais fornecidos pelas grandes agências de notícias, outros 9,4% foram meras reproduções de jornais estrangeiros hegemônicos e 4,8% por outras fontes externas. Apenas 30% do seu espaço da editoria internacional foi preenchido com matérias próprias produzidas pelos jornalistas e colaboradores da empresa.

Em outra pesquisa, os jornais de Belo Horizonte ocuparam 93,6% da seção internacional com notícias fornecidas por apenas três agências internacionais. “A rede das grandes agências internacionais de notícias é tentacular: elas estão presentes na grade maioria dos países e do mundo e vendem seus serviços, da mesma forma, para quase todos eles” (ROSSI, 2005, p. 80). A extensão dessas grandes redes de agências de comunicação nos países periféricos leva o seu domínio absoluto, pois 80% das notícias do exterior divulgadas na América Latina são distribuídas por essas empresas e é por isso que muitos fatos são informados aos brasileiros, sob a visão dos países desenvolvidos e hegemônicos.

Esse trabalho desempenhado pelas agências internacionais se aproxima da perspectiva da “economia-mundo” tratada por Mattelart e Mattelart (2001) em que se define através de um espaço geográfico, da existência de um polo e da origem de um “centro do mundo”. A zona intermediária em torno da área central e de suas margens está diante de uma condição de subordinação e dependência do centro. É considerada uma relação de troca desigual, pois o mapa das redes comerciais, como é o caso das redes de comunicação, é fundamental para a manifestação das

ações “centrípetas” do mundo com as hierarquias estabelecidas e os diferentes modos de produção.

O próprio Rossi (2005) admite que as agências internacionais, possuidoras de maior capital, abrangência e cobertura mundial estão concentradas nos países desenvolvidos, havendo uma carência na cobertura da América Latina e outros países periféricos. Assim, estabelece uma suposta “informação imperialista”.

A existência da “informação imperialista” evoca refletir sobre relação com o que Wright propõe a respeito do conceito de imperialismo cultural. Essa proposta consiste em moldar as instituições sociais para que estejam alinhadas aos valores e estruturas do centro dominante do sistema e ainda servir como propagador de suas ideologias e convicções. O imperialismo cultural alcança seu objetivo através da força, da corrupção e da pressão ou pelos fascínios sobre o público dominado (MATTELART; MATTELART, 2001). Essa metodologia que leva ao imperialismo cultural é muito similar a ideia de hard *power* (poder repressivo) e soft *power* (poder brando) desenvolvido por Joseph Nye, teórico das relações internacionais.

Sendo assim, o ideal seria que as empresas jornalísticas dos países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil, tivessem um correspondente internacional nas capitais mais importantes do mundo para facilitar o entendimento de coberturas jornalísticas mais complexas (ROSSI, 2005). Contudo, Natali (2004) lembra que a manutenção de um profissional no exterior torna-se muito oneroso ao órgão de imprensa, compensando financeiramente adquirir os conteúdos “a pronta entrega” pelas agências internacionais.

A manipulação proposta pela grande imprensa busca enganar ou mascarar a verdade, para tanto que Biondi (2003) demonstra várias técnicas para esconder uma verdade, mencionando outras verdades que soam positivamente na direção da defesa dos interesses destes conglomerados midiáticos, sobretudo, as estratégias utilizadas para defender o neoliberalismo proposto durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, no Brasil e, assim, manipular a opinião pública nas suas interações sociais ao sugerir assuntos de discussão na sociedade, mas sempre valorizando as ações positivas propostas ou implementadas pelo governo.

> Os meios de difusão surgiram como instrumentos indispensáveis para a "gestão governamental 'das opiniões'", tanto de populações aliadas, como inimigas, e, de maneira mais geral, partido das técnicas de comunicação, do telégrafo, do telefone para cinema, passando pela radiodocumentação, deram um salto considerável (MATTELART; MATTELART, 2001, p. 37).

A manipulação também pode ser percebida pelas suas medidas de enumeração possíveis. A comunicação dirigida é uma delas e consiste na manipulação da linguagem, na medida em que se impõem certos conteúdos, ou se proíbem outros. A comunicação limitada é outra proposição que tem como escopo a manutenção das massas na ignorância e impedidas de articular seus interesses que se contrapõem aos da elite. A comunicação constrangida é a terceira medida de manipulação em que os grupos privados e governamentais se esforçam para limitar as ações da comunicação pública para que prevaleçam os seus interesses em detrimento da coletividade e isso ocorre por intermédio do controle da opinião dos órgãos de comunicação, da manutenção do monopólio dessa indústria, poder de influência dos patrocinadores e favorecimento as ações oficiais do governo (BORDENAVE, 1997).

Todavia, Abramo (2003) sugere uma mudança de postura do cidadão, frente ao domínio dessas empresas de comunicação, no sentido de desmistificar o jornalismo e a imprensa. O autor recomenda que o público desconfie sempre das informações, dos motivos e da intencionalidade destas corporações em cada conteúdo publicado, ou seja, se tornar mais crítico na análise do conteúdo e da forma que essas notícias chegam.

A classe dominada precisa constatar as informações jornalísticas e suprir através de comparação o que é real e separá-lo do irreal, uma espécie de filtragem da distorção ou da manipulação. Outra medida indicada é tratar os órgãos de imprensa da mesma maneira como se apresentam ou se comportam, ou seja, não os olhar como instituições de informação, conhecimento ou defensora do bem e opositora do mal, mas sim como partidos políticos ou organização política (ABRAMO, 2003).

O terceiro plano seria a cobrança da sociedade pela transformação da natureza dos meios de comunicação rejeitando o sistema de direito privado e

postular a instituição do direito público. Neste contexto, os dominados devem questionar a propriedade privada dos órgãos de comunicação (ABRAMO, 2003).

Enquanto Borges (2009) defende a democratização da informação a favor da sociedade. Ao iniciar pelo denuncismo da existência de uma “imprensa burguesa” já que seria impossível democratizar os veículos e o comando “ditatorial” do sistema de comunicação, construir e fortalecer veículos próprios que defendam a resistência e a opressão dos meios midiáticos elitizados. É preciso construir políticas públicas que incentivem a diversidade e a pluralidade da informação, fortalecer o sistema de radiodifusão pública, revisar os critérios de concessão de outorgas às emissoras influenciadas pelo poder econômico dos donos da mídia das supostas relações promiscuas com o Estado, rever os critérios de publicidade oficial que em 2008 superou R$1, 114 bilhões em 2008 dos R$21,4 bilhões totais faturados e rateados para esses empresários, estimular a radiodifusão comunitária, investir na inclusão digital e ainda promover o marco regulatório de forma a aumentar também a fiscalização na indústria da comunicação. Entre as dificuldades para fiscalizar as concessões estão uma combinação de cinco fatores:

> [...] a disposição constitucional de que a não revogação só ocorrerá com o apoio de 2/5 do Congresso em voto nominal; a ausência de fiscalização dos conteúdos, a impossibilidade de outro interessado concorrer; o grande tempo de tramitação das análises (média de sete anos); e a existência de uma licença precária, sem prazo, válida enquanto não houver o julgamento do processo de renovação [...] (BORGES, 2009, p. 98)

O excesso de comerciais é outro problema comum apontado por Borges (2009), pois várias redes privadas desrespeitam a legislação que limita em 25% do espaço do órgão de imprensa a publicidade e ainda veiculam merchandising – que são aqueles comerciais disfarçados ao longo do conteúdo e da programação – algo vetado pelo Código de Defesa do Consumidor.

Na percepção de Rossi (2005) é necessário também democratizar as decisões que hoje estão concentradas aos donos dos veículos de comunicação e seus diretores. Essa democratização consistiria em uma maior participação dos profissionais da imprensa em algumas decisões, inclusive administrativas. Porém, essa perspectiva não agrada os “barões da mídia”, justamente porque temem perder o controle que exercem sobre as suas empresas.

A luta pela transformação e resistência contra este tipo de comunicação manipulatória perpassa os movimentos sociais em defesa de uma comunicação alternativa, participatória, militante, popular, de resistência e folclórica ou tradicional. A grande mídia reduz o ser humano a um mero coadjuvante das forças econômicas e submete o indivíduo às estruturas hierarquizantes. Existe uma falta de diálogo com a sociedade que deveria ser mais participativa nos assuntos midiáticos e, igualmente, receber um tratamento igualitário e antielitista. “Deseja-se colocar o poder da comunicação a serviço da construção de uma sociedade onde a participação e o diálogo transformantes sejam possíveis” (BORDENAVE, 1997, p. 101). O professor de comunicação cobra uma participação mais assertiva da sociedade através do engajamento pessoal de cada cidadão.

A mudança de postura requer um melhor conhecimento das formas de comunicação para que a comunidade adote uma posição mais crítica a respeito das mensagens que a cercam e, ao mesmo tempo, seja ainda mais exigente em relação ao que deveria ser uma boa comunicação na sociedade em que o indivíduo está inserido (BORDENAVE, 1997).

> O “desenvolvimento” de cada sociedade específica depende, antes de mais nada, da evolução de suas estruturas internas. Cada sociedade passa obrigatoriamente por etapas, e a história de cada uma responde a um “modelo sucessivo” (MATTELART; MATTELART, 2001, p. 114)

Ademais, Bordenave (1997) reconhece o crescimento da força da leitura crítica no sentido de que os tipos de linguagem, sobretudo, aqueles provenientes dos modos de manipulação tem evocado um movimento de leitura crítica do público em geral, ou seja, o destinatário tem desenvolvido habilidades para a identificação dos graus de denotação (veracidade) ou conotação (fantasia) das mensagens retidas, levando-o a desconfiar a respeito das intenções e da veracidade dos conteúdos atestados ideologicamente na produção textual nos meios de difusão.

Por outro lado, Santos (2008) já alertava para o fato de que o nível instrucional do público é fundamental para torná-lo mais crítico e exigente quanto ao conteúdo da informação que consome. No entanto, a maior parcela da sociedade tem dificuldades para ter acesso à educação de qualidade e por isso costuma

aceitar passivamente as informações que recebem sem qualquer tipo de resistência ou restrição.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta pesquisa é de cunho qualitativo, tendo como método a AD francesa. Como método para coleta de dados utilizou-se o levantamento feito de notícias que envolvem o fluxo do processo migratório de venezuelanos na Amazônia brasileira. Para tanto, utilizamos, como base teórico-metodológica, os conceitos de Pêcheux (1995) a respeito das formações imaginárias e ideológicas na produção discursiva, retratada pela mídia, referente à construção da imagem do migrante venezuelano,em algumas notícias circuladas no web jornalismo, observando também as suas fontes de informação, a partir da posição sujeito que enuncia, em que Foucault (2014), compreende como o sujeito autorizado a falar, por possuir autoridade e legitimidade, em seu dizer para validar o seu discurso.

Ademais, recorremos ao estudo das dispersões e regularidades enunciativas defendidas por Foucault, as quais aparecem nos enunciados das reportagens selecionadas. Embora haja várias teorias do campo do saber linguístico e das ciências sociais (algumas relacionadas com as mídias), como é o caso das teorias defendidas por Abramo, Bordenave, Santos, Borges, Charaudeau, Indursky, Montero e Ferré-Pavi, para esta pesquisa, partiremos das análises dos dados pela AD francesa, nos apoiando nas perspectivas de Pêcheux e Foucault.

Por conseguinte, ao longo da pesquisa procuramos identificar como se dá a construção da imagem dos venezuelanos, representada na imprensa brasileira, limitando o escopo ao *web* jornalismo, no período entre 2016 a 2021. Dessa maneira, para facilitar esta observação, tomamos como referência a teorização de Foucault, ao fragmentarmos em três períodos históricos para compreender como os discursos circularam ao longo destas três fases, sendo elas: a chegada dos primeiros imigrantes em quantidade significativa, a implantação da Operação Acolhida e o fechamento das fronteiras/propagação da COVID-19.

A análise dos dados para a escolha do corpus se tornou possível, a partir do lançamento da palavra-chave “migrantes venezuelanos”, em quatro buscadores de notícias, sendo eles: o Google, por se tratar de um site de busca mais generalista; o buscador do UOL, que tem como foco a localização de notícias de abrangência nacional pela grande mídia; o buscador do site da Globo.com, por ser um portal de

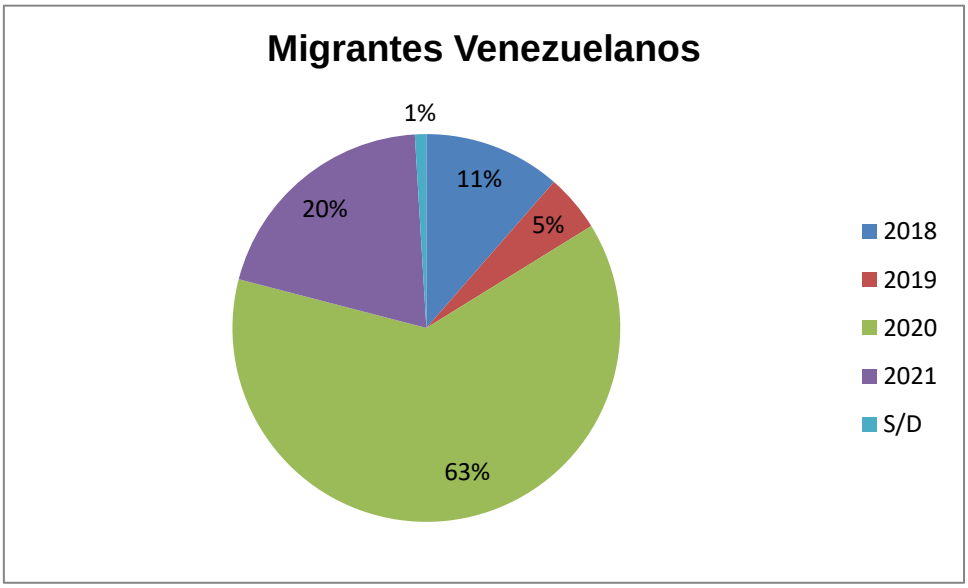
notícias pertencente a um grande conglomerado de comunicação; e o buscador do site Folha de Boa Vista, importante site de notícias de Roraima. No *Google* resultou em 276 *links*, dos quais extraímos 105 links referentes a migrantes venezuelanos no Brasil. No *site* G1 foram localizados 600 links, dos quais selecionamos 325 links, a partir dos títulos de reportagens que faziam referência aos migrantes venezuelanos no Brasil, e ao excluir publicações em duplicatas, chegamos ao quantitativo de 278 links. No site UOL foram encontrados 100 *links*, dos quais, a partir das manchetes, selecionamos somente 07 por fazer referência direta aos imigrantes ou ao fluxo migratório. Já no site Folha de Boa Vista, localizamos somente 13 *links* com referência a esse processo migratório.

Empregamos o termo "*link*" porque ao longo do recorte foi possível constatar que algumas notícias se repetiam dentro do mesmo portal, mas o acesso se diferenciava de acordo com a publicação do noticiário, porém o conteúdo textual em algumas ocasiões era replicado em alguns destes *links*. Além disso, houve repetições de links que direcionavam para uma mesma notícia usando buscadores diferentes e por isso não podemos afirmar que o quantitativo representa fielmente o número de notícias geradas, o que requer uma análise do conteúdo e aprofundamento da observação de suas regularidades.

Tabela 1 - Migrantes Venezuelanos

2018	2019	2020	2021	Sem data	TOTAL
12	5	66	21	1	**105**

Gráfico 1 – Migrantes Venezuelanos

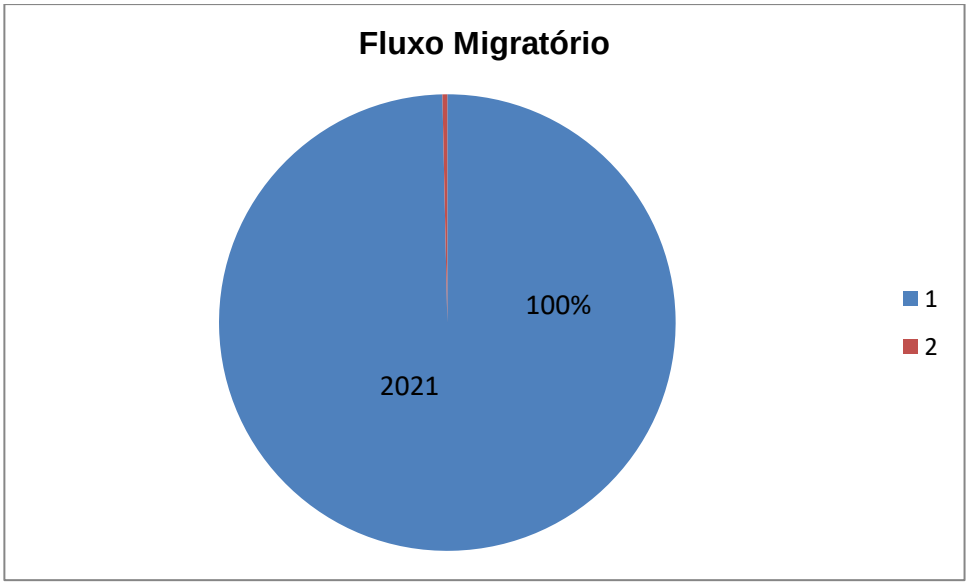


Fonte: Buscador Google

Tabela 2 - Fluxo Migratório

2021	**Total**
7	**7**

Gráfico 2 - Fluxo Migratório



Fonte: Buscador UOL

Tabela 3 - Processo Migratório

2020	2021	**Total**
1	12	**13**

Gráfico 3 - Processo Migratório

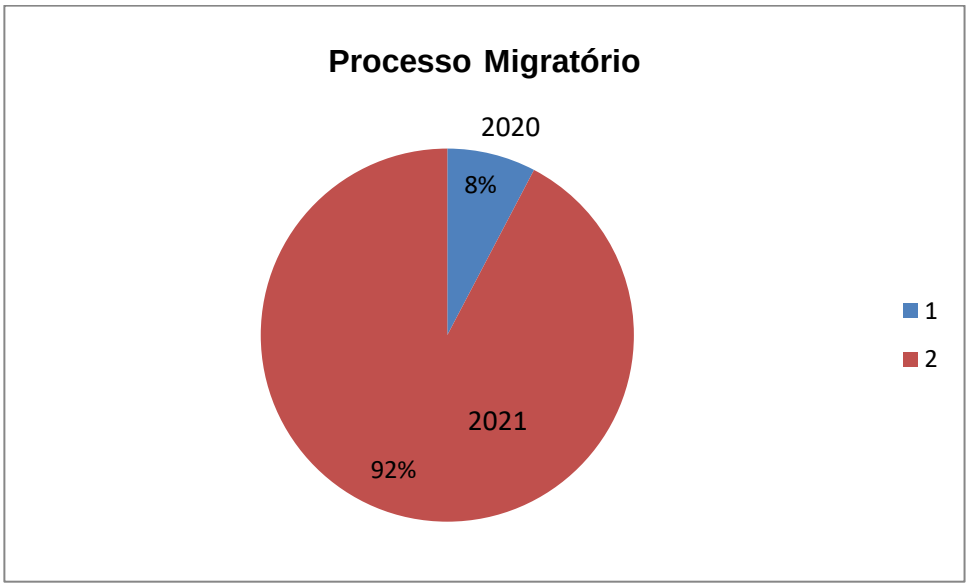
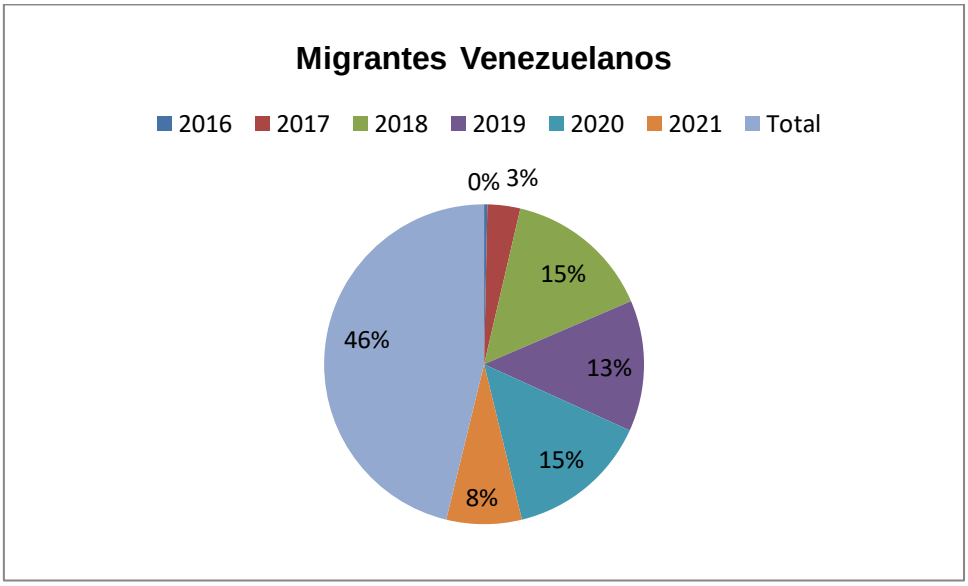


Tabela 4 - Migrantes Venezuelanos

2016	2017	2018	2019	2020	2021	**Total**
2	20	90	80	87	46	**279**

Gráfico 4 - Migrantes Venezuelanos



Fonte: Gráfico 5 – Buscador G1

A partir desse levantamento, percebemos que em alguns momentos específicos o número de notícias sobre os venezuelanos era maior que em outros. Verificamos, assim, que alguns acontecimentos como a entrada dos primeiros venezuelanos, publicação de resoluções, ausência de abrigos, aumento de imigrantes em Roraima, dentre outros, aumentavam a cobertura jornalística no estado de Roraima e em nível nacional. Assim, com o intuito de delimitar o *corpus* e, sobretudo, analisarmos enunciados que pudessem constituir uma narrativização que buscasse retratar a imagem construída pela mídia sobre os imigrantes venezuelanos, selecionamos reportagens e notícias de acontecimentos específicos de repercussão, a saber, o início da chegada dos primeiros imigrantes venezuelanos em quantidade significativa em Roraima; a implantação da Operação Acolhida e o fechamento das fronteiras, sobretudo, em razão da pandemia da covid-19.

Como encontramos um número elevado de notícias sobre esses acontecimentos, sobretudo a partir de 2017, por questões de recorte, selecionamos 2 notícias de cada ano, uma publicada em sites da chamada grande mídia e outra da mídia local (estado de Roraima). Assim, o *corpus* deste trabalho totalizou 12 notícias.

3.1 NOTÍCIAS DE 2016

Das publicações que faziam referência às migrações venezuelanas em 2016, foram localizadas duas notícias: uma local e outra regional publicada por um jornal de Roraima. Trata-se da notícia “Milhares de venezuelanos fogem da crise e cruzam a fronteira para o Brasil” publicada pelo jornal Folha de Boa Vista. É importante considerar a identificação das publicações para conhecer o local de fala do enunciador.

O foco da matéria tem como objetivo informar a mobilização em quantidade significativa de venezuelanos para o Brasil pela fronteira do extremo norte brasileiro. O jornalista que redigiu a matéria recorre às fontes de informação para sustentar o seu dizer e, para isso, busca as afirmações de pessoas que validam as informações postas e são reivindicados como o porta-voz do discurso.

Nesta matéria, por exemplo, a imprensa concedeu voz a um imigrante venezuelano que busca relatar os motivos pelos quais optou por migrar ao Brasil e a resposta da Prefeitura de Boa Vista e do Ministério da Justiça, instituições revestidas de autoridade e legitimidade perante a sociedade, para esclarecer a respeito de políticas públicas ou programas sociais que tenham como finalidade a promoção do acolhimento. Embora os esclarecimentos tenham sido dados por nota, na notícia ela é filtrada e publicada como se fosse uma resposta resumida, trazendo apenas a ideia principal das mensagens destas instituições públicas.

É importante destacar que os órgãos governamentais possuem uma imagem cristalizada na sociedade enquanto instituições que devem prestar assistência para o desenvolvimento do bem-estar de uma coletividade. Esta imagem só é construída socialmente devido à interpelação do sujeito e o assujeitamento ideológico da população, como ocorre no Ocidente em que vigora o Estado Democrático de

Direito, pois possivelmente se o poder político fosse exercido por regimes autoritários, totalitários ou tiranos, as respostas destas instituições públicas não transmitiriam confiabilidade na sociedade Ocidental ou sequer a imprensa do Ocidente buscaria esclarecimentos de seus representantes.

Nesta referida reportagem é possível identificar a relação de objetificação do migrante pelo discurso midiático, ao quantificá-lo do mesmo modo como é possível contar objetos, ou ainda, a partir do uso de verbos que caracterizam o sentido da coisificação como é o caso de “receber” e “cruzar”. Essa condição está presente nos enunciados “Roraima recebeu mais de 25 mil venezuelanos nos últimos 06 meses. Por dia, mais de 500 tentam permissão para ficar no Brasil”; “A crise econômica na Venezuela tem feito milhares de pessoas cruzarem a fronteira para pedir refúgio no Brasil”.

Nesta mesma reportagem é possível notar duas vezes o aparecimento do item lexical “crise” que, além de apresentar uma regularidade neste discurso, evoca o sentido de descontrole, ou ainda a manifestação de um problema crônico relatado. A narrativização jornalística também vai construindo a imagem deste sujeito imigrante como alguém pobre, destituído das mínimas condições de subsistência e desprovido de direitos fundamentais para uma condição de vida digna, como pode ser visto nos trechos “São famílias inteiras em busca de comida”; “No local, eles dormem, descansam, comem e tudo que trouxeram da Venezuela está exposto”, “É uma vida sem perspectiva”, “Quem vem para o Brasil tenta sobreviver com esmolas e pequenos serviços” e em “Vivendo nas ruas”.

Sem embargo, observamos o emprego dos vocábulos: “comida”, “esmolas” e “ruas” associadas com o sentido de pobreza extrema, ou seja, o migrante venezuelano que chega ao Brasil não possui dinheiro sequer para as necessidades básicas que provenham o próprio sustento, levando ao subemprego e à perpetuação da condição de estar à margem da sociedade, constituindo uma formação discursiva de exclusão social. Nesta perspectiva, o redator apoia-seno imagináriopara a construção da imagem do migrante como alguém, que busca escapar de algo, ou alguma coisa, possivelmente dos problemas econômicos, pelos quais a Venezuela passa como fica explícito no trecho “Todos fugindo da crise econômica na Venezuela”.

Esta formação imaginária da fuga também está presente quando o texto enuncia “Uma área bem na fronteira virou uma espécie de campo de refugiados para venezuelanos”, recorrendo a uma memória discursiva recente, sobretudo da Segunda Guerra Mundial uma vez que os campos de concentração e refugiados da época eram locais com grande aglomeração humana que concentrava pessoas condenadas à morte e, por isso, passava fome, frio e eram destituídas de qualquer tipo de direito. Ademais, a narrativização dos textos que selecionados tem como característica o uso da 3ª pessoa, ou seja, narra predominantemente os fatos como se fosse meramente um observador dos acontecimentos, sem apresentar explicitamente algum juízo de valor. Ademais, provavelmente, o enunciado tenha sido produzido como uma investida para causar a comoção.

Na reportagem de abrangência nacional intitulada “MJ e ONU enviam equipe a cidade de RR na fronteira com a Venezuela”, publicada pelo site de notícias G1, o interlocutor se propõe a noticiar o envio de diplomatas e representantes de instituições governamentais à fronteira do Brasil com a Venezuela. A publicação é datada de 25 de outubro de 2016, ou seja, no início do processo migratório de venezuelanos em quantidade significativa para o Brasil.

Os elementos que aparecem no texto sugerem a existência de objetos discursivos que estabilizam um objeto de saber, o qual consiste, no desconhecimento das autoridades e do poder público de diversas naturezas neste processo migratório. Como podemos destacar no fragmento: “as visitas são importantes para que as entidades possam conhecer a realidade e planejar ações futuras”, “precisamos conhecer a situação específica da região fronteiriça” e em “O governo de Roraima não informou de forma detalhada o que a comitiva fará no município”. Nestes excertos é possível perceber uma regularidade, pois, por duas vezes, há aparecimento da palavra “conhecer”, o que causa o efeito de sentido de falta de conhecimento das instâncias governamentais acerca do processo de migração na região, tornando-se coerente pelo contexto sócio histórico apresentado na época, quando as condições de produção coincidiam com o início dos primeiros fluxos migratórios dos venezuelanos para o Brasil pela Amazônia.

Quando o interlocutor coloca em prática sua discursivização e enuncia que “uma comitiva formada por representantes”, propõe elencar as instituições

governamentais que se deslocaram a Pacaraima denota o sentido de haver várias autoridades envolvidas na busca por informações ou suscita a existência de uma aliança para o trabalho – como forma de manifestar alguma satisfação a população – o que se destaca no último trecho “Estamos trabalhando de forma conjunta para desenvolvermos ações em relação a estes imigrantes o mais breve possível, afirmou a governadora”.

A imprensa busca evocar a voz de especialistas ou autoridades, para legitimar o seu dizer, ou as afirmações feitas outrora ao longo do texto, como ocorre com as falas do chefe da Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania para tratar de aspectos legais desta migração, apresentando uma resposta advinda do discurso jurídico e também da coordenadora-geral de Imigração da Polícia Federal, pois são instituições ligadas diretamente ao tratamento de assuntos voltados ao controle migratório e à proteção e defesa das fronteiras. É interessante assinalar que, o uso deste recurso, causa o efeito de sentido do distanciamento do enunciador e das autoridades referentes a um problema social, visto que somente agora tiveram ciência e transmitem essa responsabilidade.

Percebe-se que no noticiário local de Roraima há mais informações a respeito do fluxo migratório dos venezuelanos para o Brasil se comparado com a notícia publicada em âmbito nacional, embora a publicação ocorra no início deste fenômeno social. Doravante, é importante conhecer quem é o enunciador e qual o local de fala, pois ao colocar as duas publicações e compará-las é possível observar que quanto mais próximo o fato ocorrer é possível supor, ao menos neste caso, que a relação com a informação será mais rica e detalhada. O interlocutor vivencia a situação e, ao mesmo tempo, consegue ter alcance aos dados.

Sendo assim, são duas notícias circuladas mais ou menos na mesma época, na qual a imprensa nacional divulgou o fenômeno migratório como se fosse uma novidade, enquanto na imprensa local o fato é tratado como uma necessidade de acolhimento, embora as duas publicações sugiram atenção do poder público ao tema.

Quadro 1 - Notícias Analisadas em 2016

Elementos Regulares	Exemplos de enunciados
O migrante porta-voz	➢ "O Alessander diz que não tem casa..." (I) ➢ "O venezuelano Javier quer visto permanente..." (I)
Oficialismo	➢ "O governo de Roraima não informou de forma detalhada..." (II) ➢ "Dados divulgados pela PF mostram..." (II) ➢ "A prefeitura de Boa Vista informou que..." (I) ➢ "Em nota, o Ministério da Justiça e cidadania disse que…" (I)
Objetificação do migrante	➢ "A migração econômica em massa vinda de um país..." (II) ➢ "Os pedidos de refúgio de venezuelanos cresceram mais de 7.000% nos últimos dois anos" (II) ➢ "Cerca de 200 venezuelanos que viviam irregularmente" (II) ➢ "Roraima recebeu mais de 25 mil venezuelanos nos últimos 6 meses" (I)
Porta-voz do especialista	➢ "...destaca Gustavo Frota, professor de relações internacionais" (I) ➢ "Equipe se reuniu com o governo..." (II)
Instituições públicas: assistencialistas	➢ "a inclusão em projetos sociais depende da regularização dos venezuelanos" (I) ➢ "a primeira questão abordada pelo Ministério será as demandas de refúgio" (II) ➢ "No local, eles dormem, descansam, comem e tudo que trouxeram da Venezuela está exposto..." (I)
	➢ "Nove mulheres venezuelanas eram mantidas sob cárcere privado e obrigadas a trocar sexo por

Pobreza crônica	comida...”(I) ➢ “São famílias inteiras em busca de comida” (I) ➢ “não tem casa e nem para onde ir com o filho” (I) ➢ “Quem vem para o Brasil tenta sobreviver com esmolas e pequenos serviços” (I)
O migrante excluído da sociedade	➢ “Não há nenhum centro específico para atendimento a esses migrantes” (I) ➢ “... a gente não tem nenhum tipo de treinamento para as pessoas que tão ali na ponta oferecendo os serviços públicos” (I) ➢ “Em Roraima não existem programas sociais destinados aos imigrantes” (I)
Narrativização em 3ª pessoa	➢ “No local, eles dormem, descansam, comem e tudo que trouxeram da Venezuela está exposto” (I) ➢ “Uns chegam sozinho, outros em grupo...” (I) ➢ “Entretanto, existem outras possibilidades de que migrante permaneça legalmente...” (II)
Desconhecimento do fluxo migratório	➢ “as visitas são importantes para que as entidades possam conhecer a realidade...” (II) ➢ “Precisamos conhecer a situação específica da região fronteiriça...” (II) ➢ “O governo de Roraima não informou de forma detalhada o que a comitiva fará no município” (II)
União de autoridades pela resolutividade	➢ “... buscará os governos da região Norte do país para tomar medidas adequadas à recepção dos venezuelanos” (I) ➢ “MJ e ONU enviam equipe a cidade de RR na fronteira com a Venezuela” (II) ➢ “Com membros do Conare e PF, comitiva analisará situação migratória” (II)
Reivindicação do discurso jurídico	➢ “...centenas de venezuelanos em situação irregular foram deportados do estado” ➢ “cerca de 200 venezuelanos que viviam irregularmente em Pacaraima...” (I) ➢ “...espera amparo na lei para ficar de forma mais

	digna no Brasil” (I)
Migrante em fuga	➢ “Todos fugindo da crise econômica na Venezuela” (I) ➢ “...tentam permissão para ficar no Brasil” (I)

Fonte: Marco Paulo Bastos Souto Vieira Sales

3.2. NOTÍCIAS DE 2017

Na publicação do Portal G1: “Em Boa Vista, venezuelanos lotam PF para tentar trabalhar no Brasil”, a notícia – publicada em 20 de março de 2017 - tem como foco principal relatar o fluxo migratório dos venezuelanos em terras tupiniquins, pela fronteira por Roraima. A própria manchete expressa um posicionamento discursivo favorável a entrada destes migrantes ao sugerir que se trata de um povo trabalhador, embora desprovido de oportunidades laborais quando o texto evoca: “tentar trabalhar no Brasil”.

Ao longo do texto fica pressuposto o uso do recurso semântico hiperbólico do jornalista ao coisificar os imigrantes, sobretudo, quando propõe a quantificar o contingente de venezuelanos que chegam ao país, como é possível observar nos seguintes excertos: “venezuelanos lotam PF”; “milhares de venezuelanos tem ido para Roraima”, “A Polícia Federal montou uma força-tarefa para dar conta de tanta gente”, “mil venezuelanos já pediram refúgio no Brasil”, “os pedidos se acumulam”.

Estes fragmentos constituem uma regularidade discursiva, conforme assevera Foucault (2008), na medida em que expressa o sentido exagerado da quantificação destes imigrantes a partir da seleção dos itens lexicais que causam estes efeitos de sentido. Ademais, nota-se que a reportagem omite outros dados sujeitos a causar o efeito comparativo, como por exemplo, trazer informações a respeito dos números de imigrantes que entram em outros países da Europa ou da América do Norte e comparar com o Brasil.

Sendo assim, a quantificação meramente exposta, apenas com os dados imprecisos e legitimados - tendo a Polícia Federal como fonte -, silencia possíveis comparações e implica no deslizamento de sentido hiperbólico dos enunciados produzidos. Quando o enunciador coloca em funcionamento o seguinte enunciado: “A Polícia Federal montou uma força-tarefa para dar conta de tanta gente”, implica

em dizer que, a quantidade de entrada destes migrantes é tão grande que saiu do controle das autoridades, embora as instituições públicas - como a Polícia Federal – tenham buscado reforçar o efetivo, sobretudo, quando o enunciador recorre ao uso do vocábulo “força-tarefa”, uma catacrese com o sentido daquilo que é volumoso, intenso ou reforçado.

Igualmente, a mídia vai construindo ao longo da narrativa a imagem do migrante venezuelano como um sujeito pobre e destituído das condições mínimas de sobrevivência. A seleção de vocábulos expressa este sentido, como consta nos sintagmas: “faltam alimentos, remédios, empregos”; “sem pagar nada”; “sem clientes e perspectivas”; “dá pra você comer”; “ganhar em média R$20 por dia”; “a pobreza atinge 81% dos lares do país”; “situação de mais extrema, pobreza e de mais extrema vulnerabilidade econômica”. Estes enunciados formam imaginariamente a ideia de que todos os venezuelanos que chegam ao Brasil são pobres, ainda que os fragmentos não explicitem esta generalização, mas a forma em que a narrativa vai se construindo sugere este rótulo.

Quando o enunciado produzido afirma “A Polícia Federal montou uma força-tarefa para dar conta de tanta gente”, implica em dizer que a quantidade de entrada destes migrantes é tão grande que saiu do controle das autoridades, embora as instituições públicas - como a Polícia Federal – tenham buscado reforçar o efetivo, sobretudo, quando o enunciador recorre ao uso do vocábulo “força-tarefa”.

Além do mais, o migrante venezuelano é retratado como um sujeito que busca fugir ou escapar de algo, possivelmente das condições políticas ou econômicas da Venezuela. Esta constatação está contida nas seguintes discursivizações: “O refúgio é uma proteção para quem sofre perseguição ou teve os direitos humanos violados no país de origem”; “o país vive um esquema de perseguição e violação dos direitos humanos”; “Pessoas diferentes que fugiram do mesmo problema: a crise econômica na Venezuela”; “querem se refugiar no Brasil”. São quatro enunciados apresentados de forma distinta, mas com a mesma regularidade de sentido que aqui constitui a imagem do migrante como um sujeito em fuga. Estes enunciados, Foucault (2008) defende que são dispersos, embora apresentem regularidades de sentido ao serem materializados discursivamente.

As fontes de informação também contribuem para a sustentação desta formação discursiva. O autor evoca a voz de um migrante para legitimar a afirmação de que se trata de indivíduos em condição de pobreza. Quando a narrativazação endossa o fato desta fonte ter sido um microempresário, o jornalista que escreveu a matéria trabalha com a formação do imaginário, posto que, a imagem compartilhada socialmente do empresário é de alguém bem sucedido, vestido com roupas caras e detentor de alta renda. Mas agora, na atual conjuntura, está vendendo bebidas na rua. Desta feita, a narrativização recorre às relações interdiscursivas as quais representa sobre o empobrecimento, visto que, no imaginário social o ambulante é visto como alguém que busca, no subemprego um meio de conseguir recursos, para a sobrevivência urgente e imediata.

As formações imaginárias também são articuladas quando a mídia traz para a narrativa a voz do secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), na busca para a explicação do fenômeno migratório na região. É concedida voz também ao delegado da Polícia Federal, representando esta instituição, para explicar sobre o acolhimento destes migrantes e a um professor que é pesquisador de direito internacional da Universidade Federal de Roraima na tentativa de justificar a indocumentação destes migrantes.

A posição-sujeito em que os três representantes das instituições ocupam na sociedade interpela o sujeito de modo a autorizar a materialização dos discursos proferidos e os pontos de vista defendidos para conseguir a adesão do outro a compartilhar as mesmas convicções. Possivelmente, por exemplo, a legitimidade seria comprometida se o professor de direito internacional fosse silenciado nesta reportagem e em seu lugar, o veículo de comunicação tivesse trazido a voz de um biólogo pesquisador. Ao mesmo tempo em que outros enunciados seriam produzidos com efeitos de sentidos diversos ao que foi apresentado nesta narrativa jornalística se a mídia evocasse a voz de alguma autoridade diplomática do Oriente ou até mesmo da Venezuela, e assim, preterisse o diplomata da OEA.

A materialidade destes discursos apresenta singularidades, conforme a posição-sujeito do enunciador-interlocutor, porque os representantes destas instituições estão assujeitados ideologicamente em conformidade às formações discursivas que estão inscritos: o professor, por exemplo, está assujeitado ao

discurso da ciência do campo do Direito Internacional e ao ser atravessado pelo interdiscurso desta ciência reproduz os enunciados dos conteúdos que estudou; o diplomata da OEA é atravessado pelos interesses da instituição e a Polícia Federal está alinhada aos discursos defendidos pelos órgãos de segurança nacional do Brasil, incluindo o Ministério da Justiça, a quem - nesta mesma reportagem – o autor do texto cita ao explicar sobre os procedimentos de concessão das solicitações de refúgio.

Para esta pesquisa, neste mesmo ano, trazemos a notícia publicada pelo Portal G1 Roraima, com o texto produzido por um jornalista local denominado: "Número de pedidos de refúgio de venezuelanos em 2017 já é mais que o dobro que o de 2016 em Roraima". A informação circulou nos meios midiáticos em 15 de junho de 2017. Igualmente, a narrativização busca detalhar informações acerca do fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil, incluindo dados estatísticos e gráficos.

Por um lado, se para Simões (2018) historicamente são os brasileiros que costumam cruzar a fronteira para a Venezuela e que os Estados Unidos e a Europa são os destinos mais procurados pelos migrantes sul-americanos, conforme assinalam Rodrigues e Vasconcelos (2012), por outro, na imprensa brasileira o deslizamento de sentido provocado pelos enunciados suscitam o alastramento e o predomínio de migrantes venezuelanos pelo território nacional.

A formação imaginária de que os migrantes venezuelanos tem se propagado com força, de modo massificado, pelo Brasil aparece nas seguintes produções enunciativas: “a quantidade de solicitações de refúgio feitas em 2017 em Roraima já é consideravelmente maior do que a registrada em todo o ano passado”; “Desde 2015 tem aumentado sucessivamente o número de solicitações de refúgio”; “O Ministério da Justiça também aponta um aumento sensível no número de pedidos de refúgio de venezuelanos em todo Brasil”; “a quantidade de solicitações já tinha dobrado”; os vocábulos “aumento”, “aumentado”, “maior” e “dobrado”, além de quantificar também expressam o sentido hiperbólico devido ao uso dos superlativos e numerais que provocam o este deslizamento de sentido quando se referem a entrada dos migrantes venezuelanos no Brasil.

Para legitimar a formação discursiva que o sujeito enunciador se inscreve, o interlocutor recorre às fontes de informação e ao arquivo de um campo do saber

discursivo, como é possível verificar no enunciado: “Ela é destinada a cidadãos de países que não integram o Mercosul, mas fazem fronteira com o Brasil”, se referindo às solicitações de residência temporária. Neste fragmento, é possível identificar a articulação do discurso jurídico do campo do saber do Direito Internacional.

Igualmente, o arquivo do discurso jurídico aparece novamente no ressoar da fala do professor da Universidade Federal de Roraima, aparecendo na discursivização como um porta-voz do discurso, de modo a legitimar as afirmações ou as formações discursivas que o narrador se inscreve. “Obviamente, há pessoas que entraram irregularmente no Brasil, mas particularmente não acho que os irregulares sejam muitos, até porque eles têm feito o pedido de refúgio para fins de obtenção de documentação e acesso aos serviços de saúde, por exemplo”. Nota-se que neste fragmento, o assujeitamento ideológico da fonte de informação recorre, uma vez mais, ao discurso do campo do saber do Direito Internacional, na produção da fala. Igualmente, quando é concedida voz para analisar o cenário deste movimento migratório, o professor lança mão, interdiscursivamente, do que é produzido neste campo do saber jurídico. Ademais, ele aparece como o porta-voz do discurso, devido a sua posição-sujeito, enquanto especialista e estudioso do fenômeno migratório.

Embora, afirme que existam migrantes com melhores condições de vida ao mencionar que “os mais abastados, se mudam para o Amazonas ou São Paulo”, o interlocutor - que trabalha na imprensa local - sugere que estes migrantes venezuelanos, em grande parte, são pobres e destituídos de condições mínimas para a sobrevivência, como podem ser identificado nos trechos: “com poucos recursos econômicos, muitos venezuelanos se instalam em Boa Vista”; “muitos dos que vem para Boa Vista buscam moradia em um abrigo provisório”; “o abrigo provisório funciona em um ginásio poliesportivo com problemas estruturais, mas oferece comida e atrai muitos venezuelanos”.

Estas formas de se dizer,citadas anteriormente, implicam na formação imaginária do sujeito imigrante como alguém acometido pela situação de extrema pobreza. “Ao reivindicar os vocábulos: “comida”, abrigo”, “moradia”, “poucos recursos”, “problemas estruturais”, vai constituindo explicitamente a imagem do imigrante venezuelano como um indivíduo inerte a condição de miserabilidade, que

por sua vez é reforçada pela regularidade de sentidos vistos nos seguintes enunciados: “Alguns só estão interessados em comprar comida e voltar para o país de origem, provocando uma verdadeira corrida por alimentos na cidade”; “Outros decidem se tornar moradores de Pacaraíma e ficam em situação de rua, chegando até mesmo viver dentro de banheiros públicos junto com dezenas de conterrâneos”; “Lá até dá para conseguir emprego, mas o dinheiro não alcança os preços”; “Antes de se mudar para a capital de Roraima, viveu nas ruas de Pacaraíma por meses”.

Os dados estatísticos apresentando números são corriqueiros nas reportagens jornalísticas para defender a formação discursivacom que o jornalista/enunciador ou o veículo midiático se inscreve. Nesta reportagem do G1 Roraima, por exemplo, o enunciador busca legitimar o seu dizer, ao explanar números cedidos pelas instituições oficiais como a Polícia Federal, o Ministério da Justiça e o Conare, além de outras instituições que fornecem informações complementares, como a Defesa Civil de Roraima, a Secretaria da Casa Civil da Presidência da República e o ACNUR. O oficialismo, além de ser proposto como uma espécie de porta-voz do discurso é utilizado como uma forma de respaldar a notícia ou, as afirmações do produto midiático no processo de legitimação das alegações ou narrativizações construídas pela imprensa, assim, o jornalista, ao mesmo tempo que faz afirmações, busca se eximir do que está dizendo e credita as afirmações postas às suas fontes de informação, que por sua vez, interpela o outro pelo conteúdo apresentado, dado as formações imaginárias deste outro.

Assim, não seria exagero recorrer ao exemplo dos migrantes venezuelanos que para retratá-los como sujeitos inertes a uma condição de miserabilidade, o jornalista busca legitimar esta situação como se fosse um retrato fiel da verdade ou da realidade vivenciada por todos os refugiados, ao estabelecer esta relação com a sua fonte de informação - que neste caso são alguns destes migrantes - que narra o que sente ou aquilo que experienciou durante o movimento migratório e, desta forma, provoca os efeitos de sentido inclinados para os aspectos ideológicos aliados à formação discursiva a qual o autor do texto se inscreve.

Quadro 2 - Notícias Analisadas em 2017

Elementos Regulares	Exemplos de enunciados

Migrante trabalhador/empregos de baixa qualificação	➢ "...venezuelanos lotam PF para tentar trabalhar no Brasil" (I) ➢ "...eles buscam regularizar a documentação no Brasil para conseguir trabalho" (I) ➢ "Quem vê o Alejandro vendendo bebidas de carro em carro não imagina que ele era um microempresário na Venezuela" (I) ➢ "Eu vou voltar a trabalhar e dar melhor vida para os meus filhos" (I) ➢ "O pintor profissional Erison Herrera, de 42 anos, foi um dos venezuelanos que recentemente pediu refúgio à PF em Roraima" (II) ➢ "Cuidadora de idosos e babá, ela diz que não pensa em voltar para a Venezuela..." (II)
Efeito hiperbólico da chegada	➢ "PF montou força-tarefa com policiais de outros estados para dar conta" (I) ➢ "Cidadãos venezuelanos estão lotando a superintendência da Polícia Federal em Boa Vista todos os dias" (I) ➢ "A Venezuela enfrenta uma crise econômica que se agravou..." (I) ➢ "Aqui pelo menos com uma moeda, dá pra você comer" (I)
Objetificação do migrante	➢ "...mil venezuelanos já pediram refúgio no Brasil e outros cinco mil ainda aguardam para entregar a documentação" (II) ➢ "...a Polícia Federal em Roraima recebeu 3.500 solicitações de refúgio de venezuelanos a mais do que todo ano de 2016" (II) ➢ "...a Polícia Federal no estado já recebeu 5.787 pedidos de venezuelanos querendo refúgio, cerca de 3.500 a mais do que em todo ano de 2016" (II) ➢ "...pouco mais de dois mil venezuelanos fizeram o pedido, representando um aumento de

	159%” (II)
Migrante em fuga	➢ “Pessoas diferentes que fugiram do mesmo problema...” (I) ➢ “...eles têm algo mais em comum: querem se refugiar no Brasil” (I) ➢ “O refúgio é uma proteção para quem sofreu perseguição...” (I) ➢ “...venezuelanos querendo refúgio...” (II)
Pobreza crônica	➢ “...a pobreza atinge 81% dos lares do país” (I) ➢ “Faltam alimentos, remédios, empregos” (I) ➢ “...pra alguns desses migrantes em situação de mais extrema pobreza, e de mais extrema vulnerabilidade econômica” (I) ➢ “Na Venezuela não há comida e nem emprego” (II) ➢ “Lá até dá para conseguir emprego, mas o dinheiro não alcança os preços” (II) ➢ “Alguns só estão interessados em comprar comida e voltar para o país de origem, provocando uma verdadeira corrida por alimentos na cidade” (II) ➢ “...ficam em situação de rua, chegando até mesmo a viver dentro de banheiros públicos junto com dezenas de conterrâneos” (II)
Migrante porta-voz	➢ “...diz a venezuelana que vivia em Cumaná, no estado de Sucre” (II) ➢ “...O pintor profissional Erison Herrera, de 42 anos, foi um dos venezuelanos que recentemente pediu refúgio à PF em Roraima [...], diz” (II)
	➢ “...segundo a Casa Civil da Presidência da República informou no mês de maio, em visita ao estado” (II) ➢ “De acordo com a Polícia Federal em

Oficialismo	Roraima...” (II) ➢ “O Ministério da Justiça também aponta...” (II) ➢ “...o número de solicitações de refúgio recebidos pela PF....” (II) ➢ “....disse Alan Robson, delegado da Polícia Federal de Roraima” (I)
Especialista como porta-voz	➢ “Um estudo de uma universidade venezuelana aponta que...” (I) ➢ “Para o professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e especialista em questões fronteiriças...” (II) ➢ “...diz Gustavo Frota, professor de direito internacional da Universidade Federal de Roraima” (I)
Narrativização em 3ª pessoa	➢ “...eles buscam regularizar a documentação no Brasil para conseguir trabalho” (I) ➢ “Dados levantados nessa terça-feira (13) a pedido do G1...” (II) ➢ “O G1 solicitou o total de pedidos e de solicitações de residência temporária feitas em todo país...” (II) ➢ “No entendimento dele, no entanto...” (II)
Reivindicação do discurso jurídico	➢ “...há pessoas que entraram irregularmente no Brasil” (II) ➢ “O pedido de refúgio é o caminho mais rápido e seguro para legalizar a situação no Brasil...” (II) ➢ “...o país vive um esquema de perseguição e violação dos direitos humanos” (I) ➢ “Os julgamentos têm demorado mais de um ano e os pedidos se acumulam” (I) ➢ “...eles buscam regularizar a documentação no Brasil...” (I)

Fonte: Marco Paulo Bastos Souto Vieira Sales

3.3. NOTÍCIAS DE 2018

As notícias selecionadas desta época para esta pesquisa coincidem com o período pós-implantação da Operação Acolhida, implantado pelo Governo Federal como forma de assegurar as condições humanitárias de estabelecimento dos migrantes e refugiados venezuelanos no Brasil. Por conseguinte, neste lapso temporal, circulou nos veículos midiáticos a seguinte publicação do site G1 Roraima, “Hostilizados nas cidades, venezuelanos buscam abrigo em aldeias indígenas de Roraima” (notícia 01).

Neste texto, mais uma vez, fica perceptível a objetificação do migrante venezuelano, quando o autor busca mensurar em números o quantitativo de venezuelanos morando em pequenas comunidades do interior do Brasil, também com o uso de verbos que caracterizam o sentido da coisificação, entre eles o verbo “separar”, “interpor” e “concentrar”. Como pode ser visto nos seguintes fragmentos: “centenas de migrantes estão morando nas comunidades”; “centenas de migrantes que fogem do colapso econômico na Venezuela estão buscando abrigo em comunidades indígenas do lado brasileiro da fronteira”; “fronteiras separaram etnias ou se interpuseram entre grupos que mantinham relações de aliança” e em “[...] os venezuelanos tem se concentrado nas terras indígenas, Araçá e São Marcos, em Roraima”.

A notícia suscita a discriminação, marginalização e xenofobia ao retratar o migrante venezuelano como alguém que comete atos ilícitos e indesejados pelos nativos. O vocábulo “temem”, por exemplo, aparece duas vezes na mesma reportagem constituindo o sentido de aflição e medo aos nativos pressupondo que em decorrência da presença de forasteiros que são os migrantes. Destarte, a discursivização ao longo do texto sugere o migrante como um sujeito transgressor das leis ou da ordem social e suscita a existência de dualidades entre nativos e imigrantes.

Essa discriminação aos imigrantes está presente nos seguintes enunciados: “Hostilizados nas cidades, venezuelanos buscam abrigo em aldeias indígenas de Roraima” em que o vocábulo “hostilizado” causa este efeito de sentido; “crescem as

tensões entre venezuelanos e brasileiros em cidades – que culminaram com conflitos em Pacaraima (RR) há duas semanas” em que os vocábulos “tensões” e “conflitos” carregam o interdiscurso de combate e ruptura. Nota-se a existência do sentido da dualidade entre imigrantes e população local nesta prática discursiva.

Quando o jornalista enuncia: “moradores queimaram pertences de migrantes após uma tentativa de assalto, atribuída à estrangeira na véspera” implica em dizer que há a existência de vingança dos nativos em destruir pertences dos imigrantes e, ainda, suscita que os conflitos se deflagram por causa da presença deste outro que vem de fora para praticar ilicitudes. Mais uma vez há a presença marcante do elemento regulador da dualidade entre imigrantes e nativos e suscita a discriminação ou exclusão daquele que vem de fora.

A marginalização do imigrante também aparece na produção do enunciado: “as comunidades estão preocupadas com o trânsito de pessoas ligadas ao crime organizado e o aumento de roubos e furtos nas aldeias”, embora não afirmem que os crimes sejam cometidos pelos venezuelanos, os demais elementos presentes na reportagem pressupõe que estes crimes estejam relacionados com os imigrantes, sobretudo, em virtude do aparecimento do item lexical “trânsito de pessoas” que remete a uma memória discursiva do movimento migratório, posto que quem esteja em movimento, obviamente, está em trânsito. Assim, a prática discursiva apresenta mais uma vez o elemento regulador do migrante transgressor da lei ou da ordem social.

Igualmente, no trecho: “o Exército apreendeu meia tonelada de maconha num barco de Santa Isabel do Rio Negro, município vizinho de São Gabriel e também na fronteira com a Venezuela”, há a incidência do mesmo fenômeno discursivo, ou seja, embora não esteja explícito em termos estritamente linguísticos a culpabilização pelo aumento do tráfico aos imigrantes, este enunciado suscita que o aumento da entrada dos venezuelanos no país esteja diretamente relacionado ao crescimento do tráfico. Seguindo esta lógica, a discursivização mais uma vez apresenta a regularidade do elemento migrante transgressor.

A formação discursiva de contrariedade à presença dos migrantes vai se constituindo ao longo da reportagem, como no trecho: “muitos moradores estão descontentes com a movimentação dos estrangeiros e com seu impacto sobre os

serviços públicos. Temem, ainda, que os venezuelanos jamais deixem o território". O que reforça a rejeição dos nativos a presença dos imigrantes, ao mesmo tempo em que a mídia responsabiliza o contingente de migrantes como fator principal de sobrecarga do atendimento aos serviços públicos básicos, como se não houvesse esta sobrecarga antes de a entrada dos venezuelanos e, assim, a discursivização consolida a exclusão e a discriminação ao migrante.

Igualmente, a reportagem constrói a imagem dos venezuelanos com a de um ser que atrai doenças para o Brasil, este efeito de sentido está marcado nos enunciados: "Muitos temem que os venezuelanos tragam doenças para as aldeias" e em "Mais de 200 casos de sarampo foram registrados neste ano em Roraima – a maioria entre venezuelanos". É importante notar que essa constituição de sentido é engendrada por uma fonte indeterminada ("muitos").Seguindo este raciocínio, possivelmente, ao suscitar que os venezuelanos são hospedeiros de doenças, tal acepção implica na interincompreensão de que o enunciador busca responsabilizá-los pela sobrecarga nos serviços públicos básicos, como é o caso dos atendimentos de saúde. Ademais, o efeito de sentido provocado suscita o imigrante como parasita das mais diversas enfermidades.

Para legitimar o posicionamento discursivo de rejeição ou exclusão relativo à presença dos migrantes - incluindo os indígenas da etnia Warao – o enunciador busca trazer ao texto a voz de líderes indígenas da região para dizer o que pensam a respeito deste fluxo migratório. Quando a fonte de informação destaca: "Não queremos expulsar os irmãos venezuelanos, muito menos os parentes, mas deslocamentos grandes e não planejados provocam problemas", esta afirmação implica em dizer que a presença dos imigrantes naquela região é indesejada, embora o acolhimento seja necessário.

Outro trecho em que isto fica palpável ocorre nesta passagem em que o enunciador coloca uma afirmação creditando a veracidade à sua fonte, que por sua vez, legitima as argumentações devido a posição-sujeito que ocupa, ou seja, enquanto liderança indígena: "Ela diz que as comunidades estão incomodadas com a situação". Logo, a regularidade apresentada sugere a exclusão ou a discriminação dos venezuelanos, possivelmente devido a interpelação do sujeito, pois no seu

imaginário o venezuelano é visto como este outro que vem de fora e que não pertence a esta coletividade.

A construção da imagem do migrante venezuelano nesta reportagem está relacionada à formação do imaginário de um indivíduo empobrecido, sem residência fixa, condicionado ao subemprego e que busca fugir ou escapar de algo ou alguma coisa. Estas inferências são perceptíveis devido a regularidade de sentido de alguns enunciados, tais como: “centenas de migrantes que fogem do colapso econômico na Venezuela estão buscando abrigo em comunidades indígenas do lado brasileiro da fronteira”; os venezuelanos estão dormindo nas casas dos moradores, com quem negociam os termos da estadia”; “os estrangeiros se comprometem a ajudar com os trabalhos na roça ou outras atividades durante a permanência”; “não têm mais dinheiro para comprar comida”, são sentidos que cristalizam a imagem de um indivíduo destituído das condições mínimas de sobrevivência.

Ademais, a narrativização recorre aos vocábulos que causam o efeito de sentido do elemento regulador de descontrole crônico quando se refere ao fluxo migratório, como é o caso de “centenas de migrantes que fogem ao colapso econômico na Venezuela”; “processo intensificado nos últimos meses”; “pedindo um controle mais rígido na fronteira”, “um pequeno grupo de indígenas protestou”; “conforme a crise na Venezuela se acirrou”; e em “um aumento do fluxo migratório nos distritos sanitários de Yanomami e Alto Rio Negro”.

Nesta mesma perspectiva, em âmbito nacional, a notícia que circulou em agosto de 2018 pela BBC News: “ONU diz que crise migratória na Venezuela está quase no nível de fluxo de refugiados no Mediterrâneo”, é possível perceber a mesma regularidade de sentido de descontrole crônico no que se refere ao fluxo migratório. A reportagem utiliza, em pelo menos cinco ocasiões, o vocábulo “crise” que ajuda a construir este efeito de sentido de existência daquilo que é descontrolável. Como elencado nos fragmentos a seguir:“ONU diz que crise migratória na Venezuela já está quase no nível de fluxo de refugiados no Mediterrâneo”; “Homens, mulheres e crianças tentam entrar em países vizinhos para escapar da crise econômica que piorou na Venezuela desde 2015” (1); “[...] a Venezuela está caminhando para o mesmo ‘momento de crise’ de refugiados vistos no Mediterrâneo” (2); “Isto está caminhando para um momento de crise que já vimos

em outras partes do mundo, particularmente no Mediterrâneo” (3); “Uma situação difícil pode se tornar uma situação de crise muito rapidamente, e temos de estar preparados” (4); “O secretário-geral da ONU, Antônio Guterres, vai montar uma equipe especial da organização para coordenar uma resposta regional à crise” (5).

Sendo assim, nos enunciados (1), (2) e (3), o interlocutor recorre a uma memória discursiva de um acontecimento passado, embora recente, que foi o fluxo de migrantes do Oriente Médio para a Europa durante os conflitos da Primavera Árabe, ao mesmo tempo em que suscita uma comparação da migração venezuelana com o movimento migratório ocorrido em uma conjuntura de guerra ou conflitos armados.

No enunciado (5) está presente o oficialismo do discurso jornalístico, em que o jornalista traz uma informação legitimando as afirmações postas, ao creditá-la à fonte de informação – neste caso uma fonte oficial que é uma organização internacional, representada por aquele que ocupa o principal cargo da instituição que é o secretário-geral da ONU. Logo, o enunciadorinterpela o outro pelo discurso oficial como forma buscar a adesão à formação discursiva que pretende inscrever-se.

Seguindo esta lógica, o Antônio Guterres só aparece como fonte legitimada da informação devido a posição-sujeito que ocupa, ou seja, um diplomata que representa uma organização internacional cujo objetivo principal é a manutenção da paz mundial. Se o Antônio Guterres ocupasse outro cargo, como por exemplo, presidência de Portugal – país onde nasceu – possivelmente não apareceria como fonte de informação do jornalista nesta reportagem e neste contexto de fala. Mesmo que Antônio Guterres fosse procurado como fonte de informação, outros enunciados poderiam ser materializados em conformidade com o assujeitamento ideológico que estaria inscrito em razão dos interesses que defende e do cargo que ocupa.

Ao adjetivar o fluxo migratório de venezuelanos, o enunciador também causa o efeito de sentido do descontrole, como estabelece no trecho: “O alerta compara a forte imigração de venezuelanos com a registrada em direção à Europa”, em que mais uma vez o interlocutor procura maximizar este fluxo através do adjetivo “forte” e relacionar o movimento migratório atual com a memória discursiva do passado

recente vivenciado na Primavera Árabe, em que civis deixaram suas terras natais forçadamente em virtude dos conflitos armados no Oriente Médio.

Contudo, o texto estabelece uma regularidade de sentidos ligados a relação de coisificação ou objetificação ao fazer referência aos imigrantes venezuelanos, pois, a mídia procura mensurar o quantitativo de migrantes ou refugiados que entram no país, ou ainda, que buscam regularizar a documentação reivindicando vocábulos numerais. Esta relação ocorre de forma similar a um objeto qualquer, como pode ser destacado nos excertos: “2,3 milhões de venezuelanos já deixaram o país em meio à essa situação, que piorou significativamente a partir de 2015”; “Estima-se que pelo menos 50 mil deles, ou 2%, tenham se fixado apenas no Brasil, até abril de 2018, um aumento de mais de 1000% em relação a 2015”; Cardoletti acrescentou que a Colômbia cadastrou e regularizou mais de 450 mil venezuelanos. A ONU estima que mais de 870 mil venezuelanos estejam na Colômbia [...]”; “Apenas esse ponto tem registrado cerca de 3 mil chegadas de imigrantes por dia nas últimas semanas”; “Mais de 2,5 mil pessoas entraram a pequena cidade fronteiriça peruana de Águas Verdes na sexta-feira, com outras milhares tentando chegar ao país...”; Número de venezuelanos cruzando a fronteira com o Brasil cresceu mais de 1000% em três anos...”.Nota-se o uso de verbos relacionados com o efeito de sentido objetificador, tais como “fixado”, “deixaram”, “cadastrou”, “regularizou”, “registrado”, “entram” e “cruzando”.

Não obstante, os imigrantes venezuelanos aqui são retratados como sujeitos pobres, condicionados a um estado de extrema miserabilidade e, ao mesmo tempo, evadem de algo ou alguma coisa. Esta retratação ocorre de forma holística, ou seja, a imprensa generaliza esta imagem do venezuelano em deslocamento e interpela o outro através da construção das formações imaginárias relacionadas a pobreza crônica e evasão. Esta relação pode ser demonstrada nos enunciados: “[...] em fuga de guerras, dificuldades econômicas e de outros conflitos em suas regiões de origem” (em proposição aos movimentos migratórios); “No caso da Venezuela, problemas como inflação nas alturas, escassez de alimentos, remédios e produtos básicos tem sido os principais impulsos”; “O que estamos vendo é um continente que tem aberto suas portas para as pessoas que estão fugindo e que precisam de apoio”; “O número leva em conta pedidos de asilo e residência”.

Alguns enunciados provocam o efeito de sentido que suscita uma formação discursiva xenofóbica, discriminatória e excludente, como pode ser visto nas seguintes enunciados produzidos pelo discurso da notícia: “disparou nos últimos anos e levou os países de destino a levantarem barreiras ou a endurecerem as regras de entrada em seus territórios”; “O Estado de Roraima, na região amazônica do Brasil, tentou fechar a fronteira [...]. “A cidade foi palco de um conflito violento há uma semana, quando moradores expulsaram venezuelanos que estavam nas ruas da cidade e também queimaram seus pertences”; “governos buscam aumentar o controle de entrada dos imigrantes”; “No Peru, regulamentos de fronteira mais rigorosos entraram em vigor no sábado”; “[...] uma tentativa do Equador de fortalecer seus mecanismos de controle ser anulada judicialmente”; “os venezuelanos precisarão ter passaportes válidos para entrar no país”.

Assim como foi visto nas outras reportagens, é possível observar nos contextos de fala o ressoar do interdiscurso produzido pelos discursos jurídicos, apresentado de forma latente no trecho: “um juiz considerou que exigir que os venezuelanos tenham passaportes válidos quebra acordos regionais sobre liberdade de movimentação”, em que este enunciado carrega o discurso do campo do saber do Direito Internacional. Aliás, elementos do discurso jurídico são reivindicados como forma de contextualização, justificativa ou contraposições de medidas adotadas por instituições oficiais.

Portanto, nesta reportagem, fica explícita a reivindicação da imprensa ao interdiscurso da história, das memórias discursivas das guerras e dos conflitos armados que estimulam os deslocamentos forçados e são retomados para uma nova contextualização direcionada ao movimento migratório venezuelano, colocado imaginariamente pela comparação entre cenários: um experienciado em um passado recente e outro vivenciado no contexto de fala do presente e, que, permitem ao narrador apontar analogias ou semelhanças às conjunturas possíveis de um cenário conflituoso, como: desemprego, miséria, falta de moradia, doenças, hostilizações, preconceitos, fuga e adesão a práticas de atos clandestinos do ponto de vista de um regramento jurídico.

Quadro 3 - Notícias Analisadas em 2018

Elementos Regulares	Exemplos de enunciados
Objetificação do migrante	➢ "...25 indígenas venezuelanos da etnia warao se deslocaram até o Pará..." (I) ➢ "...2,3 milhões de venezuelanos já deixaram o país..." (II) ➢ "Centenas de milhares de venezuelanos já fugiram para o Peru" (II) ➢ "Ande dois quarteirões e você verá dez venezuelanos, ande mais dois e verá dez venezuelanos..." (II) ➢ "A Colômbia cadastrou e regularizou mais de 450 mil venezuelanos" (II)
Migrante transgressor	➢ "...uma tentativa de assalto atribuída a estrangeiros na véspera" (I) ➢ "... as comunidades da região estão preocupadas com o trânsito de pessoas ligadas ao crime organizado e o aumento de roubos e furtos nas aldeias" (I) ➢ "crime organizado" (I) ➢ "...o Exército apreendeu meia tonelada de maconha num barco [...], na fronteira com a Venezuela. Acredita-se que a carga estivesse a caminho de Manaus" (I) ➢ "...órgão responsável pela proteção das terras indígenas, não está conseguindo impedir o ingresso de forasteiros" (I) ➢ "A insegurança é geral" (I) ➢ "Nossas comunidades e cidades estão muito vulneráveis" (I)
	➢ Coordenador do CIR (Conselho Indígena de

Oficialismo	Roraima) [...], afirma que... (I) ➢ A Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) [...], disse em nota...” (I) ➢ “O órgão disse em nota...” (I) ➢ “Segundo a Organização Internacional de Migração (OIM, da sigla em inglês) ...” (II) ➢ “O ministro das Relações Exteriores peruano, [...], disse...” ➢ “...a ONU estima que...” (II)
Migrante doente/hospedeiro/parasita	➢ “Muitos temem que os venezuelanos tragam doenças para as aldeias” (I) ➢ “Mais de 200 casos de sarampo foram registrados neste ano em Roraima – a maioria entre venezuelanos” (I) ➢ “...tem notado um aumento no fluxo migratório nos distritos sanitários...” (I) ➢ “O impacto mais significativo para as equipes multidisciplinares de saúde indígena é na realização do bloqueio vacinal e na intensificação da vigilância epidemiológica nesses locais...” (I)
Os indígenas como porta-voz	➢ “...Edinho Macuxi afirma que...” (I) ➢ “...Três organizações indígenas de Roraima [...] se declararam a favor da proposta...” (I) ➢ “...diz à BBC a ativista indígena Telma Taurepang...” (I) ➢ “Nós indígenas, não temos fronteiras...” (I)
Pobreza crônica/empregos de baixa qualificação	➢ “...os venezuelanos estão dormindo nas casas dos moradores, com quem negociam os termos de estadia” (I) ➢ “...se comprometem a ajudar com os trabalhos na roça ou outras atividades durante a permanência...” (I) ➢ “Eles relatam que a situação do outro lado está muito difícil e não têm mais dinheiro para comprar comida” (I)

	➢ “No caso da Venezuela, problemas como inflação nas alturas, escassez de alimentos, remédios e produtos básicos tem sido os principais impulsos” (II)
Descontrole crônico do fluxo migratório	➢ “... em meio à essa situação, que piorou significativamente a partir de 2015...” (II) ➢ “...um pequeno grupo de indígenas protestou [...], pedindo um controle mais rígido na fronteira” (I) ➢ “...a forte imigração de venezuelanos para países vizinhos...” (II) ➢ “...a Venezuela está caminhando para o mesmo ‘momento de crise’ de refugiados visto no Mediterrâneo em 2015” (II) ➢ “Isso está caminhando para um momento de crise muito rapidamente...” (II) ➢ “...crescem as tensões entre venezuelanos e brasileiros...” (I) ➢ “O clima pode ficar pesado se migrarem mais, porque aí vai virar um caos na questão da saúde” (I)
Migrante em fuga	➢ “....em fuga de guerras, dificuldades econômicas e de outros conflitos” (II) ➢ “Centenas de migrantes que fogem do colapso econômico” (I) ➢ “...2,3 milhões de venezuelanos já deixaram o país...” (II) ➢ “Centenas de milhares de venezuelanos já fugiram para o Peru” (II) ➢ “O que estamos vendo é um continente que tem aberto suas portas para as pessoas que estão fugindo e que precisam de apoio” (II)
	➢ “Em países economicamente pobres, é difícil ajudar mais pessoas com o pouco que existe” (II) ➢ “A cidade foi palco de um conflito violento há uma semana, quando moradores expulsaram venezuelanos que estavam nas ruas da cidade e também queimaram seus pertences” (II)

Exclusão do migrante	➢ “Com as novas regras vigentes, os venezuelanos precisarão ter passaportes válidos para entrar no país” (II) ➢ “Assim como no Brasil, também é possível ver nas ruas peruanas que nem todos os consideram bem vindos” (II) ➢ “...eles estão tirando o emprego dos peruanos. É difícil ajudar mais pessoas” (II) ➢ “...moradores queimaram pertences de migrantes...” (I) ➢ “...muitos moradores estão descontentes com a movimentação dos estrangeiros e com seu impacto sobre os serviços públicos” (I) ➢ “Temem, ainda, que os venezuelanos jamais deixem o território” (I) ➢ “Protestos contra migração” (I) ➢ “...se declararam a favor da proposta da governadora de Roraima, Suely Campos (PP), de fechar a fronteira temporariamente” (I) ➢ “Hostilizados nas cidades, venezuelanos buscam abrigo em aldeias indígenas em Roraima” (I)
Reivindicação do discurso jurídico	➢ “Deslocamentos de indígenas em regiões de fronteira são comuns desde que as linhas que dividem os países sul-americanos cruzaram os territórios desses povos” (I) ➢ “... a sua missão legal de proteger e promover os direitos dos povos indígenas que encontram-se em território brasileiro” (I) ➢ “...tentou fechar a fronteira, mas a proposta foi rejeitada pela Justiça no início deste mês” (II) ➢ “Com as novas regras vigentes, os venezuelanos precisarão ter passaportes válidos para entrar no país” (II) ➢ “O Equador tentou implementar uma lei semelhante” (II)

	➢ "...um juiz considerou que exigir que os venezuelanos tenham passaportes válidos quebra acordos regionais sobre liberdade de movimentação" (II)
Narrativização em 3ª pessoa	➢ "Ela diz que, apesar dos laços históricos com o grupo, as comunidades estão apreensivas" (I) ➢ "Ela diz que as comunidades estão incomodadas com a situação" (I) ➢ "Ela cobra o governo federal a repassar mais recursos..." (I) ➢ "Procurada pela BBC..." (I) ➢ "...disse à agência de notícias AFP que estava..." (II)

Fonte: Marco Paulo Bastos Souto Vieira Sales

3.4 NOTÍCIAS DE 2019

A notícia denominada "Situação de indígenas venezuelanos no Brasil é trágica", diz ACNUR, publicada pelo site G1 Roraima em 05 de setembro de 2019, também circulou durante o contexto sócio histórico que sucedeu a Operação Acolhida.

A narrativização apresentada no texto busca descrever a situação em que os indígenas Waraos, vindos da Venezuela, tem vivenciado desde a chegada ao Brasil e faz referências diretas à Operação Acolhida, política pública adotada pelo Governo Federal de acolhimento migratório.

O texto tece críticas às ações implementadas pelas instituições governamentais e busca legitimar estas afirmações evocando a voz de um diplomata do ACNUR, organização internacional ligada às Nações Unidas, que por sua vez, se torna o porta-voz do discurso que é reproduzido na matéria. Esta investidura que leva a mídia a buscá-lo como fonte de informação se consolida devido a posição-sujeito que o diplomata ocupa, ou seja, o cargo que representa.

Nesta perspectiva, é notório observar que ao ser entrevistado, o diplomata demonstra nos atos de fala o atravessamento ideológico que está assujeitado, como representante de uma instituição internacional que tem como missão principal o amparo aos imigrantes, refugiados e apátridas. Ademais, ele deixa estas marcas latentes no seu modo de dizer e na escolha das palavras a fim de causar os efeitos de sentido inscritos na formação discursiva que defende – uma contraposição às políticas públicas de acolhimento implantadas pelo governo brasileiro, mas isso não necessariamente implica em dizer que faz oposição ao Governo Federal e, sim, a reprovação desta política pública específica de acolhimento que fora instaurada. O diplomata é utilizado pelo interlocutor como um porta-voz para legitimar uma formação discursiva de contraposição a uma Política Externa do governo.

Nesta notícia, há uma intercalação das fontes de informação oficial como agente legitimador do discurso, alternando entre as afirmações do diplomata do ACNUR e os dados apresentados pela ONU, referenciada tão somente enquanto instituição, ou seja, sem a inclusão de um representante da organização. Logo, a ONU é inserida como um porta-voz institucional, ao contrário da inclusão do diplomata que é inserido como um porta-voz personificado, enquanto sujeito empírico, mas investido do cargo que ocupa.

Ademais, possivelmente, o diplomata do Acnur tenha sido escolhido como fonte de informação não somente por visitar e vivenciar o fenômeno migratório *in loco*, como também pelo conhecimento do arcabouço jurídico internacional que pode ter contribuído pelo fato de o interlocutor ter procurado para explicar este fenômeno social uma vez que na narrativização há marcas do discurso jurídico, evocando o interdiscurso do saber do campo do Direito Internacional, como pode ser demonstrado nos trechos: “Os venezuelanos continuam chegando ao Brasil, um dos países da região que mais facilitaram os trâmites burocráticos”; “...embora a América Latina tenha uma tradição de abertura...”; “...solução política próxima...”. Além do mais, a personificação do diplomata causa o efeito de sentido de aproximação, pois a personificação como porta-voz torna as afirmações mais humanizadas e informais comparado às alegações feitas por instituições. Nota-se que na formação ideológica do outro (enquanto sociedade que compartilha os valores tradicionais do Ocidente) que o diplomata seja um pacificador de conflitos e, quando investido de uma agência

internacional voltado a prestar assistência aos imigrantes e refugiados, há a expectativa de que disponha ou estabeleça contato real e direto com estes imigrantes e refugiados em estado de vulnerabilidade.

O elemento regulador de coisificação e/ou objetificação do imigrante venezuelano também aparece nesta reportagem, sendo diretamente percebida pela mensuração dos indígenas Warao que entram pela fronteira. Os numerais e os itens lexicais que representam a quantificação causam este sentido. Em particular, nesta reportagem, estes elementos estão inseridos nos seguintes enunciados produzidos: “[...] quase 1.800 indígenas venezuelanos que migraram para o Brasil [...]”; “Segunda maior população indígena da Venezuela”; “Dois centros para indígenas em Roraima abrigam 1.025 pessoas de diversas etnias, e outros dois no Amazonas, 754 Warao”; “Mas dezenas de indígenas dormem nas ruas [...]”; “[...] a média diária de entrada no país foi de 758 venezuelanos, consideravelmente acima dos 500 registrados em julho”; “A ONU calcula que 3,6 milhões de venezuelanos, 12% da população, deixaram o país desde 2016”; “[...] 168.000 venezuelanos vivem no Brasil, o quinto país da região que recebeu mais imigrantes deste país”; “Roraima tem quase 1.800 indígenas venezuelanos em abrigos”. Mais uma vez, os verbos também reforçam o efeito de sentido da coisificação, como por exemplo, o aparecimento dos verbos “deixaram”, “recebeu”, “ter”, “entrada” e “calcula”.

Outro elemento regulador no discurso midiático se refere a construção da imagem dos imigrantes venezuelanos associada com o imaginário da pobreza, principalmente quando se refere aos indígenas, implicando em um efeito de sentido de empobrecimento crônico que acarreta o adoecimento e o subemprego destes indivíduos. Estes exemplos são possíveis de perceber nos excertos: “Com menos oportunidades de integração e inserção econômica, quase 1.800 indígenas venezuelanos que migraram para o Brasil permanecem, sem expectativas, em abrigos perto da fronteira”; “eles têm menos oportunidades de inclusão econômica, ou social, do que os outros (refugiados)”; “Desnutrição e um elevado índice de HIV complicam a situação”; “as únicas alternativas, além dos abrigos, são a venda de artesanato na rua, ou a mendicância”; “Mas dezenas de indígenas dormem nas ruas e começaram a ocupar espaços públicos no estado do Pará”.

A narrativização suscita que o empobrecimento crônico seja um dos fatores que levam a marginalização dos imigrantes e, embora acolhidos pelos nativos – em que a discursivização sugere como um ato de obrigação legal -, ao mesmo tempo é rejeitado pela sociedade local. Os elementos reguladores de exclusão ou discriminação aparecem nos seguintes enunciados: “[...] está claro que eles não fazem parte do processo de ‘interiorização’”; “os indígenas habitualmente não têm capacitação”; “Tradicionalmente vulneráveis em seu próprio país, no território brasileiro enfrentam outros desafios, como a língua, pois não fala português”; “[...] a presença de venezuelanos está começando a exacerbá-los”; “[...] sem um apoio internacional sólido, o clima se torne mais hostil para os venezuelanos na região”; “sua integração é algo muito complexo”.

Também, o texto suscita a existência de um descontrole crônico do movimento migratório da Venezuela para o Brasil, com o uso dos vocábulos: “trágico”, “crise”, “aprofundou” e “urgência”, observados nos seguintes recortes: “ [...] emigraram para o Brasil desde 2016, quando a crise econômica se aprofundou no país governado por Nicolás Maduro”; “É bastante trágico” e em “As pessoas precisam ter um maior senso de urgência no mundo”. É válido destacar que a metaforização do enunciado “É bastante trágico” causa o efeito de sentido da dramatização de um acontecimento real que é o movimento de fuga em decorrência das condições econômicas que a Venezuela atravessa e, assim, o interlocutor consolida a espetacularização das condições vulneráveis que os venezuelanos estão acometidos.

Sem embargo, diante destas constatações, é possível afirmar que a narrativização suscita a inscrição do interlocutor a uma formação discursiva de oposição a Operação Acolhida e para consolidar este posicionamento discursivo lança mão dos agentes legitimadores da informação que são as fontes utilizadas pelo repórter na construção da matéria - a partir das informações que causam o efeito de sentido que o assujeita ideologicamente.

Por outro lado, nesta pesquisa, entre as reportagens que buscam narrar com detalhes a condição de vida dos imigrantes venezuelanos, foi possível identificar a notícia cuja manchete é denominada: “O êxodo venezuelano que muda a face da América do Sul”, publicada pelo El País Brasil, no dia 14 de novembro de 2019. A

narrativização busca descrever minuciosamente o cotidiano dos imigrantes durante o percurso migratório e quando estes se estabelecem em alguns países da América Latina, incluindo o Brasil pela faixa de fronteira no extremo norte do país.

Nesta perspectiva, alguns elementos discursivos presentes no texto suscita um modo de enunciação que encena, em alguns aspectos, a escrita literária, sobretudo, ao recorrer ao uso de alguns recursos da Literatura, como as metáforas e a narrativa descritiva da prosa, como podem ser observadas nos seguintes fragmentos: “Apesar do calor, cada um carregava uma mala e várias camadas de roupa, o que puderam resgatar de outras malas que ficaram pelo caminho”; “Depois de descobrir os pés ensanguentados, e com uma mistura de alívio, cansaço e medo, não queriam mais conversar; falar, na Venezuela, traz problemas”; “Muitos dos migrantes não entendem a imensidão dos países. Atravessar para o Brasil nessas condições é uma questão de coragem, desconhecimento e desespero”; “Ele lutou para não ficar em Boa Vista”; “[...] teve que deixar a Venezuela empurrado pela crise”.

Estes fragmentos demonstram um distanciamento da narrativa jornalística tradicional, mas isso não quer dizer, necessariamente, que o conteúdo produzido pelo jornal não se caracterize como uma publicação jornalística. Embora a narrativa tenha elementos da Literatura, há outros recursos no texto que indicam a construção das estruturas jornalísticas como é o caso da representação do acontecimento real, a presença das fontes de informação, a incorporação da voz do outro como testemunho ocular, o discurso relatado pelos imigrantes que experiência e vivencia este fenômeno migratório, além dos recursos semióticos, como a fotojornalismo incluída entre os parágrafos.

Não menos importante observar que, a materialização de alguns enunciados,suscita a formação discursiva do jornalista ou do veículo midiático de contraposição ao Governo venezuelano, embora não esteja dito explicitamente, mas estes sentidos aparecem em algumas marcas do não-dito,quando o enunciador articula vocábulos com o efeito de sentido pejorativo como: “amaldiçoar”, “frustrar”, “acostumar” e “raiva” com o sentido de acomodação. Assim, é possível extrair estas relações nos trechos: “[...] com Maduro viu frustrado seu sonho de ser enfermeira”; “Há quem tenha apoiado Hugo Chávez até o fim e quem o amaldiçoe, e isso

também os acompanha no caminho"; "Vejo nos abrigos que eles gostam de pedir porque Chávez os acostumou assim, nasceram com ele e ele os transformou em uma população que só sabe fazer isso"; "Embora não se declarem chavistas, com uma mistura de admiração, nostalgia e raiva, os Guerras não escondem as saudades da Venezuela".

Estes trechos elencados acima, embora materializados de forma distinta, apresentam regularidades de sentidos similares que suscitam a insatisfação com o Governo vigente ou de uma figura política influente e que no passado prestou apoio aos atuais governantes. Ademais, nos discursos relatados apresentados pelos imigrantes, ao se reportar à mídia, fica perceptível o carregamento ideológico de oposição aos agentes políticos, posto que, no imaginário destes imigrantes, foram os representantes políticos que levaram ao colapso econômico e social que a Venezuela atravessa.

É importante assinalar que no imaginário social do Ocidente, o Estado deve provir o bem-estar coletivo de seus cidadãos. Isso ocorre porque os sujeitos são atravessados pelo interdiscurso do discurso político democrático e na medida em que faltam produtos básicos, trabalho e renda para a população, a construção do imaginário compartilhado pelo meio social pressupõe que o representante político deixa de cumprir as obrigações inerentes enquanto chefe de Estado.

A falta de alternância de poder também constitui as formações imaginárias compartilhadas por uma coletividade e que indicam a existência de um poder totalitário, autoritário, perseguidor e tirano, mas seria perigoso afirmar que de fato o governo daquele país seja caracterizado como tal. Esta relação pode ser observada no efeito de sentido e no modo de dizer de algumas fontes de informação, como nos excertos: "Disseram-lhe que havia cometido uma falta por não estar de serviço dentro das instalações: uma ordem geral foi emitida para suspendê-lo" e em "o conflito entre o Governo de Nicolás Maduro e o presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, reconhecido como presidente interino de mais de 50 países, só se agravou". A tirania e o totalitarismo, por exemplo, têm como característica o exercício do poder pela dominação, a reivindicação a proibição de atos oposicionistas de um governo vigente e absoluto. Ao projetar a imagem de um governo tirano, totalitarista e absolutista ao governo venezuelano, o interlocutor

propõe interpelar o outro pela formação imaginária da impopularidade para atravessá-lo de forma a aderir a uma formação discursiva de contraposição ao governo que vigora no país vizinho.

Quanto ao movimento migratório e aos aspectos sociais e econômicos da Venezuela, os enunciados produzidos denotam o sentido de existência do descontrole crônico, podendo aparecer com elementos semanticamente hiperbólicos, metafóricos ou tão somente pelo uso de itens lexicais que causam estes efeitos de sentido, como se observa nas seguintes partes do texto: “Uma fuga que se intensificou nos últimos anos, à medida que a crise no país do Caribe piorou...” (a utilização dos itens lexicais: intensificou/piorou/crise); ”Toda a família está fragmentada por causa da crise...” (o emprego dos vocábulos: fragmentada/crise); “Nas ondas mais recentes, já não chegam os engenheiros, médicos e advogados que conseguiam economizar os 300 ou 400 dólares da passagem para atravessar a fronteira com o Brasil” (metafórico: ondas); “... teve que deixar a Venezuela empurrado pela crise” (o uso dos itens lexicais: crise e metafórico: empurrado); “... nunca tinham visto uma crise dessa magnitude” (o aparecimento dos itens lexicais: crise/magnitude).

Sem embargo, a manchete da reportagem retoma a uma memória discursiva da história ao estabelecer uma analogia do processo migratório dos venezuelanos na contemporaneidade com a diáspora dos judeus no Oriente durante a Antiguidade. O aparecimento do vocábulo “êxodo” suscita o efeito de sentido que incorpora este acontecimento real dos hebreus no passado distante. Além disso, a manchete lança mão dos recursos literários com o jogo de metáforas, pois além de comparar uma situação vivida no passado com um acontecimento real do presente, pelo interdiscurso da história, o título reivindica a metonímia “muda a face”, pressupondo o sentido de existência de alterações estruturais em um panorama social da América Latina.

Por conseguinte, a narrativização constrói a imagem dos imigrantes venezuelanos com o empobrecimento, a partir da materialização dos enunciados que vão constituindo esta regularidade, pelo uso de vocábulos e escolhas sintagmáticas nas implicaturas deste sentido. No enunciado “Estavam viajando de ônibus e a pé há mais de 24 horas, de suas casas em Puerto la Cruz, no nordeste

da Venezuela, até Pacaraima, a cidade fronteiriça entre seu país e o Brasil", por exemplo, implica em dizer que embora os venezuelanos viajam, este deslocamento ocorre com parcos recursos, considerando que a viagem de ônibus é um modal de transporte considerado mais barato comparado com o modal aéreo e, somado a isto, o deslocamento a pé envolve o mínimo de custos.

A imagem do empobrecimento dos venezuelanos também aparece na produção enunciativa: "Com dois reais no bolso, meio dólar, sentiram que abraçavam uma espécie de liberdade" implicando em dizer mais uma vez que estes deslocamentos ocorrem com recursos escassos. É importante ainda destacar que o aparecimento do vocábulo "liberdade" suscita a formação discursiva de contraposição ao governo venezuelano pelo interlocutor, uma vez que a liberdade se opõe ao totalitarismo, mais uma vez o interlocutor interpela o outro pelas formações imaginárias da sociedade democrática. Embora seja arriscado afirmar que o governo vigente seja tirano, porém, o assujeitamento ideológico de oposição ao regime local enxerga neste outro, enquanto contraponto, como um governo autoritário e antidemocrático.

Não seria exagero afirmar que a escolha do vocábulo "liberdade", neste contexto imediato, retoma o interdiscurso histórico do regime escravocrata, posto que, ao afirmar que os venezuelanos embora sejam trabalhadores - como demonstram outros fragmentos do texto -, o valor pago pelo trabalho é insuficiente ou limitado para assegurar o custeamento das necessidades básicas do ser humano, como ocorria nos tempos vigentes da escravidão dos negros na época da colonização e dos imigrantes europeus no final do século XIX, na América Latina.

Nesta perspectiva, a notícia também revela um paradoxo entre a riqueza das grandes cidades latino-americanas e a pobreza existente no mesmo local, como consta no fragmento: "Puerto Maldonado é uma cidade da floresta cheia de contrastes: tem hotéis de luxo, excursões turísticas e se organizam passeios para observação de aves. Na outra margem do rio que atravessa a cidade, o panorama é muito diferente: mineração e extração ilegal de madeira, exploração sexual e laboral, e a tríplice fronteira". Veja como na segunda frase há o efeito de sentido da existência de ilicitudes, ou seja, a discursivização apresenta o elemento regulador do migrante transgressor.

O interlocutor estabelece a relação de ilicitude com o sujeito imigrante, construindo uma imagem de marginalidade por práticas consideradas ilegais no imaginário social pela perspectiva ideológica da sociedade brasileira, como pode ser visto nos excertos: “Naquela época havia trânsito livre, mas depois o Governo brasileiro colocou controles; perceberam que, além de comida, havia um corredor de drogas, tráfico de pessoas e outras atividades ilegais praticadas por grupos criminosos”; “López e o marido haviam feito de tudo na Venezuela, não queriam ir embora, inclusive trabalhos ilegais como compra e venda nas minas de Las Claritas e em salas de apostas clandestinas”; “[...] vendendo cigarros contrabandeados ou tomando banho no Rio Branco – já contaminado pela mineração ilegal –, que parece ser a única diversão par as crianças. Outros não veem outra saída a não ser a prostituição”; “outros o fazem por trilhas, irregularmente”. A utilização de vocábulos como “clandestino”, “ilegal” e “contrabando” reforçam ainda mais o sentido e a condição de marginalidade, enquanto efeito de estar à margem da sociedade e sujeito transgressor da lei e da ordem social.

Não seria exagero afirmar que a escolha do vocábulo “liberdade”, neste contexto imediato, retoma o interdiscurso histórico do regime escravocrata, posto que, ao afirmar que os venezuelanos embora sejam trabalhadores - como demonstram outros fragmentos do texto -, o valor pago pelo trabalho é insuficiente ou limitado para assegurar o custeamento das necessidades básicas do ser humano, como ocorria nos tempos vigentes da escravidão dos negros na época da colonização e dos imigrantes europeus no final do século XIX, na América Latina.

Nesta perspectiva, a notícia também revela um paradoxo entre a riqueza das grandes cidades latino-americanas e a pobreza existente no mesmo local, como consta no fragmento: “Puerto Maldonado é uma cidade da floresta cheia de contrastes: tem hotéis de luxo, excursões turísticas e se organizam passeios para observação de aves. Na outra margem do rio que atravessa a cidade, o panorama é muito diferente: mineração e extração ilegal de madeira, exploração sexual e laboral, e a tríplice fronteira”. Veja como na segunda frase há o efeito de sentido da existência de ilicitudes, ou seja, a discursivização apresenta o elemento regulador do migrante transgressor.

O interlocutor estabelece a relação de ilicitude com o sujeito imigrante, construindo uma imagem de marginalidade por práticas consideradas ilegais no imaginário social pela perspectiva ideológica da sociedade brasileira, como pode ser visto nos excertos: “Naquela época havia trânsito livre, mas depois o Governo brasileiro colocou controles; perceberam que, além de comida, havia um corredor de drogas, tráfico de pessoas e outras atividades ilegais praticadas por grupos criminosos”; “López e o marido haviam feito de tudo na Venezuela, não queriam ir embora, inclusive trabalhos ilegais como compra e venda nas minas de Las Claritas e em salas de apostas clandestinas”; “[...] vendendo cigarros contrabandeados ou tomando banho no Rio Branco – já contaminado pela mineração ilegal –, que parece ser a única diversão par as crianças. Outros não veem outra saída a não ser a prostituição”; “outros o fazem por trilhas, irregularmente”. A utilização de vocábulos como “clandestino”, “ilegal” e “contrabando” reforçam ainda mais o sentido e a condição de marginalidade, enquanto efeito de estar à margem da sociedade e sujeito transgressor da lei e da ordem social.

O empobrecimento ou a relação com a pobreza crônica aparece em diversas ocasiões ao longo do texto, geralmente associada à fome ou com a falta de moradia fixa. Os enunciados que constituem esta regularidade de sentido os quais constrói a imagem do imigrante venezuelano com a pobreza, está presente nos seguintes trechos: “Preferimos morrer tentando doque morrer de fome lá dentro”; “os dois jovens e o tio não pagaram o suborno aos militares venezuelanos, que às vezes chegava a 30 dólares (cerca de 125 reais) por pessoa, dez vezes o salário mínimo naqueles meses”; “Quintero se sente grata porque não precisam mais dividir um quarto com 20 pessoas, como fizeram durante meses no Brasil”; “o casal mora em um quarto com um colchão e uma geladeira”; “diz ao mostrar uma foto em que aparece sorridente com seu uniforme e com mais peso”; “Aos 18 anos, sem dinheiro, saiu do Brasil por Pacaraima e veio para a cidade peruana”; “E quando a noite cai, vagam pelas ruas procurando um lugar para dormir”; “Hoje a importação e a exportação que faz é de alimentos, borracha ou medicamentos quase impossíveis de conseguir na Venezuela”; “A angústia de não poder mandar dinheiro para os que continuam na Venezuela os consome”; “Um colaborador, de boa-fé, lhe deu de

comer como fazemos com todos e ele teve um choque metabólico por inanição. Quase morreu".

Nesta perspectiva, é possível observar a regularidade do uso vocabular de termos derivados dos substantivos "morte", "fome", "dinheiro", "rua", "alimentos", "comida" e "moradia" combinados com outros itens lexicais que causam o efeito de sentido do empobrecimento ou da pobreza crônica quando se referem ao imigrante venezuelano nas matérias jornalísticas. Logo, a discursivização sugere que os venezuelanos estão condicionados a perpetuação desta condição de vida, sendo negadas as oportunidades de ascensão social.

Destarte, o imigrante é visto e retratado pelos veículos de comunicação como um sujeito doentio, como está materializado nos seguintes enunciados: "A isso se deve acrescentar a escassez entre 60% e 100% dos medicamentos essenciais em quatro principais cidades da Venezuela, inclusive Caracas"; "[...] sua depressão foi devastadora"; e ainda no trecho, "Conta que a malária que tiveram, consequência do trabalho na zona de mineração, não pôde ser curada devido à falta de medicamentos". Esta materialização discursiva suscita em creditar a falta de acesso aos medicamentos ou tratamento adequado das enfermidades pelo lado Venezuelano, consistindo assim, no aumento de casos de algumas doenças no lado brasileiro. Seguindo esta lógica, o imigrante venezuelano é retratado na imprensa como um parasita ou hospedeiro destas doenças.

A narrativização também apresenta elementos do discurso jurídico, com o efeito de sentido da violação dos direitos humanitários, legitimado pelas afirmações da fonte de informação, que neste caso, se trata de um relatório encomendado por uma Organização Internacional, ligada aos Direitos Humanos. "Na Venezuela existe uma infraestrutura em decadência, marcada por apagões e falta de água, ligada ao êxodo de profissionais, condições não sanitárias para funcionar e uma grave escassez de equipamentos médicos básicos, suprimentos e medicamentos [...]".

Doravante, os elementos quantificadores suscitam o efeito de sentido da objetificação e/ou coisificação dos imigrantes venezuelanos ao longo da narrativa jornalística. Há vários enunciados que apontam para este sentido, como se fosse possível contar um objeto ou alguma coisa, entre eles estão: "Segundo dados da Organização Internacional para Migrações (OIM), subordinada à ONU, cerca de

16,3% dos venezuelanos – 4,5 milhões de pessoas – vivem hoje fora de seu país"; "Na América Latina se concentra 88% da migração"; "O pico mais alto, de acordo com dados da Migraciones de Perú, aconteceu em agosto de 2018, com 510 pessoas por dia"; "No Brasil, o número de migrantes deu um salto qualitativo"; "Desde 2017, 504.000 venezuelanos entraram"; "Em 2015 havia apenas 3.425 em todo o Brasil, e no ano seguinte, 5.523"; "Segundo o Governo brasileiro, 212.400 estão cadastrados hoje e vivem no país"; "Destes, cerca de 100.000 estão concentrados no Estado de Roraima"; "Em Boa Vista, onde, segundo a ONG Médicos Sem Fronteiras, cerca de 40.000 venezuelanos vivem hoje". Ademais, os verbos se apresentam mais uma vez como um elemento regular neste sentidoproduzido, como "cadastrados", "concentrados", "entraram" e "se concentra".

Mediante a este fator, é notório observar que ao propor a construção da imagem de objetificação do sujeito imigrante, o enunciador legitima esta condição utilizando como recurso as suas fontes de informação, assim, recorrendo ao oficialismo de dados, pesquisas, estudos ou levantamentos feitos pelas instituições ou especialistas, principalmente, àqueles que tenham afinidade com o campo do saber que discorre. Por exemplo, ao mencionar estatísticas sobre movimentos migratórios evoca ao texto informações fornecidas por agências ligadas à migração; quando embasa alguma afirmação sobre as condições de saúde, apresenta dados disponibilizados pelas instituições médicas ou de saúde; quando há a referência aos pedidos de refúgio ao Brasil, remete aos dados de instituições governamentais brasileiras como meio de fundamentação das afirmações.

É concedida voz aos imigrantes na reportagem como forma de narrar experiências vividas durante o processo de deslocamento, legitimando as afirmações discursivas pelo empírico, ou seja, pelo que foi experimentado ao longo do processo de deslocamento e pela experiência dos acontecimentos vivenciados no seu cotidiano em um território estrangeiro. Neste período, ao imigrante é concedida a oportunidade de assumir como sujeito porta-voz com o objetivo de testemunhar suas experienciações.

Diante do exposto, seria arriscado afirmar que a narrativização desta reportagem suscita uma inscrição de aliança ao movimento migratório ou em contraposição às migrações dos venezuelanos, embora traga o efeito de sentido de

uma imagem positiva do imigrante como trabalhador e enaltecer o acolhimento enquanto fator de assistência humanitária. No entanto, há marcas deixadas pelo autor que sugerem uma oposição ao governo venezuelano vigente, causando, por exemplo, um efeito de sentido antidemocrático atravessado pela formação imaginária da impopularidade.

Quadro 4 - Notícias Analisadas em 2019

Elementos Regulares	Exemplos de enunciados
Oficialismo	➢ "Segundo dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM), subordinada à ONU..." (II) ➢ "...de acordo com dados da Migraciones de Perú..." (II) ➢ "Segundo o Governo brasileiro..." ➢ "...segundo a ONG Médicos sem Fronteiras..." (II) ➢ "A ONU calcula..." (II) ➢ "De acordo com a ONU..." (I)
Narrativização em 3ª pessoa	➢ "Agitado e desconfiado, um deles perguntou se tinham chegado ao Brasil..." (II) ➢ "... conta essa venezuelana de Maturín..." (II) ➢ "O mesmo acontece com Adner Guerra, instalado hoje em Iñapari..." (II) ➢ "...declarou à AFP em uma entrevista por telefone" (I) ➢ "Os três homens ainda tremiam..." (II)
Reivindicação do acolhimento	➢ "As fronteiras políticas são tão mesquinhas e tristes..." (II) ➢ "As pessoas precisam ter um maior senso de urgência no mundo" (I) ➢ "Os venezuelanos continuam chegando ao Brasil, um dos países da região que mais facilitaram os trâmites burocráticos" (I) ➢ "Eu acho que devem acontecer alguns esforços para garantir que eles tenham acesso a

	serviços públicos, que as crianças possam frequentar a escola e os adultos tenham trabalho” (II) ➢ “...talvez sejam criadas algumas oportunidades para eles” (I)
Reivindicação do discurso jurídico	➢ “Embora o Brasil ainda tenha suas fronteiras abertas...” (II) ➢ “Enquanto a passagem da migração haitiana depois do terremoto de 2010 estabeleceu certas normas...” (II) ➢ “O fechamento das fronteiras em fevereiro deste ano tornou-se um negócio que dificultou ainda mais o caminho dos migrantes venezuelanos para o Brasil” (II)
Objetificação do migrante	➢ “...transfere os imigrantes venezuelanos em diversas cidades do interior do Brasil...” (I) ➢ “Cerca de 16,3% dos venezuelanos – 4,5 milhões de pessoas – vivem hoje fora de seu país...” (II) ➢ “...47% dos venezuelanos que entravam no Peru tinham curso universitário completo. Em um relatório publicado em setembro deste ano, são apenas 15%” (II) ➢ “Desde 2017, 504.000 venezuelanos entraram. Em 2015 havia apenas 3.425 em todo o Brasil, e no ano seguinte, 5.523” ➢ “...quase 1.800 indígenas venezuelanos que migraram para o Brasil permanecem...” (II) ➢ “...3,6 milhões de venezuelanos, 12% da população deixaram o país desde 2016...” (II)
	➢ “Preferimos morrer tentando do que morrer de fome lá dentro...” ➢ “...as condições de vida são cada vez mais pobres...” (II) ➢ “....o casal mora em um quarto com um colchão e uma geladeira...” (II)

Pobreza crônica	➢ “Tínhamos nossa casa e um carro para viver bem, mas não tínhamos mais comida para sobreviver” (II) ➢ “Tivemos o caso de um venezuelano que estava caminhando havia dias. Um colaborador, de boa-fé, lhe deu de comer como fazemos com todos e ele teve um choque metabólico por inanição. Quase morreu”. (II) ➢ “...embora passando fome alguns dias” (II) ➢ “Com dois reais no bolso, meio dólar, sentiam que abraçavam uma espécie de liberdade” (II) ➢ “...E quando a noite cai, vagam pelas ruas procurando um lugar para dormir” (II)
Exclusão do migrante	➢ “... está claro que eles não fazem parte do processo de ‘interiorização’” (I) ➢ “...os indígenas habitualmente não têm capacitação” (I) ➢ “...não falam português” (I) ➢ “No momento, as únicas alternativas, além dos abrigos, são a venda de artesanato na rua, ou a mendicância” (I) ➢ “Sua integração é algo muito complexo” (I) ➢ “...sem um apoio internacional sólido, o clima se torne mais hostil para os venezuelanos na região...” (I) ➢ “...a presença de venezuelanos está começando a exacerbá-los” (I) ➢ “...’Pra fora’ é a primeira coisa que muitos aprendem em português...” (II) ➢ “...os países de acolhida enfrentam novos desafios: controlar surtos de xenofobia, a porosidade das fronteiras e o mal-estar generalizado das comunidades de acolhida...” (II) ➢ “...as autoridades de imigração ‘já não os deixam passar e sempre nos culpam por qualquer

	coisa...” (II)
Descontrole crônico do fluxo migratório	➢ “Aos milhões que tiveram que deixar seu país nos últimos anos” (II) ➢ “Os venezuelanos entram a conta-gotas: entre 30 e 40 por dia” (II) ➢ “...um panorama ‘bastante trágico’...” (I) ➢ “...Esta é uma grande crise global” (I) ➢ “... uma vez que Chávez morreu, bastaram três meses para o país sair do controle de Maduro...” (II)
Efeito hiperbólico ou metafórico da chegada	➢ “Toda a família está fragmentada por causa da crise...” (II) ➢ “Tudo desabou na Venezuela quando Chávez morreu” (II) ➢ “O êxodo venezuelano que muda a face da América do Sul” (II) ➢ “se escutavam ruídos de animais, encontramos indígenas que não falavam espanhol. Foram 17 dias de horror” (II) ➢ “... sentiram que abraçavam uma espécie de liberdade” (II) ➢ “Nas ondas mais recentes, já não chegam os engenheiros, médicos e advogados...” (II) ➢ “...teve que deixar a Venezuela empurrado pela crise” (II) ➢ “...nunca tinham visto uma crise dessa magnitude...” (II)
	➢ “...mineração e extração ilegal de madeira, exploração sexual e laboral, e a tríplice fronteira. ” (II) ➢ “...perceberam que, além de comida, havia um corredor de drogas, tráfico de pessoas e outras atividades ilegais praticadas por grupos criminosos” (II) ➢ “Disseram-lhe que havia cometido uma falta por não estar de serviço dentro das instalações, uma

Migrante transgressor	ordem geral foi emitida para suspendê-lo” (II) ➢ “Imagine que na floresta são publicados jornais que dizem que a migração é culpada pela mudança climática e aparece uma foto das queimadas...” (II) ➢ “...Além disso, outros o fazem por trilhas, irregularmente...” (II) ➢ “López e o marido haviam feito de tudo na Venezuela, não queriam ir embora, inclusive trabalhos ilegais como compra e venda nas minas de Las Claritas e em salas de apostas clandestinas...” (II) ➢ “... vendendo cigarros contrabandeados ou tomando banho no Rio Branco – já contaminado pela mineração ilegal -, que parece ser a única diversão para as crianças. Outros não veem outra saída a não ser a prostituição”. (II)
Empregos de baixa qualificação/ Subempregos	➢ “...Quintero trabalha como garçonete nos arredores de Puerto Maldonado...” (II) ➢ “Começaram vendendo bichos de pelúcia e depois frutas jogando com o câmbio na fronteira...” (II) ➢ “Sou técnica em enfermagem, veja como eram os hospitais antes na Venezuela...” (II) ➢ “...Outros mais dizem que vão trabalhando nas fazendas ao longo do caminho, onde o pagamento às vezes é um lugar para dormir e um prato de comida” (II) ➢ “Ele lutou para não ficar em Boa Vista porque todos os venezuelanos, diz, se dedicavam a lavar para-brisas, também não queria se instalar em Manaus porque ali todos vendiam água. Guerra é técnico em eletricidade e ao longo do caminho sempre tentou se dedicar à sua profissão...” (II) ➢ “...há muitos venezuelanos que chegaram em seus carros ou a pé, vão trabalhando nas carvoeiras, madeireiras e olarias. As mulheres vão aos

	restaurantes...” (II) ➢ “...procurando trabalho, juntando latas, limpando para-brisas...” (II)
Migrante trabalhador	➢ “Cortez ganha 200 dólares por mês em Puerto Maldonado” (II) ➢ “...tentam se ocupar com algum trabalho, carregando sacos em caminhões, em alguma reforma ou no que aparecer” (II) ➢ “Ex-militar, serviu os Governos de Chávez e Maduro durante oito anos...” (II) ➢ “...era uma vocação servi-los” (II) ➢ “Apesar de andarem pela cidade batendo nas portas todos os dias pedindo trabalho, não conseguem nada...” (II) ➢ “Hoje, os Guerras, têm uma pequena oficina de eletricidade...” (II) ➢ “Morales, um paramédico, fala com orgulho de sua carreira profissional e relata os vários trabalhos que realizou na Venezuela...” (II) ➢ “...muitos procuram chegar a países como o Peru para encontrar seus parentes ou buscar oportunidades de trabalho” (II) ➢ “No momento, as únicas alternativas, além dos abrigos, são a venda de artesanato na rua, ou a mendicância” (II)
Migrante em fuga	➢ “Uma fuga que se intensificou nos últimos anos, à medida que a crise no país do Caribe piorou” (II) ➢ “...Atravessar para o Brasil nessas condições é uma questão de coragem, desconhecimento ou desespero” (II) ➢ “...é difícil acreditar que esses ‘filhos de Chávez’ retornem ao país de onde foram forçados a sair...” (II)
	➢ “...a migração é parte da razão pela qual as

Migrante doente/hospedeiro/parasita	doenças que estavam sob controle, como a difteria e o sarampo se propagaram novamente...” (II) ➢ “Na Venezuela existe uma infraestrutura em decadência, marcada por apagões e falta de água, ligada ao êxodo de profissionais, condições não sanitárias para funcionar e uma grave escassez de equipamentos médicos básicos, suprimentos e medicamentos” (II) ➢ “A isso se deve acrescentar a escassez entre 60% e 100% dos medicamentos essenciais em quatro das principais cidades da Venezuela, inclusive Caracas”. (II) ➢ “Seu choque foi tal que não é capaz de procurar trabalho, sua depressão foi devastadora...” (II) ➢ “...também recebeu atendimento médico gratuito para a filha com albinismo...” (II) ➢ “Conta que a malária que tiveram, consequência do trabalho na zona de mineração, não pôde ser curada devido à falta de medicamentos e acabaram, como milhares de compatriotas...” (II) ➢ “Segunda maior população indígena da Venezuela, os Warao precisam percorrer mais de 800 quilômetros de suas comunidades até a fronteira. Desnutrição e um elevado índice de HIV complicam a situação”. (I)
Migrante porta-voz (experienciações)	➢ “...lamenta Francisco Morales, de 44 anos, dois anos depois de ter deixado a Venezuela...” (II) ➢ “Hoje, ele e a esposa, Milerci Quintero, estão estabelecidos em Puerto Maldonado...” (II) ➢ “’Sou técnica em enfermagem, veja como eram os hospitais antes na Venezuela’, diz...” (II) ➢ “Faz um ano que Verónica Cortez viajou com o irmão…” (II) ➢ “...José Eulogio Velásquez, de 29 anos, estava

	com a esposa Royelis...” (II) ➢ “Para chegar ao Peru, como Francisco Morales e sua família, atravessaram o Rio Amazonas...” (II) ➢ “...ele e a esposa Carolina tinham um negócio, ele saiu da Venezuela há quase um ano...” (II)

Fonte: Marco Paulo Bastos Souto Vieira Sales

3.5. NOTÍCIAS DE 2020

Para o recorte desta pesquisa, entre as publicações feitas em 2020 que faziam referência à migração dos venezuelanos, propomos a análise da reportagem denominada: “Com atraso, Brasil começa a fechar fronteira parcialmente pela Venezuela”, circulada pelo site El País Brasil, veículo midiático de abrangência nacional e internacional. A publicação é datada de 18 de março de 2020, em uma condição de produção que coincide com o início da pandemia da COVID-19 que, por sua vez, motivou o fechamento das fronteiras em diversos países da América Latina, afetando o movimento migratório pelo continente. O título apresenta o elemento regulador do isolacionismo, implicando a construção do sentido da exclusão, sobretudo, pela escolha do vocábulo “fechar” se referindo aos limites fronteiriços.

Esta matéria tem como foco principal informar sobre as medidas restritivas implantadas para conter a propagação da COVID-19 nas áreas de fronteira, tendo em vista o avanço da circulação de pessoas nos últimos anos nestas regiões, principalmente o movimento de imigrantes advindos da Venezuela. É essencial conhecer os fatores sociais que levaram as condições de produção uma vez que determinam as condições do discurso que, por sua vez, indicam os sentidos materializados.

É provável que o enunciador proponha, dada a articulação do enunciado deste discurso, tomando a saúde como uma das razões para a destituiçãodos direitos de mobilização nas áreas de fronteira. Ademais, o enunciador legitima a formação discursiva excludente, como espaço social ideológico absoluto, ou seja, a exclusão ou o isolacionismo como verdade e única motivação preventiva: “[...] em alerta com a rápida proliferação do Corona vírus na América Latina, começaram a

restringir a circulação nas fronteiras". O emprego do vocábulo "restringir" certifica o sentido excludente do migrante, ou seja, o acesso é restrito (ou seletivo?).

É fundamental levar com consideração o contexto sócio histórico que permitiu a materialização discursiva desta reportagem, posto que, caso não houvesse a pandemia, possivelmente outros enunciados poderiam ser produzidos e aparecer com outros efeitos de sentido na prática discursiva. Nesta perspectiva, ao invés dos aspectos que envolvem a saúde emergirem como fator para a destituição dos direitos de mobilização na fronteira, outras razões poderiam ser apontadas, como o econômico, o político, o social, o xenofóbico e entre outros como justificativa para legitimar as restrições ou o discurso excludente, como suscitado em outros textos jornalístico anteriores a este recorte temporal trazidos nesta pesquisa.

Ademais, no período de avanço da pandemia, fica evidente a circulação do elemento regulador do isolacionismo nos discursos que façam referência à COVID-19, possivelmente em virtude das recomendações sanitárias vigentes, como forma de contenção da propagação da enfermidade. Por conseguinte, no imaginário social da época, a contaminação pelo vírus significava a certeza da morte ou, em casos de sobrevivência, graves sequelas. A própria ciência ainda buscava mais informações sobre a doença, as formas de contágio, as maneiras de prevenção e cura. Partindo desta premissa, não seria exagero afirmar então, que o sujeito interpeladopelo imaginário fúnebre ou disseminador patogênico, despertasse formas de manifestação de fobias ou reivindicasse o isolamento. Mas, isso não quer dizer necessariamente que antes da propagação da doença, por exemplo, não existiam discriminações sociais, como a xenofobia ou que toda a coletividade adotou o confinamento.

Nas notícias divulgadas sobre o processo migratório, este efeito de sentido isolacionista e/ou excludente também está marcado na materialização dos discursos da época. Esta relação, por exemplo, pode ser demonstrada nos enunciados: "está em avaliação à possibilidade do fechamento temporário, exclusivamente por motivos sanitários, da fronteira do Brasil com outros países"; "Tivemos diversas outras ameaças de fechamento de fronteiras em Roraima"; "tentativas de restringir o acesso de venezuelanos aos serviços públicos". O elemento isolacionista, ao mesmo tempo implica na exclusão social do imigrante no país acolhedor. Percebe-

se a regularidade dos vocábulos “fechar”; “restrição” e seus derivados presentes no texto, os quais ajudam a configurar o sentido excludente ou de rejeição ao imigrante.

Desta forma, outros enunciados ajudam a construir e a consolidar este discurso discriminatório aos imigrantes, como consta no excerto: “A medida tem como argumento a dificuldade do Sistema Único de Saúde (SUS) em ‘comportar o tratamento de estrangeiros infectados pelo SARS-CoV-2”, causando o sentido da discriminação e, assim, implicando na negação em prestar atendimento de saúde àquele que vem de fora.

Por outro lado, a construção textual propõe transversalizar o discurso da saúde com os dizeres do campo do saber jurídico, como evidencia o trecho: “A dúvida é qual a efetividade desta ação para conter a epidemia no Brasil, uma vez que o vizinho ainda apresenta poucos casos, 33 diagnósticos. E também qual o risco de, ao fechar a fronteira para a população mais vulnerável da América do Sul, afetar direitos básicos garantidos em lei [...]”.Os sintagmas “efetividade”, “fechar a fronteira” e “direitos básicos garantidos em lei” marcam este discurso jurídico, embora esteja associado com os dizeres da medicina-científica, como é o caso da escolha dos vocábulos “epidemia”, “diagnósticos”, “risco” e do sintagma “poucos casos”.

Como efeito legitimador das afirmações da narrativa, o interdiscurso do Direito aparece em quatro ocasiões, sendo elas: (1)“[...] O Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) passou a classificar a Venezuela como ‘país em situação de grave violação de direito humanos” permitindo que os imigrantes possam pedir refúgio – até então apenas o visto humanitário, que permitia a residência no país, era concedido aos venezuelanos”; (2) “[...] o que tem culminado em sistemáticas violações a direitos dessas populações, considerando ainda que na fronteira há forte e crescente presença de indígenas da Venezuela em situação de extrema vulnerabilidade”; (3) “o princípio da reciprocidade na entrada de imigrantes deixou de ser utilizado, o que facilitou a entrada de pessoas dos Estados Unidos, Canadá, Japão e Austrália”; e o último parágrafo afirmando:(4)“Na Portaria do Governo, temos dois pontos que entram em choque com as garantias previstas em lei – de não criminalização da migração e o princípio do não retorno de solicitantes de refúgio -, e que não podem ser suspensas por uma portaria[...]”.

Assim sendo, os vocábulos: “princípio”; “reciprocidade”, “portaria”, “suspensão”, “violação”, “direitos”, “lei” e “criminalização” se configuram como jargões reivindicados pelo arquivo do discurso jurídico. Portanto, a narrativa jornalística é atravessada pelos dizeres deste campo do saber quando articula o conhecimento desta ciência como forma de validação das afirmações propostas. O elemento regulador do descontrole crônico que nas reportagens anteriores estava relacionado com o fluxo migratório, nesta nova condição de produção estabelece relação com a difusão da doença, como sugerem os trechos: “[...] usando um contexto de crise global para justificar uma medida aparentemente arbitrária” e [“..]. Enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Corona vírus”.

Em contrapartida, a objetificação dos imigrantes venezuelanos perpetua-se nas narrativizações midiática e geralmente, fundamentada pela fonte de informação oficial, constituindo o sentido coisificado devido ao uso de numerais e verbos que conferem esta identidade quantitativa. Igualmente, as narrativizações são legitimadas pela posição-sujeito destas instituições, como se observa nas seguintes passagens:“Entre 2013 e 2019, 264.000 venezuelanos registraram alguma tentativa de regularização migratória no Brasil” (implicando em dizer que os imigrantes estão no país de forma clandestina, irregular ou marginalizados); “[...] mais de 70.000 venezuelanos solicitam refúgio, segundo dados do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra). Possivelmente, não faria sentido, o jornalista que enuncia buscar informações sobre solicitação de refúgio a uma instituição ligada ao meio ambiente ou a outro campo do saber e, em se tratando de instituição que atua com estudos migratórios e reconhecida internacionalmente – como é o caso da OBMigra -, a informação está respaldada pela fonte enquanto porta-voz deste discurso e, por isso, é reivindicada com esta função social dentro da notícia.

Os especialistas também exercem influência na legitimação dos discursos e nos efeitos de sentido, uma vez que, na formação do imaginário do leitor, trata-se de *experts* nos assuntos indicados, posto que, o interdiscurso da especialização atravessa o sujeito ao ponto de imaginar que domina plenamente os conhecimentos do campo do saber específico, ora demandado pela mídia. Assim como ocorre com as instituições oficiais, os especialistas são colocados como porta-voz para legitimar as práticas discursivas midiáticas.

Assim, a formação discursiva da narrativização suscita a inscrição do veículo midiático ou do jornalista a uma FD de contraposição às políticas migratórias adotadas pelo Governo Federal no início da pandemia de COVID-19. Alguns enunciados sugerem esta inscrição, tais como: “A advogada alerta que ainda não há políticas claras de prevenção de Corona vírus para as pessoas que estão circulando entre fronteiras, sejam elas terrestres ou marítimas”. Desta maneira, o discurso especialista é reivindicado como forma de legitimar o posicionamento discursivo e a advogada aparece como o porta-voz deste discurso quando recorre ao discurso jurídico, colocado em funcionamento na discursivização como meio legitimador das alegações, pois nos valores sociais compartilhados pela sociedade imagina-se que o domínio do campo do saber jurídico fundamenta as explicações sobre uma verdade baseada no arcabouço das leis vigentes.

Outras enunciações em que o interlocutor suscita inscrever-se em uma FD de contraposição ao governo estão presentes nas seguintes práticas discursivas: “Com maior número de infectados por Corona vírus (Covid-19) na América Latina, o Brasil é um dos últimos a anunciar fechamento de suas fronteiras” (os itens lexicais “um dos últimos a anunciar” e “maior número de infectados” causam o efeito de sentido do retardamento e da crítica oposicionista. E esta oposição não quer dizer necessariamente ao Governo em si, mas a uma ação governamental); “A medida chega atrasada em relação aos demais países do continente, e ainda com um certo tom ideológico” (em que a escolha do vocábulo “atrasada” reforça o sentido de retardamento e “tom ideológico” suscita o efeito de sentido da crítica oposicionista); “A dúvida é qual efetividade desta ação para conter a epidemia” (em que o vocábulo “dúvida” e “efetividade” estabelecem relações imaginárias com o sentido de oposição, dadas as condições de produção vigentes).

Outro recorte trazido para esta pesquisa, se refere a notícia que circulou em 27 de dezembro de 2020, denominada “Militares querem deixar operação que acolhe venezuelanos”, fazendo referência direta à Operação Acolhida, em que a narrativização propõe relacionar a ação militar de acolhimento com o enfrentamento da pandemia pela COVID-19, na medida em que o jornalista relata a intenção de os militares encerrarem as atividades para o acolhimento de imigrantes.

Sendo assim, presume-se, a partir do corpus que constituem esta pesquisa,que a influência do contexto sócio históricolevou a condição de produção apresentada na reportagem, pois, se não houvesse a pandemia, por exemplo, o pedido de encerramento das atividades de acolhimento poderia ser justificado de outra forma, possivelmente, pela redução do fluxo migratório, mudança de governo, alteração nas prioridades de atendimento pelos serviços públicos e outros fatores. Dada a conjuntura social vigente naquela circunstância, o motivo apresentado para que os militares solicitassem o encerramento das atividades de acolhida teve como fator principal a pandemia da COVID-19 que, segundo as Forças Armadas, está intrinsecamente ligado à diminuição do fluxo de entrada de imigrantes venezuelanos pela fronteira.

É válido ressaltar uma vez mais que, naquela circunstância, vigoravam as medidas restritivas para a contenção da doença, por meio de decretos governamentais, atendendo as recomendações das agências sanitárias, que limitavam a entrada de imigrantes e estimulavam o isolamento social como forma de prevenção ao contágio viral ora, pois, até aquele momento a ciência não havia descoberto formas eficientes para a cura. Então, não seria exagero afirmar que o discurso médico/científico atravessou ideologicamente a sociedade global, levando aos aparelhos ideológicos e repressores do Estado a agir e validar estes regulamentos de prevenção ao contágio.

Seguindo esta lógica, a narrativização explicita a condição de produção que materializou as ideologias e os discursos produzidos na publicação. Nas representações projetadas pelo Exército, por exemplo, outras complexidades tornaram mais prioritárias que os serviços de acolhimento ao imigrante, entre elas, o próprio serviço de atendimento em saúde para a população, justamente, em razão do avanço da epidemia do Corona vírus.

Embora proponha a retirada das Forças Armadas na Operação, a narrativização textual suscita uma formação discursiva de aliança à ação governamental. Dito desta forma há enunciados que materializam a regularidade do elemento que causa o efeito de sentido do enaltecimento referente às atividades militares nos serviços de acolhimento ao imigrante venezuelano, tais como: “Considerada modelo pelas Nações Unidas e um dos raros trunfos internacionais do

governo” (o vocábulo “modelo” e “trunfo” aparecem como marcadores do sentido do enaltecimento); “Há quem defenda que ela seja apresentada para concorrer ao prêmio Nobel da Paz” (neste enunciado, por exemplo, há o ocultamento, uma vez que o autor não revela quem faz esta defesa e uma referência à premiação internacional pelo reconhecimento às ações que promovam a fraternidade como fator legitimador para o enaltecimento); “a Operação Acolhida é classificada como Força Tarefa Logística Humanitária” (em que a catacrese “força tarefa” marca o elemento regulador do enaltecimento com o sentido do esforço, além de ser um jargão utilizado pelas unidades militares para designar a execução temporária de uma missão específica).

Mas isto, não quer dizer necessariamente que o sujeito enunciador do discurso esteja se posicionando em aliança ao Governo Federal, pelo contrário, há elementos que suscitam a contraposição ao governo, embora enalteça uma ação governamental específica (que é a Operação Acolhida), como também fica perceptível no fragmento “um dos raros trunfos internacionais do governo”, em que o vocábulo “raro” se referindo ao governo gera o efeito de sentido de contraposição.

A oposição ao Governo Federal também aparece na materialização do enunciado: “Os generais dizem que esse “desvio” de função, como classificam, ocorre por pressão política e social, além da falta de pessoal e organização em outros órgãos do governo”. Neste trecho, a narrativização recorre a fonte de informação para legitimar o seu dizer. Por este ângulo, incorpora a voz de um militar de elevada patente, embora sem identificá-lo na matéria, como maneira de validar as afirmações com o efeito de sentido contrário ao Governo, sobretudo, ao reivindicar os itens lexicais “pressão política e social”; falta de pessoal e organização” e o jargão“desvio de função”.

Outro elemento regulador presente é do abandono, em referência a Operação Acolhida. Embora exista a produção de enunciados que buscam denegar o abandono propriamente dito como forma de reivindicação do fortalecimento institucional das instâncias militares, como no excerto: “A cúpula do Ministério da Defesa teme, ao abandonar ações subsidiárias e de assistência, um dano de imagem, pois passaria uma mensagem negativa e perderia prestígio”. Esta imagem institucional, mencionada no fragmento, está ligada as formações imaginárias da

sociedade, ou seja, quais as impressões que a população tem das Forças Armadas – uma corporação forte e combativa, além de que, os militares enxergam a deserção ou o abandono como uma vergonha ou traição, justamente, porque estão assujeitados ideologicamente a uma formação discursiva que renega o abandono. Por isso, a narrativização suscita a preocupação dos militares em ter a própria imagem maculada perante a sociedade.

Por outro lado, ao afirmar “militares querem deixar operação que acolhe venezuelanos”, os itens lexicais “querem deixar” implicam no efeito de sentido do abandono propriamente dito, embora os militares deneguem a deserção pela perspectiva ideológica da memória discursiva militar. A mídia oculta nomes, mas reivindica altas patentes para sustentar esta discursivização que se inscreve favoravelmente ao término da Operação Acolhida, quando materializa: “Oficiais generais do Ministério da Defesa e das Forças Armadas já manifestaram internamente o desejo de sair da operação ou ao menos reduzir ao máximo o engajamento das tropas”.

O enunciado “chegou a hora de ‘passar o bastão’ e diminuir as responsabilidades” contém a catacrese “passar o bastão”, um jargão tipicamente utilizado na modalidade esportiva do atletismo. Esta metáfora indica que a cada cumprimento de etapa das provas, o companheiro deve passar o bastão para o sucessor completar os próximos percursos. O ato é visto como uma simbologia da cooperação, solidariedade e ajuda mútua no campo do saber desportivo.

Não seria exagero afirmar que o discurso do esporte é reivindicado como forma de atenuar a desistência militar da Operação Acolhida, haja vista que o esporte está implicado com as formações imaginárias da promoção da diversidade, fraternidade e o compartilhamento da amizade (como ocorre nos grandes eventos esportivos, como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos), assim como, as Forças Armadas são atravessadas, enquanto sujeito, por este mesmo discurso ao proporem estratégias para a (re)construção da própria imagem como instituição solidária diante de uma Operação de Acolhimento de imigrantes oriundos de um país vizinho, causando o mesmo efeito de sentido: a promoção da diversidade entre os povos, a fraternidade entre os países vizinhos e o compartilhamento da amizade estabelecendo a harmonia entre civis e militares.

A busca pela constituição de um discurso que objetive o fortalecimento da imagem das Forças Armadas Brasileiras com a retirada das tropas na Operação de Acolhimento também aparece no trecho: "... os militares passaram a ser enviados para mais operações de Garantia da Lei e da Ordem como a Verde Brasil, e o suporte da Operação COVID, durante a pandemia do novo Corona vírus", este efeito de sentido de fortalecimento institucional está marcado pela escolha dos itens lexicais: "Garantia da Lei e da Ordem".

Dadas as condições de produção em que a narrativização foi concebida, o autor menciona uma ação de prevenção à saúde pública, uma necessidade fisiológica, como justificativa legítima para a retirada ou a redução de efetivo das tropas na Operação de Acolhida, ou seja, implica dizer que tratar a saúde dos nativos é mais importante que o acolhimento aos imigrantes, causando um efeito de sentido discriminatório. O sentido discriminatório também se materializa no trecho: "De acordo com esse general, ainda que a operação seja considerada importante para segurança humana, ela consome efetivo e orçamento", implicando em dizer que os serviços de acolhimento de imigrantes geram gastos para o Estado, na medida em que justificativa similar não aparece, por exemplo, na propositura das ações de combate aos crimes ambientais, como a Operação Brasil Verde e nem no suporte aos atendimentos de saúde, como a Operação COVID uma vez que ambas operações também geram custas para o governo.

A narrativização apresentada consolida a formação discursiva pró-retirada da Operação Acolhida ao recorrer a memória discursiva da publicidade como forma de destituir os militares das obrigações de prestar o acolhimento, como é o caso da produção enunciativa: "Um comandante da Força Terrestre comparou as Forças Armadas a uma espécie de 'Posto Ipiranga' no governo Bolsonaro", o que implica em dizer que nem mesmo os representantes do governo sabem dizer quais os objetivos ou as razões para a manutenção do programa de acolhimento aos imigrantes do Governo Federal. Porém, estas inferências só podem ser aludidas mediante ao conhecimento ou ao resgate da memória estes outros dizeres que foram ditos pela publicidade. Os anúncios publicitários desta rede de postos de combustíveis consistiam em aparecer alguém em um estabelecimento comercial e, sem tomar conhecimento de determinado assunto, fazia alguma pergunta sobre

diversos campos do saber para outra pessoa que, por sua vez, dizia que não sabia a resposta, mas bastava perguntar no Posto Ipiranga que alguém saberia responder.

Nas notícias que envolvem a migração venezuelana há a regularidade do sentido de objetificação ou coisificação do sujeito imigrante e nesta matéria trazida para a pesquisa isto não é diferente. Este efeito é provocado devido ao aparecimento de quantificadores suscitando imaginariamente a possibilidade de contar venezuelano por venezuelano de forma similar a qualquer objeto e está quantificação costuma ser legitimada por fontes de informações oficiais. Veja os exemplos: “Cerca de 44 mil já foram transportados a outras cidades do país, tendo como destinos principais São Paulo, Amazonas, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná”; “Cerca de 3,5 mil permaneciam nos abrigos, segundo dados do governo”; e em “militares afirmam que a operação deve se concentrar mais na interiorização dos imigrantes[...]”.Mas, além dos numerais, os verbos também causam este efeito de sentido objetificador, como “transportados”, “permaneciam”, “concentrar” e o substantivo “interiorização”.

Embora o texto sugira a prestação de assistência, ajuda humanitária e acolhida dos imigrantes por conta das ações militares resultantes da Operação Acolhida, a notícia constrói a imagem do imigrante venezuelano associada com a pobreza, posto que a afirmação “Eles recebem refeições, são alojados num dos 12 abrigos temporários e recebem kit de higiene e limpeza, podendo participar das atividades de lazer aulas de português”, implica em afirmar que antes dos serviços de acolhimento, os imigrantes eram desprovidos de qualquer recurso para subsistência, como comida, higiene pessoal, moradia e excluídos por fatores linguísticos.

O imigrante venezuelano também é retratado pela mídia como um indivíduo doente, pois, esta tradução pode ser absorvida na materialização do enunciado “Além da logística, os militares cuidam da segurança e atendimento de saúde. Outros órgãos do governo prestam atendimento psicossocial”, pressupondo que até a prestação dos serviços de acolhimento, os venezuelanos eram acometidos por patologias diversas. Sendo assim, a notícia apresenta além do elemento regulador do sentido de pobreza crônica, marcações nos enunciados que deslizam o sentido para retratar o imigrante como um ser doentio.

Quando o enunciador materializa “[...] militares afirmam que a operação deve se concentrar mais na interiorização dos imigrantes para desafogar a região Norte...”, a catacrese “desafogar” causa o efeito de sentido de exacerbação do fluxo migratório, caracterizando uma hipérbole. Nesta perspectiva, o sentido do enunciado implica em dizer que houve a entrada de quantitativo absurdo de imigrantes em toda região Norte, ou que o quantitativo de venezuelanos é tão exagerado que supera a quantidade total de nativos na região, o que não é verdade, como foi visto na primeira seção desta pesquisa.O enunciador também objetifica os migrantes, ao utilizar verbos que causam o efeito de sentido da coisificação como “interiorizar”, “desafogar” e “concentrar”, estabelecendo uma relação de dualismo entre uma unidade (militares) e um objeto (migrantes).

Quadro 5 - Notícias Analisadas em 2020

Elementos Regulares	Exemplos de enunciados
Isolacionismo	➢ “...está em avaliação a possibilidade do fechamento temporário e exclusivamente por motivos sanitários, da fronteira do Brasil com outros países” (I) ➢ “...Tivemos diversas outras ameaças de fechamento de fronteiras em Roraima...” (I) ➢ “...em alerta com a rápida proliferação do Corona vírus na América Latina, começaram a restringir circulação nas fronteiras...” (I)
	➢ “...determina a restrição ‘excepcional e temporária de entrada no país por 15 dias de estrangeiros vindo por terra da Venezuela” (I) ➢ “Fechamos fronteiras, mas em especial

Exclusão migratória	onde está nossa grande preocupação, que é a Venezuela” ➢ “...começaram a restringir circulação nas fronteiras” (I) ➢ “A medida tem como argumento a dificuldade do Sistema Único de Saúde (SUS) em ‘comportar o tratamento de estrangeiros infectados pelo SARS-CoV-2” () ➢ “...E já havia um pedido do governador de Roraima, Estado fronteiriço com a Venezuela, para que o trânsito fosse revisto” (I) ➢ “Tivemos diversas outras ameaças de fechamento de fronteiras em Roraima e tentativas de restringir o acesso de venezuelanos aos serviços públicos...” (I)
Narrativização em 3ª pessoa	➢ “A advogada alerta que não há...” (I) ➢ “Quintanilha lembra ainda que...” (I) ➢ “...os militares cuidam da segurança...” (II) ➢ “Eles recebem refeições...” (II) ➢ “Eles também trabalham em Boa Vista...” (II) ➢ “A operação é coordenada pela Casa Civil, comandada pelo general Walter Braga Netto...” (II)
Migrante doente	➢ “Os migrantes e refugiados são vacinados, passam por avaliação clínica...” (II) ➢ “...estrangeiros infectados pelo SARS-CoV-2...” (I) ➢ “...o vizinho ainda apresenta poucos casos, 33 diagnósticos...” (I)
	➢ “O Governo de Jair Bolsonaro publicou nesta quarta-feira no Diário Oficial uma portaria...” (I) ➢ “A decisão brasileira está amparada na

Reivindicação do Discurso jurídico	lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 – que determina...” (I) ➢ “...afetar direitos básicos garantidos em lei pela própria agenda de Bolsonaro a essa população” (I) ➢ “...país em situação de grave violação de direitos humanos, permitindo que os imigrantes possam pedir refúgio...” (I) ➢ “...até então apenas o visto humanitário, que permitia a residência no país, era concedido aos venezuelanos” (I) ➢ “...o princípio da reciprocidade na entrada de imigrantes deixou de ser utilizado...” (I) ➢ “...referindo-se ao artigo 6 do documento [...] a responsabilização civil, administrativa e penal do agente infrator [o imigrante] e também promover a ‘deportação imediata do agente infrator e inabilitação de pedido de refúgio” (I)
Oficialismo	➢ “Oficiais generais do Ministério da Defesa e das Forças Armadas...” (II) ➢ “...segundo dados do governo” (II) ➢ “Um almirante da Marinha e um general do Exército, ambos da ativa, e por isso, ouvidos reservadamente...” (II) ➢ “...disse Bolsonaro em uma coletiva, sentado ao lado de seus principais ministros...” (I) ➢ “Segundo o ministro da Justiça, Sérgio Moro...” (I) ➢ “...o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) passou a classificar...” (I) ➢ “...segundo dados do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) (I)

Pobreza crônica	➢ “Eles recebem refeições, são alojados num dos 12 abrigos temporários, e recebem kits de higiene e limpeza...” (II) ➢ “...ao fechar a fronteira para a população mais vulnerável da América do Sul...” (I) ➢ “...há forte e crescente presença de indígenas da Venezuela em situação de extrema vulnerabilidade...” (I)
Descontrole crônico	➢ “...o atendimento na ponta aos refugiados e imigrantes que escapam da crise generalizada na Venezuela” (II) ➢ “...considerando ainda que na fronteira há forte e crescente presença de indígenas da Venezuela” (I) ➢ “...usando um contexto de crise global para justificar uma medida aparentemente arbitrária...” (I)
Objetificação	➢ “Cerca de 44 mil já foram transportados para outras cidades do país...” (I) ➢ “Neste ano, 16,7 mil foram deslocados até novembro, menos do que os 22,2 mil em todo ano passado” (II) ➢ “...a operação deve se concentrar mais na interiorização dos imigrantes para desafogar a região Norte...” (II) ➢ “Entre 2013 e 2019, 264.00 venezuelanos registraram alguma tentativa de regularização migratória no Brasil” (I)
	➢ “Nos últimos meses, aumentaram as queixas de oficiais com o envolvimento das Forças Armadas...” (II) ➢ “Os generais dizem que esse “desvio” de função como classificam, ocorre por pressão política e social, além da falta de

Oposição a política pública	pessoal e organização em outros órgãos de governo” (II) ➢ “...comparou as Forças Armadas a uma espécie de “Posto Ipiranga” no governo Bolsonaro” (II) ➢ “...A dúvida é qual a efetividade desta ação para conter a epidemia no Brasil, uma vez que o vizinho apresenta poucos casos...” (I)
Retardamento das políticas públicas adotadas	➢ “O ritmo, no entanto, está aquém do desejado” (II) ➢ “A medida chega atrasada em relação aos demais países do continente...” (I)
Reivindicação do Discurso médico/científico	➢ “Com o maior número de infectados por Corona vírus (Covid-19) na América Latina, o Brasil...” (I) ➢ “...exclusivamente por motivos sanitários...” (I) ➢ “...o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Corona vírus...” (I) ➢ “...não há políticas claras de prevenção de Corona vírus para as pessoas que estão circulando entre fronteiras...” (I)
Enaltecimento de política pública	➢ “...Considerada modelo pelas Nações Unidas e um dos raros trunfos do governo...” (II) ➢ “Há quem defenda que ela seja apresentada para concorrer ao prêmio Nobel da Paz” (II) ➢ “...é classificada como Força Tarefa Logística Humanitária” (II) ➢ “...ainda que a operação seja considerada importante para segurança humana...” (II)

	➢ “Além da logística, os militares cuidam da segurança e atendimento de saúde. Outros órgãos do governo prestam atendimento psicossocial, do qual também fazem parte cerca de uma centena de entidades da sociedade civil...” (II)
Abandono de política pública	➢ “O Ministério da Defesa discute no governo Jair Bolsonaro como retirar as Forças Armadas da Operação Acolhida...” (II) ➢ “...já manifestaram internamente o desejo de sair da operação ou ao menos reduzir ao máximo o engajamento das tropas” (II) ➢ “É corrente entre eles a avaliação de que chegou a hora de ‘passar o bastão’...” (II) ➢ “...teme, ao abandonar ações subsidiárias e de assistência, um dano de imagem, pois passaria uma mensagem negativa e perderia prestígio...” (II) ➢ “...confirmam a intenção de deixar a Acolhida” (II) ➢ “Militares querem deixar operação que acolhe venezuelanos” (II)

Fonte: Marco Paulo Bastos Souto Vieira Sales

3.5 NOTÍCIAS DE 2021

Na reportagem “Imigrantes são deportados após tentarem cruzar a fronteira”, divulgada no dia 06 de março de 2021, pelo jornal eletrônico Folha de Boa Vista. A notícia circulou a respeito da deportação de imigrantes venezuelanos que tentavam entrar no Brasil pela fronteira com Roraima.

É importante ressaltar que a narrativização busca justificar a deportação dos venezuelanos pela regulamentação do controle de entrada de imigrantes no território nacional, embora não faça menção às medidas restritivas adotadas pelo poder público, como forma de contenção a propagação da COVID-19, as afirmações suscitam a correlação com as conjunturas sociais vigentes naquele contexto sócio histórico que materializou as alegações da notícia. Entre as medidas implantadas pelas autoridades – não somente as brasileiras, como de outros Estados - estavam o incentivo ao isolamento social como forma de prevenção ao contágio da doença.

Cabe mencionar que o modo de enunciação do interlocutor do texto reivindica o interdiscurso do discurso jurídico como forma de legitimar as ações adotadas pela Polícia Militar. Há vários elementos marcadores do campo do saber do Direito, presentes nos enunciados, como se observa nos trechos: “Uma portaria nacional está em vigor” (a escolha dos itens lexicais: “portaria nacional” causa este efeito de sentido); “foram detidos” (remetendo a memória discursiva do Direito Penal); “com a negativa da regularidade” pela escolha vocabular de “regularidade” empregado com o sentido de legalidade; “sem documentação regular”; “incluem o Registro Nacional Migratório, eles afirmaram que não possuíam” em que o Registro Nacional Migratório se refere a documentação; “Portaria Ministerial de número 651, de 08 de fevereiro de 2021” sendo alusivo também a documentação; “recomendação da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), “em face da declaração de emergência em saúde pública...” apresentando como marcadores do discurso jurídico “recomendação”; “declaração” e “emergência” e o próprio uso do vocábulo “deportação”.

Ainda se tratando desta publicação, o texto propõe construir a imagem do imigrante venezuelano com as formações imaginárias da ilicitude/marginalidade ao

reivindicar alguns vocábulos que geram este efeito de sentido como “detidos”, remetendo ao imaginário do apenado; “sem documentação regular” causando o efeito da clandestinidade ou ilegalidade; e o enunciado “Segundo os policiais, os imigrantes foram localizados quando se aproximavam da fronteira e ao serem questionados sobre as documentações, que incluem o Registro Nacional Migratório, eles afirmaram que não possuíam”. Seguindo esta lógica, estes conjuntos dispersos de enunciados apontam para a regularidade do migrante transgressor.

Percebe-se, na materialização deste último enunciado, a reivindicação do discurso policial para a construção da imagem do imigrante venezuelano associada à ilicitude ou transgressividade, posto que, no primeiro período da oração a narrativização ganha um contorno imaginário de agentes policiais na busca pelo encontro do paradeiro de bandidos, o vocábulo “questionados” retoma a memória do discurso policial remetendo ao imaginário do interrogatório do delegado de polícia com os réus e ao afirmar que não possuíam os documentos, dada esta conjuntura, implica em dizer que estão ilegais ou são sujeitos irregulares/transgressores da lei e da ordem social e, por isso, o discurso suscita o cometimento de atos ilícitos pelos imigrantes.

Mesmo passados, cinco anos da chegada dos primeiros imigrantes venezuelanos ao Brasil, a mídia continua a objetificá-los através do uso de elementos quantificadores.Nesta reportagem, por exemplo, a coisificação destes aparece no seguinte trecho: “... 16 imigrantes venezuelanos sem documentação regular para imigração”.

Ademais, no discurso midiático, o interlocutor propõe evocar ao texto a voz institucional, enquanto porta-voz do discurso, uma vez que, o oficialismo, sobretudo no fornecimento de dados, é reivindicado como forma de legitimar ou validar as afirmações feitas pelo jornalista ou como recurso ou elemento consonante e garantidor a ideologia defendida pelo veículo de comunicação. Neste ponto de vista, o oficialismo também é reivindicado nos textos como o porta-voz legítimo e assegurador de uma formação discursiva.

Diante do exposto, é possível suscitar que o texto constitui uma formação discursiva discriminatória ou excludente a respeito da presença dos imigrantes venezuelanos no Brasil. Destarte, o enunciado “estabelece a restrição excepcional e

temporária de entrada no país de estrangeiros, de qualquer nacionalidade...", logo, quando emerge as palavras "restrição", "excepcional" e "temporária", relacionada a uma condição de entrada daquele que vem de fora (migrante), caracteriza um dizer xenofóbico, criando um dualismo entre nativos e estrangeiros, além de causar o efeito de sentido da exclusão. Logo, não seria exagero afirmar que, a discursivização apresenta o elemento regulador da discriminação.

Outra marca que deixa pistas para o posicionamento discursivo de contraposição a presença de imigrantes no país, apresentada pelo jornal, consta no trecho: "Os imigrantes foram ouvidos e em seguida deportados ao país venezuelano", o que torna explícito que "os estrangeiros" a que se refere não são estrangeiros de qualquer nacionalidade, mas sim, aos venezuelanos. O uso do vocábulo "deportação" implica na expulsão ou devolução compulsória destes imigrantes ao país de origem, provocando o efeito de sentido da exclusão, ao mesmo tempo, em que busca legitimar este posicionamento discursivo pelo uso de um jargão do campo do saber do Direito Internacional devido ao aparecimento vocabular de "deportação".

No dia 19 de março de 2021, o portal BOL Notícias publicou o seguinte material: "Venezuela mantém alerta por proximidade com o Brasil, epicentro da pandemia". Os elementos textuais trazidos na reportagem suscitam a inscrição do interlocutor a uma formação discursiva de contraposição às ações do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da COVID-19. A condição de produção pela qual a reportagem foi redigida coincide com o momento em que o Brasil estava entre os países com a maior quantidade de mortes em decorrência da doença e tinha tentando diminuir o número de contágios e mortes com a implantação de medidas restritivas recomendadas pelas autoridades sanitárias.

Como visto em outras matérias analisadas e trazidas para esta pesquisa, foi possível perceber os efeitos de sentido através da construção do discurso desta notícia que o enunciador se alinha ao Governo Venezuelano para constituir uma formação discursiva de oposição ao Governo Bolsonaro. A manchete sinaliza uma crítica ao governo brasileiro com a escolha da relação do sintagma "epicentro da pandemia" em referência ao Brasil e acondicionado à proximidade que a Venezuela estabelece com o território brasileiro. O efeito de sentido produzido em "Venezuela

mantém alerta por proximidade com o Brasil, epicentro da pandemia" é de que devido à localização geográfica entre os dois países, os venezuelanos estão sujeitos a ter uma maior quantidade de infecções pela COVID-19 provenientes de cidadãos brasileiros, uma vez que no território tupiniquim há o registro do maior número de infectados e mortes da América Latina – diante daquele contexto histórico e social, ou seja, as condições de produção para a formação deste discurso.

É importante assinalar ainda que, na época da circulação desta notícia, o Governo Federal tinha autorizado a compra de vacinas contra a COVID-19 provenientes de apenas alguns laboratórios considerados confiáveis pela ANVISA e os órgãos de vigilância em saúde do Brasil. Entretanto, a capacidade de atender a demanda era limitada, ou seja, havia uma demanda maior que a oferta. Fator este que levou ao retardamento da vacinação completa da população, sem ainda considerar uma possível demora do Governo Federal em tomar uma decisão sobre a importação dos insumos necessários para a produção dos imunizantes.

No começo da matéria, é possível constatar um tom do enunciador de ironia ao materializar o seguinte enunciado: "A Venezuela se mantém em alerta pelo risco de ter como vizinho o Brasil, um ano após o fechamento parcial das fronteiras comuns, determinado pelo governo de Jair Bolsonaro, devido a alegada 'incapacidade' de Nicolás Maduro de conter a propagação do novo Corona vírus". Assim sendo, o efeito de sentido sugere uma incompetência gerencial do governo brasileiro nas ações de enfretamento à pandemia. Alguns marcadores pressupõem esta oposição, tal como "alerta pelo risco de ter como vizinho o Brasil", "determinado pelo governo de Jair Bolsonorado" e o antagonismo sarcástico no trecho "alegada 'incapacidade' de Nicolás Maduro de conter a propagação".

Pode ser que essa ironia tenha aparecido no texto por causa do contexto sócio histórico que o Brasil apresentava na época, como um dos países com maior número de mortes e de contágios do mundo. Caso esses índices fossem baixos, hipoteticamente apareceriam outros enunciados em seu lugar ou o modo de enunciar ganharia outra tonalidade. Ademais, o repórter retoma uma situação social do passado quando o Governo Federal determinou, no início da pandemia, o fechamento da fronteira com a Venezuela para evitar a propagação viral.

A formação discursiva de contraposição ao Governo Bolsonaro pelo redator está contida também no seguinte fragmento: “O tempo mostrou, contudo, que os números seguiram baixos no território venezuelano, enquanto no brasileiro permanecem crescendo”, a comparação é feita no sentido de reivindicar mais uma vez o antagonismo, uma vez que o governo Bolsonarista – no imaginário social brasileiro - faz a oposição ao Governo de Maduro. Nesta perspectiva, a formação imaginária, nesta condição de produção, reforça o efeito de sentido da incompetência ou inoperância de agentes do Governo Federal, pois, na memória discursiva do sujeito a Venezuela é considerada como um país mais pobre e que enfrenta dificuldades econômicas e sociais que levaram parte da população a migrar para os países vizinhos e, embora acometida por todos estes problemas, teve um menor impacto em relação ao Brasil durante a pandemia. Além do mais, o compartilhamento da formação imaginária coletiva implica em assegurar que os países economicamente mais ricos possuem maior organização e condições financeiras para conter impactos de qualquer natureza, inclusive ações sanitárias e prevenção à saúde.

Por outro lado, o posicionamento favorável ao governo venezuelano deixa marcas na prática discursiva a seguir: “Com o objetivo de evitar um contágio em massa, o governo da Venezuela enfiou (sic) uma carta à Organização das Nações Unidas (ONU), no início desta semana, para solicitar uma intervenção no Brasil e o controle da situação, que foi classificada como ‘tragédia’”. Esta narrativização causa o efeito de sentido da operação, dado que a formação imaginária da sociedade latino-americana sugere que as figuras políticas sejam autoridades comprometidas com o bem-estar social e coletivo. Além do mais, aquele político que deixa de demonstrar este caráter solidário ou empático com os conterrâneos não consegue adesão popular e votos, assim verificamos o funcionamento do sistema de restrição do discurso político que o interlocutordeixa escapar.

Não menos importante mencionar que quando o sujeito enuncia o vocábulo “massa”, causa um efeito de sentido hiperbólico de descontrole: grande quantidade, algo absurdamente grande e neste caso estabelece uma referência ao contágio. Sendo assim, esta sequência discursiva sugere o descontrole crônico dos casos de contaminação pelo poder público brasileiro. O uso do vocábulo “tragédia” sugere

uma dramatização referente a um problema crônico de saúde enfrentado no Brasil, que é a alta taxa de infecção de uma doença, pois, naquela época inexistiam procedimentos plenamente confiáveis que assegurassem a cura. Por outro lado, a discursivização suscita à inércia do Estado quanto às políticas governamentais de enfrentamento a doença, provocado pelo efeito de sentido do descontrole crônico dos contágios.

A formação discursiva de contraposição ao governo brasileiro e de aliança ao venezuelano é legitimada quando o autor do texto traz a Voz do outro que, neste caso, se trata do chanceler venezuelano assumindo o papel do porta-voz desta discursivização. Primeiramente, essa voz é trazida em forma de paráfrase e depois como citação direta para sustentar o dizer da narrativização da reportagem e a posição-sujeito - como representante estatal que investe o diplomata - o assegura como porta-voz deste discurso. Nesta lógica, o interlocutor apresenta mais uma vez a regularidade do oficialismo em sua discursivização.

Outros fragmentos vão construindo a imagem negativa na formação imaginária sobre as políticas públicas brasileiras ao questionar como o governo brasileiro tem lidado com as políticas migratórias durante a pandemia. Como é o caso dos seguintes enunciados: “O governo venezuelano também disse na carta que a ‘alarmante dinâmica epidemiológica’ no país vizinho é ‘uma consequência da retirada negligência criminosa’ de Bolsonaro, a quem acusou de ser o ‘principal obstáculo’ para salvar vidas no ‘pior momento da pandemia’; “O presidente Jair Bolsonaro e seu governo se tornam o pior inimigo dos esforços nacionais, regionais e internacionais, incluindo aqueles em níveis bilaterais e multilaterais, para mitigar os efeitos devastadores da pandemia da covid-19 na região de América Latina e Caribe”. Embora revestido do oficialismo, o porta-voz deste discurso é um representante de uma instituição interpelada e assujeitada ideologicamente à oposição do atual governo vigente do Brasil.

Estes fragmentos acima foram retirados da fala do diplomata venezuelano que só produziu este enunciado devido à posição que se encontra, pois tem a ilusão de emitir as suas convicções na carta endereçada à ONU, quando na verdade ele apenas reproduz outros dizeres alinhados com o sistema de restrição que está inscrito enquanto diplomata do governo da Venezuela. Se este mesmo diplomata

estivesse representando os interesses do governo brasileiro, por exemplo, seria possível afirmar que os enunciados produzidos seriam outros, visto que, a reprodução dos enunciados apresentados nesta reportagem poderia perderia o sentido, uma vez que no imaginário social, o diplomata tem como finalidade negociar tratados diplomáticos que atendam aos interesses do país que representa. Seguindo essa lógica, este mesmo diplomata, neste caso hipotético, seria assujeitado a outro sistema de restrição que o levaria a se inscrever em uma formação discursiva de aliança ao governo brasileiro em decorrência da posição-sujeito (cargo) que ocupa na sociedade. Sendo assim, seu discurso seria atravessado por um sistema de restrição inscrito na formação discursiva de aliança ao governo.

Sem embargo, o autor do texto produz o efeito de sentido de que o governo venezuelano seja benevolente ou solidário com o Brasil. Esse sentido está presente na seguinte prática discursiva: “A Venezuela, que não só tem as fronteiras restritas, também já deu suporte ao Brasil, com o envio de 14 mil cilindros de oxigênio para o vizinho, durante a crise que afligiu os estados do Amazonas e Roraima, que ocorreu ao longo do mês de janeiro”. O período referenciado consiste em uma época de escassez de cilindros de oxigênios nestes dois Estados para atender a população no enfrentamento da COVID-19. Os itens lexicais “deu suporte ao Brasil” fazendo referência à Venezuela marca o efeito de sentido da benevolência e da solidariedade das autoridades venezuelanas com o Brasil.

Ao final do texto, há uma relação de objetificação ou coisificação das pessoas contaminadas pela COVID-19, tanto pelo lado brasileiro, como pelo lado venezuelano, pois o enunciador recorre mais uma vez ao discurso do oficialismo, sustentado pelas informações prestadas pelos dois governos, para divulgar dados quantitativos do número de mortos e infectados pela doença, da mesma forma como se contabiliza um objeto qualquer. O sujeito que enuncia, ainda traça um comparativo dos dados suscitando que, os números apresentados pelo Brasil são significativamente negativos quando relacionados aos divulgados pelo governo venezuelano e, assim, consolida o assujeitamento do sujeito enunciador do discurso a uma formação discursiva de contraposição às políticas públicas adotadas pelo governo brasileiro e de aliança às ações governamentais da Venezuela.

Ademais, em ambas as reportagens trazidas para esta pesquisa, durante esse período, percebem-se o silenciamento dos imigrantes como sujeito porta-voz, ou seja, se em outros anos eles aparecem como o porta-voz do discurso apresentando a regularidade do sentido de experienciação e vivência do fluxo migratório e da convivência com os nativos, neste período é negada a concessão de voz provocando o efeito de sentido do apagamento.

QUADRO 6 – NOTÍCIAS ANALISADAS EM 2021

Quadro 6 – Notícias Analisadas em 2021

Elementos Regulares	Exemplos de enunciados
Oficialismo	➢ "O chanceler venezuelano, Jorge Arreaza, apelou ao secretário-geral da ONU, António Guterres..." (II) ➢ "O governo venezuelano também disse..." (II) ➢ "A Venezuela registrou..." (II) ➢ "De acordo com consórcio de veículos de imprensa do país..." (II) ➢ "A PM afirmou ainda que..." (II) ➢ "...conforme recomendação da ANVISA..." (I) ➢ "...segundo dados oficiais" (II)
Reivindicação do discurso jurídico	➢ "...leva em consideração a Portaria Ministerial de número 651, de 08 de fevereiro de 2021..." (I) ➢ "Os imigrantes foram ouvidos e em seguida deportados ao país venezuelano" (I)
Migrante transgressor	➢ "Foram detidos na fronteira Brasil/Venezuela, 16 imigrantes venezuelanos sem documentação regular para imigração..." (I) ➢ "Com a negativa da regularidade, eles foram encaminhados a sede da PF em Pacaraima..." (I) ➢ "Ainda segundo os policiais, os imigrantes foram localizados quando se aproximavam da fronteira" (I)

Objetificação (vítimas)	➢ “A Venezuela registrou, desde o início da pandemia, 148.208 casos de infecção e 1.467 mortes em decorrência da doença...” (II) ➢ “O Brasil [...], contabiliza 11.787.600 positivos e 287.795 vítimas...” (II) ➢ “...na Venezuela 51 pessoas morreram por cada 100 mil habitantes, o representa 0,5% da população, enquanto no Brasil, são 5.518 casos de óbitos para cada 100 mil pessoas, ou seja, 5,5% do total” (II)
Exclusão migratória/isolacionismo	➢ “Os imigrantes foram ouvidos e em seguida deportados ao país venezuelano” (I) ➢ “...que estabelece a restrição excepcional e temporária de entrada no país de estrangeiros, de qualquer nacionalidade...” (I) ➢ “...como com a implantação de um ‘cerco sanitário’ nas zonas de maior incidência...” (II) ➢ “...um ano após o fechamento parcial das fronteiras comuns...” (II)
Reivindicação do discurso médico/científico	➢ “...em face da declaração de emergência em saúde pública de importância internacional...” (I) ➢ “...em decorrência da infecção humana pelo Corona vírus...” (I) ➢ “...a alarmante dinâmica epidemiológica...” (II) ➢ “...o ‘principal obstáculo’ para salvar vidas no ‘pior momento da pandemia’”. (II) ➢ “Coincidindo com o período da detecção da nova variante, houve também um aumento considerável do número de infecções na Venezuela...” (II) ➢ “...o que levou, no início desta semana, à instalação de um hospital de campanha, voltado para o atendimento de pacientes com Covid-19...” (II)

Oposição à política pública ou ao Governo Federal	➢ “O presidente Jair Bolsonaro e seu governo se tornaram o pior inimigo dos esforços nacionais, regionais e internacionais...” (II) ➢ “Coincidindo com o período da detecção da nova variante, houve também um aumento considerável do número de infecções na Venezuela, embora as autoridades não tenham explicado se existe alguma relação entre os fatos...” (II) ➢ “...o governo venezuelano alertou para a chegada da variante brasileira do novo Corona vírus no país...” (II) ➢ “...determinado pelo governo de Jair Bolsonaro, devido a alegada ‘incapacidade’ de Nicolás Maduro de conter a propagação do novo Corona vírus...” (II)
Efeito hiperbólico/descontrole do contágio viral	➢ “...em face da declaração de emergência em saúde pública de importância internacional...” (I) ➢ “Com objetivo de evitar um contágio em massa...” (II) ➢ “...para solicitar uma intervenção no Brasil e o controle da situação, que foi classificada como “tragédia” (II) ➢ “...que faça ‘urgentes gestões e bons ofícios’ junto às autoridades brasileiras” (II) ➢ “...para que reconheça a gravidade da pandemia...” (II) ➢ ...para mitigar os efeitos devastadores da pandemia da COVID-19...”(II) ➢ “Variante e aumento de casos” (II) ➢ “...nas zonas de maior incidência, especialmente em Caracas, onde o número de casos vem subindo mais rapidamente do que no restante do país...” (II) ➢ “...as áreas afetadas que estão em estado de emergência, com ordenação de abertura de “novas

	capacidades hospitalares...” (II) ➢ “...durante a crise que afligiu os estados do Amazonas e Roraima...” (II)
Aliança às ações governamentais da Venezuela	➢ “O tempo mostrou, contudo, que os números seguiram baixos no território venezuelano, enquanto no brasileiro permanecem crescendo” (II) ➢ “A Venezuela, [...], também já deu suporte ao Brasil”(II) ➢ “...com envio de 14 mil cilindros de oxigênio para o vizinho durante a crise que afligiu os estados do Amazonas e Roraima...” (II) ➢ “Isso levou o governo Nicolás Maduro a endurecer as medidas estabelecidas para impedir a propagação do novo Corona vírus...” (II)
Narrativização em 3ª pessoa	➢ “...eles afirmaram que não possuíam” (I) ➢ “Os imigrantes foram ouvidos...” (I) ➢ “... eles foram encaminhados...” (I) ➢ “...embora as autoridades não tenham explicado se existe...” (II)

Fonte: Marco Paulo Bastos Souto Vieira Sales

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, o presente estudo propôs analisar como se constitui a imagem do sujeito imigrante venezuelano, pela perspectiva da formação imaginária e ideológica, nas notícias que circularam nos jornais online, tomando como referência os fundamentos da AD francesa. Nesta perspectiva, utilizamos como recorte metodológico, a seleção de reportagens publicadas no período entreagosto de 2016 e março de 2021, nos sites de notícias locais de Roraima e nos portais da grande mídia.

Não menos importante mencionar, que para a constituição do corpus, tomamos como critério a seleção das notícias veiculadas a partir de acontecimentos específicos de repercussão, noticiados pela imprensa, sendo estes os acontecimentos selecionados: a chegada dos primeiros migrantes venezuelanos em quantidade significativa ao Brasil pela fronteira com Roraima; a implantação da Operação Acolhida e o fechamento das fronteiras, mediante a propagação da Covid-19.

Ao problematizar nossos questionamentos partimos a partir de determinados objetivos específicos, tais como: evidenciar os efeitos de sentido gerados nas notícias a partir das formações imaginárias que, por sua vez, são pré-construídas ante o funcionamento ideológico; observar como as mídias locais e nacionais constroem a imagem do migrante venezuelano e esquadrinhar como se constituem as formações discursivas acerca do migrante venezuelano, a partir das dispersões dos enunciados e das regularidades de sentido expressos no processo interlocutório.

Diante do exposto, é possível afirmar que a imprensa constrói a imagem do sujeito migrante venezuelano como alguém pobre, em condição de clandestinidade, extremamente dependente das políticas assistencialistas do Estado, em situação de miserabilidade, sem residência fixa ou morador de lugares insalubres e que, embora seja trabalhador, é uma pessoa desocupada quando chega ao território brasileiro. Essa mesma imagem relacionada à pobreza se assimila, quando se refere ao migrante indígena venezuelano, com a diferença de que a condição de

vulnerabilidade social deste segundo é mais crônica, conforme os efeitos de sentidos que aparecemnas reportagens.

Desse modo, podemos afirmar que o aparecimento de alguns itens lexicais ajudaa constituir a imagem desse migrante venezuelano no discurso da mídia, a partir de algumas regularidades lexicais ao longo do texto, como: “fome”, “miséria”, “comida”, “irregular” e termos similares e comumente utilizados pelos enunciadores.

A mídia também costuma objetificar ou coisificar esses migrantes ao investir em narrativizações quantitativas destes sujeitos, apresentando números totais de quem chega ou é assistido pelas políticas públicas de acolhimento ou interiorização. Essas inferências são possíveis de serem feitas por meio das reivindicações ou rejeições de palavras ou expressões que vão constituindo esses efeitos de sentido.

Quando a imprensa quantifica o número de migrantes que circulam ou entram no Brasil, há um demasiado exagero na prestação das informações devido ao uso de metáforas que causam o efeito de sentido hiperbólico ou adjetivações. Em algumas situações, os interlocutores apresentam números considerados elevados, mas não faz um comparativo global do total de imigrantes que chegam ao país ou circulam no território nacional, pois estes números poderiam causar outros impactos. Ao ocultar essa informação – lembrando que o ocultamento é considerado também como uma técnica de manipulação midiática, por alguns teóricos – o efeito de sentido da apresentação destes números sem o comparativo é de silenciamento e, em algumas ocasiões, provocam também o sentido de exagero, implicando em dizer que o quantitativo de migrantes é elevado, podendo ser traduzido também que o número de migrantes e nativos se equivale.

As reportagens também sugerem que esses migrantes sofrem com a violação de direitos humanos básicos, tanto durante o movimento migratório, quanto à instalação ou fixação no território brasileiro, ou seja, são destituídos de garantias e necessidades básicas para a sobrevivência humana, como o acesso a alimentos, água, medicamentos e outros serviços essenciais para sua subsistência. Por outro lado, alguns veículos de comunicação buscam construir a imagem deste sujeito associado com a marginalidade, o crime ou qualquer outra forma de transgressão da legislação brasileira. Logo, o sujeito que enunciaexpressa,o banditismo social e a marginalização do sujeito e, nesta medida, é válido destacar que não nos vemos

como latinos ou de que criamos o sentimento de unidade sul-americana, pois, não há a relação de fraternidade com os venezuelanos, embora historicamente a Venezuela tenha acolhido muitos brasileiros no passado, quando este movimento migratório se alternava. A sensação diante das práticas discursivas é de que não o queremos aqui.

Em demasiadas ocasiões, os enunciadores recorrem ao discurso jurídico para legitimar suas narrativizações, evocando a fala literal ou por paráfrases de autoridades, advogados, diplomatas ou especialistas do Direito – explorando assim, a posição-sujeito enunciador, para legitimar o dizer desta narrativização jornalística. Ademais, quando a mídia recorre ao discurso especialista ou de autoridade, o sujeito que enuncia se ancora no oficialismo, o que implica em dizer que a narrativização se sustenta através da prestação da informação oficial

Por conseguinte, os enunciadores exercem poder de influência, a partir de expressões que seduzem, interpelam e mexem com a formação do imaginário do leitor, assujeitando-o à perspectiva ideológica da sociedade, na escolha do enunciador, aquele que vai garantir a legitimidade da narrativização, que por sua vez, será descrita por intermédio de um discurso-relatado. O mesmo equivalente a um testemunho o qual é feito pelo porta-voz do discurso. Este sujeito enunciador vai articular sua discursivização, respeitando o sistema de restrição a qual está assujeitado, possivelmente, devido à instituição que representa. Assim sendo, este enunciador colocará em funcionamento a sua prática discursiva ressoando a voz do outro, que neste caso, será a instituição que o assujeita e, ainda terá a ilusão de ser o dono do depoimento que presta à mídia, quando na verdade se esquece de que ideologicamente foi atravessado pelo conjunto de outros dizeres, já produzidos por quem representa.

Os enunciadores também evocam o conjunto de dizeres já-ditos, a memória discursiva, sobre determinados assuntos para conseguir a adesão do outro para a formação discursiva que suscita inscrever-se. Isso ocorre a partir do imaginário do leitor ou do compartilhamento de valores sociais de uma determinada sociedade e, assim, interpelar o enunciatário, a fim de se inscrever nesta formação discursiva que defende ou contrapõe.

Não menos importante mencionar que a pesquisa contou com três recortes propostos: a chegada dos primeiros imigrantes em quantidade significativa (2016/2017); a implantação da Operação Acolhida (2018/2019), fechamento das fronteiras e a propagação da COVID-19 (2020/2021). Em um primeiro momento, os enunciadores apresentam elementos que sugerem a existência de objetos discursivos que estabilizam um objeto de saber e, no caso, este objeto se refere ao desconhecimento das autoridades e do poder público,referente às questões migratórias, possivelmente, em virtude do advento de um fenômeno social novo que consistiu na chegada dos primeiros imigrantes venezuelanos em fluxo considerável. Em um segundo momento, os enunciadoresse inscrevem em uma formação discursiva pró-acolhimento ou assistencialismo, provavelmente em virtude das expectativas criadas com a implantação da Operação Acolhida, surgida naquele momento, como uma política pública com o pressuposto de humanizar, prestar assistência e acolhimento aos imigrantes, o que implica em compreender as condições de produção que conceberam a materialização deste discurso durante aquele período.

Neste primeiro período, é possível encontrar na discursivização alguns elementos reguladores, tais como: a exclusão do migrante nas prestações de serviços públicos básicos e fundamentais; a união das autoridades pela resolutividade dos problemas sociais apresentados; e a reivindicação do discurso jurídico, como forma de legitimar o amparo legal. Além disso, o migrante venezuelano é retratado como um sujeito em constante fuga – possivelmente dos problemas sociais, políticos ou econômicos do seu país de origem – e também como um indivíduo em condição de extrema vulnerabilidade social ou pobreza crônica, haja vista a associação destes com os elementos linguísticos que suscitam a fome, a moradia de rua, o nomadismo, a falta de dinheiro e o desemprego.

No segundo período, que consistiu na implantação da Operação Acolhida, no primeiro momento, os venezuelanos começam a ser retratados como sujeitos transgressores da lei e da ordem social, na medida em que os textos sugerem a existência do dualismo entre nativos e imigrantes, em uma possível disputa por espaço ou acesso aos serviços públicos. O imigrante começa ser visto como “aquele que vem de fora” e, por esta razão, deve ser destituído de todos os acessos.

Igualmente, nesta mesma época, os venezuelanos começam a ser retratados também como sujeitos enfermos, as dispersões dos enunciados suscitam a regularidade do migrante como hospedeiro ou parasita das mais variadas doenças.

À vista disso, os enunciadores reivindicam o elemento regulador do descontrole crônico, quando mencionam o fluxo migratório, através de expressões que provocam o efeito de sentido do exagero. Neste mesmo período, a mídia concede voz aos indígenas como forma de relatar experiências de convivência, mas é importante assinalar que,está voz é concedida tão somente aos indígenas brasileiros, o que implica no silenciamento de outra versão que é a dos indígenas venezuelanos e, assim, interpela o outro pelo apagamento.

O conjunto de enunciados avança para uma formação discursiva de exclusão dos venezuelanos, pela discriminação ou por práticas xenofóbicas. O discurso jurídico passa a ser utilizado como forma de contextualizar um fenômeno social, provocado pelos deslocamentos internacionais.

Em um segundo momento surge outras formações discursivas em contraposição à exclusão, uma vez que, se caracteriza por consistir em um posicionamento discursivo favorável ao acolhimento. É importante assinalar que ainda persiste a constituição da imagem do migrante associada à pobreza crônica, à transgressividade e à fuga. Todavia, um elemento regulador novo aparece, que é a do imigrante como um sujeito trabalhador, embora os serviços prestados estejam relacionados ao subemprego ou trabalhos de baixa qualificação profissional e renda, em território alheio ao seu.

Não seria exagero afirmar que a mídia consolida ou cristaliza este efeito de sentido da pobreza aos venezuelanos pela técnica da repetição ao longo das reportagens e evocando estes dizeres de outras condições de produção, como suscita o primeiro recorte temporal da pesquisa, onde também retrata os venezuelanos como um sujeito condicionado à situação de miserabilidade. Em algumas circunstâncias, o sujeito enunciador busca traçar o comparativo do passado com a situação presente quando, por exemplo, afirma que determinado imigrante exercia um emprego ou trabalho de grande prestígio social em seu país e, quando evade para países vizinhos, se dispõem a trabalhar em serviços de baixo prestígio.

No terceiro período histórico o qual propomo-nos a recortar consiste com o fechamento das fronteiras e a propagação da COVID-19 no Brasil. Este contexto sócio histórico da época pode explicar o surgimento do isolacionismo, como elemento regulador do discurso devido à condição de produção da discursivização midiática. Interessante observar que neste período há o silenciamento dos imigrantes, tanto indígenas como não-indígenas, enquanto porta-voz do discurso. Este silêncio provoca o efeito de sentido da exclusão, na medida em que suscita que os imigrantes venezuelanos não sofrem tanto como os brasileiros tem sofrido com a pandemia. Esta interpretação é possível devido à formação imaginária de que aquele que se cala se contenta ou que o sofrimento é abafado pelo esquecimento. Assim, a mídia deixa de recorrer ao testemunho de experienciação dos imigrantes e sequer concede abertura para expressar opiniões acerca da pandemia, mas reivindica o discurso médico/científico na materialização dos enunciados.

A formação discursiva de exclusão ou discriminação do imigrante se fundamenta como um custo a mais para o Estado, ou seja, é como se os venezuelanos fossem um estorvo ao erário e sobrecarregassem os serviços públicos (como se antes mesmo da chegada deles, esta prestação funcionasse com eficiência). Circulam constantemente neste período os itens lexicais “fechamento da fronteira” que vai cristalizando esta exclusão ao migrante.

Neste período, a imagem dos venezuelanos continua carregada pela pobreza crônica, associada à transgressão e retratada como indivíduos portadores de doenças. O discurso jurídico é reivindicado para contrapor a legalidade do fechamento das fronteiras e a tutela do Estado para prover os direitos humanos fundamentais aos imigrantes. Igualmente, circulam duas formações discursivas antagônicas: uma que suscita apoio às políticas públicas, implementadas pelo Governo Federal, e a outra de contraposição às ações governamentais.

Por consequência da pandemia, se em outrora o efeito de sentido da discursivização estava relacionado ao descontrole crônico dos fluxos migratórios, nesta época, este descontrole crônico está relacionado de forma hiperbólica ao contágio viral de uma doença que, naquela circunstância, a ciência não havia descoberto a cura plena e eficiente.

Outro fator observado é que nas reportagens locais, por exemplo, foi possível perceber a maior incidência de enunciados cujos efeitos de sentido se inscrevem em uma formação discursiva xenofóbica, excludente ou discriminatória referente ao sujeito migrante venezuelano, possivelmente, por se tratar de publicações produzidas por enunciadores situados próximos ao local do epicentro deste movimento migratório e, assim sendo, os efeitos e consequências destas migrações afetaram com maior força aquela sociedade.

Outro fator elementar que foi constatado e deve ser indagado de forma a sugerir novas pesquisas é a respeito da relação entre o tratamento conferido pelos instrumentos midiáticos e a origem destes migrantes. Seguindo essa lógica, é possível levantar novos questionamentos: os migrantes venezuelanos são retratados pela imprensa desta forma por serem oriundos de um país subdesenvolvido e que atravessa uma das piores crises econômica e social da história da Venezuela? Se fosse um migrante oriundo de algum país desenvolvido, como os Estados Unidos ou alguma nação europeia, este seria retratado, suscitando tratar-se de indivíduos marginais, clandestinos, irregulares, ilícitos, pobres, miseráveis e destituídos de todas as necessidades básicas para subsistência, de forma a sofrer com a violação dos direitos humanos essenciais para a sua dignidade?

Nesta perspectiva, é possível supor a existência entre as relações estatais ou governamentais que articulam suas ideologias através dos veículos de comunicação. Assim, interpela o outro, por uma perspectiva ideológica defendida por uma classe dominante ou detentora do poder, a fim de convencer ou interpelar a sociedade a respeito das suas ações, doutrinas e defesa dos interesses desta superestrutura. Ao usar os conglomerados midiáticos, através dos seus discursos, legitima a execução das suas práticas. Então, não seria exagero afirmar também que este processo é negociado – aqui empregado na denotação do uso material da língua e não pelos aspectos da administração ou do marketing – através dos efeitos de sentido produzidos nos conteúdos a serem publicados pela imprensa.

A defesa destes interesses pode formar uma coalizão ou aliança com quem está no regime do poder, ou contrapor-se a quem está exercendo essa liderança, mas sem nunca atender aos interesses de um grupo elitizado, ao propor a propagação da ideologia destes pelas instâncias de comunicação. Portanto, o que a

mídia divulga ou apresenta como uma verdade, não se trata propriamente de uma verdade absoluta, tampouco de objetividade, mas a representação de uma verdade, acontecimento ou de um fato, mas ao mesmo tempo, divulgado pelo olhar ou interpretado através dos interesses dos proprietários destes veículos ou dos detentores do poder político e econômico.

Embora não seja o objetivo deste trabalho, a pesquisa também nos levou a considerar que, os aspectos sociais e econômicos são os principais motivadores do ser humano a optar pela migração. A maioria imagina que, somente com o movimento migratório, conseguirá ascender socialmente, levando a família a conseguir uma condição de vida mais digna. Entretanto, ao se deparar com a realidade, a maioria destes migrantes se desaponta, afinal são sujeitados a uma condição de extrema exploração do trabalho humano e às mazelas sociais, como a prostituição e a violência, ficando expostos a sofrer roubos, tráfico de todas as naturezas e a falta de moradia ou a residir em lugares insalubres.

Nessa esteira, conclui-se que esses discursos são colocados em funcionamento para legitimar suas narrativizações. Isso ocorre de forma a convencer ou, a interpelar uma parcela da população, que a representação da sua realidade é a verdade absoluta e, assim, manter a perpetuação destes grupos no controle social ou no exercício do poder.

No caso da migração venezuelana, possivelmente pelo fato de serem oriundos de um país subdesenvolvido, acabam sendo retratados nas reportagens, como pessoas que vivem à margem da sociedade, são excluídos, estigmatizados como pobres, destituídos de direito e sendo ainda caracterizados como sujeitos que buscam fugir de algo ou alguma coisa, que suscita-se ser as mazelas sociais e as restrições às liberdades de expressão no país vizinho. Eles também são vistos como pessoas doentes porque não tem acesso a remédios e possuem dificuldades de atendimento médico no Brasil, as reportagens suscitam que esses migrantes venezuelanos são hospedeiros de vários tipos de doença, inclusive as sexualmente transmissíveis, buscando demonstrar esse fator com crescimentos numéricos apontados nas estatísticas, como se buscasse responsabilizar o aumento destas doenças à presença dos imigrantes e não, ao crescimento populacional que tende a crescer o número de doentes, na mesma proporção.

Quanto ao processo migratório, as regularidades enunciativas indicam demasiado favorecimento a esse direito até a instalação da Operação Acolhida, pois antes da implantação desta política pública de acolhimento e assistência ao migrante, os formadores de opinião e as autoridades tinham poucas informações a respeito deste fluxo migratório. Mas, esta relação de aliança ao movimento migratório é rompida a partir da implementação desta ação governamental, quando a imprensa suscita que os imigrantes são geradores de gastos ao Estado, por serem pobres não arrecadam tributos para o Governo, ou que são praticantes de atos ilícitos ou transgressores.

Ainda, em todos os conteúdos apareceu o elemento regulador do oficialismo implicado como uma forma de legitimar dados ou informações a respeito de alguma alegação, representado por um porta-voz personificado ou por uma instituição que é inserida como um agente legitimador daquela discursivização. Enquanto em algumas ocasiões, a imprensa recorreu a algum especialista como porta-voz para legitimar a explicação de algum fenômeno, ou buscar a adesão do outro a se inscrever na formação discursiva que defende ou contrapõe. Os porta-vozes são escolhidos devido à posição-sujeito que ocupa na sociedade, pois na formação imaginária compartilhada coletivamente estão dispostos a se pronunciar a respeito de um fenômeno, devido ao conhecimento que têm em um campo do saber que domina.

Por fim, em todas as notícias observadas encontramos o elemento da objetificação dos imigrantes, ora acompanhado por quantificadores ou numerais, ora com verbos que designam o deslocamento de objetos, como é o caso de “levar”. Embora o objetivo não consista em analisar as possíveis relações ou padrões de manipulação, provavelmente a mídia exerça relação de dominância ou exercício de convencimento do leitor para aderir à formação discursiva que está inscrito ou contrapondo. Supostamente, esta influência esteja relacionada com o jogo de efeitos de sentido para captar emoções, pensamentos e sensações do enunciatário a partir das formações imaginárias que o interpelam.Ademais, a narrativização em 3ª pessoa causa o efeito de sentido do distanciamento ou o afastamento do profissional da imprensa, como se não buscasse nisso como uma necessidade, isenção ou responsabilidade, acerca dos problemas sociais. É possível que, este fator esteja

ligado ao fato de a construção desta narrativização não alcançar a comoção diante de uma mazela social.

Sendo assim, presume-se a existência da transversalização das teorias tradicionais da AD francesa com aquilo que outros teóricos do campo do conhecimento midiático defendem como a existência de uma “ditadura midiática”, a qual seleciona quais acontecimentos serão noticiados e que servem aos interesses dos proprietários das instâncias midiáticas. Além de serem notórias algumas intervenções dos enunciadores, no sentido de como a informação será tratada para alcançar o público, que por sua vez, terá acesso a representação de um fato, pela perspectiva dos interesses do veículo de comunicação; os mecanismos de filtragem e manipulação que atravessam o inconsciente do outro e, assim, se constrói o exercício de um poder brando da mídia, na medida em que é utilizada majoritariamente para atender aos interesses de uma classe dominante, ao legitimar discursos e perpetuar os contratos ou relações sociais do dominador sobre a classe dominada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**, 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ACNUR. **Migrações, refúgio e apatridia:** Guia para comunicadores, 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Migracoes-FICAS-color_FINAL.pdf>. Acesso em 05 nov. 2021.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ed., 1985

AMARAL, Nair Gurgel do. **Multiculturalidade, Identidade e Linguagem em Rondônia**. In: Revista Amazônia. Manaus: UFAM, 2017, p. 200-219.

AMÉLIO DE OLIVEIRA, Ovídio. **História, desenvolvimento e colonização do Estado de Rondônia**. Fortaleza: Dinâmica, 2004.

AQUINO, Dayane Cris de. **A lei geral da acumulação capitalista e a teoria da crise baseada na escassez de força de trabalho**. In.: Revista de Economia, vol. 3, n. Especial. Curitiba: UFPR, 2008, p. 77-98.

ARAGÓN, Luís. **Migração internacional na Pan-Amazônia: o que dizem os censos**. In.: SILVA, Sidney Antônio (org.). Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais. São Paulo: Hucitec Manaus Fapeam, 2012, p. 15-59.

ASSIS, Ana Elisa Spaolonzi Queiroz; VEDOVATO, Luís Renato; SIMÕES, Mauro Cardoso. **Estoicismo, migrações e direitos humanos: considerações teórico-filosóficas**. In.: BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro et al,. (orgs). Migrações Fronteiriças. Campinas: Unicamp, 2018, p. 655- 664.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Heterogeneidade (s) Enunciativa (s)**. In.: Caderno de Estudos Linguísticos, vol. 19. Campinas: Unicamp, 1990, p. 25-42.

BAENINGER, Rosana. **Migrações transnacionais na fronteira: novos espaços das migrações Sul-Sul**. In.: BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro et al, (orgs). Migrações Fronteiriças. Campinas: Unicamp, 2018, p. 463-471.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e a Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1981. Disponível em: < https://social.stoa.usp.br/articles/0016/2334/BAKHTIN_Mikhail_-_Marxismo_e_filosofia_da_linguagem.pdf >. Acesso em 26 set 2020.

BARONAS, Roberto Leiser. **Formação discursiva e discurso em Foucault e em Pêcheux: notas de leitura para discussão**. In.: SEAD. Porto Alegre: UFRS, 2011.
BBC. **Hostilizados nas cidades, venezuelanos buscam abrigo em aldeias indígenas de Roraima**. G1 Roraima, Boa Vista, 02 de set. de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/09/02/hostilizados-nas-cidades-venezuelanos-buscam-abrigo-em-aldeias-indigenas-de-roraima.ghtml>. Acesso em: 09 de abr. de 2021.

BENVENISTE, E. **O aparelho formal da enunciação**. In: Problemas de Linguística Geral II. São Paulo: Pontes, 1989. cap. 5. p. 81-92.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

BORGES, Altamiro. **A ditadura da mídia**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

BIROL, Alline Pedra Jorge. **Mobilidade humana e migrações transfronteiriças: medindo, retratando realidades e revisitando conceitos**. In.: BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro et al, (orgs). Migrações Fronteiriças. Campinas: Unicamp, 2018, p. 314-331.

BONINI, A. **Mídia, suporte e hipergênero: os gêneros textuais e suas relações**. Revista Brasileira de Lingüística Aplicada. v.11, n 3, p. 679-704, 2011.

BONNER, William. **Jornal Nacional: modo de fazer**, 1ed. São Paulo: Globo Estilo, 2009.

BORDENAVE, Juan E. Dias. **O que é comunicação?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1997.

BORGES, Altamiro. **A ditadura da mídia**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CAMARGO, Amanda de Souza; GALIB, Carolina Piccolotto; ANGELINI, Maria Carolina Gervásio; OLIVEIRA, Viviane de Arruda Pessoa. **A necessária circulação de povos indígenas em territórios ancestrais: críticas ao veto a Nova Lei de Migração**. In.: BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro et al,. (orgs). Migrações Fronteiriças. Campinas: Unicamp, 2018, p. 427-435.

CAMPOS, Marden; MARQUES, Denise Helena França. **Migrações internacionais de indígenas em áreas de fronteiras: aportes para o estudo do fenômeno no Brasil**. In.: In.: BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro et al,. (orgs). Migrações Fronteiriças. Campinas: Unicamp, 2018, p. 414-426.

CANALES, Alejandro I. **Migración y trabajo en la frontera Chiapas-Guatemala**. In.: BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro et al,. (orgs). Migrações Fronteiriças. Campinas: Unicamp, 2018, p. 166-181.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas**. São Paulo: Edusp, 4ed, 2015.

CANDEAU, Vera Maria. **Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença**. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Educação, v. 13, n. 37, 2008, p. 45- 56.

CARVALHO; Magda Wacemberg Pereira Lima; AZEVEDO, Nadia Gonçalves de. **Entre o interdiscurso e a memória discursiva: uma análise sobre as charges políticas**. In.: Revista Intersecções. São Paulo: UNIAnchieta, vol. 7, n. 12, 2014, p. 131-141.

CASTRO, Maria da Consolação Gomes, FERNANDES, Durval; GALVÃO, Jonnathan. **Fluxos migratórios na fronteira e os desafios para a assistência social: instrumentos e políticas**. In.: BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro et al,. (orgs). Migrações Fronteiriças. Campinas: Unicamp, 2018, p. 436-451

CHALHUB, Samira. **Funções da Linguagem**. São Paulo: Ática, 1990.
CHARAUDEAU, Patrick. **Canal ALED Entrevista Dr. Patrick Charaudeau**, 2020a. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=_zF5-q0w8pc> acesso em 22 dez. 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. **Conferência Patrick Charaudeau | UFMG**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sG4Lbzt9nXI> acesso em 22 dez. 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**, 2ed. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **Patrick Charaudeau (ABRALIN).**Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lFx6z9h8Az8> acesso em 22 dez. 2020c.
CHOMSKY, Noam. **Aspectos da Teoria da Sintaxe**. Coimbra: Coleção Studium, 2ed., 1978.

CORPI, Stephania. **O êxodo venezuelano que muda a face da América do Sul**. El País Brasil. 14 de nov. de 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/08/internacional/1573170768_919898.html>. Acesso em: 04 de abr. de 2021.

CORTELLA, Mário Sérgio. **Faça o teu melhor**. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=dd1bsHYYqjg>. Acesso em 24 nov. 2021.

COSTA, Emily. **Número de pedidos de refúgio de venezuelanos em 2017 já é mais que o dobro que o de 2016 em Roraima**. G1 Roraima, Boa Vista, 15 de jun. de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/com-5787-pedidos-de-refugio-em-6-meses-numero-de-entrada-de-venezuelanos-mais-do-que-dobra-em-roraima.ghtml>. Acesso em: 09 de abr. de 2021.

COSTA, William. **As relações internacionais frente a globalização**. In.: Revista Idea. Uberlândia, v.2, n.2, p.1-15, jan. /Jul. 2011.

COTINGUIBA, Geraldo Castro, COTINGUIBA-PIMENTEL, Marília Lima. **Balanço e Reflexões sobre a Imigração Haitiana no Brasil: um ensaio**. In.: MILESI, Rosita; COURY, Paula. Refúgio, Migrações e Cidadania (Caderno de Debates). Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, vol. 12, n.12, 2017, p. 117-128.

COTINGUIBA, Geraldo Castro; COTINGUIBA-PIMENTEL, Marília Lima. **Relatos de pesquisa de campo sobre mudanças em uma região de Tríplice Fronteira – Brasil-Bolívia-Peru**. In.: In.: BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro et al,. (orgs). **Migrações Fronteiriças**. Campinas: Unicamp, 2018b, p. 593-599.

COTINGUIBA, Geraldo Castro; COTINGUIBA-PIMENTEL, Marília Lima. **Uma análise da presença haitiana na Amazônia: um estudo de caso de Porto Velho**. In.: BAENINGER, Rosana et al. (ogs.) Migrações Sul-Sul. Campinas: Unicamp, 2018c, p. 260-276.

COTINGUIBA-PIMENTEL, Marília Lima; COTINGUIBA, Geraldo. **República do Haiti e República Dominicana: fronteiras e territorialidades**. In.: BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro et al, (orgs). Migrações Fronteiriças. Campinas: Unicamp, 2018a, p. 217-230.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: O discurso comunista endereçado aos cristãos**. 1ed. São Carlos: EDUFSCar, 2014.

COUTINHO, Marcelo. **Democracias Andinas: Chegando tarde à festa?** Revista Dados [online], 2006, vol.49, p.795-832. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/dados/v49n4/05.pdf>. Acesso em 12 de janeiro de 2019.

DALLA COSTA, Armado João; SANTOS, Elson Rodrigo de Souza. **Estratégias e negócios das empresas diante da internacionalização**, 1ed. Curitiba: Intersaberes, 2012.

DE LA Ó, Maria Eugenia; CAMUS, Manuela. **Mujeres centro-americanas em trânsito irregular por México: Dinámicas y experiencias de vida**. In.: BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro et al,. (orgs). Migrações Fronteiriças. Campinas: Unicamp, 2018, p. 202-216.

DEMENICONI, Jóice; DEMÉTRIO, Natália. **Migração e fronteira: notas de pesquisa**. In.: BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro et al,. (orgs). Migrações Fronteiriças. Campinas: Unicamp, 2018, p. 351-358.

DIAS, Gustavo. **Fronteiras Britânicas: políticas migratórias e a produção de experiências topofóbicas**. In.: BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro et al,. (orgs). Migrações Fronteiriças. Campinas: Unicamp, 2018, p. 115-130.

Em Boa Vista, venezuelanos lotam PF para tentar trabalhar no Brasil. **G1/Jornal Nacional**, Boa Vista, 20 de mar. de 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/03/em-boa-vista-venezuelanos-lotam-pf-para-tentar-trabalhar-no-brasil.html>. Acesso em: 09 de abr. de 2021.

FELDMAN-BIANCO, Bella. **Repensando a localidade nos estudos migratórios**. In.: SILVA, Sidney Antônio (org.). Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais. São Paulo: Hucitec Manaus Fapeam, 2012, p. 81-92.

FERNANDES, Carolina. **Authier-Revuz/Pêcheux: uma interface em construção**. In.: Revista Trama, vol. 4, n. 10, 2008, p. 85-96.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso: reflexões introdutórias,** 2008. Disponível em: <http://www.foucault.ileel.ufu.br/sites/foucault.ileel.ufu.br/files/livro_ad_reflexoes_introdutorias_-_cleudemar.pdf> acesso em 06 out. 2020.

FILHO, Douglas Luís Binda; LEMOS, Letícia Pereira; ZAGANELLI, Margareth Vetis. **Entre fronteiras contemporâneas: insegurança e hostilidade na corrente migratória entre Índia e Bangladesh**. In.: BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro et al,. (orgs). Migrações Fronteiriças. Campinas: Unicamp, 2018, p. 140-147.

FISCHER, Sonia Sueli Berti. **FOUCAULT**. In.: OLIVEIRA, Luciano Amaral (org.). Estudos do discurso: perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FRANCE PRESSE. **"Situação de indígenas venezuelanos no Brasil é trágica", diz ACNUR**. G1 Roraima, Boa Vista, 05 de set. de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2019/09/05/situacao-de-indigenas-venezuelanos-no-brasil-e-tragica-diz-acnur.ghtml>. Acesso em: 09 de abr. de 2021.

FUNO, Ludmila Belotti Andreu. **Memória discursiva e esquecimento: revisitando o chapéu de Clémentis**. In.: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ. Rio de Janeiro: Palimpsesto UERJ, v.11, n. 15, 2012, p. 1-11.

GÓIS, Pedro. **Do ruir do muro de Berlim a uma Europa com Fronteiras**. In.: BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro et al,. (orgs). Migrações Fronteiriças. Campinas: Unicamp, 2018, p. 41-55.

GONÇALVES, Alfredo J. **Emergência e desafios da fronteira**. In.: BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro et al,. (orgs). Migrações Fronteiriças. Campinas: Unicamp, 2018, p. 571-574.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos**, 2ed. São Carlos: Claraluz, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 11ed., 2006).

INDURSKY, Freda. **A emergência do sujeito desejante no discurso do MST**. Gragoatá, vol. 34. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2013, p. 27-38.

INDURSKY, Freda. **Políticas do esquecimento x Políticas de resgate da memória**. In.: FLORES, Giovanna G. Benedetto et al. Análise de Discurso em Rede: cultura e mídia, vol. 1. Campinas: Editora Pontes, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ro/porto-velho.html?>. Acesso em 04 nov. 2021.

Imigrantes são deportados após tentarem cruzar a fronteira. **Polícia**. Folha de Boa Vista, Boa Vista, 06 de mar. de 2021. Disponível em: < https://folhabv.com.br/noticia/POLICIA/Ocorrencias/Imigrantes-sao-deportados-apos-tentarem-cruzar-a-fronteira-/73680>. Acesso em: 21 de mar. de 2021.

IORIS, Edviges Maria. **História, Migrações e Identidades Étnicas na Amazônia**. In.: SILVA, Sidney Antonio (org.). Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais. São Paulo: Hucitec Manaus Fapeam, 2012, p. 120-143.

JAKOB, Alberto A. **Caracterização da mobilidade populacional nas cidades gêmeas no final dos anos 2000**. In.: BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro et al,. (orgs). Migrações Fronteiriças. Campinas: Unicamp, 2018, p. 332-340.

JÚNIOR, José Temistocles Ferreira; FLORES, Valdir do Nascimento; CAVALCANTE, Marianne Carvalho Bezerra. **A Teoria de Benveniste sobre a pessoalidade e seus desdobramentos na enunciação infantil**. In.: Delta online, vol. 31, n. 2, 2015, p. 527-558.

LEITE, Ricardo. **1912 – Vitória na Selva: uma das mais fantásticas páginas da história do Brasil e do mundo moderno**, 1ed. Porto Velho: Temática, 2019.

LEMOS, Jordan Tomazelli; ZAGANELLI, Margareth Vertis. **Crise na fronteira Venezuela-Roraima: desafios para o sistema de saúde pública**. In.:

BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro et al,. (orgs). Migrações Fronteiriças. Campinas: Unicamp, 2018, p. 404-413.

LEMOS, Jordan Tomazelli; ZAGANELLI, Margareth Vetis. **Crise na fronteira Venezuela-Roraima: desafio para o sistema de saúde pública**. In.: BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro et al,. (orgs). Migrações Fronteiriças. Campinas: Unicamp, 2018, p. 404-413.

MAGALHÃES, Belmira. **LACAN**. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (org.). Estudos do discurso: perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. **Migração de dependência: considerações teóricas e metodológicas sobre a imigração haitiana no Bras**il. In.: BAENINGER, Rosana et al. (ogs.) Migrações Sul-Sul. Campinas: Unicamp, 2018, p. 368-382.

MAINGUENEAU, Dominique. **A propósito do Ethos**. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (orgs.). Ethos Discursivo. São Paulo: Contexto, 2008b, p. 11-29.
_____, Dominique. **Análise de Textos de Comunicação**. 6ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____, Dominique.**Discurso e Análise do Discurso**. 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

_____, Dominique.**Ethos, cenografia, incorporação**. In: AMOSSY, Ruth. Imagens de Si no discurso. São Paulo: Editora Contexto, 2005, p. 69-92.

_____, Dominique.**Gênese dos Discursos**. 2ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a.

_____, Dominique.**Novas Tendências em Análise do Discurso**. 3ed. Campinas: Pontes Editores, 1997.
_____, Dominique.**Variações sobre o Ethos**. 1ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2020.

MARIUZZA, Patrícia. **A (mu)dança das línguas**. Brasília: Patrimônio – Revista Eletrônica do IPHAN – Dossiê: Línguas do Brasil, n. 06, 2007.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria da Comunicação: ideias, conceitos e métodos**. 5ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

MARTINS, Clara Magalhães; MARTINS, Rui Decio. **Frontex: controle e fiscalização das fronteiras externas da União Europeia em relação aos movimentos de refugiados**. In.: BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro et al,. (orgs). Migrações Fronteiriças. Campinas: Unicamp, 2018, p. 81-92.

MATTELART; Armand; MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação**, 4ed. São Paulo: Loyola, 2001.

MEMÓRIA GLOBO**. Jornal Nacional: a notícia faz história**, 12 ed. São Paulo: Zahar, 2004.

MENEZES, Daniel Francisco Nagão. **Introdução do debate das fronteiras no Brasil**. In.: BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro et al,. (orgs). Migrações Fronteiriças. Campinas: Unicamp, 2018a, p. 291- 299.

_____, Daniel Francisco Nagão. **Mercosul: construindo uma fronteira comum, utopia ou necessidade?** In.: BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro et al,. (orgs). Migrações Fronteiriças. Campinas: Unicamp, 2018b, p. 512-528.

MENEZES, Nilza. **Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 30 anos**. Porto Velho: Divisão Gráfica do TJRO, 2012.

MESQUITA, Diana Pereira Coelho de; ROSA, Ismael Ferreira. **As heterogeneidades enunciativas como aporte teórico-metodológico para a Análise do Discurso de linha francesa**. In.: Veredas Online. Juiz de Fora: UFJF, 2010. P. 130-141.

MILANEZ; Nilton. **Intericonicidade: funcionamento discursivo da memória das imagens**. In.: Language and Cultura, v. 35, n.4. Maringá: Acta Scientiarum, 2013, p. 345-355.

Milhares de venezuelanos fogem da crise e cruzam a fronteira para o Brasil. **G1/Jornal Nacional**, Boa Vista, 27 de ago. de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/08/milhares-de-venezuelanos-fogem-da-crise-e-cruzam-fronteira-para-o-brasil.html>. Acesso em 09 de abr. de 2021.

Militares querem deixar operação que acolhe venezuelanos. **Cidades**. Folha de Boa Vista, Boa Vista, 27 de dez. de 2020. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Militares-querem-deixar-operacao-que-acolhe-venezuelanos/71634>. Acesso em: 21 de mar. de 2021.

MJ e ONU enviam equipe a cidade de RR na fronteira com a Venezuela. **G1 Roraima**, Boa Vista, 25 de out. de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2016/10/mj-e-onu-e-enviam-equipe-cidade-de-rr-na-fronteira-com-venezuela.html>. Acesso em: 09 de abr. de 2021.

MONTERO, Esmerarda; FERRÉ-PAVI, Carme. **Elementos de espetacularización em los informativos televisivos de 'prime time':** el caso de 'Charlie Hebdo'. In.: Observatório (OBS) Journal, 2017, p. 35-60.

MOREIRA, Thiago Oliveira. **A (necessária) proteção dos Direitos Humanos dos Migrantes venezuelanos pela jurisdição brasileira**. In.: BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro et al, (orgs). Migrações Fronteiriças. Campinas: Unicamp, 2018, p. 394-402.

MOULIN, Carolina. **A política internacional da mobilidade: governamentalidade global e produção da diferença no discurso disciplinar contemporâneo**. In.: SILVA, Sidney Antônio (org.). Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais. São Paulo: Hucitec Manaus Fapeam, 2012, p. 275-288.

MUSSALIM, Fernanda. **Análise do discurso**. In. MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina (orgs.). Introdução à linguística: domínios e fronteiras, vol 2. São Paulo: Cortez, 2012. (p. 113-126).

NETO, Helion Póvoa. **Tendências internacionais em políticas migratórias e o caso brasileiro**. In.: SILVA, Sidney Antônio (org.). Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais. São Paulo: Hucitec Manaus Fapeam, 2012, p. 289-299.

NYEGRAY, João Alfredo Lopes. **Projetos Internacionais: estratégias para a expansão empresarial**. Curitiba: Intersaberes, 2016.

ONU diz que crise migratória na Venezuela já está quase no nível de fluxo de refugiados no Mediterrâneo. **BBC News Brasil**, 25 de ago. de 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45307311>. Acesso em: 04 de abr. de 2021.

Organização das Nações Unidas - ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>. Acesso em 20 de janeiro de 2019.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**. Campinas: Editora Pontes, 12ed., 2015.

_____, Eni. **Análise de Discurso**. In.: ORLANDI, Eni; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. Discurso e Textualidade. Campinas: Pontes Editores, 3ed., 2017, p. 13-36.

_____, Eni.**Michel Pêcheux e a Análise de Discurso**. Campinas: Unicamp, 2005.

_____, Eni. **O que é Linguística?** 2ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PALITOT, Aleksander Allen Nina. **Rondônia uma história**. Porto Velho: Imediata, 2016.

PAVEAU, Marie-Anne. **Memória, des-memória, a-memória: quando o discurso volta-se para seu passado**. In.: Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação. Ilhéus: EID&A, 2013, p. 137-161.

PÊCHEUX, Michel. **A Análise de discurso: três épocas (1983)**. In: GADET F; HAK, T. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 2ed., 1993.

_____, Michel. **Semântica e Discurso**. Campinas: Unicamp, 2ed., 1995.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. **A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas**. In: GADET F; HAK, T. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 2ª ed., 1993.

PÊCHEUX, Michel; LÉON, Jacqueline, BONNAFFOUS, Simone; MARANDIN, Jean-Marie. In: GADET F; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Unicamp, 2ed., 1993.
PÊCHEUX; Michel. **Análise Automática do Discurso**. In: GADET F; HAK, T. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 2ed., 1993.

PIÑEIRO, Rodolfo Cruz; LANDA, Nancy. **El muro fronteirizo de Trump y la política migratória estadounidense**. In.: BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro et al,. (Orgs). Migrações Fronteiriças. Campinas: Unicamp, 2018, p. 15-29.

PORTELA. Êmily de Amarante; SCHWIN, Simone Andrea. **Elementos para (re) pensar a mobilidade humana: globalização, novos fluxos migratórios e políticas públicas**. In.: BAENINGER, Rosana et al. (ogs.) Migrações Sul-Sul. Campinas: Unicamp, 2018, p. 700- 711.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** (2ª ed.). Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso Crítica**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

RODRIGUES, Francilene dos Santos; VASCONCELOS, Iana dos Santos. **Migração, gênero e empoderamento das migrantes na Pan-Amazônia**. In.: SILVA, Sidney Antônio (org.). Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais. São Paulo: Hucitec Manaus Fapeam, 2012, p. 221-274.

RODRIGUES, Francilene. **Migração transfronteiriça na Venezuela**. São Paulo: Estudos Avançados, vol. 20, no. 57, mai-ago 2006.

RODRIGUES, Karen. **Em busca de sobrevivência, venezuelanos vivem o drama de tentar a vida no Rio**, 10 de jan. de 2021. Disponível: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2021/01/6061831-em-busca-de-sobrevivencia-venezuelanos-vivem-o-drama-de-tentar-a-vida-no-rio.html>. Acesso em: 04 de abr. de 2021.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo?** 10ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SALGADO, Maria Hylma Alcaraz. **Los flujos migratórios y el control de las fronteras exteriores de la Unión Europea**. In.: BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro et al,. (orgs). Migrações Fronteiriças. Campinas: Unicamp, 2018, p. 72-80.

SAMORA, Daniele Teresa. **Um recorte do discurso midiático sobre o processo de imigração haitiana na Amazônia: uma análise das regularidades discursivas**. Porto Velho: dissertação de mestrado UNIR, 2015.

SANTOS, Roberto Elísio dos. **As teorias da comunicação: da fala à internet**. São Paulo: Paulinas, 2ed, 2008.

SANTOS, Sonia Sueli Berti. **PÊCHEUX**. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (org.). Estudos do discurso: perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 27ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, Camila Rodrigues da; BAENINGER, Rosana. **De Roraima à metrópole paulista: migração transfronteiriça e o perfil da migração venezuelana em São Paulo**. In.: BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro et al,. (orgs). Migrações Fronteiriças. Campinas: Unicamp, 2018, p. 452-462.

SILVA, Filipe Rezende; LIMA, Cassio Francisco. **Os fluxos imigratórios internacionais no Brasil nas regiões de fronteiras: local de entrada e residência dos migrantes**. In.: BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro et al,. (orgs). Migrações Fronteiriças. Campinas: Unicamp, 2018, p. 341- 350.

SILVA, João Carlos Jarochinski; MALHEIROS, Jorge Silva Macaísta; CARVALHO, Daniel Campos. **As ações europeias no Mediterrâneo no sentido da construção de novas fronteiras para os migrantes e refugiados**. In.: BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro et al,. (orgs). Migrações Fronteiriças. Campinas: Unicamp, 2018, p. 56-71.

SILVA, José Otacílio. **ALTHUSSER**. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (org.). Estudos do discurso: perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

SILVA, Sidney. **A fronteira norte do Brasil**. In.: BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro et al,. (orgs). Migrações Fronteiriças. Campinas: Unicamp, 2018, p. 300-304.

SIMIONI, Rafael Lazzarotto; VEDOVATO, Luís Renato. **A migração fronteiriça no Brasil: Os desafios da Nova Lei de Migração, Vetos e Regulamento**. In.: BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro et al,. (orgs). Migrações Fronteiriças. Campinas: Unicamp, 2018, p. 304-313.

SIMÕES, Gustavo da Frota. **A mudança do perfil do imigrante venezuelano em Roraima e o aumento da xenofobia**. In.: BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro et al,. (orgs). Migrações Fronteiriças. Campinas: Unicamp, 2018, p. 386-402.

SIMÕES, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; MOREIRA, Elaine; CAMARGO, Julia. **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana**.

In.: MILESI, Rosita; COURY, Paula. Refúgio, Migrações e Cidadania (Caderno de Debates). Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, vol. 12, n.12, 2017, p. 129- 136.

SOUSA, Claudemir; SILVA, Francisco Vieira. **Discurso, Memória e Acontecimento: a disseminação do medo na mídia**. In.: Littera Online, n. 12. São Luís: UFMA, 2016, p. 60-75.

VEDOVATO, Luís Renato. **Do Dream Act ao Muro – Direitos Fundamentais Diante da Política Partidária**. In.: BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro et al,. (orgs). Migrações Fronteiriças. Campinas: Unicamp, 2018, p. 30-40.

VIANNA, Herbert. **Passo Lento**. In.: Álbum Hoje. Rio de Janeiro: EMI, 2005. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Vm2SbOVvwC8>. Acesso em <01 abr. 2021>.

APÊNDICE

N.	NOTÍCIAS de 2021 (Locais)
1	**Título**: Imigrantes são deportados após tentarem cruzar a fronteira **Data**: 06/03/2021 **Jornal**: Folha BV **Link**: https://folhabv.com.br/noticia/POLICIA/Ocorrencias/Imigrantes-sao-deportados-apos-tentarem-cruzar-a-fronteira-/73680

N.	NOTÍCIAS de 2020 (Locais)
1	**Título**: "Militares querem deixar operação que acolhe venezuelanos**"** **Data**: 27/12/2020 **Jornal**: Folha BV **Link**:https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Militares-querem-deixar-operacao-que-acolhe-venezuelanos/71634

N.	NOTÍCIAS de 2019 (Locais)
1	**Título**: **'**Situação de indígenas venezuelanos no Brasil é trágica', diz ACNUR **Data**: 05/09/2019 **Jornal**: G1 Roraima **Link**: https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2019/09/05/situacao-de-indigenas-venezuelanos-no-brasil-e-tragica-diz-acnur.ghtml

N.	NOTÍCIAS de 2018 (Locais)
1	**Título**: Hostilizados nas cidades, venezuelanos buscam abrigo em aldeias indígenas de Roraima **Data**: 02/09/2018 **Jornal**: G1 Roraima **Link**: https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/09/02/hostilizados-nas-cidades-venezuelanos-buscam-abrigo-em-aldeias-indigenas-de-roraima.ghtml

N.	NOTÍCIAS de 2017 (Locais)
1	**Título:** Número de pedidos de refúgio de venezuelanos em 2017 já é mais que o dobro que o de 2016 em Roraima **Data**: 15/06/2017 **Jornal**: G1 Roraima **Link**: https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/com-5787-pedidos-de-refugio-em-6-meses-numero-de-entrada-de-venezuelanos-mais-do-que-dobra-em-roraima.ghtml

N.	NOTÍCIAS de 2016 (Locais)
1	**Título:** MJ e ONU enviam equipe a cidade de RR na fronteira com a Venezuela **Data**: 25/10/2016 **Jornal**: G1 Roraima **Link**: http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2016/10/mj-e-onu-e-enviam-equipe-cidade-de-rr-na-fronteira-com-venezuela.html

NOTÍCIAS de 2021 (Nacionais)
Título: Venezuela mantém alerta por proximidade com o Brasil, epicentro da pandemia **Data**: 19/03/2021 **Jornal**: Bol Notícias **Link**:https://www.bol.uol.com.br/noticias/2021/03/19/venezuela-mantem-alerta-por-proximidade-com-o-brasil-epicentro-da-pandemia.htm

NOTÍCIAS de 2020 (Nacionais)
Título: Com atraso, Brasil começa a fechar fronteira parcialmente pela Venezuela **Data**: 18/03/2020 **Jornal**: El País Brasil **Link**:https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-18/com-atraso-brasil-comeca-a-fechar-fronteira-parcialmente-pela-venezuela.html#:~:text=O%20Governo%20de%20Jair%20Bolsonaro,vindo%20por%20terra%20da%20Venezuela.
NOTÍCIAS de 2019 (Nacionais)
Título: O êxodo venezuelano que muda a face da América do Sul **Data**: 14/11/2019 **Jornal**: El País Brasil **Link:** https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/08/internacional/1573170768_919898.html

NOTÍCIAS de 2018 (Nacionais)
Título: ONU diz que crise migratória na Venezuela já está quase no nível de fluxo de refugiados no Mediterrâneo **Data**: 25/08/2018 **Jornal**: BBC News Brasil **Link**: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45307311

NOTÍCIAS de 2017 (Nacionais)
Título: Em Boa Vista, venezuelanos lotam PF para tentar trabalhar no Brasil **Data**: 20/03/2017 **Jornal**: Jornal Nacional/Grupo Globo **Link**:http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/03/em-boa-vista-venezuelanos-lotam-pf-para-tentar-trabalhar-no-brasil.html

NOTÍCIAS de 2016 (Nacionais)
Título: Milhares de venezuelanos fogem da crise e cruzam a fronteira para o Brasil **Data**: 27/08/2016 **Jornal**: Jornal Nacional/Grupo Globo **Link**:http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/08/milhares-de-venezuelanos-fogem-da-crise-e-cruzam-fronteira-para-o-brasil.html

ANEXOS

Milhares de venezuelanos fogem da crise e cruzam a fronteira para o Brasil

Roraima recebeu mais de 25 mil venezuelanos nos últimos 6 meses. Por dia, mais de 500 tentam permissão para ficar no Brasil.

27/08/2016 21h04 - Atualizado em 27/08/2016 21h05

Edição do dia 27/08/2016

A crise econômica na Venezuela tem feito milhares de pessoas cruzarem a fronteira para pedir refúgio no Brasil. Só o estado de Roraima recebeu mais de 25 mil venezuelanos nos últimos seis meses.

Uns chegam sozinhos, outros em grupo. Todos fugindo da crise econômica na Venezuela. Por dia, mais de 500 venezuelanos tentam permissão para ficar no Brasil. São famílias inteiras em busca de comida.

Uma área bem na fronteira virou uma espécie de campo de refugiados para venezuelanos. No local, eles dormem, descansam, comem e tudo que trouxeram da Venezuela está exposto. É uma vida sem perspectiva que se resume a uma frase: esperar por uma oportunidade no Brasil.

O Alessander diz que não tem casa e nem para onde ir com o filho.

A Venezuela tem uma das maiores reservas de petróleo do mundo, mas enfrenta uma crise sem precedentes. A população está desabastecida de itens essenciais. O presidente Nicolás Maduro se diz vítima de conspirações e golpes. Quem vem para o Brasil tenta sobreviver com esmolas e pequenos serviços.

Em Roraima não existem programas sociais destinados aos imigrantes.

"Não há nenhum centro específico para atendimento a esses migrantes, a gente não tem nenhum tipo de treinamento para as pessoas que tão ali na ponta oferecendo os serviços públicos", destaca Gustavo Frota, professor de relações internacionais.

Vivendo nas ruas, o venezuelano Javier quer visto permanente e espera amparo na lei para ficar de forma mais digna no Brasil.

A Prefeitura de Boa Vista informou que a inclusão em projetos sociais depende da regularização dos venezuelanos. Já o governo de Roraima disse que a responsabilidade com os imigrantes é do Governo Federal.

Em nota, o Ministério da Justiça e cidadania disse que buscará os governos da região Norte do país para tomar medidas adequadas à recepção dos venezuelanos.

MJ e ONU enviam equipe a cidade de RR na fronteira com a Venezuela

Com membros do Conare e PF, comitiva analisará situação migratória. Pedidos de refúgio aumentaram 7.000% nos últimos dois anos em Roraima.

Do G1 RR 25/10/2016 12h17 - Atualizado em 25/10/2016 12h43

Uma comitiva formada por representantes do Ministério da Justiça, Organização das Nações Unidas (ONU), Polícia Federal, Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) e Defesa Civil está em Pacaraima, na fronteira de Roraima com a Venezuela, nesta terça-feira (25) para analisar a situação migratória do estado.

O governo de Roraima não informou de forma detalhada o que a comitiva fará no município.

Segundo a coordenadora-geral de Imigração da Polícia Federal, Silvana Helena Borges, as visitas são importantes para que as entidades possam conhecer a realidade e planejar ações futuras.

"Precisamos conhecer a situação específica da região fronteiriça e a partir daí, buscar soluções em conjunto entre as entidades governamentais", disse a Silvana.

O chefe de gabinete da Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, Bernardo de Almeida Laferté, afirmou que a primeira questão abordada pelo Ministério será as demandas de refúgio.

"Nós vimos que nos dez meses deste ano houve mais pedidos de refúgio que nos últimos cinco anos. Este é um dado concreto e nossa proposta é levar estes casos a avaliação do Conare o mais rápido possível para que aqueles que de fato são refugiados tenham esta situação declarada", ressaltou.

Migração econômica

O chefe de gabinete da Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, afirmou que refugiados são caracterizados porque são provenientes de um país em situação de guerra ou perseguição política.

"A migração econômica em massa vinda de um país não necessariamente caracteriza aquela população como refugiada", disse.

Segundo Laferté, nos casos em que não for caracterizada situação de refúgio, os pedidos são indeferidos e estas pessoas são tratadas como migrantes econômicos ou gerais, como em outras partes do mundo.

Entretanto, existem outras possibilidades de que migrante permaneça legalmente.

"Transcorrido um tempo, eventualmente estas pessoas podem ter conseguido emprego, um visto de trabalho, entre outras situações que a lei brasileira reconhece como legal a estada no país", disse.

Equipe se reuniu com o governo a comitiva chegou a Boa Vista na tarde de segunda (24) e já se reuniu com membros do Gabinete Integrado de Gestão Migratória e com a governadora Suely Campos (PP).

"Estamos trabalhando de forma conjunta para desenvolvermos ações em relação a estes imigrantes o mais breve possível", afirmou a governadora.

Venezuelanos em Roraima

A crise econômica na Venezuela, país que faz fronteira com Roraima, e que está a 250 km da capital Boa Vista, está provocando uma busca frequente de venezuelanos pelo Brasil.

Dados divulgados pela PF mostram que os pedidos de refúgio de venezuelanos cresceram mais de 7.000% nos últimos dois anos.

Além dos pedidos legais, só nos últimos 12 meses, centenas venezuelanos em situação irregular foram deportados do estado.

Em uma dessas ações, cerca de 200 venezuelanos que viviam irregularmente em Pacaraima, cidade que tem menos de 10 mil habitantes e faz fronteira com Santa Elena de Uiarén, foram levados de volta para a Venezuela.

Em agosto deste ano, nove mulheres venezuelanas que eram mantidas sob cárcere privado e obrigadas a trocar sexo por comida foram libertadas em uma ação do Tribunal de Justiça de Roraima.

Em Boa Vista, venezuelanos lotam PF para tentar trabalhar no Brasil

Nos primeiros meses de 2017, mais de mil venezuelanos pediram refúgio. PF montou força-tarefa com policiais de outros estados para dar conta.

Edição do dia 20/03/2017

20/03/2017 21h50 - Atualizado em 20/03/2017 21h50

Cidadãos venezuelanos estão lotando a superintendência da Polícia Federal em Boa Vista todos os dias. É em Roraima que eles buscam regularizar a documentação no Brasil para conseguir trabalho.

Quem vê o Alejandro vendendo bebidas de carro em carro não imagina que ele era um microempresário na Venezuela. Sem clientes e perspectiva veio para a Boa Vista ganhar em média R$ 20 por dia.

“Aqui pelo menos com uma moeda, dá pra você comer”, disse.

A Venezuela enfrenta uma crise econômica que se agravou a partir de 2014 com a queda do preço do barril de petróleo no mercado internacional.

Um estudo de uma universidade venezuelana aponta que a pobreza atinge 81% dos lares do país. Faltam alimentos, remédios, empregos. Por isso, milhares de venezuelanos tem ido para Roraima.

Pessoas diferentes que fugiram do mesmo problema: a crise econômica na Venezuela. Além da nacionalidade, eles têm algo mais em comum: querem se refugiar no Brasil. Nos primeiros meses de 2017, mil venezuelanos já pediram refúgio no Brasil e outros cinco mil ainda aguardam para entregar a documentação.

A Polícia Federal montou uma força-tarefa para dar conta de tanta gente. Venezuelanos como a Josemar aguardam para fazer o pedido, que dá direito a CPF e Carteira de Trabalho sem pagar nada.

“Eu vou voltar a trabalhar e dar melhor vida para os meus filhos”, disse.

O refúgio é uma proteção para quem sofreu perseguição ou teve os direitos humanos violados no país de origem. Cada pedido é analisado pelo Comitê Nacional para Refugiados, ligado ao Ministério da Justiça.

Os julgamentos têm demorado mais de um ano e os pedidos se acumulam. Para tentar agilizar a regularização de estrangeiros de países vizinhos, o Conselho Nacional de Imigração publicou no começo de março, uma resolução que autoriza a residência temporária por até dois anos.

“Ele pode optar pelo refúgio, mas ele pode optar também pela residência temporária pagando a taxa acima de R$ 400. E essa taxa, as organizações não governamentais e o poder público vêm trabalhando pela diminuição, vêm pleiteando a diminuição dessa taxa”, disse Alan Robson, delegado da Polícia Federal de Roraima.

Nenhum venezuelano pediu até agora a residência temporária. Para um professor de direito internacional, o motivo é o valor das taxas cobradas.

“O que é inviável pra alguns desses migrantes em situação de mais extrema, pobreza, e de mais extrema vulnerabilidade econômica”, diz Gustavo Frota, professor de direito internacional da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

OEA vê situação crítica

A Organização dos Estados Americanos admitiu a situação crítica na política da Venezuela. Ao lado das mulheres de presos políticos adversários do presidente Nicolás Maduro, o secretário-geral da OEA, Luís Almagro, disse que o país vive um esquema de perseguição e violação dos direitos humanos.

Na semana passada, Almagro defendeu que a Venezuela seja suspensa da organização, caso o governo não convoque eleições em 30 dias. Durante a entrevista desta segunda-feira (20), uma representante do governo de Maduro protestou contra o que chamou de campanha política e midiática da OEA contra o governo da Venezuela.

Número de pedidos de refúgio de venezuelanos em 2017 já é mais que o dobro que o de 2016 em Roraima

De janeiro a junho deste ano a Polícia Federal em Roraima recebeu 3.500 solicitações de refúgio de venezuelanos a mais do que todo o ano de 2016.

Por Emily Costa, G1 RR

15/06/2017 06h56

A instabilidade política e a grave crise econômica que afetam a Venezuela tem feito com que um crescente número de pessoas venha para o Brasil pela fronteira com Roraima. Só nos primeiros seis meses deste ano a Polícia Federal no estado já recebeu 5.787 pedidos de venezuelanos querendo refúgio, cerca de 3.500 a mais do que em todo o ano de 2016.

Ao passo que avança a tentativa de Nicolás Maduro em promover uma reforma jurídica no país, o número de pedidos de refúgio na sede da Polícia Federal em Boa Vista cresce.

Dados levantados nessa terça-feira (13) a pedido do G1 mostram que a quantidade de solicitações de refúgio feitas em 2017 em Roraima já é consideravelmente maior do que a registrada em todo o ano passado, quando pouco mais de dois mil venezuelanos fizeram o pedido, representando um aumento de 159%.

Até março eram mil pedidos de venezuelanos e 5 mil agendamentos para solicitações, enquanto que nos meses de abril e maio foram formalizados 3.773 pedidos. Agora os agendamentos foram suspensos e todos convocados a formalizar a solicitação. Para dar conta da demanda, a sede da PF trabalha com efetivo reforçado.

O aumento no número de pedidos não é novidade. Desde 2015 tem aumentado sucessivamente o número de solicitações de refúgio recebidos pela PF por parte de venezuelanos que deixaram o país natal e cruzaram a fronteira com o Brasil por Roraima.

Em 2014 foram apenas nove solicitações de refúgio feitas por venezuelanos no estado. Já em 2015 esse número cresceu para 230 e chegou a exatos 2.230 em 2016.

O Ministério da Justiça também aponta um aumento sensível no número de pedidos de refúgio de venezuelanos em todo o Brasil. Só até maio deste ano, a quantidade de solicitações já tinha dobrado, totalizando 8.231 solicitações. Durante os 12 meses de 2016 foram 3.375 pedidos.

O **G1** solicitou o total de pedidos e de solicitações de residência temporária feitas em todo o país até o dia 13 deste mês, mas a PF informou que apenas o Comitê Nacional para Refugiados (Conare) poderia fornecer tais dados. A reportagem não obteve retorno do Conare.

O pedido de refúgio é o caminho mais rápido e seguro para legalizar a situação no Brasil, mas depende de análise do Conare, o que costuma levar algum tempo. Prova disso é que até agora, apenas cinco solicitações de refúgio de cidadãos venezuelanos feitas em Roraima já receberam algum tipo de resposta.

Já o governo do estado, em levantamento próprio, afirma que 30 mil venezuelanos entraram em Roraima desde 2016.

Pedidos de residência temporária

De acordo com a Polícia Federal em Roraima, em três meses também foram recebidas 124 solicitações de venezuelanos que desejam obter residência temporária no Brasil.

Esta modalidade de permanência foi oficializada em março deste ano pelo governo federal. Ela é destinada a cidadãos de países que não integram o Mercosul, mas fazem fronteira com o Brasil. A medida permite que os estrangeiros obtenham residência temporária de até dois anos, desde que entrem no país por via terrestre.

'Números correspondem à realidade', avalia especialista

Para o professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e especialista em questões fronteiriças, João Carlos Jarochinski, os números de pedidos de refúgio

somados às solicitações de residência temporária recebidos pela PF refletem índices reais de migrantes.

“Obviamente, há pessoas que entraram irregularmente no Brasil, mas eu particularmente não acho que os irregulares sejam muitos, até porque eles têm feito o pedido de refúgio para fins de obtenção de documentação e acesso aos serviços de saúde, por exemplo”, explica.

No entendimento dele, no entanto, a quantidade de venezuelanos buscando refúgio em Roraima é pequena se levado em consideração o número de pessoas que têm deixado a Venezuela nos últimos meses e grande se pensada na perspectiva local.

"Para a média histórica de Roraima o número de venezuelanos vindo para o estado é grande, mas se pensarmos na realidade nacional ou mundial, não é um número absurdo", afirma.

A vida em Roraima

Com poucos recursos econômicos, muitos venezuelanos se instalam em Boa Vista, capital de Roraima, ou em Pacaraima, cidade de fronteira entre Brasil e Venezuela. Outros, mais abastados, se mudam para o Amazonas ou São Paulo.

Muitos dos que vem para Boa Vista buscam moradia em um abrigo provisório instalado desde 27 de dezembro na periferia da capital. A permanência no local, administrado pela Defesa Civil estadual e Federação Humanitária Internacional, deve ser de no máximo 15 dias.

O abrigo improvisado funciona em um ginásio poliesportivo com problemas estruturais, mas oferece comida e atrai muitos venezuelanos, entre eles dezenas de índios da etnia Warao. Recentemente, o governo do estado recebeu R$ 480 mil do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e diz que fará reparos no local.

Um levantamento realizado no dia 5 deste mês apontou que há 289 venezuelanos morando no abrigo. Desse total, 205 são indígenas da etnia Warao e 84 não-índios.

O pintor profissional Erison Herrera, de 42 anos, foi um dos venezuelanos que recentemente pediu refúgio à PF em Roraima. Ele está vivendo no abrigo da capital,

longe dos filhos e da mulher que ainda moram em Maturín, no estado de Monara, na Venezuela.

"Na Venezuela não há comida e nem emprego. Se eu conseguir me regularizar aqui no Brasil não irei voltar para lá. Pretendo trazer minha família para morar em Roraima assim que eu conseguir me empregar. Agora, a dor da saudade é grande, mas tive de vir para cá", diz.

Diferente de Erison, a venezuelana Rosibel Del Valle Diaz trouxe dois dos quatro filhos que têm. Ela já está há dois meses no abrigo. Antes de se mudar para a capital de Roraima, viveu nas ruas de Pacaraima por meses.

Cuidadora de idosos e babá, ela diz que não pensa em voltar para a Venezuela e culpa o presidente Nicolás Maduro por ter prejudicado a economia do país. Ela e o marido, de 23 anos, também pediram refúgio à PF.

"Com Maduro no poder não volto para a Venezuela. Lá até dá para conseguir emprego, mas o dinheiro não alcança os preços", diz a venezuelana que vivia em Cumaná, no estado de Sucre.

Outros venezuelanos decidem ficar na fronteira com o país natal e buscam moradia na cidade de Pacaraima, distante 190 km de Boa Vista e a 17 km de Santa Elena de Uiarén, primeira cidade venezuelana após a fronteira com o Brasil.

A cidade com pouco mais de 10 mil habitantes recebe diariamente centenas de venezuelanos. Alguns só estão interessados em comprar comida e voltar para o país de origem, provocando uma verdadeira corrida por alimentos na cidade.

Outros decidem se tornar moradores de Pacaraima e ficam em situação de rua, chegando até mesmo a viver dentro de banheiros públicos junto com dezenas de conterrâneos.

Devido ao crescente número de imigrantes na cidade, o governo federal planeja ofertar 200 vagas a venezuelanos em um centro provisório de acolhimento em Pacaraima, segundo a Casa Civil da Presidência da República informou no mês de maio, em visita ao estado.

Até hoje nada foi montado na fronteira, mas reuniões foram feitas entre representantes dos governos federal e estadual e do Alto Comissariado da Agência da ONU para Refugiados (Acnur), juntos eles estudam soluções emergenciais para lidar com o crescente número de venezuelanos em Roraima.

Hostilizados nas cidades, venezuelanos buscam abrigo em aldeias indígenas de Roraima

Ativistas dizem que centenas de migrantes estão morando nas comunidades, que temem impacto nos serviços públicos.

Por BBC
02/09/2018 08h30

Centenas de migrantes que fogem do colapso econômico na Venezuela estão buscando abrigo em comunidades indígenas do lado brasileiro da fronteira.

O movimento ocorre enquanto crescem as tensões entre venezuelanos e brasileiros em cidades - que culminaram com conflitos em Pacaraima (RR) há duas semanas, quando moradores queimaram pertences de migrantes após uma tentativa de assalto atribuída a estrangeiros na véspera.

Líderes comunitários disseram à BBC News Brasil que há indígenas e não indígenas entre os venezuelanos que têm chegado às aldeias, em processo intensificado nos últimos meses. A maioria dos povoados fica às margens da BR-174, que liga Boa Vista à Venezuela.

Coordenador do CIR (Conselho Indígena de Roraima), organização que representa 237 comunidades indígenas no Estado, Edinho Macuxi afirma que os venezuelanos estão dormindo nas casas dos moradores, com quem negociam os termos da estadia.

Muitas vezes, diz ele, os estrangeiros se comprometem a ajudar com os trabalhos na roça ou outras atividades durante a permanência, que costuma durar alguns meses.

Mas ele afirma que muitos moradores estão descontentes com a movimentação dos estrangeiros e com seu impacto sobre os serviços públicos. Temem, ainda, que os venezuelanos jamais deixem o território.

"Quando você tem uma comunidade de 300 pessoas e de repente tem de atender 600, a situação que já não era boa fica ainda mais complicada", afirma.

Protestos contra migração

No último sábado, um pequeno grupo de indígenas protestou na BR-174 em Pacaraima, pedindo um controle mais rígido na fronteira. Em maio, três organizações indígenas de Roraima (Sociedade de Defesa dos Índios de Roraima, Aliança de Integração e Desenvolvimento das Comunidades Indígenas de Roraima e Associação de Desenvolvimento dos Povos Indígenas Taurepangs do Estado de Roraima) se declararam a favor da proposta da governadora de Roraima, Suely Campos (PP), de fechar a fronteira temporariamente.

A posição, porém, não é unânime entre os índios do Estado - especialmente entre os que mantêm laços com indígenas venezuelanos.

Há terras indígenas em quase todos os 2.200 km do lado brasileiro da fronteira com a Venezuela. A maior delas, do povo Yanomami, tem quase a mesma extensão que Portugal.

Indígenas dos dois lados da fronteira

Deslocamentos de indígenas em regiões de fronteira são comuns desde que as linhas que dividem os países sul-americanos cruzaram os territórios desses povos. Em vários pontos do continente, fronteiras separaram etnias ou se interpuseram entre grupos que mantinham relações de aliança.

Segundo as pessoas ouvidas pela BBC News Brasil, os venezuelanos têm se concentrado nas terras indígenas Araçá e São Marcos, em Roraima. Os territórios somam cerca de 7 mil moradores das etnias macuxi, wapichana e taurepang.

Um dos pontos de concentração é comunidade de Três Corações, no município de Amajari.

Em ao menos quatro povoados (Sorocaima, Bananal, Samã e Boca da Mata), a maioria dos viajantes são indígenas do povo temon, que habitam o lado venezuelano da fronteira e compartilham língua e costumes com os taurepang do lado brasileiro.

"Eles relatam que a situação do outro lado está muito difícil e não têm mais dinheiro para comprar comida", diz à BBC a ativista indígena Telma Taurepang, que estima em centenas o número de venezuelanos nas aldeias.

Candidata ao Senado em Roraima pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), Telma afirma que grande parte dos visitantes jamais esteve no Brasil. Ela diz que, apesar dos laços históricos com o grupo, as comunidades estão apreensivas.

"Nós, indígenas, não temos fronteiras. Não queremos expulsar os irmãos venezuelanos, muito menos os parentes, mas deslocamentos grandes e não planejados provocam problemas", diz Telma.

Ela diz que as comunidades estão incomodadas com a situação. Muitos temem que os venezuelanos tragam doenças para as aldeias. Mais de 200 casos de sarampo foram registrados neste ano em Roraima - a maioria entre venezuelanos.

"O clima pode ficar pesado se migrarem mais, porque aí vai virar um caos na questão da saúde", diz a ativista.

Ela cobra o governo federal a repassar mais recursos para os serviços públicos e a recepção dos migrantes em Roraima, para desafogar as comunidades.

Fluxo de migrantes venezuelanos

Há duas semanas, 25 indígenas venezuelanos da etnia warao se deslocaram até o Pará, onde foram acolhidos por uma comunidade do povo munduruku, em Jacaraecanga. Nos últimos anos, conforme a crise na Venezuela se acirrou, centenas de indígenas desse grupo migraram para cidades no Norte do Brasil.

A Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), órgão ligado ao Ministério da Saúde, disse em nota à BBC News Brasil que os "serviços prestados à população indígena, que vive em territórios indígenas, estão mantidos de forma rotineira".

A secretaria diz que, desde o ano passado, tem notado um aumento do fluxo migratório nos distritos sanitários Yanomami e Alto Rio Negro, ambos vizinhos da Venezuela. "O impacto mais significativo para as equipes multidisciplinares de saúde indígena é na realização do bloqueio vacinal e na intensificação da vigilância epidemiológica nesses locais, principalmente nas áreas mais próximas da fronteira", afirma o órgão.

Crime organizado

Diretor da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), Marivelton Baré diz à BBC News Brasil que as comunidades da região estão preocupadas com o trânsito de pessoas ligadas ao crime organizado e o aumento de roubos e furtos nas aldeias.

Segundo ele, a movimentação de estrangeiros por terras indígenas do Rio Negro aumentou no último ano. Baré diz que muitos entram por Cucuí, distrito de São Gabriel da Cachoeira (AM) na tríplice fronteira entre Brasil, Venezuela e Colômbia.

No fim de julho, o Exército apreendeu meia tonelada de maconha num barco em Santa Isabel do Rio Negro, município vizinho de São Gabriel e também na fronteira com a Venezuela. Acredita-se que a carga estivesse a caminho de Manaus.

Baré diz que a Funai (Fundação Nacional do Índio), órgão federal responsável pela proteção das terras indígenas, não está conseguindo impedir o ingresso de forasteiros.

"A insegurança é geral", diz Baré. "Nossas comunidades e cidades estão muito vulneráveis."

Procurada pela BBC, a fundação não se posicionou sobre a entrada de estrangeiros em terras indígenas.

O órgão disse em nota à reportagem que tem prestado apoio técnico e acompanhado o atendimento de indígenas venezuelanos no Estado do Pará, "buscando garantir direitos e o respeito às especificidades do povo Warao".

"Na região de fronteira, a atuação da Funai também mantém em funcionamento os fluxos necessários para que possa arcar com a sua missão legal de proteger e promover os direitos dos povos indígenas que encontram-se em território brasileiro", diz a fundação.

ONU diz que crise migratória na Venezuela já está quase no nível de fluxo de refugiados no Mediterrâneo

25 agosto 2018

A agência de migração da Organização das Nações Unidas (ONU) alertou que a Venezuela está caminhando para o mesmo "momento de crise" de refugiados visto no Mediterrâneo em 2015.

O alerta compara a forte imigração de venezuelanos para países vizinhos com a registrada em direção à Europa, onde o fluxo de pessoas entrando pelo mar Mediterrâneo, em fuga de guerras, dificuldades econômicas e de outros conflitos em suas regiões de origem, disparou nos últimos anos e levou os países de destino a levantarem barreiras ou a endurecerem as regras de entrada em seus territórios.

No caso da Venezuela, problemas como inflação nas alturas, escassez de alimentos, remédios e produtos básicos têm sido os principais impulsos.

Segundo a Organização Internacional de Migração (OIM, da sigla em inglês), 2,3 milhões de venezuelanos já deixaram o país em meio à essa situação, que piorou significativamente a partir de 2015.

Estima-se que pelo menos 50 mil deles, ou 2%, tenham se fixado apenas no Brasil, até abril de 2018, um aumento de mais de 1000% em relação a 2015. O número leva em conta pedidos de asilo e residência.

Tensão cresce nas fronteiras

Nas regiões de fronteira, a tensão aumentou nos últimos dias, e governos buscam aumentar o controle de entrada dos imigrantes.

O Estado de Roraima, na região amazônica do Brasil, tentou fechar a fronteira, mas a proposta foi rejeitada pela Justiça no início deste mês.

Por ser a de mais fácil acesso, a cidade de Pacairama concentra a maior parte dos que cruzam a linha entre Venezuela e Brasil.

A cidade foi palco de um conflito violento há uma semana, quando moradores expulsaram venezuelanos que estavam nas ruas da cidade e também queimaram seus pertences.

No Peru, regulamentos de fronteira mais rigorosos entraram em vigor no sábado - um dia depois de uma tentativa do Equador de fortalecer seus mecanismos de controle ser anulada judicialmente.

Centenas de milhares de venezuelanos já fugiram para o Peru

Centenas de venezuelanos seguiram para a fronteira peruana, pelo Equador, antes da meia-noite de sexta-feira e do endurecimento da fiscalização.

Jonathan Zambrano, de 18 anos, que está em Tumbes, na fronteira entre o Equador e o Peru, disse à agência de notícias AFP que estava há cinco dias na estrada, junto com muitos outros.

Mais de 2,5 mil pessoas entraram na pequena cidade fronteiriça peruana de Águas Verdes na sexta-feira, com outros milhares tentando chegar ao país pelo principal ponto de travessia em Tumbes.

Apenas esse ponto tem registrado cerca de 3 mil chegadas de imigrantes por dia nas últimas semanas.

O Peru virou o novo lar de aproximadamente 400 mil imigrantes venezuelanos. A maioria desembarcou no país no ano passado, segundo a agência de imigração do Peru.

Com as novas regras vigentes, os venezuelanos precisarão ter passaportes válidos para entrar no país. Até então, eles eram autorizados a usar apenas com suas carteiras de identidade.

O Equador tentou implementar uma lei semelhante na semana passada. No entanto, na sexta-feira, um juiz considerou que exigir que os venezuelanos tenham passaportes válidos quebra acordos regionais sobre liberdade de movimentação.

'É difícil ajudar mais pessoas'

Assim como no Brasil, também é possível ver nas ruas peruanas que nem todos os consideram bem vindos.

Giannella Jaramillo, que administra uma barraca de roupas em uma cidade perto da fronteira, disse à AFP: "Por um lado, sentimos muito pelo povo venezuelano, mas eles estão tirando o emprego dos peruanos. É difícil ajudar mais pessoas. "

O equatoriano Gerardo Gutierrez tem uma percepção semelhante. "Ande dois quarteirões e você verá dez venezuelanos, ande mais dois e verá dez venezuelanos. Em países economicamente pobres, é difícil ajudar mais pessoas com o pouco que existe".

O primeiro-ministro peruano, César Villanueva, disse que exigir que os venezuelanos mostrem seu passaporte na fronteira não significa que o Peru esteja "fechando a porta" para os imigrantes.

Ele afirmou que carteiras de identidade não fornecem informações suficientes e podem ser facilmente falsificadas.

O ministro das Relações Exteriores peruano, Néstor Popolizio, disse, por sua vez, que os venezuelanos podem solicitar vistos nos consulados do Peru na Venezuela, na Colômbia, no Equador ou até mesmo na fronteira em Tumbes.

É um sinal de alerta, diz agência da ONU

Joel Millman, porta-voz da OIM, disse que tudo isso - bem como os recentes episódios de violência na fronteira do Brasil - é um sinal de alerta precoce de que a região precisava de ajuda.

"Isso está caminhando para um momento de crise que já vimos em outras partes do mundo, particularmente no Mediterrâneo", disse ele à imprensa.

"Uma situação difícil pode se tornar uma situação de crise muito rapidamente, e temos de estar preparados."

No entanto, Chiara Cardoletti, da agência de refugiados da ONU (UNHCR, da sigla em inglês), disse que outros países da região acolheram os venezuelanos e estão ajudando a "evitar uma situação como a que vimos na Europa".

"O que estamos vendo é um continente que tem aberto suas portas para as pessoas que estão fugindo e que precisam de apoio", disse ela.

Cardoletti acrescentou que a Colômbia cadastrou e regularizou mais de 450 mil venezuelanos. A ONU estima que mais de 870 mil venezuelanos estejam na Colômbia, muitos deles em condições vulneráveis.

O secretário-geral da ONU, Antônio Guterres, vai montar uma equipe especial da organização para coordenar uma resposta regional à crise, enquanto o Equador vai sediar uma cúpula regional de 13 nações em setembro, na qual o tema deve ser debatido.

'Situação de indígenas venezuelanos no Brasil é trágica', diz ACNUR

Roraima tem quase 1.800 indígenas venezuelanos em abrigos.

Por France Presse
05/09/2019 15h38

Com menos oportunidades de integração e inserção econômica, quase 1.800 indígenas venezuelanos que migraram para o Brasil permanecem, sem expectativas, em abrigos perto da fronteira, um panorama "bastante trágico" nas palavras do alto comissário da ONU para os Refugiados, Filippo Grandi.

Grandi visitou em agosto os estados de Roraima e Amazonas, que abrigam o maior número de migrantes venezuelanos. Antes, abordou, entre outros temas, a questão indígena com ministros do presidente Jair Bolsonaro em Brasília.

"Houve muito debate. Visitei o abrigo em Boa Vista. Fiquei muito triste, porque está claro que eles não fazem parte do processo de 'interiorização'", declarou à AFP em uma entrevista por telefone.

O alto comissário se refere à Operação Acolhida, que transfere os imigrantes venezuelanos em diversas cidades do interior do Brasil em função de vagas de trabalho para as quais os indígenas habitualmente não têm capacitação.

"Eles têm menos oportunidades de inclusão econômica, ou social, do que os outros (refugiados). É bastante trágico", acrescentou.

Centenas de indígenas venezuelanos, principalmente Warao, emigraram para o Brasil desde 2016, quando a crise econômica se aprofundou no país governado por Nicolás Maduro.

Segunda maior população indígena da Venezuela, os Warao precisam percorrer mais de 800 quilômetros de suas comunidades até a fronteira. Desnutrição e um elevado índice de HIV complicam a situação. Pemone e Panare, do sul, também começaram a chegar ao Brasil.

Tradicionalmente vulneráveis em seu próprio país, no território brasileiro enfrentam outros desafios, como a língua, pois não falam português.

No momento, as únicas alternativas, além dos abrigos, são a venda de artesanato na rua, ou a mendicância.

Sua integração é algo muito complexo, admite o diplomata.

Dois centros para indígenas em Roraima abrigam 1.025 pessoas de diversas etnias, e outros dois no Amazonas, 754 Warao. Mas dezenas de indígenas dormem nas ruas e começaram a ocupar espaços públicos no estado do Pará.

"Fiz um apelo ao governo (brasileiro) para que este caso seja examinado com muito cuidado e talvez sejam criadas algumas oportunidades para eles", disse Grandi.

"Eu acho que devem acontecer alguns esforços para garantir que eles tenham acesso a serviços públicos, que as crianças possam frequentar a escola, e os adultos tenham trabalho", completou.

A situação das populações indígenas não é o único desafio. Os venezuelanos continuam chegando ao Brasil, um dos países da região que mais facilitaram os trâmites burocráticos.

Criada pelo governo e administrada pelos militares, a Operação Acolhida informou que, em agosto, a média diária de entrada no país foi de 758 venezuelanos, consideravelmente acima dos 500 registrados em julho.

"Estou preocupado, porque não vejo uma solução política próxima, e isto significa que as pessoas continuarão sofrendo", declarou Grandi.

A ONU calcula que 3,6 milhões de venezuelanos, 12% da população, deixaram o país desde 2016. Esta é uma grande crise global, afirmou Grandi, que, a título de comparação, recordou que existem 5,6 milhões de refugiados sírios.

De acordo com a ONU, 168.000 venezuelanos vivem no Brasil, o quinto país da região que recebeu mais imigrantes deste país.

O diplomata ressaltou que, embora a América Latina tenha uma tradição de abertura, "há problemas econômicos e sociais, e a presença de venezuelanos está começando a exacerbá-los".

"Me preocupa muito que, sem um apoio internacional sólido, o clima se torne mais hostil para os venezuelanos na região", advertiu.

"As pessoas precisam ter um maior senso de urgência no mundo", concluiu, ao comentar a situação dos refugiados.

O êxodo venezuelano que muda a face da América do Sul

A fronteira entre Peru e Brasil se tornou uma das mais transitadas pelos migrantes, inclusive aqueles que apoiavam o governo Chávez. Grupos enfrentam obstáculos físicos e solidão no caminho: "Preferimos morrer tentando do que morrer de fome lá dentro"

STEPHANIA CORPI

PUERTO MALDONADO (PERU) - 14 NOV 2019 - 17:46 GMT-4

Os três homens ainda tremiam. Estavam viajando de ônibus e a pé há mais de 24 horas, de suas casas em Puerto la Cruz, no nordeste da Venezuela, até Pacaraima, a cidade fronteiriça entre seu país e o Brasil. Apesar do calor, cada um carregava uma mala e várias camadas de roupa, o que puderam resgatar de outras malas que ficaram pelo caminho. Por causa do peso que cada um havia deixado, usavam várias calças amarradas com uma corda para não perdê-las.

O fechamento das fronteiras em fevereiro deste ano tornou-se um negócio que dificultou ainda mais o caminho dos migrantes venezuelanos para o Brasil. Os dois jovens e o tio não pagaram o suborno aos militares venezuelanos, que às vezes chegava a 30 dólares (cerca de 125 reais) por pessoa, dez vezes o salário mínimo naqueles meses; durante oito horas, à medida que a noite caía e eles se aproximaram da fronteira com o Brasil, ouviam disparos intermitentes na montanha: "Preferimos morrer tentando do que morrer de fome lá dentro". Agitado e

desconfiado, um deles perguntou se tinham chegado ao Brasil; assim que assentiram outros venezuelanos que lhes deram água em frente à estação de ônibus, tiraram os tênis, que estavam em frangalhos. Depois de descobrir os pés ensanguentados, e com uma mistura de alívio, cansaço e medo, não queriam mais conversar; falar, na Venezuela, traz problemas. Com dois reais no bolso, meio dólar, sentiram que abraçavam uma espécie de liberdade. A realidade é que se juntavam aos milhares de venezuelanos retidos em Pacaraima. Aos milhões que tiveram que deixar seu país nos últimos anos.

Segundo dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM), subordinada à ONU, cerca de 16,3% dos venezuelanos –4,5 milhões de pessoas– vivem hoje fora de seu país. Na América Latina se concentra 88% da migração. Uma fuga que se intensificou nos últimos anos, à medida que a crise no país do Caribe piorou, as condições de vida são cada vez mais pobres e o conflito entre o Governo de Nicolás Maduro e o presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, reconhecido como presidente interino de mais de 50 países, só se agravou.

“Tudo desabou na Venezuela quando Chávez morreu. Quem te disser que não era chavista é mentira”, lamenta Francisco Morales, de 44 anos, dois anos depois de ter deixado a Venezuela. “Mas alguém tem que continuar os planos de Chávez”, explica, convencido de que um dia retornará à Venezuela de bonança em que viveu. Hoje, ele e a esposa, Milerci Quintero, estão estabelecidos em Puerto Maldonado, a principal cidade peruana depois de atravessar a fronteira do Brasil. Embora não possa exercer sua profissão, Quintero trabalha como garçonete nos arredores de Puerto Maldonado. O marido quer continuar a viagem até o Chile, porque diz que ouviu “que pagam mais”.

Puerto Maldonado é uma cidade da floresta cheia de contrastes: tem hotéis de luxo, excursões turísticas e se organizam passeios para observação de aves. Na outra margem do rio que atravessa a cidade, o panorama é muito diferente: mineração e extração ilegal de madeira, exploração sexual e laboral, e a tríplice fronteira.

A travessia do casal até se instalar em Puerto Maldonado não foi fácil. Fizeram de tudo durante os nove meses que levaram para atravessar para o território brasileiro. Inicialmente, a família se estabeleceu na fronteira, entre Santa

Elena de Uarién, na Venezuela, e Pacaraima. Começaram vendendo bichos de pelúcia e depois frutas jogando com o câmbio na fronteira. Naquela época havia trânsito livre, mas depois o Governo brasileiro colocou controles; perceberam que, além de comida, havia um corredor de drogas, tráfico de pessoas e outras atividades ilegais praticadas por grupos criminosos.

Quintero se sente grata porque não precisam mais dividir um quarto com 20 pessoas, como fizeram durante meses no Brasil. Agora, em Puerto Maldonado, o casal mora em um quarto com um colchão e uma geladeira. “Sou técnica em enfermagem, veja como eram os hospitais antes na Venezuela”, diz ao mostrar uma foto em que aparece sorridente com seu uniforme e com mais peso, cercada de colegas na recepção de um hospital.

O êxodo de médicos e enfermeiras afetou a saúde do país. Um relatório de julho deste ano elaborado pelo Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, dirigido por Michelle Bachelet, aponta que a migração é parte da razão pela qual as doenças que estavam sob controle, como a difteria e o sarampo, se propagaram novamente. Na Venezuela existe uma infraestrutura em decadência, marcada por apagões e falta de água, ligada ao êxodo de profissionais, condições não sanitárias para funcionar e uma grave escassez de equipamentos médicos básicos, suprimentos e medicamentos, explica o relatório. A isso se deve acrescentar a escassez entre 60% e 100% dos medicamentos essenciais em quatro das principais cidades da Venezuela, inclusive Caracas.

Faz um ano que Verónica Cortez viajou com o irmão para Puerto Maldonado. Aos 18 anos, sem dinheiro, saiu do Brasil por Pacaraima e veio para a cidade peruana. “A viagem foi horrível. Tive que andar uma noite inteira, nunca havia entrado em um barco (de Manaus a Porto Velho), se escutavam ruídos de animais, encontramos indígenas que não falavam espanhol. Foram 17 dias de horror”, conta essa venezuelana de Maturín, que passou a vida inteira sob o Governo do regime chavista e que com Maduro viu frustrado seu sonho de ser enfermeira. Cortez ganha 200 dólares por mês em Puerto Maldonado. Toda a família está fragmentada por causa da crise: a mãe ficou em Maturín, no nordeste da Venezuela, com os dois irmãos mais novos. O pai continua no Brasil, perto da fronteira, enquanto ela e o irmão mais velho tentam a sorte no Peru.

Até o momento o Peru já recebeu mais de 860.000 venezuelanos. A média de idade e o nível de instrução mudaram drasticamente nos últimos dois anos. Nas ondas mais recentes, já não chegam os engenheiros, médicos e advogados que conseguiam economizar os 300 ou 400 dólares da passagem para atravessar a fronteira com o Brasil, a Colômbia e o Equador e chegar ao Peru. Isso é demonstrado pelas primeiras rodadas de pesquisas da OIM, que em setembro de 2017 mostravam que 47% dos venezuelanos que entravam no Peru tinham curso universitário completo. Em um relatório publicado em setembro deste ano, são apenas 15%.

Uma ponte de pouco mais de um quilômetro separa o Brasil do Peru. Os venezuelanos entram a conta-gotas: entre 30 e 40 por dia. Isso oficialmente. Além disso, outros o fazem por trilhas, irregularmente. De qualquer forma, são pouquíssimos em comparação com os 2.000, em média, que chegaram pela fronteira com o Equador. O pico mais alto, de acordo com dados da Migraciones de Perú, aconteceu em agosto de 2018, com 510 pessoas por dia.

No Brasil, o número de migrantes deu um salto qualitativo. Desde 2017, 504.000 venezuelanos entraram. Em 2015 havia apenas 3.425 em todo o Brasil, e no ano seguinte, 5.523. Segundo o Governo brasileiro, 212.400 estão cadastrados hoje e vivem no país. Destes, cerca de 100.000 estão concentrados no Estado de Roraima. Lá, Paracaima é a cidade mais próxima da fronteira que separa os dois países. É fácil ver os venezuelanos tentando conseguir um dos 1.000 lugares para tomar o café da manhã no Café Fraterno, do padre espanhol Jesús Boadilla. Depois, tentam se ocupar com algum trabalho, carregando sacos em caminhões, em alguma reforma ou no que aparecer. E quando a noite cai, vagam pelas ruas procurando um lugar para dormir.

Alguns permanecem o tempo necessário para descansar antes de seguir viagem, inclusive caminhando, até Boa Vista, a capital do Estado, a mais de 200 quilômetros de distância, praticamente sem pontos de parada, salvo algumas casas de nativos perdidas na montanha.

Sob a sombra de uma árvore, em frente à rodoviária de Boa Vista, José Eulogio Velásquez, de 29 anos, estava com a esposa Royelis e seus seis filhos. Ex-militar, serviu os Governos de Chávez e Maduro durante oito anos. “Não sou

desertor, me deram baixa sem que tivesse pedido", explica entre lágrimas. Seu choque foi tal que não é capaz de procurar trabalho, sua depressão foi devastadora. "Me dói. Para mim, era uma vocação servi-los", explica Velásquez, que também recebeu atendimento médico gratuito para a filha com albinismo. Mas um dia deixou de receber seu pagamento. Disseram-lhe que havia cometido uma falta por não estar de serviço dentro das instalações; uma ordem geral foi emitida para suspendê-lo. Nunca entendeu o que havia feito e, como tantos outros, teve que deixar a Venezuela empurrado pela crise.

Em Boa Vista, onde, segundo a ONG Médicos Sem Fronteiras, cerca de 40.000 venezuelanos vivem hoje, encontrou sua tia Lorena López, que diz ver as coisas mais claras agora. "É claro que acreditamos em Maduro, é claro que votamos nele. Mas depois do que vivi, quero um emprego, não quero mais depender do Governo", se desespera. Apesar de andarem pela cidade batendo nas portas todos os dias pedindo trabalho, não conseguem nada. "Pra fora" é a primeira coisa que muitos aprendem em português.

López e o marido haviam feito de tudo na Venezuela, não queriam ir embora, inclusive trabalhos ilegais como compra e venda nas minas de Las Claritas e em salas de apostas clandestinas. "Tínhamos nossa casa e um carro para viver bem, mas não tínhamos mais comida para sobreviver". Conta que a malária que tiveram, consequência do trabalho na zona de mineração, não pôde ser curada devido à falta de medicamentos e acabaram, como milhares de compatriotas, em Boa Vista, onde, embora tenham o que comer, também são vistos vagando, procurando trabalho, juntando latas, limpando para-brisas, vendendo cigarros contrabandeados ou tomando banho no Rio Branco –já contaminado pela mineração ilegal–, que parece ser a única diversão para as crianças. Outros não veem outra saída a não ser a prostituição.

Hoje migram todos aqueles que podem, como podem. Há quem tenha apoiado Hugo Chávez até o fim e quem o amaldiçoe, e isso também os acompanha no caminho. "Todas essas crianças que vejo aqui têm outra visão. Vejo nos abrigos que eles gostam de pedir porque Chávez os acostumou assim, nasceram com ele e ele os transformou em uma população que só sabia fazer isso", diz Manuel Delfino. O comerciante venezuelano de 59 anos foi e voltou durante anos e acumulou sua

fortuna vendendo material de construção entre os dois países. Ele o fez desde que foi aberta a estrada para ligar os dois países em 1973. Hoje a importação e a exportação que faz é de alimentos, borracha ou medicamentos quase impossíveis de conseguir na Venezuela.

Muitos dos migrantes não entendem a imensidão dos países. Atravessar para o Brasil nessas condições é uma questão de coragem, desconhecimento ou desespero. A rota seguida pelos venezuelanos cruza os estados de Roraima, Amazonas, Rondônia –onde escolhem se vão para o interior do Brasil, Argentina, Paraguai ou Uruguai– e depois o Acre para aqueles que vão para o Peru ou a Bolívia. Alguns caminham, outros pedem carona, outros vão de ônibus. Outros mais dizem que vão trabalhando nas fazendas ao longo do caminho, onde o pagamento às vezes é um lugar para dormir e um prato de comida. A angústia de não poder mandar dinheiro para os que continuam na Venezuela os consome. Muitos outros viajam com toda a família, incluindo crianças de colo.

Thiago Sitta, psicólogo brasileiro do programa Pana na cidade de Porto Velho, reconhece que essa migração se tornou um desafio para os serviços sociais. Enquanto a passagem da migração haitiana depois do terremoto de 2010 estabeleceu certas normas, nunca tinham visto uma crise dessa magnitude. “Tivemos o caso de um venezuelano que estava caminhando havia dias. Um colaborador, de boa-fé, lhe deu de comer como fazemos com todos e ele teve um choque metabólico por inanição. Quase morreu”, conta.

“As fronteiras políticas são tão mesquinhas e tristes. E aqui, por exemplo, se sente isso positivamente. Você atravessa a ponte e, em dez minutos de bicicleta, está no Peru; em um minuto de rio, você está na Bolívia”, explica o padre jesuíta Francisco de Almenar que, de Assis, no lado brasileiro da fronteira, às vezes compra passagens de ônibus para os venezuelanos de seu bolso. Almenar, de 69 anos e missionário há mais de 30, diz que esse lugar é único e relevante porque é para lá que “vão os descartáveis dos três países. É uma mistura de comidas, de culturas e de raças muito rica que faz uma convivência muito especial”.

O mesmo acontece com Adner Guerra, instalado hoje em Iñapari, na tríplice fronteira entre Bolívia, Brasil e Peru, a 2.700 quilômetros de Pacaraima. Ele lutou para não ficar em Boa Vista porque todos os venezuelanos, diz, se dedicavam a

lavar para-brisas; também não queria se instalar em Manaus porque ali todos vendiam água. Guerra é técnico em eletricidade e ao longo do caminho sempre tentou se dedicar à sua profissão, embora passando fome alguns dias.

Hoje os Guerra têm uma pequena oficina de eletricidade; por seu estabelecimento –um cartaz e uma mesinha– passam indígenas com grandes aparelhos de televisão, mineiros que precisam de ajuda com seus equipamentos ou pessoas vindas de cidades a caminho de Puerto Maldonado em busca de um eletricista. Estão em paz e contentes nessa cidade amazônica fronteiriça onde veem seus conterrâneos entrarem e saírem todos os dias.

Para chegar ao Peru, como Francisco Morales e sua família, atravessaram o Rio Amazonas, uma das vias mais difíceis de transitar por causa das temperaturas, da floresta, da solidão do caminho, do idioma. Em Puerto La Cruz, ele e a esposa Carolina tinham um negócio; ele saiu da Venezuela há quase um ano na esperança de poder iniciar uma família porque Carolina precisava de um medicamento para a fertilidade. “Eu sei que lá não poderia”, diz Carolina.

Embora não se declarem chavistas, com uma mistura de admiração, nostalgia e raiva, os Guerra não escondem as saudades da Venezuela. Lembram-se dos primeiros anos de Chávez: como ele chegava em um carro modesto aos comícios manifestações, como consertava as ruas, e como tudo foi decaindo. “Quem te disser que nunca votou em Chávez está mentindo para você. Todos nós vivíamos maravilhosamente no começo”, explica Guerra. Sob Chávez, eles e a maioria de sua família e amigos tinham ou negócio próprio.

Morales, um paramédico, fala com orgulho de sua carreira profissional e relata os vários trabalhos que realizou na Venezuela. Recorda seu tempo na Guarda Nacional e na Venepal, a empresa de papel que em 2005 se tornou uma das primeiras a ser expropriada pelo Governo de Hugo Chávez –e explica como se beneficiou da bonança do país e do regime. “Eu tinha duas casas, dei umas delas ao meu filho. Eu podia ajudar até meus vizinhos. ” Mas diz que, uma vez que Chávez morreu, bastaram três meses para o país sair do controle de Maduro. “Há uma frase que eu sempre lembro quando penso em Maduro, o próprio libertador (Bolívar) disse: ‘Chamar a si mesmo de chefe para não o ser é o cúmulo da miséria’”.

A maioria dos venezuelanos está decepcionada. Muitos dizem que não sabiam o que tinham, falam de seus bens, mas, acima de tudo, há uma parte do culto a Chávez que não morre. Culpam Maduro, questionam o que aconteceria se o antecessor não tivesse morrido e tentam explicar que tinham uma boa vida em seu país. Todos sentem saudade daquela Venezuela. “Ficamos aqui, com uma ideia de que estamos perto do Brasil, porque o Brasil está mais perto da Venezuela”, conclui Guerra.

Enquanto isso, os países de acolhida enfrentam novos desafios: controlar surtos de xenofobia, a porosidade das fronteiras e o mal-estar generalizado das comunidades de acolhida, além de passarem por suas próprias crises políticas. Embora o Brasil ainda tenha suas fronteiras abertas, muitos procuram chegar a países como o Peru para encontrar seus parentes ou buscar oportunidades de trabalho. Tudo isso se combina com eventos imprevistos, como os incêndios de julho e agosto na Amazônia. “Imagine que na floresta são publicados jornais que dizem que a migração é culpada pela mudança climática e aparece uma foto das queimadas”, explica Adner Guerra, surpreso.

Na pequena cidade de Iñapari já há muitos venezuelanos que chegaram em seus carros ou a pé, vão trabalhando nas carvoeiras, madeireiras e olarias. As mulheres vão aos restaurantes “e mais”, conta Guerra. Mas está ficando cada vez mais difícil, as autoridades de imigração “já não os deixam passar e sempre nos culpam por qualquer coisa”, explica, preocupado, porque planejava trazer mais parentes para o Peru. A migração venezuelana mudou a face da região. No curto prazo é difícil acreditar que esses ‘filhos de Chávez’ retornem ao país de onde foram forçados a sair. Para muitos, no entanto, o caminho está apenas começando.

Com atraso, Brasil começa a fechar fronteira parcialmente pela Venezuela

Restrição “excepcional e temporária” da entrada no país por 15 dias de venezuelanos tem como justificativa a dificuldade do SUS de “comportar o tratamento de estrangeiros infectados"

REGIANE OLIVEIRA

SÃO PAULO - 18 MAR 2020 - 17:16 GMT-4

Com o maior número de infectados por corona vírus (Covid-19) na América Latina, o Brasil é um dos últimos a anunciar fechamento de suas fronteiras, e ainda assim, de modo parcial. O Governo de Jair Bolsonaro publicou nesta quarta-feira no Diário Oficial uma portaria em que determina a restrição "excepcional e temporária" da entrada no país por 15 dias de estrangeiros vindo por terra da Venezuela. "Fechamos fronteiras, mas em especial onde está nossa grande preocupação, que é a Venezuela", disse Bolsonaro em uma coletiva, sentado ao lado de seus principais ministros nesta quarta.

A medida chega atrasada em relação aos demais países do continente, e ainda com um certo tom ideológico. Mas está em linha com a tendência global e dos países vizinhos que, em alerta com a rápida proliferação do Corona vírus na América Latina, começaram a restringir circulação nas fronteiras. Colômbia, Peru, Argentina e Chile anunciaram o fechamento de suas fronteiras no domingo, seguidos de Bolívia, Paraguai e Uruguai. O Brasil ainda prepara a reciprocidade da medida para os países vizinhos. Segundo o ministro da Justiça, Sergio Moro, "está em avaliação a possibilidade do fechamento temporário e exclusivamente por motivos sanitários, da fronteira do Brasil com outros países".

A decisão brasileira está amparada na lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 —que determina as ações para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do corona vírus. A medida tem como argumento a dificuldade do Sistema Único de Saúde (SUS) em "comportar o tratamento de estrangeiros infectados pelo SARS-CoV-2". O tráfego de cargas por rodovias, no entanto, segue liberado.

A Venezuela era o candidato ideal para a medida: vive um sério conflito diplomático, não só com o Brasil, mas também Estados Unidos, com quem o Governo Bolsonaro está extremamente alinhado, além de ser origem do mais recente fluxo migratório ao país. E já havia um pedido do governador de Roraima, Estado fronteiriço com a Venezuela, para que o livre trânsito fosse revisto. A dúvida é qual a efetividade desta ação para conter a epidemia no Brasil, uma vez que o

vizinho ainda apresenta poucos casos, 33 diagnósticos. E também qual risco de, ao fechar a fronteira para a população mais vulnerável da América do Sul, afetar direitos básicos garantidos em lei pela própria agenda de Bolsonaro a essa população.

Entre 2013 e 2019, 264.000 venezuelanos registraram alguma tentativa de regularização migratória no Brasil. Em junho de 2018, em uma iniciativa inédita desde o início da crise no país vizinho, o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) passou a classificar a Venezuela como "país em situação de grave violação de direitos humanos" permitindo que os imigrantes possam pedir refúgio — até então apenas o visto humanitário, que permitia a residência no país, era concedido aos venezuelanos. Desde que a medida foi liberada, mais de 70.000 venezuelanos solicitaram refúgio, segundo dados do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra).

O Corona vírus é um novo elemento que coloca em xeque essa política migratória nacional. "Tivermos diversas outras ameaças de fechamento de fronteiras em Roraima e tentativas de restringir o acesso de venezuelanos aos serviços públicos, o que tem culminado em sistemáticas violações a direitos dessas populações, considerando ainda que na fronteira há forte e crescente presença de indígenas da Venezuela em situação de extrema vulnerabilidade", afirma Karina Quintanilha, advogada especialista em migração e organizadora do Fórum Internacional Fontié ki Kwaze - Fronteiras Cruzadas (USP). "A medida teve como objetivo atender os interesses políticos do governador do Estado de Roraima, usando um contexto de crise global para justificar uma medida aparentemente arbitrária", afirma.

A advogada alerta que ainda não há políticas claras de prevenção de corona vírus para as pessoas que estão circulando entre fronteiras, sejam elas terrestres ou marítimas, nem a "preocupação com prevenção de pessoas que retornam dos principais países da Europa e também Estados Unidos, locais bastante afetados pelo vírus".

Quintanilha lembra ainda que, por conta de uma política recente do Governo Bolsonaro, o princípio da reciprocidade na entrada de imigrantes deixou de ser utilizado, o que facilitou a entrada de pessoas dos Estados Unidos, Canadá, Japão e

Austrália. Isso levanta novas dúvidas: o Brasil vai voltar a utilizar o princípio para fechar fronteiras com países que, unilateralmente, decidirem impedir a entrada de brasileiros?

A situação das fronteiras preocupa a Agência da ONU para Refugiados (Acnur), que publicou um documento alertando que, embora os países possam implementar medidas que incluam uma triagem de saúde ou testes de pessoas que buscam proteção internacional, ou mesmo colocá-las em quarentena, essas medidas podem não resultar em qualquer tipo de negação da oportunidade efetiva de pedir asilo ou resultar repulsão.

“Na portaria do Governo, temos dois pontos que entram em choque com as garantias previstas em lei — de não criminalização da migração e o princípio do não retorno de solicitantes de refúgio—, e que não podem ser suspensas por uma portaria”, afirma Quintanilha, referindo-se ao artigo 6 do documento, onde o Governo diz que poderá fazer a "responsabilização civil, administrativa e penal do agente infrator [o imigrante]; e também promover a “deportação imediata do agente infrator e a inabilitação de pedido de refúgio”.

Militares querem deixar operação que acolhe venezuelanos

Entre os militares, a Operação Acolhida é classificada como Força Tarefa Logística Humanitária

Por Folha Web
Em 27/12/2020 às 18:06

O Ministério da Defesa discute no governo Jair Bolsonaro como retirar as Forças Armadas da Operação Acolhida, criada para receber e atender venezuelanos. Considerada modelo pelas Nações Unidas e um dos raros trunfos internacionais do governo, a operação está prestes a completar três anos e sofreu mudanças de dinâmica por causa da redução do fluxo de imigrantes provocado pela pandemia da covid-19. Há quem defenda que ela seja apresentada para concorrer ao prêmio Nobel da Paz.

Oficiais generais do Ministério da Defesa e das Forças Armadas já manifestaram internamente o desejo de sair da operação ou ao menos reduzir ao máximo o engajamento das tropas. É corrente entre eles a avaliação de que chegou a hora de "passar o bastão" e diminuir as responsabilidades, assumidas em março de 2018. A operação é coordenada pela Casa Civil, comandada pelo general Walter Braga Netto.

Entre os militares, a Operação Acolhida é classificada como Força Tarefa Logística Humanitária. O comando é do Exército, que cede espaços no 3º Pelotão Especial de Fronteira em Roraima para receber os imigrantes. Eles também trabalham em Boa Vista, capital do Estado, e Manaus (AM), cidades que concentram os venezuelanos e têm abrigos.

A cada três meses, militares da Marinha, da Aeronáutica e principalmente do Exército são deslocados de vários comandos do País para assumir como o contingente da vez. Em janeiro, está prevista a décima troca de pessoal. Ao todo, 650 militares serão enviados a Boa Vista e Pacaraima e Manaus.

Cerca de 44 mil já foram transportados a outras cidades do País, tendo como destinos principais São Paulo, Amazonas, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. O ritmo, no entanto, está aquém do desejado. Neste ano, 16,7 mil foram deslocados até novembro, menos do que os 22,2 mil em todo o ano passado. Cerca de 3,5 mil permaneciam nos abrigos, segundo dados do governo.

Nos últimos meses, aumentaram as queixas de oficiais com o envolvimento das Forças Armadas. Ao mesmo tempo, os militares passaram a ser enviados para mais operações de Garantia da Lei e da Ordem, como a Verde Brasil, e o suporte da Operação COVID, durante a pandemia do novo Corona vírus.

Os generais dizem que esse "desvio" de função, como classificam, ocorre por pressão política e social, além da falta de pessoal e organização em outros órgãos de governo.

Apesar da vontade de sair da Acolhida, os militares preveem dificuldades em encontrar outro órgão capaz de assumir as principais tarefas operacionais - o atendimento na ponta aos refugiados e imigrantes que escapam da crise generalizada na Venezuela.

Há um outro fator. A cúpula do Ministério da Defesa teme, ao abandonar ações subsidiárias e de assistência, um dano de imagem, pois passaria uma mensagem negativa e perderia prestígio. Esse é um receio que as Forças Armadas têm, na avaliação de um general da ativa que acompanha os debates internos. De acordo com esse general, ainda que a operação seja considerada importante para segurança humana, ela consome efetivo e orçamento.

Além da logística, os militares cuidam da segurança e atendimento de saúde. Outros órgãos do governo prestam atendimento psicossocial, do qual também fazem parte cerca de uma centena de entidades da sociedade civil e da ONU. Os migrantes e refugiados são vacinados, passam por avaliação clínica, entrevistas e podem solicitar emissão de documentos como CPF. Eles recebem refeições, são alojados num dos 12 abrigos temporários, e recebem kits de higiene e limpeza, podendo participar de atividades de lazer e aulas de português.

Um almirante da Marinha e um general do Exército, ambos da ativa e, por isso, ouvidos reservadamente, confirmaram a intenção de deixar a Acolhida. Um comandante da Força Terrestre comparou as Forças Armadas a uma espécie de "Posto Ipiranga" no governo Bolsonaro.

Nos bastidores, militares afirmam que a operação deve se concentrar mais na interiorização dos imigrantes para desafogar a região Norte, menos estruturada - e que o Ministério da Cidadania, que cuida dessa estratégia e tenta encontrar empregos e elos familiares bem como abrigo no destino aos venezuelanos por todo o País, deveria assumir mais protagonismo.

Imigrantes são deportados após tentarem cruzar a fronteira

Uma portaria nacional está em vigor e restringe a entrada de imigrantes de qualquer nacionalidade no país.

Por Folha Web
Em 06/03/2021 às 15:00

Foram detidos na fronteira Brasil/Venezuela, 16 imigrantes venezuelanos sem documentação regular para imigração. A ação foi realizada por policiais militares que estão atuando na operação ‘Hórus /Vigia’.

Com a negativa da regularidade, eles foram encaminhados a sede da PF (Polícia Federal) em Pacaraima para as medidas administrativas.

“Os imigrantes foram ouvidos e em seguida deportados ao país venezuelano”, disse a PM.

Ainda segundo os policiais, os imigrantes foram localizados quando se aproximavam da fronteira e ao serem questionados sobre as documentações, que incluem o Registro Nacional Migratório, eles afirmaram que não possuíam.

A PM afirmou ainda que a condução dos trabalhos, leva em consideração a Portaria Ministerial de número 651, de 08 de fevereiro de 2021, que estabelece a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), em face da declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo corona vírus.

Venezuela mantém alerta por proximidade com o Brasil, epicentro da pandemia

Sabela Bello

19/03/2021 16h14 Atualizada em 19/03/2021 16h19

Caracas, 19 mar (EFE).- A Venezuela se mantém em alerta pelo risco de ter como vizinho o Brasil, um ano após o fechamento parcial das fronteiras comuns, determinado pelo governo de Jair Bolsonaro, devido a alegada "incapacidade" de Nicolás Maduro de conter a propagação do novo corona vírus.

O tempo mostrou, contudo, que os números seguiram baixos no território venezuelano, enquanto no brasileiro permanecem crescendo.

Com o objetivo de evitar um contágio em massa, o governo da Venezuela enfiou uma carta à Organização das Nações Unidas (ONU), no início desta semana,

para solicitar uma intervenção no Brasil e o controle da situação, que foi classificada como "tragédia".

O chanceler venezuelano, Jorge Arreaza, apelou ao secretário-geral da ONU, António Guterres, que faça "urgentes gestões e bons ofícios" junto às autoridades do Brasil, especialmente o presidente Jair Bolsonaro, para que reconheça a gravidade da pandemia e coordene com os países vizinhos ações contra a Covid-19.

O governo venezuelano também disse na carta que a "alarmante dinâmica epidemiológica" no país vizinho é "uma consequência da reiterada negligência criminosa" de Bolsonaro, a quem acusou de ser o "principal obstáculo" para salvar vidas no "pior momento da pandemia".

"O presidente Jair Bolsonaro e seu governo se tornaram o pior inimigo dos esforços nacionais, regionais e internacionais, incluindo aqueles em níveis bilateral e multilateral, para mitigar os efeitos devastadores da pandemia da covid-19 na região de América Latina e Caribe", afirma o texto.

A Venezuela, que não só tem as fronteiras restritas, também já deu suporte ao Brasil, com o envio de 14 mil cilindros de oxigênio para o vizinho, durante a crise que afligiu os estados do Amazonas e Roraima, que ocorreu ao longo do mês de janeiro.

Variante e aumento de casos

No último dia 3, o governo venezuelano alertou para a chegada da variante brasileira do novo Corona vírus no país e pediu que a população aumentasse as medidas sanitárias, já que é uma mutação "mais contagiosa e letal".

Coincidindo com o período da detecção da nova variante, houve também um aumento considerável do número de infecções na Venezuela, embora as autoridades não tenham explicado se existe alguma relação entre os fatos.

Isso levou o governo de Nicolás Maduro a endurecer as medidas estabelecidas para impedir a propagação do novo corona vírus, como com a implantação de um "cerco sanitário" nas zonas de maior incidência, especialmente,

em Caracas, onde o número de casos vem subindo mais rapidamente do que no restante do país.

Ficaram afetadas, desde a última segunda-feira, as áreas afetadas que estão em estado de emergência, com ordenação da abertura de "novas capacidades hospitalares", por exemplo.

Uma das regiões de maior preocupação do governo venezuelano é o estado de Bolívar, ao sul, na fronteira com o Brasil, onde também foi detectada a variante, o que levou, no início desta semana, à instalação de um hospital de campanha, voltado para o atendimento de pacientes com COVID -19.

A Venezuela registrou, desde o início da pandemia, 148.208 casos de infecção e 1.467 mortes em decorrência da doença, segundo dados oficiais.

O Brasil, por sua vez, de acordo com consórcio de veículos de imprensa do país, contabiliza 11.787.600 positivos e 287.795 vítimas.

De acordo com estes dados, é verificado que na Venezuela 51 pessoas morreram por cada 100 mil habitantes, o representa 0,5% da população, enquanto no Brasil, são 5.518 casos de óbitos para cada 100 mil pessoas, ou seja, 5,5 % do total.